

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
**DOUTORADO EM HISTÓRIA**

**HOMEM E NATUREZA NO AMAZONAS: DAS TRAJETÓRIAS DE  
POLÍTICAS AMBIENTAIS À CRIAÇÃO DA PRIMEIRA SECRETARIA DE  
DEFESA DO MEIO AMBIENTE-SEDEMA (1850-1990)**

**ANGIE CASTRO REBELO DA SILVA**

**MANAUS**

**2024**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO EM HISTÓRIA

ANGIE CASTRO REBELO DA SILVA

**HOMEM E NATUREZA NO AMAZONAS: DAS TRAJETÓRIAS DE  
POLÍTICAS AMBIENTAIS À CRIAÇÃO DA PRIMEIRA SECRETARIA DE  
DEFESA DO MEIO AMBIENTE-SEDEMA (1850-1990)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Doutora em História.

ORIENTADOR:

PROF. DR. DAVI AVELINO LEAL

MANAUS

2024

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S586h Silva, Angie Castro Rebelo da  
Homem e natureza no Amazonas : das trajetórias de políticas ambientais à criação da primeira secretaria de defesa do meio ambiente - Sedema (1850-1990). / Angie Castro Rebelo da Silva . 2024  
202 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Davi Avelino Leal  
Tese (Doutorado em História - Migrações, Trabalho e Movimentos Sociais na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Amazonas . 2. Políticas ambientais . 3. Homem-natureza . 4. Secretaria . 5. Meio ambiente . I. Leal, Davi Avelino. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

ANGIE CASTRO REBELO DA SILVA

**HOMEM E NATUREZA NO AMAZONAS: DAS TRAJETÓRIAS DE  
POLÍTICAS AMBIENTAIS À CRIAÇÃO DA PRIMEIRA SECRETARIA DE  
DEFESA DO MEIO AMBIENTE-SEDEMA (1850-1990)**

Tese apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal do Amazonas,  
como requisito para a obtenção do  
título de Doutora em História.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Davi Avelino Leal, Presidente  
(PPGH/UFAM, Orientador/Presidente)

Prof. Dr. Kelerson Semerene Costa  
(Membro Externo – DH/UnB)

Prof. Dr. Francisco Pereira da Costa  
(Membro Externo – Direito/UFAC)

Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós  
(Membro Interno – PPGH/UFAM)

Prof. Dr. Almir Diniz de Carvalho Júnior  
(Membro Interno – PPGH/UFAM)

## **DEDICATÓRIA**

Este trabalho é dedicado a todos os sujeitos históricos que consagraram sua vida e seu trabalho com comprometimento genuíno para com a natureza amazônica por seu valor intrínseco, na defesa de sua coexistência entre seres humanos.

## AGRADECIMENTOS

Ao Deus do meu coração e da minha compreensão.

À família, incluindo os membros pets Lineu, Melissa, Larissa e Apolo, pelo permanente companheirismo, atenção e apoio.

Aos entrevistados Dr. Félix Valois, Linderjane Maria de Oliveira Marques Lima, Luiz Frederico Mendes dos Reis Arruda, Manoel Guedes Tinoco, Marco Antônio Vaz de Lima e Terezinha Patrícia Viana de Souza que colaboraram muito especialmente com a realização desta pesquisa compartilhando suas memórias.

Ao Prof. Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro, da Universidade Federal do Amazonas, que me acompanhou até quase o fechamento deste trabalho, quando por motivo de força maior, precisou deixar a orientação. Agradeço o companheirismo de longa data, sempre me auxiliando nos estudos acadêmicos com muita atenção e amizade que permanecem.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Davi Avelino Leal, por ter aceitado o desafio de dar continuidade ao trabalho de orientação oferecendo a sua generosa contribuição para me auxiliar nos momentos finais desta tese.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES, pela bolsa de estudo no período de 01/03/2020 a 31/05/2023.

À Universidade Federal do Amazonas, enquanto instituição e pessoas que nela trabalham.

Ao Programa de Pós-Graduação em História-PPGH, onde permaneci encontrando boa vontade, nos professores, nos coordenadores do Programa e no secretário Jailson Soares Mota.

Aos professores das disciplinas cursadas no PPGH que contribuíram fundamentalmente para a realização deste trabalho, seja pelo conteúdo teórico oferecido ou pelas dicas de pesquisa.

Aos professores convidados para compor a Banca de Qualificação: Prof. Dr. Davi Avelino Leal, da Universidade Federal do Amazonas-UFAM, Prof. Dr. Kelerson Semerene Costa, da Universidade de Brasília-UnB, e Prof. Dr. Francisco Pereira, da

Universidade Federal do Acre-UFAC, por suas relevantes observações para beneficiar o desenvolvimento desta tese.

Aos colegas de turma, especialmente na união que nos ajudava a traduzir coletivamente os textos em língua estrangeira facilitando o aproveitamento das disciplinas.

Agradeço carinhosamente aos professores da Banca de Defesa desta tese.

## RESUMO

A relação homem-natureza no Amazonas permeia a análise do processo de decisões e políticas ambientais ao longo de vários períodos da história da região compreendendo momentos críticos de impactos ambientais no período provincial decorridos de anos de exploração extrativista, até a criação, já no período republicano, da primeira Secretaria de Defesa do Meio Ambiente-SEDEMA na capital amazonense, como um marco de resistência à vocação predatória que foi naturalizada na exploração dos recursos naturais. A primeira gestão daquela secretaria revelou embates de um enfrentamento pioneiro em uma cidade onde praticamente tudo era permitido e que a partir de então teria de lidar com a defesa intransigente das leis ambientais na figura da SEDEMA que estava longe de ser apenas uma instituição, mas, feita a muitas mãos, representou a experiência de luta dos sujeitos motivados pela conscientização da preservação ambiental e da democratização do patrimônio natural, no combate entre aqueles que insistiam em equívocos antropocêntricos. Nascida no conflito entre opositores complexos a história ambiental, aqui como linha de abordagem, buscou contribuir com o enriquecimento de análises mais completas reconhecendo a sociedade na natureza.

**PALAVRAS-CHAVE:** Amazonas; Políticas Ambientais; Homem-Natureza; Secretaria de Defesa do Meio Ambiente.

## **ABSTRACT**

The man-nature relationship in Amazonas permeates the analysis of the decision-making process and environmental policies throughout several periods in the history of the region, including critical moments of environmental impacts in the provincial period resulting from years of extractive exploration, until the creation, already in the republican period, of the first Secretariat for the Defense of the Environment-SEDEMA in the capital of Amazonas, as a mark of resistance to the predatory vocation that was naturalized in the exploitation of natural resources. The first administration of that department revealed struggles of a pioneering confrontation in a city where practically everything was permitted and which from then on would have to deal with the uncompromising defense of environmental laws in the form of SEDEMA, which was far from being just an institution, but, made by many hands, it represented the struggle experience of individuals motivated by awareness of environmental preservation and the democratization of natural heritage, in the fight between those who insisted on anthropocentric misconceptions. Born in the conflict between complex opponents, environmental history, here as a line of approach, sought to contribute to the enrichment of more complete analyzes recognizing society in nature.

**KEYWORDS:** Amazon; Environmental Policies; Man-Nature; Secretariat for Environmental Defense.

## RÉSUMÉ

La relation homme-nature en Amazonie imprègne l'analyse du processus décisionnel et des politiques environnementales à travers diverses périodes de l'histoire de la région, y compris les moments critiques d'impacts environnementaux dans la période provinciale résultant d'années d'exploration extractive, jusqu'à la création, déjà à l'époque républicaine, depuis le premier Secrétariat pour la Défense de l'Environnement-SEDEMA dans la capitale d'Amazonas, comme marque de résistance à la vocation prédatrice naturalisée dans l'exploitation des ressources naturelles. La première administration de ce département a révélé des luttes d'un affrontement pionnier dans une ville où pratiquement tout était permis et qui désormais devait faire face de la défense intransigeante des lois environnementales sous la forme de SEDEMA, qui était loin d'être une simple institution, mais, réalisé par de nombreuses mains, il représentait l'expérience de lutte d'individus motivés par la conscience de la préservation de l'environnement et de la démocratisation du patrimoine naturel, dans la lutte entre ceux qui insistaient sur des idées fausses anthropocentriques. Née du conflit entre opposants complexes, l'histoire environnementale, ici comme ligne d'approche, a cherché à contribuer à l'enrichissement d'analyses plus complètes reconnaissant la société dans la nature.

**MOTS CLÉS:** Amazonas; Politiques environnementales; Homme-Nature; Secrétariat à la défense de l'environnement.

## SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	11
APRESENTAÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 –	
A RELAÇÃO HOMEM E NATUREZA NO AMAZONAS A PARTIR DA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS NO PERÍODO PROVINCIAL (1850 – 1889) .....	22
CAPÍTULO 2 –	
PERMANÊNCIAS E RUPTURAS NA AMAZÔNIA GOMÍFERA.....	59
CAPÍTULO 3 –	
A SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE: ESTRUTURAÇÃO E PRIMEIROS EMBATES.....	110
CAPÍTULO 4 –	
O IDEAL DESENVOLVIMENTISTA E OS LIMITES DA ATUAÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO.....	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	172
REFERÊNCIAS.....	175
ANEXOS.....	186

## **LISTA DE SIGLAS**

ASM – Aterro Sanitário de Manaus

BCA – Banco da Amazônia

BNCC – Banco Nacional de Crédito Cooperativo

CEAG/AM – Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa/Amazonas

COOMIRAL – Cooperativa de Exploração Mineral da Zona Rural do Município de Manaus

CPRM – Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

DRT – Delegacia Regional do Trabalho

EIA/RIMA – Estudos de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental

FBCN – Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

PM – Polícia Militar

PMM – Prefeitura Municipal de Manaus

SEDEMA – Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente

SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente

SHAM – Sociedade de Habitação do Amazonas

SEMEF – Secretaria Municipal de Finanças

SEMULSP – Secretaria Municipal de Limpeza Urbana

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

URBAM – Empresa Municipal de Urbanização de Manaus

ZFM – Zona Franca de Manaus

## **Apresentação**

Trata-se esta pesquisa de uma abordagem iniciada a partir de políticas de proteção ambiental no estado do Amazonas ao longo de diferentes períodos econômicos e sociais que a região protagonizou. Nesse sentido, priorizou-se analisar os processos que permeiam a relação homem-natureza com o recorte temporal que data de 1850 a 1990, isto é, desde o período provincial – como uma referência a um estado crítico de agressão ambiental a partir de anos de exploração extrativista e da crescente urbanização de Manaus – até a criação, na capital amazonense, da primeira Secretaria de Defesa do Meio Ambiente- SEDEMA, buscando evidenciar a sua importância como um marco de resistência à vocação predatória incutida secularmente.

Embora se considere que a exploração da borracha, mesmo no auge de sua produção – a fase ‘boom da borracha’, entre os séculos XIX e XX – quando cerca de 500 mil pessoas trabalhavam na extração gomífera não tenha causado a derrubada da floresta devido a forma como era obtido o látex, isto é – sem a necessidade de sacrificar a seringueira com a sua derrubada, pois o gênero era obtido através de incisões no seu tronco – isso não significou qualquer tipo de pensamento conservacionista dos seringalistas, pois indubitavelmente o desflorestamento teria acontecido se disso dependesse a obtenção do produto.<sup>1</sup>

Foi a própria espécie e sua interação ecológica com outras espécies e elementos da floresta que garantiu a extração do látex sob a condição da árvore permanecer viva e saudável. Isso significa reconhecer que as normas de conservação da floresta não foram fomentadas pelo arbítrio humano, porém, pelos aspectos da fisicalidade dos próprios elementos da natureza.<sup>2</sup>

É sobretudo no período da economia da borracha que escolhas alheias ao aspectos naturais da região, constituíram uma urbanização repleta de equívocos descaracterizando definitivamente a capital do Amazonas, no aterramento dos muitos igarapés que entrecortavam a cidade alterando os modos de vida da população.

---

<sup>1</sup> PÁDUA, José Augusto. *Pensar a história em territórios cheios: a importância do conceito de biomas brasileiros*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol 36, nº 80, pp. 542-556, Setembro-Dezembro 2023. p. 551.

<sup>2</sup> *Idem*.

No propósito de apresentar uma história sobre a primeira secretaria de defesa do meio ambiente, cabe ainda esclarecer sobre a necessidade desse recorte temporal mais alongado. Nesse sentido, optei por uma dimensão mais macro com relação ao período provincial e a economia gomífera articulando passado e presente na perspectiva de uma análise que considera a implementação de relações capitalistas na Amazônia que resultaram em um modelo de desenvolvimento regional responsável por grandes impactos ambientais de longa duração.<sup>3</sup> A SEDEMA, portanto, teve como contexto e desafio os problemas da urbanização desordenada na cidade de Manaus decorridos de um longo e complexo processo histórico que precisava ser minimamente trabalhado nesta pesquisa.

A exploração das riquezas da Amazônia caracterizou-se por muitos abusos e a maneira ilegal com a qual foram obtidas cresceram assustadoramente. Decisões políticas para o desenvolvimento da região alijaram vertiginosamente comunidades locais causando danos irreversíveis à biodiversidade. A não distribuição de riquezas de forma justa e equitativa e a cobiça por grandes quantidades de terras e de recursos naturais com o incentivo do Estado provocou enormes tensões sociais e violentos conflitos.<sup>4</sup>

O desenvolvimento econômico era mais que uma política governamental; significava um programa social de enorme abrangência, energia e originalidade. A ideia de desenvolvimento econômico penetrava a consciência da cidadania, justificando cada ato de governo, e até de ditadura, e de extinção da natureza. Acima de tudo, nas representações do Estado, nos meios de comunicação e no imaginário popular, o desenvolvimento econômico se vinculava à erradicação da pobreza. Isto se mostrou uma quimera. Na realidade, a estratégia deliberadamente perseguida colocava o crescimento econômico no lugar da redistribuição da riqueza. A maior parte dos ganhos do crescimento era outorgada àqueles no topo ou próximo ao topo da escala social, intensificando a concentração de renda. A reforma agrária e a titulação efetiva da terra pertencente a pequenos produtores eram evitadas pela promoção da expansão da colonização sobre faixas remanescentes da mata Atlântica e da Floresta Amazônica. A ânsia por terras e a contínua exploração destrutiva da floresta enquanto o recurso não renovável provocou inevitavelmente um declínio acelerado das faixas remanescentes relativamente intacta da mata Atlântica. Em grau significativo, a floresta era barganhada pelo desenvolvimento econômico – troca que poderia ser exibida como uma tacada brilhante

---

<sup>3</sup> KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. Estudos Avançados. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados. 16 (45), 2002. p. 52-53.

<sup>4</sup> *Idem.*

apenas se se atribuísse à floresta um valor econômico insignificante, ignorando-se todos os outros valores.<sup>5</sup>

As escolhas políticas, portanto, passaram longe de considerar os direitos de uso da terra e de um desenvolvimento regional propício às características ecológicas e às necessidades socioeconômicas da população. Mesmo considerando os dias de hoje, não houve ainda um consenso político e uma prática consolidada onde os custos ecológicos e sociais superem e sejam mais fortes do que o *lobby* econômico.<sup>6</sup>

Na perspectiva de contribuir com uma história ambiental cabe esclarecer que não se trata de uma mera especificidade de tema, mas de um esforço para avaliar a ação humana no mundo, que contraria a visão de uma sociedade “flutuante” como diria Victor Leonardi<sup>7</sup>, como se não estivesse ligada aos fatores biofísicos e interagisse entre eles.

Nesse sentido é razoável considerar que o processo de colonização causou uma ruptura na “mente pré-colonial” a partir da introdução da visão de mundo europeia sobre as cosmovisões indígenas. Trata-se, portanto, de uma epistemologia-ontologia que separa os constituintes do mundo, de como o mundo é compreendido, limitando agência aos humanos e gerando uma relação excludente com a natureza. Isso significou um ataque não apenas às pessoas e aos territórios, mas de uma consumada ignorante e proposital adulteração das cosmologias indígenas, enquadradas como míticas, não se tratando de eventos reais e no máximo vistas como modos alternativos de compreensão e interpretação do mundo.<sup>8</sup>

“A mente pré-colonial foi confrontada com uma agência diminutiva e o processo pelo qual garantimos nossa própria habilidade de interagir e conversar com não humanos e outros humanos ficou comprometido.”<sup>9</sup>

---

<sup>5</sup> DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Traduzido por Cid Knipel Moreira; revisão técnica por José Augusto Drummond. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 281.

<sup>6</sup> KOHLHEPP, Gerd. *op. cit.*

<sup>7</sup> LEONARDI, Victor Paes de Barros. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia Brasileira*. Fotos: Juan Pratginestós. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999. p. 15.

<sup>8</sup> WATTS-POWLESS, Vanessa. *Lugar-pensamento indígena e agência de humanos e não humanos (a primeira mulher e a mulher céu embarcaram numa turnê pelo mundo europeu)*. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 11, nº1, jan./jun. 2017. p. 254.

<sup>9</sup> *Idem*. p. 255.

Nas cosmologias indígenas as sociedades são representadas pelos mundos animal, espiritual, vegetal e mineral e há interações entre esses mundos ao invés de uma interação restrita entre os seres humanos. Assim, na perspectiva indígena lugar-pensamento são indistintos, ou seja, nunca estiveram separados. Isto significa que o território está vivo e pensando e que humanos e não humanos derivam sua agência das extensões desses pensamentos. Para o pensamento tradicional euro-ocidental (epistemológico-ontológico) a sociedade fundamenta-se em razão e linguagem, mas na percepção indígena não humanos contribuem e mantêm a sociedade.<sup>10</sup>

Do ponto de vista indígena, ecossistemas e habitat são melhor entendidos como sociedades; o que significa que eles possuem estruturas éticas, tratados e acordos interespecíficos, além da capacidade de entender, interpretar e implementar. Seres não humanos são agentes da sociedade. A partir da ideia de que todos os seres vivos possuem um espírito, isso se estende para além de complexas estruturas dentro de um ecossistema, significa que seres não humanos escolhem como irão residir, interagir e estabelecer relações com outros não humanos (...) Todos os elementos da natureza possuem agência e essa capacidade não é limitada por ações inatas ou relações causais.<sup>11</sup>

Partindo dessa conceituação de agência e com o propósito de privilegiar a discussão no campo da história ambiental que merece ser mais centralizada, na medida em que inova e amplia as análises sobre a integração do homem com o ambiente, percebendo-os como uma interação múltipla entre a agência não humana com os seres humanos – o que não pode ser equivocadamente colocado como um determinismo geográfico – este trabalho foi construído, pois, definitivamente, esse choque entre visões de mundo tendem a esclarecer como as decisões políticas na Amazônia foram processadas e como os impactos dessas escolhas foram gerados.

Para atingir esse objetivo, buscou-se o rastro de mecanismos de proteção ambiental tais como – leis, decretos, códigos de posturas, dentre outros – que de alguma forma representaram tentativas de conter excessos na lida com os recursos naturais, reconhecendo que a experiência humana, naturalmente contraditória, não pode apresentar

---

<sup>10</sup> *Idem*, p. 254.

<sup>11</sup> *Idem*, p. 254-255.

um único sentido, homogêneo, linear nem, tampouco, um único significado<sup>12</sup> e da mesma forma é constituída sua relação com o meio natural.

Vários métodos foram necessários para a abordagem deste trabalho, como pesquisa bibliográfica e de imprensa, escritas e digitais (muito especialmente, sobretudo pela escrita desta tese ter coincido com a pandemia da Covid19 onde as portas dos institutos de pesquisas tiveram que ser fechadas por um tempo considerável, impactando a produção das pesquisas de modo geral); consultas à hemerotecas; imagens; análise de documentos oficiais; e trabalho com oralidade, onde contei com a colaboração de vários entrevistados que em muito enriqueceram a minha compreensão dos processos e das decisões, (a maioria dessas entrevistas de modo virtual pelos impedimentos da pandemia), especialmente com relação à criação da Secretaria de Defesa do Meio Ambiente-SEDEMA, (capítulos 3 e 4), onde foi possível ainda localizar trabalhadores daquele período que se dispuseram a compartilhar as suas memórias.

Valeram-me estudos sobre oralidade oferecidos pelo próprio Programa de Pós-Graduação em História-PPGH da Universidade Federal do Amazonas-UFAM, que desde o mestrado, feito no mesmo Programa, e a experiência de pesquisa com oralidade realizada, robusteceram-me com as devidas ferramentas para me adaptar a esse tipo de trabalho em meio virtual lembrando das leituras de Alessandro Portelli e Verona Albert, dentre outros autores.

Meus estudos acadêmicos foram norteados a partir da perspectiva da historiografia social inglesa que alargou ainda mais o campo da pesquisa pelo materialismo histórico na medida em que incorporou o rico e complexo universo da cultura que descobria crenças e sentimentos populares profundos, evidenciando com isso um campo do conhecimento mais amplo do que pura e simplesmente as forças econômicas, no qual a questão da interdisciplinaridade se anunciou à historiografia do século XXI<sup>13</sup>, como um desafio inadiável pelo agravamento global da crise ambiental. Historiadores se deram conta de uma escrita da história que deveria ser contada a partir das múltiplas visões dos cidadãos comuns, a "história vista de baixo". "Agora chega um novo grupo, os historiadores ambientais, que insistem em dizer que temos de ir ainda

---

<sup>12</sup> VIEIRA, M. P. A.; PEIXOTO, M. R. C.; KHOURY, Y. M. A. A pesquisa em história. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005. p. 11.

<sup>13</sup> BARROS, José D'assunção. *Seis desafios para a historiografia do novo milênio*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. p. 47.

mais fundo, até encontrarmos a própria terra, entendida como um agente e uma presença na história"<sup>14</sup>

Considerando que a problemática ambiental surge da dicotomia homem-natureza, quando agressões ao mundo natural significam a transformação dos seres humanos em meros consumidores, como diria Ailton Krenak<sup>15</sup>, isto é, que a história ambiental possui o “germe do mal”, nascida do *peccatum*, da separação do homem com a natureza, pode-se afirmar que as políticas de proteção ambiental nascem no conflito e representam um caminho relevante na tentativa de compreender como as escolhas se deram e como a história protagonizou essa oposição. Isto significa considerar que a história ambiental nasce a partir do estímulo de uma crise ambiental que se agravou especialmente como consequência da Revolução Industrial desencadeando uma série de protestos da sociedade civil organizada.

O começo do período moderno gerou sentimentos que tornariam cada vez mais difícil os homens manterem os métodos implacáveis que garantiram a dominação de sua espécie. Por um lado, eles viram aumento incalculável do conforto, bem-estar e felicidade materiais dos seres humanos; por outro lado, davam-se conta de uma impiedosa exploração de outras formas de vida animada. Havia, dessa maneira, um conflito crescente entre as novas sensibilidades e os fundamentos materiais da sociedade humana.<sup>16</sup>

Conforme Drummond<sup>17</sup>, as ciências sociais, a partir da Primeira Guerra Mundial, convenceram-se a rejeitar análises com aspectos físico-naturais (raça, anatomia, cor, clima, vínculos com a terra) privilegiando exclusivamente cultura e sociedade, devido ao agressivo racismo-territorialismo nazista. Todavia, movimentos sociais ambientalistas, desde as últimas décadas do século XX, despontaram no meio de crises ambientais localizadas, desafiando as ciências sociais a ultrapassarem seu marco puramente

---

<sup>14</sup> WORSTER, Donald. *Para Fazer História Ambiental*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 198-215. Traduzido por José Augusto Drummond. p. 198-199.

<sup>15</sup> KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 24-25.

<sup>16</sup> THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. Traduzido por João Roberto Martins Filho; Consultor desta edição Renato Janine Ribeiro; consultor de termos zoológicos Márcio Martins. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 427.

<sup>17</sup> DRUMMOND, José Augusto. *A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 177-197. p.180.

'humanista'. "Não era mais possível pensar na sociedade humana sem ancoragem no mundo natural"<sup>18</sup>.

De acordo com Pádua<sup>19</sup>, o primeiro curso universitário de maior repercussão com o título de História Ambiental atendeu a 'voz das ruas' que clamavam por responsabilidade ambiental, sendo ministrado pelo historiador culturalista Roderick Nash em 1972 na universidade da Califórnia, em Santa Bárbara. Estados Unidos, França e Inglaterra tomaram a dianteira por alguns historiadores 'reformistas' a fim de incorporar as variáveis naturais nas pesquisas tratando de colocar 'a sociedade na natureza'.<sup>20</sup>

Contudo, com relação às disciplinas sociais como a história ambiental, não se trata de aderir a um determinismo natural unilateral, uma vez que "a cultura humana age sobre o meio físico-material, propiciando significados e usos complexos dos seus elementos"<sup>9</sup>. Na mudança de paradigma, compreende-se que embora tenha havido razões para não enfrentar análises das bases naturais da sociedade, fugindo do determinismo do século XIX, o cientista social "dá às 'forças da natureza' um estatuto de agente condicionador ou modificador da cultura"<sup>21</sup>. No estudo dos recursos naturais, por exemplo, é possível analisar o papel das culturas que afinal são elas próprias que os identificam e os avaliam, e embora os recursos não se imponham à cultura, estimulam e vetam caminhos, ou seja, "os historiadores ambientais fogem do determinismo natural, tecnológico e geográfico, mas se recusam a ignorar a influência dos quadros naturais na história e na cultura das sociedades humanas"<sup>22</sup>.

De fato, a história contemporânea, especialmente a partir da década de 1970, tem testemunhado um dos mais significativos fenômenos sociológicos: os movimentos sociais ambientalistas. Apresentando-se como um 'ambientalismo complexo e multissetorial', "ele pode ser considerado como um movimento histórico, mais do que um movimento social, que repercutiu nos diferentes campos do saber"<sup>23</sup>.

---

<sup>18</sup> *Idem*, p. 180.

<sup>19</sup> PÁDUA, José Augusto. *As bases teóricas da história ambiental*. Dossiê teorias socioambientais. Estudos Avançados, vol. 24, n. 68. São Paulo, 2010.

<sup>20</sup> DRUMMOND, *op. cit.*, p.180.

<sup>21</sup> *Idem*.

<sup>22</sup> *Idem*, p. 183.

<sup>23</sup> VIOLA&LEIS, 1991, apud PÁDUA, 2010, *op. cit.*, p. 24.

Nos capítulos trabalhados nesta tese, pode-se notar que mecanismos de proteção ambiental criados no Brasil possuem como perfil, não raramente, uma história de ativismo aliançado com técnica e estudos científicos que alcançou patamares institucionais para a sua concretização, dentre outros aspectos.

No primeiro capítulo *A relação homem e natureza no Amazonas a partir da exploração de recursos naturais no período provincial (1850-1889)*, encontra-se a gravidade de anos de exploração extrativista que impactou algumas espécies da fauna e da flora amazônica, a exemplo da produção de manteiga de tartaruga que comprometia o ciclo reprodutivo da espécie, chamando atenção das autoridades, e onde fez-se necessária a regulamentação dessa atividade com a Lei nº 55, de 11 de julho de 1855, que visava conter os excessos dessa prática.

Outro exemplo foi a Lei nº 102, de 8 de julho de 1859 que tinha o propósito de disciplinar a acomodação de tartarugas sem empilhá-las de modo que causasse sofrimento à espécie em canoas ou jangadas, e sem exceder determinado número. Dessa maneira, deve-se considerar que mecanismos de proteção ambiental no período provincial, de certa forma, antecederam legislações mais modernas, pois que havia a coibição de outros abusos, como o espancamento animal, sobrecarga e a exploração de animais doentes ou fracos.

Tratou-se de um capítulo importante na contextualização de políticas ambientais no Amazonas buscando compreender de que maneira a sociedade e a economia conseguiram lidar com desafios de problemas ambientais em uma região prestes a se desenvolver subitamente com o advento da economia gomífera, da mesma forma em que escolhas equivocadas, buscando uma urbanização ao estilo europeu, causou danos irreversíveis na capital do estado e evidenciou valores que refletiam uma oposição à natureza, valorizada somente na perspectiva de recurso natural, como se mantém até os dias atuais para boa parte da sociedade. Não menos relevante, o capítulo também trata sobre como as comunidades amazônicas eram vistas e tratadas pelo poder público e de que maneira as riquezas (não) foram repartidas.

O segundo capítulo *Permanências e rupturas na Amazônia gomífera* procurou dar prosseguimento a análise sobre decisões e políticas ambientais tendo como pano de fundo a economia gomífera e sua crise, evidenciando que a implementação das relações do capitalismo brutal na Amazônia propiciou a superexploração de seringueiros, priorizada

no lugar de soluções e ações mais eficazes para conter os efeitos devastadores da crise, revelando uma incapacidade de gerar autonomia que fosse capaz de manter a competitividade no mercado internacional sem por ele ser totalmente subjugado. Essa subordinação perdurou com o desenvolvimentismo que trouxe o advento da Zona Franca de Manaus tendo como um dos principais reflexos, uma situação extremamente caótica na nova urbanização de Manaus, especialmente, devido a um vertiginoso êxodo rural.

O terceiro capítulo *A Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente: estruturação e primeiros embates*, e o quarto capítulo *O ideal desenvolvimentista e os limites da atuação ambiental do Estado*, finalmente tratam da contribuição maior oferecida por esta tese na história da criação da primeira secretaria de defesa do meio ambiente gozando de plenos poderes para realmente estabelecer medidas cruciais nos caminhos de uma exploração desordenada em vários aspectos na cidade de Manaus e onde se fazia necessário um disciplinamento intransigente de respeito às leis ambientais.

A criação da secretaria não se limitou a um mero decreto institucional, mas, sendo feita a muitas mãos, travou uma história de luta entre poderes revelando valores de uma sociedade que não estava alheia aos debates sobre a questão ambiental causando desassossegos de toda natureza, entre aqueles que haviam se conscientizado da importância da preservação e os que se mantinham alheios a essa questão e atuavam em seu prejuízo.

Que as histórias aqui abordadas possam animar a

nossa prática, a nossa ação e nos deem coragem para sair de uma atitude de negação da vida para um compromisso com a vida, em qualquer lugar, superando as nossas incapacidades de estender a visão a lugares para além daqueles a que estamos apegados e onde vivemos, assim como às formas de sociabilidade e de organização de que uma grande parte dessa comunidade humana está excluída, que em última instância gastam toda força da Terra para suprir a sua demanda de mercadorias, segurança e consumo.<sup>24</sup>

A abordagem em história ambiental contribui, nesse sentido para reflexões profícuas na compreensão da ação humana e suas múltiplas interações para com o mundo natural, iluminando perspectivas afortunadas para a prosperidade dos povos ou desafortunadas causando suas ruínas, mas que apesar das escolhas equivocadas do

---

<sup>24</sup> KRENAK, Ailton. *Op. cit.* p. 50.

homem antropocêntrico, trata-se de uma análise que visa revelar os embates e as realizações daqueles que ofereceram maior sensibilidade e com inteligência e técnica reconheceram os benefícios da preservação ambiental contrariando uma visão utilitarista e negacionista da vida.

### A RELAÇÃO HOMEM E NATUREZA NO AMAZONAS A PARTIR DA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS NO PERÍODO PROVINCIAL (1850 – 1889)

#### 1.1 Considerações iniciais

Já dizia o ilustríssimo Senador da República – Evandro das Neves Carreira – que os valores naturais da biota deveriam ser considerados parâmetros básicos de investimentos econômicos com absoluta consciência e prioridade, e assim, inseridos na própria estrutura cultural e histórica da nacionalidade, pois, enquanto não houver a devida atenção nesse sentido, dos militares, dos políticos, dos planejadores, dos empresários, dos trabalhadores e toda nação brasileira, o verdadeiro desenvolvimento da Amazônia jamais será alcançado.<sup>25</sup>

“Não faz sentido tentarmos dobrar a natureza na Amazônia e adaptá-la aos conceitos que temos tradicionalmente sobre como devem ser produzidos alimentos”.<sup>26</sup> Na Província do Amazonas essa obviedade sobre a singular região não seria notada diante de esforços e tentativas de desenvolvimento econômico, tampouco nos tempos a ela posteriores na consolidação do projeto capitalista que visava integrar a região à nação<sup>27</sup> no contexto da Guerra Fria, onde a opção brasileira foi alinhar-se aos Estados Unidos privilegiando “o capital estrangeiro no processo de apropriação e uso das forças produtivas do país.”<sup>28</sup>

Na contemporaneidade, o pensamento de Evandro Carreira, com relação à Amazônia, destaca-se por um grito de alerta dos que compõem seletos grupos, os ambientalistas – de ambientalismo, uma concepção que pode gerar a ideia equivocada de algo jamais concebido, mas não necessariamente nascida na atualidade. A cultura ocidental encontrou suas denominações com ares de tudo ter ela própria criado. A concepção ambientalista é inerente aos povos nativos dos mais diversos lugares, como não é diferente na Amazônia, considerando estilos de vida que tradicionalmente fazem

---

<sup>25</sup> CARREIRA, Evandro. *Amazônia: food source for the third millenium = Amazônia: usina de alimentos para o terceiro milênio*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1985. p. 24.

<sup>26</sup> CARREIRA, Evandro. *Recado Amazônico 2*. Brasília: Senado Federal, 1976. p. 44.

<sup>27</sup> SERÁFICO, J.; SERÁFICO, M. *A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados 19 (54), 2005. Dossiê Amazônia brasileira II. p. 102.

<sup>28</sup> *Idem*, p. 100.

cultura sem a exploração de recursos naturais visando lucro pura e simplesmente que colocam em risco várias espécies da fauna e da flora, além de prejuízos para os seres humanos.

A preservação ambiental tradicionalmente praticada pelos povos originários que se manteve alheia à contradição de exploração de recursos naturais na medida do aniquilamento dos seus meios de vida, representa uma lógica profunda e complexa com a qual é impossível explicar questões como desenvolvimento, economia e sociedade naquela região sem compreender cultura e sociedade nativas. Uma incompreensão, aliás secular, pela visão que tinham os homens da província<sup>29</sup> para com os povos indígenas não poucas vezes referidos como ignorantes, ociosos e animalescos.

Essa insistência tão grande em diferenciar humano de animal resulta de pensadores do início do período moderno que teve consequências importantes nas relações entre os homens. Dessa maneira, qualquer homem que não portasse qualidades específicas como essência de sua humanidade, eram definidos como sub-humano ou semianimal.<sup>30</sup>

As pessoas empobrecidas, desprovidas de religião, boas maneiras, letramento, cálculo, alfabetização e sem senso apurado de tempo, eram vistas pelos intelectuais como um tipo sub-humano. Assim também eram considerados os loucos, que mais pareciam possuídos por animais selvagens; os vagabundos sem qualquer vocação e os mendigos que tais como os animais usavam todo seu tempo em busca de alimentos. Alguns grupos humanos estavam perto do estado animal, como as mulheres, pois durante vários séculos, boa parte das discussões teológicas debatiam sobre a existência da alma para o sexo feminino.<sup>31</sup> É interessante notar certa analogia entre a mulher e a natureza.

Se partirmos da premissa de que a Terra é feminina e, além disso, de que ela pensa, então ela está viva. Se a fêmea elementar é concebida como responsável por dor, vergonha e excomunhão, então destruí-la não parece tão ruim. De fato, talvez ela inclusive mereça sofrer violência. Afinal, sua natureza curiosa comprometeu a vida que os seres humanos poderiam ter tido, mas não puderam experimentar por causa

---

<sup>29</sup> Utilizo “os homens da província” como uma expressão para facilitar a referência, especialmente, aos presidentes de província como também a todos aqueles que por comporem uma elite local possuíam “voz” para deixarem suas impressões à posterioridade.

<sup>30</sup> THOMAS, Keith, *op. cit.*, p. 55.

<sup>31</sup> *Idem.* p. 57-60.

de suas ações irresponsáveis – por conseguinte, a base do ressentimento. Qualquer obrigação de empatia com ela é desnecessária porque essa visão de mundo dominante ensina que feminino é sinônimo de desapontamento e estupidez. (...) O feminino se tornou responsável por todas as dores do parto e ressentimentos pela expulsão do Paraíso. A interação entre Eva e a serpente resultou em vergonha e excomunhão da natureza. Ainda, diálogos e comunicações futuras com animais se tornaram tabu e fonte de bruxaria. É nesse ponto de conflito que pensamento, percepção e ação são separados da suposta inércia da natureza. (...) Se você pertence a uma estrutura onde Terra e feminino são não apenas inferiores, mas reconhecidamente irresponsáveis, violações contra elas parecem garantidas.<sup>32</sup>

Na Europa, noções populares que faziam analogias e correspondências entre as espécies indicavam que a sorte humana poderia ser expressada, influenciada e até mesmo prevista por plantas e animais, dentro de uma antiga convicção que percebia homem e natureza pertencentes a um só mundo. Mas essa visão foi condenada como ímpia e supersticiosa por moralistas. Cientistas ingleses do século XVII buscavam impor que o testemunho das pessoas consideradas incultas não era confiável e que aquelas noções que refletiam o modo mais antigo de enxergar o mundo da natureza, eram meros exemplos de ‘ignorância popular’.<sup>33</sup>

Ainda com relação à pessoas serem associadas a animais de forma negativa e encaradas como bestas, normalizava-se que fossem tratadas como tais, pois sob a ética da dominação humana, os animais eram excluídos das preocupações do homem, legitimando maus-tratos aos que eram vistos na condição animalesca. A gente comum era frequentemente considerada animal que precisava ser controlado à força para que não se rebelasse oferecendo perigos. Foi dessa maneira que o ideal do predomínio do homem sobre a natureza, repercutiu no próprio modo de os seres humanos se relacionarem. Dividia-se, portanto dois tipos de grupos humanos animalescos, os úteis que deveriam ser controlados e domesticados até tornarem-se dóceis, e os que deveriam ser eliminados por serem considerados daninhos e predadores.<sup>34</sup>

Nas cosmologias indígenas as sociedades são representadas pelos mundos animal, espiritual, vegetal e mineral e há interações entre esses mundos ao invés de uma interação

---

<sup>32</sup> WATTS-POWLESS, Vanessa. *Lugar-pensamento indígena e agência de humanos e não humanos (a primeira mulher e a mulher céu embarcaram numa turnê pelo mundo europeu)*. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 11, nº1, jan./jun. 2017. p. 258-259.

<sup>33</sup> THOMAS, Keith. *op. cit.* p. 105;109.

<sup>34</sup> *Idem*, p. 60-63.

restrita entre os seres humanos. Assim, na perspectiva indígena lugar-pensamento são indistintos, ou seja, nunca estiveram separados. Isto significa que o território está vivo e pensando e que humanos e não humanos derivam sua agência das extensões desses pensamentos. Para o pensamento tradicional euro-ocidental (epistemológico-ontológico) a sociedade fundamenta-se em razão e linguagem, mas na percepção indígena não humanos contribuem e mantêm a sociedade.<sup>35</sup>

Do ponto de vista indígena, ecossistemas e habitat são melhor entendidos como sociedades; o que significa que eles possuem estruturas éticas, tratados e acordos interespecíficos, além da capacidade de entender, interpretar e implementar. Seres não humanos são agentes da sociedade. A partir da ideia de que todos os seres vivos possuem um espírito, isso se estende para além de complexas estruturas dentro de um ecossistema, significa que seres não humanos escolhem como irão residir, interagir e estabelecer relações com outros não humanos (...) Todos os elementos da natureza possuem agência e essa capacidade não é limitada por ações inatas ou relações causais.<sup>36</sup>

Nesse sentido é razoável considerar que o processo de colonização causou uma ruptura na “mente pré-colonial” a partir da introdução da visão de mundo europeia sobre as cosmovisões indígenas. “A mente pré-colonial foi confrontada com uma agência diminutiva e o processo pelo qual garantimos nossa própria habilidade de interagir e conversar com não humanos e outros humanos ficou comprometido.”<sup>37</sup>

Trata-se, portanto, de uma epistemologia-ontologia que separa os constituintes do mundo, de como o mundo é compreendido, limitando agência aos humanos e gerando uma relação excludente com a natureza. Isso significou um ataque não apenas às pessoas e aos territórios, mas de uma consumada ignorante e proposital adulteração das cosmologias indígenas, enquadradas como míticas, não se tratando de eventos reais e no máximo vistas como modos alternativos de compreensão e interpretação do mundo.<sup>38</sup>

---

<sup>35</sup> *Idem*, p. 254.

<sup>36</sup> *Idem*, p. 254-255.

<sup>37</sup> CARREIRA, Evandro. *op. cit.*, 1976 p. 255.

<sup>38</sup> WATTS-POWLESS, Vanessa. *Lugar-pensamento indígena e agência de humanos e não humanos (a primeira mulher e a mulher céu embarcam numa turnê pelo mundo europeu)*. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 11, nº1, jan./jun. 2017. p. 254.

Conforme Ailton Krenak, trata-se da “abstração civilizatória” a qual “suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos”<sup>39</sup> Para o Jorge Terena,

(...) a vida não é considerada pelo nosso povo como objeto comercializável, nem como uma simples mercadoria. Infelizmente, dentro da discussão Internacional sobre a ‘exploração da biodiversidade’ o que tem sido considerado é o controle conhecido como o direito de propriedade intelectual e, nessa discussão, não conseguem compreender estas características do sagrado e do espiritual contidas nos conhecimentos dos povos indígenas. Estão dominadas por considerações materiais e alienados ao pensamento econômico ocidental – como se a natureza tivesse dono.<sup>40</sup>

Definitivamente, esse choque entre visões de mundo tendem a esclarecer como as decisões políticas na Amazônia foram processadas e como os impactos dessas escolhas foram gerados.

## **1.2 Desenvolvimento econômico na Província do Amazonas**

“O conhecimento produzido sobre a Amazônia quase sempre vinha acompanhado de uma visão oriunda de um mundo exterior, sem a compreensão das condições concretas do homem da região: das suas diferenças e especificidades.”<sup>41</sup> Esse aspecto colaborou no sentido de incompreensão das peculiaridades daquele território, isto é, sua natureza e cultura, sobretudo, pela maneira como se dava a alta rotatividade de presidentes da província do Amazonas, advindos, em sua maioria, de outras regiões do Brasil.

O fato de a maioria dos presidentes possuírem experiências em outras regiões do país pode explicar que muitas vezes nas falas dos relatórios apresentados à assembleia provincial, ou nos relatórios de passagem do cargo a outros presidentes, tais registros contivessem expressões de não compreensão aos aspectos de ordem regional, como a natureza e o comportamento dos habitantes. Em outras vezes, as falas revelam a tentativa de imposição de projetos que por alcançarem bons resultados em outros locais deveriam também ser implantados no Amazonas sem

---

<sup>39</sup> KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: companhia das letras, 2019. p. 23.

<sup>40</sup> TERENA, Jorge Miles da Silva. *A biodiversidade do ponto de vista de um índio*. GTAA, 2003. p. 5.

Disponível em: [https://documentação.socioambiental.org/documentos/L6D\\_00027.pdf](https://documentação.socioambiental.org/documentos/L6D_00027.pdf). Acesso em: 8 ago. 2019.

<sup>41</sup> DIAS, Edinea Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto – Manaus 1890-1920*. 3. ed. Manaus: Editora Valer, 2019. 192p. p. 32.

levar em conta suas particularidades geográficas e culturais. (...) É importante ressaltar que apenas cinco desses administradores eram amazonenses, sendo os demais originários de outras regiões do país que não o Norte.<sup>42</sup>

O desenvolvimento econômico na província do Amazonas só poderia, portanto, encontrar tentativas frustradas de produção de alimentos quando não desastrosas de exploração de recursos naturais, pois afinal, o extrativismo, é bom lembrar, tinha sua rentabilidade para os cofres provinciais e não para as populações locais, muitas vezes criticada por adesão maciça a essa prática, ao invés de inclinarem-se para o trabalho com a agricultura como acreditavam ser bem mais rentável e lucrativa os administradores que vinham de outras regiões. “Além do mais, era através das atividades extrativas combinadas com uma agricultura de subsistência que a província garantia sua continuidade.”<sup>43</sup>

Ocorre que essa população exógena que formava o corpo burocrático instituído no contexto da implementação da província, não compreendeu Manaus apenas como um templo em adoração às belezas naturais, ao contrário, parecia desprezar essas dimensões. No dizer de Ana Maria Daou, ‘parte da elite que ali vivia, que falava da cidade como uma ‘aldeia’ e sonhava com um espaço urbano em tudo distante do que ela evocava de mais forte: a presença impertinente da natureza por toda parte’.<sup>44</sup>

Por outro lado, a prática extrativista também revelaria que as populações locais inseridas na sociedade provincial, teriam seu sentido de contemplação a natureza e adoração às suas belezas muito provavelmente abalado depois de todo o período colonial baseado na economia extrativista predatória e normalizada a partir da exploração do homem amazônico e da natureza, uma vez que “os brasileiros foram colonizados e colonizadores, ao mesmo tempo, no interior de um mesmo processo histórico”,<sup>45</sup> isto é,

---

<sup>42</sup> PEREIRA, Ludimilla gomes. *Dilemas do abastecimento na Província do Amazonas (1852-1889)*. Dissertação de Mestrado, PPGH História Social UFAM. Manaus, 2018. p. 28; 26.

<sup>43</sup> PEREIRA, Nasthya Cristina Garcia. *Civilizar homens e florestas: o discurso político sobre agricultura e extrativismo na Província do Amazonas (1852-1889)*. 1 ed. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2019. p. 173.

<sup>44</sup> PEREIRA, 2018, op. cit. p. 32.

<sup>45</sup> LEONARDI, Victor. *Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil*. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996. p. 57.

reproduziram o mesmo sentido de exploração colonialista entre seus iguais, o que implicaria em sérios danos ambientais praticados na região por esses agentes.

Apesar de todos esses aspectos, naquele período, percepções importantes de degradação ambiental chamavam atenção das autoridades e exigiam delas medidas coibitivas diante de extração irracional de recursos naturais que ameaçava a extinção de várias espécies. Uma questão de sensibilidade ou apenas preocupação econômica?

Ao resistir aos apelos de criticidade que nos levariam a deduzir que a questão da exploração econômica era – única e exclusivamente – a preocupação norteadora que propiciou à criação de mecanismos legais que regulamentariam a utilização dos recursos naturais, seria equivalente a acreditar que fazer ciência não era atributo das culturas locais, quando saberes milenares revelariam, por exemplo, a taxionomia das espécies feita pelos indígenas. Portanto, é mais razoável admitir que, seja lá qual cultura se pertença, mesmo considerando os paradoxos e as complexidades humanas, os homens não estão numa rudeza generalizada que os fariam sem compaixão por outras espécies, como não estão desprovidos total de curiosidade e labor científico.

Tampouco, eventualmente norteados somente por moral cristã. Ainda que se considere que o aspecto moral influenciava fortemente, como com relação à tentativa de introduzir a agricultura no lugar da atividade extrativista.

A defesa em prol da agricultura não estava relacionada exclusivamente às tentativas de crescimento econômico. Há também um incômodo em não querer ser habitante de uma região percebida como atrasada e inerte, ocorre que essa percepção era evocada por um grupo que se entendia como diferenciados, distantes e que não concordavam com os modos tradicionais do restante da população. A maneira mais eficiente de mostrarem suas distinções sociais estava em criticar essas populações.<sup>46</sup>

Esse aspecto etnocêntrico também nortearia a busca pela colonização agrícola na província do Amazonas, logicamente por uma nova população, diferente de tudo o que representava a população nativa, isto é, indígena. Assim, “a agricultura estava para a terra como o cozimento para a carne crua. Convertia natureza em cultura. Terra não cultivada

---

<sup>46</sup> PEREIRA, 2018, op. cit., p. 111.

significava homens incultos.”<sup>47</sup> Nesse sentido, “o estabelecimento de colônias era visto como uma fórmula, para atenuar o problema alimentar, mas a sua finalidade principal era a do repovoamento da região,”<sup>48</sup> havendo por trás dessa busca compulsiva pela agricultura a rejeição ao nativo e à natureza selvagem.

Todavia, inegavelmente, os grupos humanos se relacionam, mas não apenas entre si, as relações com o ambiente é uma obviedade que permeia grupos humanos, e não humanos. Este aspecto é provocativo quanto ao desafio de desvelar o estudo dos homens no tempo e no ambiente. Porém, é definitivamente ilusório não o perceber – até de maneira protuberante – em determinadas fontes, sendo o caso da explicação do presidente Francisco José Furtado quanto à dificuldade de controlar a criminalidade naquele período:

Além das causas geraes, que influem para os crimes, como a ignorancia e a ociosidade, a dificuldade de repressão pelos obstaculos materiaes, que offerece um extenso e pouco povoado território, **coberto de mattas, cortado de rios**, onde abundão os meios de subsistencia, e podem os delinquentes zombar da mais energica e activa policia; accrecem o vicio da embriaguez, a vida nômade e errante, que passa parte da população pelas praias, ou nas mattas, entregue á toda a licença das paixões e instinctos animaes.<sup>49</sup>

Na província do Amazonas, embora houvesse uma incompreensão generalizada quanto às causas das dificuldades de desenvolvimento econômico a partir da mão de obra local e da forma como era feita a prática extrativista, não nos autoriza a cair em simplismos colocando a questão exclusivamente como um jogo de interesse econômico, negligenciando aspectos alheios a obtenção de produtos meramente, como é possível notar na fala do presidente da província, José Jansen Ferreira, denunciando a situação de ganância sobre os recursos naturais que teria desencadeado a ação criminosa de determinado grupo:

O imperio da lei é quasi desconhecido e só se reconhece o reinado da força com todo seu cortejo de horrores, filho da ignorancia, da falta de educação civil, moral e religiosa, da sórdida e desmedida ambição, dos

---

<sup>47</sup> THOMAS, Keith. *op. cit.* p. 18.

<sup>48</sup> LOUREIRO. Antonio José Souto. *O Amazonas na Época Imperial*. 2. ed. Manaus: Loureiro Ltda., 1990. p. 189.

<sup>49</sup> Relatório Provincial de Francisco José Furtado de 1858, p. 6. (grifos nossos).

que, fascinados pelas riquezas naturais, querem, com prestesa, sem esforços e dispendios, entesourar grandes capitaes, da ausencia rigorosa da acção da autoridade, que é quasi nulla e, finalmente, da impunidade de que gosão, em geral os criminosos.<sup>50</sup>

Por trás da crítica do presidente da província, nota-se uma série de valores que permeiam não somente ele próprio, como o avalio dos destinatários da sua denúncia, homens públicos, socialmente norteados por educação na tríade “civil, moral e religiosa”. Aspectos não pouco significativos na análise da lida com os recursos naturais na província do Amazonas, uma vez que “os presidentes planejaram a transformação do Amazonas utilizando um instrumental formado pela religião, educação e colonização, e todos visavam à realização da agricultura.”<sup>51</sup>

O relatório do presidente José Jansen Ferreira teria apontado uma péssima administração da justiça na província e revelado que em 1885 uma verdadeira máfia para a obtenção de recursos naturais teria instalado uma situação de caos social e administrativo.

Em geral, não ha no interior pessoas habilitadas para exercer, convenientemente, os cargos publicos e as poucas que existem ou recusão-se á acceital-os com receio da vingança dos criminosos que, em regra, são potentados, pois, como taes são considerados e se considerão alguns indivíduos que se applicão no negocio da extracção e venda da borracha e que, para o respectivo trabalho, teem ás suas ordens e sob ferrenho dominio, assalariados promptos para tudo ou acceitão e luctão com os maiores embaraços resultantes da má vontade dos que são contrariados em seus planos, por mais tenebrosos que sejam, e da falta de meios para desempenharem seu dever regularmente, com prontidão, criterio e energia.<sup>52</sup>

### **1.3 Exploração de recursos naturais e mecanismos de proteção ambiental**

Os homens da província também foram capazes de perceber os descaminhos da exploração de recursos naturais demonstrando os limites de uma prática irracional e alertando para o aniquilamento de valiosas espécies, dentre outras, a salsa parrilha e a

---

<sup>50</sup> Relatório Provincial de José Jansen Ferreira de 1885, p. 4.

<sup>51</sup> PEREIRA, 2019, op. cit. p. 192.

<sup>52</sup> Relatório Provincial de José Jansen Ferreira de 1885. p.6.

castanheira. Como podemos observar no relatório do presidente Dr. João Pedro Dias Vieira:

Devo, porem, chamar a vossa atenção para os abusos, que se cometem na colheita e extracção de alguns produtos, que, tão expontaneamente, a natureza aqui oferece ao homem laborioso.

A salsa parrilha, por exemplo, desapareceu quasi inteiramente das matas e margens dos Rios mais proximos, á proporção, que foi sendo colhida; porque lhe arrancarão do solo a batata inutilmente. O que á industria e commercio aproveitão desta planta medicinal, tão procurada, são as raizes, que estende á flor da terra, e estas podem ser facilmente cortadas independente do bulbo e da radícula principal, que o prende ao solo. Mostra a experiencia que, conservando o bulbo, voltão as raizes decepadas, no prazo de tres á quatro anos, ao estado de serem novamente colhidas; e, no entretanto (tal tem sido ate agora a nossa negligencia!) este ramo interessante de commercio se vai cada dia tornando mais difficil na Provincia.

A estopa, não obstante ser a castanha um dos principaes artigos da nossa exportação, colhem-n'a alguns de todos os castanheiros, sem reserva, e cortando a casca destas utilissimas arvores em toda a circunferência do tronco, do que resulta o definhamento e morte de muitas d'ellas e consequentemente a diminuição na colheita dos fructos.<sup>53</sup>

Mesmo alerta se deu para com a seringueira e a copaibeira:

O emprego do – arrocho – na extracção do leite da seringa começa a generalisar-se na Provincia, e, como aconteceu em muitos logares do Pará, estaremos brevemente com os nossos seringaes estragados. As próprias incisões, para que não venha a arvore á sofrer, é mister que se fação medeiando entre si espaço sufficiente.

Não se conhece aqui, para a extracção do oleo de cupaiba outro processo alem dos golpes de machado contra a indefensa cupaibeira. Paga esta com a vida o balsamo, que derrama em prol do seu bárbaro destruidor.

Á continuar tão estranho processo, este artigo de nosso commercio, que ainda no anno findo produsio 1:799 camadas, muito cedo deixará de figurar na pauta da exportação da Província.

Por meio do trado ou de outro qualquer instrumento accommodado, obter-se-hia o oleo sem acabar com a arvore.<sup>54</sup>

---

<sup>53</sup> Relatório Provincial do Dr. João Pedro Dias Vieira de 1856. p. 8-7.

<sup>54</sup> Idem.

A partir desses alertas importantes, podemos perceber um conteúdo de apelo emotivo em expressões como “a indefensa cupaibeira” ou na afirmativa “paga esta com a vida o balsamo, que derrama em prol do seu bárbaro destruidor”. Há aí, portanto, implícito, ou mesmo explícito, o drama real alcançado na fala pública<sup>55</sup> do relator, aqui compreendida como um ‘fato social total’, isto é, abrangendo “dimensões políticas, econômicas, religiosas, jurídicas e culturais, e que a natureza dos bens trocados não é meramente material, mas sobretudo, simbólica<sup>56</sup>. Um discurso que ao mexer com todas essas dimensões, fortalece a necessidade de implementação de medidas legais coibitivas para conter tais práticas irracionais de exploração dos recursos naturais, porém a pergunta que se impõe é: a extinção de espécies nativas era uma preocupação somente de aspectos econômicos?

Cumpre, pois, que prohibaes, sob pena de prisão e multa, não só o uso de machado na extração do óleo de cupaiba, e do – arrocho – na do leite de seringa, como também o arrancar-se da salsa parrilha a batata, e o colher-se a estopa, fóra dos logares para isso destinados, authorisando o Governo á formular um Regulamento adequado á boa execução das medidas propostas e á policia nos logares frequentados pelas pessoas, que se empregão neste ramo da industria.<sup>57</sup>

---

<sup>55</sup> Cabe enfatizar que a sociedade e cultura brasileira do século XIX tiveram uma intensa e extensa presença da retórica. “Instalada no ensino em posição de destaque, a disciplina fornecia a base teórica das diversas práticas oratórias então altamente estimadas, que tinham lugar no púlpito, na tribuna parlamentar, em ocasiões sociais as mais diversas.” SOUZA, Roberto Acízelo. *A retórica no Brasil do século XIX dos anos de glória à perdição*. In: COURTINE; PIOVEZANI (orgs.). *História da fala pública: uma arqueologia dos poderes do discurso*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p.196.

<sup>56</sup> COURTINE; PIOVEZANI. *Por uma arqueologia dos poderes e perigos da fala pública*. In: COURTINE; PIOVEZANI (orgs.). *História da fala pública: uma arqueologia dos poderes do discurso*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 15. “Marcel Mauss avança a hipótese de que tais trocas e contratos consistem em ‘fatos sociais totais’ nos quais ‘exprimem-se, de uma só vez, as mais diversas instituições: religiosas, jurídicas e morais – estas sendo políticas e familiares ao mesmo tempo; econômicas – estas supondo formas de particulares da produção e do consumo, ou melhor, do fornecimento e da distribuição; sem contar os fenômenos estéticos em que resultam esses fatos e os fenômenos morfológicos que essas instituições manifestam’.

<sup>57</sup> *Idem*.

Qual seria o real motivo de considerar esses abusos a ponto de criar mecanismos legais para contê-los? Kelerson Semerene Costa<sup>58</sup> esclarece sobre o interesse das autoridades sobre esse aspecto: “a disponibilidade de um recurso não depende apenas da sua existência na natureza, mas também da capacidade para alcançá-lo de que dispõe a sociedade que dele pretende usufruir.” Portanto, trata-se da acessibilidade a um produto da floresta que despenderia bastantes recursos, incluindo mão de obra para o trabalho de alcançar áreas muito inacessíveis não somente pelas condições naturais da região, como pelas barreiras de povos ainda não contactados.

(...) recorro ao exemplo do cravo, que tanto impressionou Ferreira Penna quando ele esteve no baixo Tocantins e no Anapú, no ano de 1864. Como vimos, naquela região, o cravo, depois de intensa e predatoriamente explorado, ocorria apenas em áreas remotas, de difícil acesso, que requeriam dias de jornada pelas matas e a transposição de cachoeiras, às vezes em terras habitadas por povos ainda não integrados à sociedade nacional.<sup>59</sup>

Contudo, somente o aspecto de dificuldades de acesso aos recursos naturais, o que afinal corresponderia às preocupações econômicas, ainda não explicaria por completo aquilo que está na legislação criada, pois que evidencia alguma sensibilidade para com determinadas espécies, como no caso das tartarugas. Na Lei n. 55 de 11 de julho de 1855, encontra-se a proibição da manipulação da manteiga de ovos de tartaruga em algumas praias da província e estabelece regras para a polícia nos lugares onde é permitido exercê-la. "As Camaras Municipais collocarão Guardas nas praias de seus respectivos municipios d'esde o começo da desovação até brotarem, e se retirarem ao rio as tartaruguinhas..."<sup>60</sup>, apresentando todo um mecanismo de controle da situação como no meio de evitar a corrupção dos guardas com multa aos subornadores de "duzentos mil réis, a qual será commutada em seis mezes de prizão simples, não tendo os infractores com que a pagarem"<sup>61</sup>.

---

<sup>58</sup> COSTA, Kelerson Semerene. *Homens e natureza na Amazônia brasileira: Dimensões (1616-1920)*. 2002. 292f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília. p. 225.

<sup>59</sup> *Idem.*

<sup>60</sup> Estrella do Amazonas. Quinta Feira 9 de agosto de 1855, 10.º trimestre. Parte Oficial. Resolução N.º54 de 4 de julho de 1855

<sup>61</sup> *Idem.*

Como também se exemplifica já no 1.º artigo do decreto de Lei nº 102, de 8 de julho de 1859, do 1º vice-presidente da província do Amazonas, Manuel Gomes Correa de Miranda:

Art. 1.º Fica proibido em toda a Província: § 1.º Acondução de tartarugas em canôas ou jangadas de modo que fiquem apinhoadas ou cavalgadas umas sobre outras, e por isso em numero maior de uma por cada 4 arrobas, que lotar a canoa, ou de treze por cada tonellada. Os infractores soffrerão a multa de 1.000 reis, ou meio dia de prisão, por cada tartaruga excedente do numero fixado por arrobas ou tonelladas.<sup>62</sup>

O homem do século XIX é ser humano como em qualquer tempo histórico, com suas dimensões complexas e paradoxais, sendo capazes de expressar o conjunto de seus valores sempre permeados por diversos sentidos (não apenas econômicos). A relação do homem com a natureza também irá expressar a sua capacidade de ser indiferente, insensível, ganancioso, como também, a de ter empatia, compaixão e sensibilidade para com as outras espécies.

No Código de Posturas Municipais, Lei nº 247, de 1º de junho de 1872, é possível notar inclusive uma legislação que em muito antecedeu ao que se tem de moderno, refiro-me à Lei 9605/98 de Crimes Ambientais que proíbe maus tratos aos animais (silvestres e domésticos), pois já naquela época, 1872, foram criados mecanismos para a proteção e integridade da vida e contra abusos de animais:

Art. 83 – É proibido espancar animais nas ruas e praças públicas, e carregá-los com excessivo peso. Os contraventores incorrerão na multa de dez mil réis ou três dias de prisão.

Art. 84 – Fica proibido no serviço de cargas ou condução de carros ou carroças o emprego de animal demasiadamente magro ou doente. Aos contraventores a multa de dez mil réis por infração.<sup>63</sup>

De todo modo, permaneceu na província o desafio das atividades econômicas devido a incompreensão da vocação natural da singular região, “o problema portanto é

---

<sup>62</sup> *Estrella do Amazonas*. Sabbado 10 de setembro de 1859, 23.º trimestre. Parte Oficial.

<sup>63</sup> Código de posturas municipais da cidade de Manaus. Lei nº 247, de 1º de junho de 1872. Título VIII – Dos animais daninhos &. p. 54. In: *Posturas Municipais, Amazonas (1839-1967)*/Organização de Patrícia Melo Sampaio. Manaus: EDUA, 2016. 406p.

esse: morando num lugar onde o alimento é praticamente de graça, todo trabalho de um homem não lhe rende mais que meio xelim por semana, o que não lhe permitirá senão adquirir algumas escassas peças de vestuário, e nada mais...”<sup>64</sup>

#### 1.4 O homem amazônida

Portanto, o sentido de colonização/escravização impregnado culturalmente a partir do período colonial, traduzia uma realidade de superexploração do trabalhador nativo que – quer se queira, quer não – tratava-se de mão de obra diferenciada, por ser naturalmente alheia a uma lógica brutal de exploração de recursos naturais como podem atestar os seus modos de vida. Conseqüentemente, tornava a mão de obra indígena – que antes constituía a “única – e numerosa classe trabalhadora”<sup>65</sup> enquanto servidão forçada e ao tomarem conhecimento da lei que os protegia retiravam-se da cidade – cada vez mais indisponível, por melhores que fossem as tentativas de implementar uma educação escolar enquanto possibilidade de qualificá-la.

No entanto, a educação escolar, apontada como um caminho de progresso, naturalmente apresentava seus percalços: “Mal aprende o menino a soletrar e assinar seu nome, o pai, mãe, tutor ou protector & c. fal-o retirar da escola; porque o não quer para estudos maiores, senão para acompanhá-lo no sítio, ajudá-lo na pescaria, extracção de ovos, fabricação de manteiga &c.”<sup>66</sup>

O que supõe que, a começar pelos povos originários, que compunham majoritariamente a região, o homem amazônida, uma vez excluído de práticas tradicionais milenares anteriores ao contato com o colonizador, isto é, indígenas, na condição de desaldeado ou tapuío, miscigenado, ou outros que a esses grupos foram se somando, como negros e nordestinos, enquadravam-se, de longa data, em uma lógica de trabalho abusiva onde estudo para os filhos – mãos de obra em potencial – faria muito pouco sentido. Sobretudo, porque o período histórico compreendia trabalhadores livres e escravos, o que incluía menores nas duas categorias como podemos observar na tabela

---

<sup>64</sup> WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelo rio Amazonas e Negro*. (1823-1913). Traduzido por: Eugênio Amado; apresentado por: Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. (Reconquista do Brasil; v. 50). 317p. p.114.

<sup>65</sup> BATES, Henry Walter. *Um naturalista no rio Amazonas*. (1825-1892). Traduzido por: Regina Régis Junqueira; apresentado por: Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. (Reconquista do Brasil; v. 53). 300p. p. 133.

<sup>66</sup> Relatório Provincial do Dr. João Pedro Dias Vieira de 1857, p. 15.

abaixo referente ao relatório do presidente de província o Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha<sup>67</sup>, embora “a economia da região [estivesse] fundada no uso da mão-de-obra indígena e (...) dela dependeu por praticamente todo o século XIX, reforçando o caráter não capitalista e não exclusivamente escravista das relações econômicas na região.”<sup>68</sup>

Censo pelas Freguezias.

FREGUEZIAS	LIVRES.					ESCRAVOS.					TOTAL GERAL.	CASAS HABITADAS.	FOGOS.
	ADULTOS.		MENORES.		TOTAL.	ADULTOS		MENORES		TOTAL.			
	Homens.	Mulheres.	Homens.	Mulheres.		Homens.	Mulheres.	Homens.	Mulheres.				
	Homens.	Mulheres.	Homens.	Mulheres.		Homens.	Mulheres.	Homens.	Mulheres.				
Cap.ª e T.	3584	3635	3811	3573	14603	81	96	110	98	385	14988	1481	1503
Barcellos..	176	114	139	83	512	8	5	7	6	26	538	100	104
Thomar..	470	306	297	286	1359	...	...	...	...	...	1359	170	184
S. G. e M.	300	361	350	367	1378	1	1	...	...	2	1380	109	169
MouracC.	234	264	251	169	938	3	4	3	...	10	948	117	128
Silves.	841	956	984	913	3694	33	31	18	14	96	3790	501	509
Serpa ...	347	260	260	216	1083	8	15	7	7	37	1120	193	215
Borba ...	3331	2423	2576	781	9111	41	28	21	18	108	9219	1222	1278
Canumã .	222	301	204	106	833	4	3	1	...	8	841	104	114
Teffé ...	546	478	402	283	1709	23	17	16	18	74	1783	267	421
Alvellos ..	289	341	246	179	1053	4	5	3	3	15	1070	192	192
Fonte Bda.	150	168	149	140	607	...	...	...	...	...	607	104	107
S. P. de O.	294	282	128	127	831	...	...	...	...	...	831	178	182
Tabatinga.	154	169	159	140	622	...	2	...	...	2	624	108	113
Maués ...	571	520	601	574	2266	18	29	9	15	71	2337	563	667
V.ª Bella .	1050	885	894	880	3709	64	35	51	30	180	3889	588	602
Andirá... .	271	244	196	140	851	4	2	3	3	12	863	170	202
Somma ...	12850	11707	11647	8937	45161	292	273	249	212	1026	46187	6167	6690

Essa situação de escravização de menores só começaria a ter fim quando “a partir de 1866, após aprovação da Assembléia Legislativa Provincial, entra em vigor um termo aditivo ao orçamento que reservava uma quantia anual de dez contos de réis para realizar a emancipação progressiva, dando prioridade para a libertação das crianças.”<sup>69</sup>

<sup>67</sup> Relatório Provincial do Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha de 1861, p. 26.

<sup>68</sup> SAMPAIO, Patrícia Melo. *Nas teias da fortuna*. MNEME revista de humanidades. Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. V. 03. N. 06, out./nov. de 2002 – Semestral. Disponível em [www.cerescaico.ufrn.br/mneme](http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme). Acesso em 28 dez 2021. p. 52.

<sup>69</sup> *Idem*. p. 66.

Contudo, vale ressaltar que o passado histórico de escravização indígena até meados de século XVIII na prática não foi encerrado a partir da Diretoria do Índio, com a lei de abolição do trabalho forçado para essa mão de obra, mas vigorou até o final do século XIX ignorados por alguns administradores que submetiam os índios, ainda que renumerados, a um sistema semisservil.<sup>70</sup>

Para o presidente Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, a educação escolar problemática também tinha relação com os aspectos naturais da região que em sua interpretação propiciava certa “vida errante”, ou seja, trata-se da oposição natureza *versus* civilização, que desconsiderava as práticas abusivas, a violência e os maus tratos aos indígenas como motivo crucial de torná-los arredios e, no lugar disso, responsabilizava o sentido de pertencimento ao mundo natural (selvagem) na dispersão deles, onde lhes ficaria implícito uma crítica a essa conexão homem/natureza, ao invés de aderirem a uma civilização (barbárie) que lhes era generosamente ofertada.

O numero dos alumnos do sexo masculino, que vão as escolas, decresce, ou pelo menos não acompanha o aumento, que tem a população. Convem muito estudar as causas deste fenomeno para as remover. Causas de diversas ordens concorrem para este resultado. Umas provêm das circumstancias especiaes do paiz. A população está disseminada por um territorio extensissimo sem apreciar devidamente a vida civilisada. Sua occupação constante é a pesca pelas praias, o lagos, e a extracção dos variados productos, que a natureza espontaneamente offerece. Empregados nesta especie de industria os habitantes menos abastados da Provincia vivem vida errante, e quasi nomade, Abandonão suas casas, e plantações com muita facilidade, e levão em sua companhia os filhos tirando-os das escolas, se n'ellas os havião matriculado.<sup>71</sup>

Com relação aos povos indígenas especialmente, a normalidade de um cotidiano de brutalidades sofridas é denunciada na fala do presidente Francisco José Furtado<sup>72</sup>:

Sinto dizer-vos, que a catechese e civilização dos Indios continua no deploravel atraso, em que permanece ha muito tempo, e que a despeito da legislação, que os protege, da solicitude do Governo Imperial e das

---

<sup>70</sup> MESQUITA, Otoni Moreira de. *Manaus: história e arquitetura (1669-1915)*. 4. ed. revisada e ampliada. Manaus: Editora Valer, 2019. 362p. p. 39.

<sup>71</sup> Relatório Provincial do Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha de 1861. p. 27-28.

<sup>72</sup> Relatório Provincial de Francisco José Furtado de 1858, p. 21-22.

primeiras Autoridades da Província, elles sofrem toda a sorte de injustiças, violencias, e fraudes, não só de algumas Autoridades subalternas, como dos seus proprios Directores, e dos particulares.

Tenho empenhado todos os meos esforços para protege-los, e reprimir os abusos de que são victimas; porém há tanta gente interessada nesses abusos, e deles vivem, que todos os esforços são se não completamente baldados pocas vezes efficazes.

(...)

Em verdade seria muito difficil encontrar, sobre tudo nas províncias atrasadas, muitas pessoas, que á necessária intelligencia e severa probidade unissem grande zelo e extraordinaria abnegação das comodidades da vida social para gratuitamente desempenharem as afanosas attribuições de Director parcial.

Assim, os encarregados de taes funções, com raríssimas excepções, ou se não importão com os Indios, e são os melhores, ou buscão o emprego para se locupletarem com os serviços desses desgraçados, dando-lhes em paga os tratos, que deshumanos senhores applicão á escravos desobedientes e remissos.

Força é, Snrs., confessar uma triste e pungente verdade. A historia dos Indios é o opróbrio da nossa civilização. Apesar de tantas leis proclamando a sua liberdade, e proscrevendo a escravidão deles, esta subsiste quasi de facto!<sup>73</sup>

Essa conjuntura de violência contra os povos nativos da região configuraria a província na pior desvantagem, ou seja, “tão pobre de braços, como rica em recursos naturais, sem as condições de recorrer aos indígenas, sempre arredados da sociedade, preferindo seu *modus vivendi* pelos ermos da floresta”<sup>74</sup>.

Nesse ponto, observou-se que na província, embora existissem terras cultiváveis e campos percebidos como ideais para a criação de gado, havia falta de elemento humano capaz de implementar os processos produtivos necessários para a obtenção dos produtos de qualidade e em quantidade suficiente para as populações, principalmente as da capital.<sup>75</sup>

### **1.5 Alguns aspectos ambientais da região**

Além do aspecto da mão de obra, nota-se, em todo contexto da província, a influência definitiva dos aspectos ambientais, como rios e floresta, ora como dificuldade

---

<sup>73</sup> *Idem.*

<sup>74</sup> SILVA, José Lopes da. *Amazonas: do extrativismo à industrialização*. Manaus: Editora Valer, 2011. p. 40.

<sup>75</sup> PEREIRA, 2018, *op. cit.*, p. 13.

para o trabalho administrativo de pessoas que necessariamente renunciariam às “comodidades da vida social” na medida em que haveriam de residir nos interiores, nas matas; ora como refúgio para os indígenas que resistiam a tais condições adversas, isto é, a barbárie contra eles praticada livremente, em terra sem lei, longe do alcance de qualquer justiça institucional e administrativa. Não muito diferente é a questão da logística que demandaria um melhor abastecimento de carne para a capital, novamente, as “barreiras” naturais são ali apontadas, como é possível perceber na fala do presidente Francisco José Furtado que diz:

O gado das Fazendas do Rio Branco sobre ser pouco está á imensa distancia, e a sua vinda durante parte do anno é impossivel por causa das caxoeiras, que na baixa das águas não dão passagem aos batelões.

Uma estrada d’aqui ao Rio Branco demandaria annos, e o dispendio de muitos contos de reis como risco de fechar-se logo em consequencia do pouco transito, que teria; a menos que anualmente se não despendesse avultada somma com sua conservação.

A pequena estrada, que se fez para evitar as caxoeiras não satisfez (...).  
76

Em 1876, a província voltou a pensar na estrada do Rio Branco na tentativa de resolver o problema de abastecimento de carne para a capital.<sup>77</sup>

Mais tarde, a Lei nº 426, de 19 de maio de 1879, autorizou mais uma vez a sua construção, por Antonio Amâncio Fernandes, pelo preço de 95\$000 a milha. Alarico Furtado, adotando outra estratégia, percebendo a grande distância a ser vencida, impossível de ser superadas com as técnicas da época, optou pela abertura de uma menor, contornando as cachoeiras, mandando o engenheiro Alexandre Haag proceder os estudos necessários e iniciar os trabalhos. Haag partiu para o rio Branco, a 10 de julho de 1881, voltando a 3 de setembro, tendo explorado todo trecho encachoeirado. Para construí-la, foi escolhido o engenheiro Feliciano Antonio Benjamin. No governo de José Paranaguá, os trabalhos continuaram, mas, a seguir, foram abandonados por falta de verba e pela indicação de Feliciano Benjamin, para a comissão de limites com a Venezuela. Haag foi mandado de novo para o rio Branco, a 20 de junho de 1882. Ali, entre 13 de agosto de

---

<sup>76</sup> Relatório Provincial de Francisco José Furtado de 1858, p. 17.

<sup>77</sup> LOUREIRO, *op. cit.*, p. 163.

1882 e 14 de fevereiro de 1883, construiu 20.582 metros de estrada, com 6,6 metros de largura, entre Caracaraí e Cemitério Grande.<sup>78</sup>

Na Amazônia, fundamentalmente, foi sua própria constituição ambiental a tardar e evitar inimagináveis depredações que muito provavelmente a aniquilaria por completa, pois, resiste ao tempo da tradicional cultura predatória sobre ela desde que constituída em Brasil, isto é, quando ela deixou de ser manejada com inteligência e respeito como tradicionalmente tivera sido, uma vez que tinha seu bioma sequer ameaçado de quaisquer danos.

Não se trata, porém, de uma visão dos povos nativos como pessoas “simplórias, descomplicadas, unânimes e totalmente livres de ambivalência”<sup>79</sup>, pois “toda cultura contém um leque de percepções e valores variados”<sup>80</sup>, fato é, que não se tem até então registros de destruição da natureza no patamar crítico que alcançou a modernidade. A partir do momento em que a região é tomada por um número maior de pessoas, envolvidas com o extrativismo, antes apenas para consumo local, começa a afetar o equilíbrio ecológico das espécies.

Com o conhecimento do meio ambiente, a identificação das espécies aproveitáveis e o aumento da população, começou a exploração em escala comercial e a exportação desses recursos, ainda na época colonial, envolvendo a pesca do pirarucu e do peixe-boi, a viração das tartarugas, a colheita de seus ovos e o fabrico de manteigas e das mexiras, atividades existentes [de maneira restrita antes dos colonizadores]. Na época imperial essa ocupação continuou, com a perseguição dos espécimens, reduzindo os estoques naturais, pela ação indiscriminada. O peixe-boi chegou quase a extinção, pela sua carne, pelo óleo e mais tarde, pelo couro de excepcional espessura. As tartarugas, sob a proteção de leis e, principalmente, por serem muito prolíficas, ainda resistem em suas diversas espécies, após centenas de anos de predação de ovos e filhotes, e do consumo de sua carne, vendida às toneladas, em todos os mercados regionais, até trinta anos atrás. O pirarucu marcha, desprotegido, para o mesmo destino, continuando a ser exportado às toneladas, como há mais de cem anos é feito, **só resistindo, pelos milhões de ovos que produz, pela proteção natural**

---

<sup>78</sup> *Idem.*

<sup>79</sup> WORSTER, Donald. *Para fazer história ambiental*. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 4. n. 8, 1991, pp. 198-215. p. 211.

<sup>80</sup> *Idem.*

**aos seus filhotes e pelas enchentes anuais, dificultando a sua captura, por um certo período.**<sup>81</sup>

Dando continuidade a forma predatória da exploração de recursos naturais, o extrativismo vegetal superaria os “ataques contra a fauna”,

a produção amazonense de borracha, também denominada de seringa ou goma elástica, começou a crescer com o estabelecimento da navegação a vapor, que diminuiu o tempo das viagens, baixou os fretes e ofereceu maior tonelagem de carga a transportar, tornando competitivos os preços e facilitando a exploração de diversos seringais virgens. (...) Em 1856, no Amazonas, os valores da sua exportação ultrapassaram, pela primeira vez, os do pirarucu, até então o nosso principal produto e, apesar de sua queda, para o segundo lugar em 1857, daí para frente, jamais deixou de ocupar a posição primordial da economia amazonense, durante todo período imperial.<sup>82</sup>

Alheios a exploração da borracha, ainda que viesse a ser a base da economia amazonense, “os presidentes provinciais deram-lhe pouco destaque, nos seus relatórios, pois a atividade era independente do incentivo estatal e os governantes nela viam apenas uma fonte inesgotável de impostos”.<sup>83</sup> Antonio Loureiro<sup>84</sup> esclarece que todo o ciclo da borracha fora feito por conta e risco do capital privado, sobretudo, pelos emigrantes que na região atuaram nos locais mais longínquos e pouco conhecidos, isto é, fora do domínio administrativo da capital. Mesmo com as enormes quantias arrecadadas que veio a financiar obras e empregos públicos aos manauaras, os presidentes de província ignoravam os esforços extrativistas, só lembrados para destacar a alta criminalidade da região do Purus ou o abandono de uma agricultura superestimada.

## **1.6 O problema da qualificação da mão de obra**

Para os homens da província, a gerência desvantajosa do período, isto é, o problema da mão de obra para a tão almejada implementação de atividades agrícolas, era fruto da falta de melhores condições de promover a riqueza a partir da presença

---

<sup>81</sup> LOUREIRO, *op. cit.*, p. 198. (grifos nossos).

<sup>82</sup> *Idem*, p. 199.

<sup>83</sup> *Idem*, p. 200.

<sup>84</sup> *Idem*.

missionária que era insuficiente para fomentar educação, fervor religioso e patriotismo, mediante a falta de recursos pecuniários, sendo desmerecida por parte da Corte.<sup>85</sup>

O ensino da Religião e da moral do Evangelho, como é feito, não satisfaz. Faltão Parochos para reger as freguezias. Não ha sacerdotes em numero sufficiente bem instruidos, e compenetrados de seos deveres para convencer pela palavra, e pelo exemplo e praticas virtuosas influir sobre os costumes.<sup>86</sup>

Além da falta de missionários, o presidente Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, também relata as condições precárias das escolas pela falta de recursos, como é o caso do Collegio de N. S. dos Remedios.

(...) nenhuma providencia tomei para melhorar o estado do estabelecimento, porque os apuros das finanças da Provincia não o permittião, nem por ora é isso ainda possivel. Convem esperar mais algum tempo. Era tal a situação, que as despesas ordinarias do collegio pesavão sobre o seo administrador, que as adiantava, e só mezes depois era indemnizado á proporção que a Fazenda Provincial ia recebendo alguma renda, de que podesse dispor. Tem o collegio uma casa propria para nella funcionar, mas falta-lho mobilia, e utensílios. O que existe é insufficiente, e sem a necessaria decencia. Não disponho de recursos pecuniarios para attender a esta necessidade. Ao 'collegio deve ser admittido maior numero de menores desvalidas, preferindo as gentias. Seria este um meio proveitoso para chamar os Indios á vida civilisada. Os apuros da fazenda provincial não offerecem ainda meios para esta despesa. A excepção da Regente todos os mais Empregados do estabelecimento servem gratuitamente. E' um serviço, que prestão a Provincia. Sem elle em maiores embaraços se acharia o estabelecimento para continuar.<sup>87</sup>

## 1.7 A saúde na Província

Ao longo do período provincial, a situação de penúria nas instituições de ensino também é percebida nas estruturas médico-sanitárias, que se faziam normalmente em atendimento emergencial diante das inúmeras epidemias e desmanchadas logo que os

---

<sup>85</sup> SILVA, *op. cit.*, p. 40; 41.

<sup>86</sup> Relatório Provincial do Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha de 1861, p. 21.

<sup>87</sup> *Idem.*

casos eram atenuados.<sup>88</sup> Em 1854, por exemplo, o presidente Ferreira Penna solicitou um relatório sobre a situação sanitária da Província ao médico militar Antônio José Moreira e ao professor de homeopatia Marius Portes, pois não havia um único hospital na Província e o de São Vicente estava em ruínas. Dezoito anos depois, em 1872, Manaus ainda se ressentia da falta de um hospital civil. Havia unicamente uma enfermaria militar em São Vicente.<sup>89</sup>

O contexto de “precariedade das condições de vida e trabalho e a ação devastadora das epidemias e da fome” que marcou a região do Grão-Pará ao longo dos três primeiros séculos de colonização reproduzia estruturas de dominação e subordinação das populações regionais<sup>90</sup>, desencadeando a Cabanagem, expressiva insurreição popular da Amazônia, no período que antecede à Província do Amazonas.

Essa verdadeira ‘bestialização’ dos populares, tão presentes na escrita da história que aqui se faz, produzia memórias carregadas de significações excludentes, lançando um profundo silêncio sobre as vozes e os projetos dos setores populares. Se esses não demonstraram ter um conteúdo programático especificado e coerente, pelo menos haviam vivenciado um processo de luta que os conscientizava e lhes dava clareza sobre seus alvos e inimigos (pessoas e instituições), denunciando, na prática, suas demandas e objetivos.<sup>91</sup>

Essa conscientização dos populares no campo de disputas na sociedade amazonense, evidencia dimensões de luta que não termina com a Cabanagem, embora durante todo o período desse movimento, toda rebelião popular foi permanentemente estigmatizada diante da violência própria de um movimento como esse, embora a monstrosidade de um Soares d’Andréa<sup>92</sup>, por exemplo, não tenha escandalizado ainda

---

<sup>88</sup> COSTA. Cybele Morais da. *Socorros Públicos: as bases da Saúde Pública na Província do Amazonas (1852-1880)*. Dissertação de Mestrado, PPGH História Social UFAM. Manaus, 2008. p.54-55.

<sup>89</sup> LOUREIRO, *op. cit.*, p. 126;131.

<sup>90</sup> PINHEIRO. Luís Balkar Sá Peixoto. *Visões da Cabanagem: uma revolta popular e suas representações na historiografia*. 2. ed. Manaus: Editora Valer, 2019. p. 101.

<sup>91</sup> *Idem*.

<sup>92</sup> Trata-se do brigadeiro Francisco Soares d’Andréa, presidente da província do Pará que teve ação genocida contra os populares cabanos. “Pode-se compreender a nenhuma valia ou préstimo das comunidades de negros, índios e mestiços em geral aos olhos do brigadeiro Soares d’Andréa, a não ser para as tarefas mais cansativas, elementares e servis do esforço de produção, de resto paralisado, em larga medida, pela rebelião e suas consequências. O índio, negro ou mestiço, que associe sua condição de desvalia social ao estigma de cabano, pode considerar-se um virtual condenado à morte.” MOREIRA

mais. Às “gentes de cor” todo sentido animalesco e selvagem lhes eram atribuídos e o homem amazônico prosseguiu sob esse estigma também na província. Assim, “segundo a crença da época quanto mais branca a população melhor era a sua qualidade, pois se acreditava estar mais próximo do ideal desejado de civilização e de seu indefectível corolário, o progresso.”<sup>93</sup>

A população regional fora descrita por

brancos naturaes do paiz, mui poucos estrangeiros; de mamelucos, que são o apuro da raça indigena por sua união com os brancos; de indigenas genuínos, nascidos no gremio da sociedade; de cafuzes e caribocas, que são a degeneração da raça indigena por sua união com os negros, e destes ultimos.<sup>94</sup>

De certo modo, a rejeição às populações regionais consideradas atrasadas e primitivas está intrinsecamente relacionada não apenas com a questão racial e etnocêntrica, mas com o desprezo ao mundo natural a eles associados – “o selvagem era o que estava envolvido com a natureza, era o que via a natureza como fonte de vida e com ela se envolvia numa relação de cumplicidade.”<sup>95</sup>

Ainda que numa região acometida por tantas epidemias e dispondo de poucos profissionais da saúde, como refere Antonio Loureiro<sup>96</sup> sobre a morte, “a 2 de março de 1877, no Rio de Janeiro, do doutor Antônio José Moreira, que por décadas, fora o único médico existente, na Província”, as práticas medicinais advindas da floresta acabavam incorporando também o cotidiano do não índio.

A quase total ausência de médicos somada a uma identidade cultural de vivência íntima com a floresta, permitiam que as práticas curativas populares, já há muito negadas e combatidas pela medicina oficial,

---

NETO, Carlos de Araújo. *Índios da Amazônia, de maioria a minoria (1750-1850)*. Petrópolis: Vozes, 1988. 348p. p. 65.

<sup>93</sup> COSTA, 2008, *op. cit.*, p. 32.

<sup>94</sup> AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo e. *Dicionário Topográfico, Histórico, Descritivo do Alto Amazonas*. Manaus: GRAFIMA, 1984. 208p. Reprodução fac-similada da edição de 1852, impressa em Recife por Typografia Comercial de Meira Henriques. p. 22.

<sup>95</sup> VALLE, Arthemisia de Souza; OLIVEIRA, José Aldemir de. *A cidade de Manaus: uma análise da produção do espaço urbano a partir dos igarapés*. In: *Cidade de Manaus: visões interdisciplinares*. Organizado por José Aldemir de Oliveira [et al.]. Manaus: EDUA, 2003. 295p. p.160.

<sup>96</sup> LOUREIRO, *op. cit.*, p. 133.

permanecessem presentes de forma regular em todos os grupos sociais da província.<sup>97</sup>

De todo modo, os hábitos da população somados às condições do ambiente amazônico eram considerados principais fatores da propagação das doenças e epidemias, culpabilizando homem, e natureza (isto é, características climáticas, topográficas e meteorológicas<sup>98</sup>):

No que diz respeito ao campo da saúde pública, esses modos de viver representavam para os médicos que atuaram na província do Amazonas a principal causa do estado doentio e da constatada falta de cuidados higiênicos com o corpo, com a alimentação e com as moradias. A crítica à ociosidade cotidiana, à falta de uma atividade regular, aos excessos de uma alimentação pobre e gordurosa, a constância dos banhos frios e as moradias insalubres somados a um ambiente naturalmente insalubre – clima quente e úmido e de solo pantanoso – todos esses elementos confluíam, segundo os médicos, a favor de um estado considerado por eles como sendo permanentemente mórbido. Segundo os mesmos facultativos a não observância dos preceitos de higiene contribuía para a existência de um quadro desolador e de misérrima indigência que se observava em meio à população provincial.<sup>99</sup>

O aspecto considerado palustre da região amazônica associado à característica miasmática que a incipiente urbanização propiciava, isto é, sendo comum, entre outras coisas, a presença de peixes em decomposição nas beiradas de rios e igarapés, consistindo em fatores responsáveis pela propagação de muitas doenças na região, numa população que iria compor, como diria Milton Santos<sup>100</sup> o nascimento da pobreza, pois “a cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora da pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (...) pessoas ainda mais pobres” propagaria uma situação lastimável de ausência de políticas públicas, sanitárias, com uma população totalmente

---

<sup>97</sup> COSTA, 2008, *op. cit.*, p. 41.

<sup>98</sup> *Idem.* p. 67.

<sup>99</sup> *Idem.* p. 38.

<sup>100</sup> SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 5. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 176p. (Coleção Milton Santos; 6). p. 10.

desprovida de bens e serviços essenciais, resultando na degradação das condições de sua existência.<sup>101</sup>

“No começo, a cidade era bem mais uma emanção do poder longínquo, uma vontade de marcar presença num país distante.”<sup>102</sup> O germe das cidades amazônicas era a presença portuguesa tomando habilidosamente territórios da conquista espanhola na ocasião da união entre as duas coroas, União Ibérica (1580-1640).

Apesar de nascer no campo as bases da sociedade no período do Império brasileiro, onde a atividade agrícola fundamentalmente forjaria “a nossa raça e se [elaborariam] as forças íntimas de nossa civilização” como afirma Oliveira Vianna citado por Milton Santos<sup>103</sup>, as especificidades amazônicas e o processo histórico colonial extrativista que ainda vigorava na província, contextualizava de maneira diferente a formação das cidades amazônicas, refletindo de modo peculiar o nascedouro de ajuntamentos urbanos. Somados às características típicas da região tropical em condições bastante precárias com relação à saúde pública no período provincial.

Vale ressaltar, no entanto, que

(...) os miasmas provenientes das condições climáticas e meteorológicas da região eram as primeiras explicações para o aparecimento das febres intermitentes ou palustres e causas originárias sempre estavam relacionadas à ação de algum elemento corrompido da natureza: o solo, o ar atmosférico carregado em umidade, o calor intenso, a chuva intensa. Mas a forma como cada um deles agia e ainda o peso dessas ações no processo de adoecimento ainda eram explicações ainda pouco estudadas. (...) Acreditamos que essas indefinições contribuíram de forma bastante substancial para o processo gradual de perda da credibilidade científica pela qual passou a concepção miasmática a partir da segunda metade do século XIX.<sup>104</sup>

O Dr. Hermenegildo Lopes de Campos, foi uma das vozes contrárias a insalubridade do clima amazônico: “sobre os modificadores do clima do Amazonas,

---

<sup>101</sup> *Idem.*

<sup>102</sup> *Idem.* p. 19.

<sup>103</sup> *Idem.*

<sup>104</sup> COSTA, 2008, *op. cit.*, p. 81.

concluimos que afastam-se da verdade os que consideram abrasador, intolerante, opprimente e mortifero.”<sup>105</sup>

Manáos, até 1893 era uma cidade sadia.

Pelo interior viajavam muitas pessoas que nunca contrahiram febres; conhecemos varias delas, habituadas a viagens, e nunca adoeceram. (...)

Os subúrbios de Manáos eram outr’ora o sanatorio dos doentes da cidade. (...)

O impaludismo, que é a molestia que domina toda a pathologia da capital e do interior do Estado, vae se tornando menos frequente como já dissemos. Varias causas motivaram o augmento das febres, desde 1894; uma dellas foram as excavações iniciadas neste anno para o aformoseamento da cidade. Recrudesceram, até que em 1897 a 1898 tiveram augmento insolito.

Nesses anos as excavações tornaram-se um delirio; eram feitas em todos os logares e ao mesmo tempo; cavava-se, aterrava-se depois alguns logares excavados, recavava-se o mesmo logar, etc. Tal movimento de terras, semelhante a um ‘*défrichement d’un sol vierge*’ concorreu muito para a recrudescencia das febres. Aterraram-se igarapés, deixando-se grande espaço entre dois aterros, ficando pantanos artificiaes dentro da cidade. Para elles correm as aguas das enxurradas e dos despejos: o que se há de esperar de tal estados de cousas?<sup>106</sup>

Ou seja, conforme o doutor Hermenegildo Campos, a natureza amazônica não era a causadora ou propiciadora de doenças, o problema estava justamente no mau uso do ambiente, nas interferências desastrosas de aterros de igarapés e excavações por toda a parte na capital da província, gerando áreas pantanosas e, portanto, danosas ao homem e à natureza.

No bairro da Cachoeirinha, outr’ora tão sadio, houve grande derrubada de arvores para abrimto de novas ruas e foram represadas as aguas do igarapé para utilidade da usina dos bonds electricos. Há oito annos uma comissão de médicos da repartição de Hygiene pronunciou-se contra a existência da represa.<sup>107</sup>

---

<sup>105</sup> CAMPOS, Hermenegildo Lopes de. *Climatologia médica do estado do Amazonas*. Manaus: Associação Comercial do Amazonas/ Fundo Editorial, 1988. (Coleção Hiléia Amazônica, v.7). 109p. p. 53.

<sup>106</sup> *Idem*. p. 65-66.

<sup>107</sup> *Idem*. p. 66.

A qualidade da água consumida pela população de Manaus também foi comprometida e conforme o Dr. Hermenegildo Campos, fator maior ainda para a endemia palustre.

Outro facto de grande importancia tem concorrido para a permanencia das febres em Manáos. Antes de haver agua encanada para uso publico, era esta fornecida de mananciaes limpos e sombreados: excelente agua! Funcionando o encanamento desde 1889, era a agua captada de excelente manancial, bem acceiado; a agua da represa servia ‘somente’ para mover as turbinas. Depois que a bombeação começou a ser movida por machinas a vapor e posteriormente pela eletricidade tem sido a agua captada da represa, onde ha páos podres, folhas em decomposição, para onde correm igarapés nos quaes tomam-se banhos, lavam-se animaes, etc. Este facto explica a permanencia das febres, pois as excavações estão actualmente paralysadas. Durante os mezes de Fevereiro, Março e Abril, no maximum das chuvas, a agua fornecida para uso publico fica muito escura e deposita no fundo dos vasos, onde é apanhada, uma substancia viscosa e escura. E’ n’esses mezes que principiam a ser frequentes os casos de febres. Somos de opinião de que este facto tem concorrido mais do que excavações para a endemia palustre.<sup>108</sup>

O Dr. Alfredo da Matta é outra autoridade médica a relatar sobre a qualidade da água, referido pelo Dr. Hermenegildo Campos, afirma que

‘A agua que abastece a cidade não obedece aos quesitos que a sciencia determina quanto á suas qualidades...; pela inspecção a mais simples vemos que as aguas do manancial são ricas de materias vegetaes, constituídas por folhas, madeiras ou seus destroços, tecidos de todas as variedades, por organismos animaes e vegetaes de classe inferior; pelas materias humicas, ulmicas e outras resultantes da putrefação lenta de substancias lenhosas, turfosas, sob a acção do calor, da humidade.’ Opina que as aguas sejam filtradas: cita o facto dos habitantes das Landes Bordelezas e de muitos pontos do departamento da Gironda não contrahirem febres quando bebem agua filtrada. (...)

Esta mesma autoridade sanitária, em 1899, protestára contra a furia das excavações feitas sem as precauções necessárias para beneficio dos habitantes.<sup>109</sup>

---

<sup>108</sup> *Idem.*

<sup>109</sup> *Idem.* p. 66-67.

Apesar da degradação ambiental desastrosa – foi assim que a cidade de Manaus começou a se urbanizar – as preocupações com os miasmas já apareciam no período que antecedeu a província, é o que revelam os códigos de posturas organizados para a região. Já em 1848, havia preocupação com áreas pantanosas, sobre águas infectas, bem como a limpeza de terrenos e ruas como é possível observar nos artigos selecionados abaixo do Código de posturas municipais:

Art. 14 – Quem tiver terreno pantanoso dentro dos limites das Cidades, Vilas, e suas imediações, ou nas freguesias e povoados, onde se conservem águas estagnadas, será obrigado a aterrará-lo, ou a dar esgotamento às águas, sendo possível, dentro do prazo, que a Câmara ordenar, em consequência de exame, que o Fiscal tiver feito com dois peritos, lavrando-se disso auto circunstanciado. Findo o prazo será o infrator condenado em dez mil réis ou quatro dias de prisão, e se prorrogará o tempo, que a Câmara julgar necessário para concluir uma ou outra obra: depois deste se julgará ter reincidido, e então mandará a Câmara fazer a obra à custa do possuidor do terreno.

Art. 15 – Os proprietários de terrenos, ou foreiros dentro dos limites das Cidades, Vilas, ou Freguesias deverão conservar sempre os ditos limpos, e livres de imundices, sob pena de incorrerem na multa de duzentos réis por cada braça de frente, ou dois dias de prisão.

Parágrafo Único – A inspeção sob esta limpeza deverá ser feita no último dia de cada mês, a qual hão de preceder editais oito dias antes.

Art. 16 – Os moradores das Cidades, Vilas ou Freguesias, cujas casas fizerem fundos para as bandas dos rios, ou dos campos, serão obrigados a mandarem limpá-los aningaes, canaranas, mato&, e imundices, de três em três meses, no primeiro caso até à margem dos rios, e no segundo até a distância de seis braças dos campos. O infrator incorrerá na multa de cinco mil réis ou dois dias de prisão.

Art. 17 – Ninguém poderá lançar, ou consentir, que se lance águas infectas nas ruas, quintais, pátios, estradas, e canos de casas, devendo estes servir somente para dar saída às águas pluviais. O infrator incorrerá na multa de dez mil réis ou quatro dias de prisão.

Art. 18 – Ninguém poderá lançar nas ruas, praças, estradas, praias, cais, e mais lugares públicos imundices, cisco, vidros, restos de peixe &, o que só poderá ser feito nos lugares, que as Câmaras designarem por editais. O infrator incorrerá na multa de dois mil réis ou um dia de prisão, e será obrigado a mandar fazer a limpeza a sua custa, ou a pagar a despesa, que o Fiscal para isso tiver feito.

Art. 19 – Os moradores das Cidades, Vilas e Freguesias, e os donos de terrenos dentro dos limites delas são obrigados a conservar sempre limpas e testadas de suas casas, e terrenos até ao meio da rua, ou travessa, dando esgotamento às águas, e não consentindo, que na frente das ditas casas, ou terrenos se lance lixo ou outra qualquer coisa imunda. O contraventor incorrerá nas penas do artigo antecedente.

Art. 20 – As Câmaras respectivas conservarão também sempre limpas as praças e estradas, sob pena de ser multado cada um dos membros em dez mil réis ou quatro dias de prisão.<sup>110</sup>

Apesar desses decretos, os problemas com a limpeza pública persistiriam, pois “longe de tomar as Posturas como expressão do vivido/feito, elas devem ser abordadas no próprio contexto dos espaços de tensão em que foram gestadas(...)”.<sup>111</sup> Otoni Mesquita<sup>112</sup>, em obra sobre a história e a arquitetura da cidade de Manaus, faz referência ao pintor francês François Auguste Biard, que no ano de 1856, quando a Cidade de Barra do Rio Negro passou a ser chamada Cidade de Manáos, observou bastante impressionado o grande número de urubus no local. Esses animais na época funcionavam sob a proteção de leis, uma vez que prestavam serviço de limpeza urbana, sendo inclusive presas ou multadas as pessoas que, porventura, atentassem contra a vida deles.<sup>113</sup>

A presença dessas aves sobre Manaus também foi notada por Avé-Lallemant:

Falta realmente à cidade de Manaus o brilho de uma residência presidencial; contudo, isso a torna mais alegre e atraente. Por toda parte a Natureza acumula bananeiras, palmeiras, jenipapeiros, laranjeiras, etc., até junto das casas dos brancos e dos fuscos, sem considerar as pessoas, e nos lugares altos e telhados dos grandes e dos pequenos pousam e correm urubus às dúzias dum lado para o outro, com a intenção pacífica de zelar o melhor possível pela limpeza pública.<sup>114</sup>

Apesar dos “(...)povoados, como nos dias correntes, contassem com a ajuda gratuita do urubus, na limpeza das sujidades, esse contributo nunca foi retribuído, quando se sabe que muitas cidades possuem nos seus brasões algum animal eleito pela sua virtude

---

<sup>110</sup> Manaus (1848) *Código de posturas municipais*, a que se refere o artigo 8º da lei do orçamento municipal de 29 de Novembro de 1848, aprovado provisoriamente na forma do referido artigo da lei. Capítulo III – Dos pântanos, águas infectas, limpezas de terrenos, ruas, e empacamentos em geral. p. 19-20. In: *Posturas Municipais, Amazonas (1839-1967)*/Organização de Patrícia Melo Sampaio. Manaus: EDUA, 2016. 406p.

<sup>111</sup> SAMPAIO, Patrícia Melo (org.). *Posturas Municipais, Amazonas (1838-1967)*. Manaus: EDUA, 2016. 406p. p. 12.

<sup>112</sup> MESQUITA, *op. cit.*, p. 38.

<sup>113</sup> *Idem*.

<sup>114</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. *No rio Amazonas (1859)*. Traduzido por Eduardo de Lima Castro. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. (Reconquista do Brasil; nova sér.; v. 20). 283p. p. 102.

principal.”<sup>115</sup> Contudo, paradoxalmente, em decorrência de fatores ambientalmente mal resolvidos, aqui não deixa de tratar sobre determinada aliança com a natureza, uma aliança ingrata, certamente, como refletem os versos abaixo, do poeta de identidade amazonense, Alcidez Werk, sobre o urubu:

Em rapinas de vidas que já foram,  
No próprio ofício veste-se de luto.  
E, medroso no chão, como as hienas,  
Furtivamente busca o seu banquete.

Como toda criança verdadeiro,  
Não afeito às mentiras dos humanos,  
Seu filho regurgita se nos vê,  
Só nos visita em campos de batalha.

Acostumado a grandes altitudes, navegando entre cirros pelo espaço,  
Poderia, planando, subir mais,  
Para o repasto em guerras de outros mundos.

Ó faxineiro astral, herói obscuro,  
Desprezado dos homens, alça vôo,  
Foge daqui, embarca num cometa,  
Levando todo lixo do planeta.<sup>116</sup>

Avé-Lallemant ao avistar três pacíficos bois, chega a associar o urubu com a vida errante, avessa à civilização do indígena– “duas novas reconciliações em Manaus de

---

<sup>115</sup> MONTEIRO, Mário Ypiranga. *O tigreiro*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997. 143p. p. 26-27.

<sup>116</sup> WERK, Alcides. *Urubu*. In: *In natura – poemas para a juventude*. Manaus: Editora Valer, 1999. p. 55.

elementos opostos, o boi nórdico e o urubu indígena, aquele símbolo de perseverança, este do eterno errar e do nomadismo das aves de rapina.”<sup>117</sup>

Contudo, em Manaus “não havia nos começos a fossa sanitária particular, privada, como sintoma de enxerto civilizante e orientado no sentido de melhorar e apoiar a saúde doméstica e coletiva.”<sup>118</sup> Na capital da província “os quintais extensos, pomares e rocinhas dissimulavam e assimilavam as provas dos hábitos e costumes indígenas da procura do mato como solução urgente, desaperto circunstancial”<sup>119</sup> e nos quais a história não apontou, quanto a esses costumes, problemas de insalubridade para essas sociedades. Nesse sentido, o nascimento das cidades apresenta a contradição de sua “civilidade”.

A vida cotidiana é negligenciada e a natureza passa a ser vista como fonte de lucro e recurso, ou seja, a função é a de produzir riqueza. Nessa perspectiva a função dos igarapés também seria outra, e gradativamente passariam do natural espaço humanizado/civilizado, os lugares para onde seriam despejados os dejetos.<sup>120</sup>

As soluções para o problema da limpeza pública estavam sob a logística do tigre “barril de 25 almudes, de transporte de excrementos”<sup>121</sup> e do tigreiro, denominação dada aos seus transportadores. “O proverbial é que escravos recolhessem pela manhã os dejetos ao tigre e este seria levado ao local de despejo; ou recolhido pelo carro de condução, por índios ou escravos mestiços contratados.”<sup>122</sup> Até que a Câmara Municipal assegurasse um local apropriado para os dejetos, era comum as águas correntes dos igarapés e no próprio rio Negro o destino das imundícies gerais e privadas, pois a província durante muito tempo não possuía sistemas de esgoto e água encanada.<sup>123</sup>

Apesar de tanto por fazer no processo de higienização da cidade, as Posturas revelam curiosos aspectos de proteção ambiental, ainda que na época, não funcionassem com os sentidos de conscientização crítica que a modernidade foi obrigada a se deparar, embora o aspecto predatório fosse bastante crítico também, resultando em leis, como

---

<sup>117</sup> AVÉ-LALLEMANT, *op. cit.*, p. 100.

<sup>118</sup> MONTEIRO, *op. cit.*, p. 29.

<sup>119</sup> *Idem.*

<sup>120</sup> VALLE; OLIVEIRA, *op. cit.*, p.160.

<sup>121</sup> MONTEIRO, *op. cit.*, p. 40.

<sup>122</sup> *Idem.* p. 30.

<sup>123</sup> *Idem.* p. 15-16.

vimos mais no início deste capítulo com relação a algumas espécies nativas exploradas irracionalmente de modo a colocá-las em perigo de extinção.

Ainda quanto as Posturas de 1848, os artigos selecionados abaixo evidenciam alguns cuidados técnicos, além da valorização de espécies nativas, em alguns casos, provavelmente para evitar a erosão dos solos, o que poderia indicar alguma noção sobre a importância de preservar matas ciliares isto é, essa vegetação corresponde a uma proteção da própria natureza que ao longo dos rios funciona como uma barreira que retém e absorve boa parte de uma quantidade excessiva de partículas sólidas que, sem a mata, seriam arrastadas e depositadas no leito dos rios.<sup>124</sup>

Art. 47 – Quem maltratar, danificar, ou inutilizar as árvores plantadas nas estradas incorrerá na multa de cinco mil réis, ou dois dias de prisão por cada árvore prejudicada.

Art. 48 – É proibido o corte de árvores denominadas andirobeiras. Quem for encontrado na transgressão dessa postura, ou mesmo conduzindo, ou vendendo lenha de tais árvores incorrerá na multa de dez mil réis, ou quatro dias de prisão.

Art. 49 – A pessoa que cortar ou por qualquer forma destruir as seringueiras, castanheiros e os aturiás das margens dos rios, incorrerá na multa de vinte mil réis ou oito dias de prisão.<sup>125</sup>

Em 1869, já em tempos de província, as Posturas prosseguiram com os mesmos sentidos de disciplinamento, refletindo a necessidade de manter uma regulamentação, dentre outras coisas, com a finalidade de garantir condições salubres para a população:

Art. 1º – Fica proibido o corte de árvores, varas e arbustos maiores de cinco palmos em todos os riachos ou igarapés que ficarem dentro dos limites da cidade e nos seus subúrbios, em uma zona de sessenta palmos de largura a partir do leito dos mesmos riachos ou igarapés. O infrator incorrerá na pena de vinte mil réis de multa ou quatro dias de prisão.

---

<sup>124</sup> SANTOS, Saint-Clair Honorato. *Mata Ciliar* – fundamentos e importância. Ministério Público do Paraná. Disponível em: <https://meioambiente.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=26>. Acesso em: 12 jan 2022.

<sup>125</sup> Manaus (1848) *Código de posturas municipais*, a que se refere o artigo 8º da lei do orçamento municipal de 29 de Novembro de 1848, aprovado provisoriamente na forma do referido artigo da lei. Capítulo VII – Das árvores das estradas e outros lugares, e dos animais daninhos. p. 24. In: *Posturas Municipais, Amazonas (1839-1967)*/Organização de Patrícia Melo Sampaio. Manaus: EDUA, 2016. 406p.

Art. 2º – Nesta mesma pena incorrerão aqueles que fizerem escavações nesses lugares, revolverem lama, deitarem lixo, paus, coisas pútridas, ou qualquer outra matéria que possa alterar a pureza das águas.

Art. 3º – Também fica proibido o corte de árvores nas margens dos igarapés das caxoeiras grande e pequena contiguas a esta cidade, maximé nos lugares que servem de logradouros públicos. O infrator incorrerá na multa de trinta mil réis ou oito dias de prisão.

Art. 4º - Fica proibido de hora em diante tirar-se água no igarapé do Aterro para ser vendida à população e vem assim lavar-se roupa, cavalos e outros animais. O infrator será punido com cinco mil réis de multa ou dois dias de prisão.<sup>126</sup>

A partir da instalação da Assembleia Legislativa Provincial, foi possível a realização de obras públicas que resultariam em benefícios para a população. “O primeiro esgoto de que se tem notícia em Manaus partiu do alto da praça da Imperatriz para o rio Negro, em 1866, segundo aprovação da Assembleia (...).”<sup>127</sup> Contudo, a região não diferia de demais lugares do Brasil, onde os processos de construção das cidades implicados em impactos ambientais traduziram a história de divisões entre ricos e pobres, assim como nas doenças que iriam atingir a todos, mesmo os mais abastados, a diferença se dava por conta dos grupos mais assistidos, vivendo em áreas mais ambientalmente controladas, sofrendo esses, portanto, menores danos. Na capital da província, em

casas de gente de bem possuíam *toilette*, além de poço particular. A opção era porém em menor grau comparada com a grande maioria dos moradores de teiupá e mesmo casas de taipa socada. Por essa razão as epidemias grassavam com mais frequência e índice letal assombroso, trazidas a bordo dos navios das empresas nacionais e estrangeiras, da galeotas e canoas de regatão, encontrando campo fértil à proliferação.<sup>128</sup>

Contudo, não se pode dizer que não havia orientação de autoridades sanitárias à população, como no caso do médico, o Dr. Silva Coutinho, que em 1861 recomendava a filtragem e ferverda da água antes de ingeri-la dos rios e igarapés, pois que neles eram despejados “imundícies domésticas e públicas, apesar dos severos éditos da Câmara

---

<sup>126</sup> Código de posturas municipais da cidade de Manaus. Lei nº 196, de 26 de maio de 1869. Posturas Municipais. p. 41. In: *Posturas Municipais, Amazonas (1839-1967)*/Organização de Patrícia Melo Sampaio. Manaus: EDUA, 2016. 406p.

<sup>127</sup> MONTEIRO, *op. cit.*, p. 17.

<sup>128</sup> *Idem.* p. 20.

Municipal.”<sup>129</sup> Como também, do médico, o Dr. Antônio Moreira, que avesso à ideia de culpabilidade dos aspectos ambientais da região, como o calor responsável pelas febres paludosas e instrumento na elaboração de eflúvios pestilenciais, orientava meios preventivos de combate às enfermidades, que seriam a limpeza do solo, a construção de esgotos para águas estagnadas e finalmente, a reforma dos hábitos e costumes da população.<sup>130</sup>

A partir de 1800 o povoado, a urbes aquática padecia do desprestígio conferido às vilas e cidades mas se organizava a nível de respeito aos Códigos municipais que mandavam colocar ordem nos negócios públicos, p.e. impedido que se atravansassem ruas com material e lixaria, que trouxessem o gado solto; que evitassem a poluição da água deitando nela excrementos e que não se consentisse animal morto na rua nem se deitasse água servida na via pública. Assim, nesse regime de posturas policiais os costumes se foram modificando, eliminadas as excessências e progredia a póvoa até alcançar as predicções de Vila e Cidade. (...) Estamos observando que desde a instalação da Província do Amazonas o serviço de urbanização melhora com a aplicação de fundos, e agora surgem os guardas urbanos e os funcionários, e a indicação da compra de veículos para a remoção do lixo domiciliar e público.<sup>131</sup>

Inegavelmente, os códigos de posturas municipais mantiveram disciplinamentos constantes para a manutenção da higienização pública. Em 1872, as preocupações com a limpeza da cidade e a conduta dos cidadãos permanecem a tal ponto que se pode imaginar que nem a industrialização que viria um dia, ou antes, o caos dos aterros de igarapés que desfigurariam a cidade, seria capaz de derrotá-las, dando a ideia de uma cidade que iria cada vez mais alcançar o caminho pleno da salubridade, como é possível observar nos artigos selecionados abaixo:

Art. 42 – Os canos das casas só deverão despejar as águas pluviais para as ruas e nunca imundices de qualquer natureza. O morador do prédio onde se der a infração desta postura, sofrerá a multa de vinte mil réis e o dobro na reincidência.

---

<sup>129</sup> *Idem.*

<sup>130</sup> *Idem.* p. 22-23.

<sup>131</sup> *Idem.* p. 97;102.

Art. 46 – Os donos de terrenos alagados ou pantanosos em que existem imundices, são obrigados, no prazo de seis meses, a cercá-los, e aterrál-os para tornarem-se limpos e salubres.

Art. 52 – Os igarapés dos Remédios, Espírito Santo e S. Vicente, que cortam esta cidade deverão ser limpos todos os anos, pelo menos duas vezes, a custa da câmara, a fim de desinfetá-los de quaisquer imundícies que, estagnadas, possam causar insalubridade pública, bem como roçar e queimar as matas em tempo próprio, de forma que no princípio da enchente se conserve todos os espaços sempre limpos. Aqueles que forem encontrados a fazer neles despejos ou obstrução, por meio de entulhos, serão multados em trinta mil réis ou oito dias de prisão, e o dobro na reincidência.<sup>132</sup>

## 1.8 Urbanização de Manaus

A partir da segunda metade do século XIX, o poder público optava por um caminho de ‘melhoramentos’ para a cidade, mais intensificado com a economia da borracha – final do século XIX e início do XX – onde tinha o modelo europeu como a grande referência, especialmente a cidade de Paris, demonstrando “a necessidade em superar as condições e manifestações naturais que a vegetação, a topografia e a ação das águas dos igarapés impunham.”<sup>133</sup>

“Em Manaus, os igarapés que eram vida, passaram a ser sinônimos de morte (...) São as pontes e não os igarapés que vão predominar na paisagem urbana”<sup>134</sup> Encarados como limitantes do espaço urbano, além das pontes, a “solução” se dará pela opção do aterro de igarapés. “A relação homem-natureza produz sistemas de objetos cada vez mais artificiais e estranhos ao lugar e aos habitantes, aonde o valor vem de sua maior ou menor artificialidade e funcionalidade para as ações econômicas”.<sup>135</sup> Perde-se um patrimônio natural, biológico, ecológico pertencente à população, que ali, aliançadas ao mundo natural, atuavam como reprodutoras de seus bens culturais.

---

<sup>132</sup> Código de posturas municipais da cidade de Manaus. Lei nº 247, de 1º de junho de 1872. Título III – Limpeza pública. p. 49-50. In: *Posturas Municipais, Amazonas (1839-1967)*/Organização de Patrícia Melo Sampaio. Manaus: EDUA, 2016. 406p.

<sup>133</sup> GROBE, Cristiana Maria Petersen. *Manaus e seus igarapés: a construção da cidade e suas representações (1880-1915)*. Dissertação de Mestrado, PPGH História Social UFAM. Manaus, 2014. 159 p. p.48.

<sup>134</sup> VALLE; OLIVEIRA, *op. cit.*, p.161; 171.

<sup>135</sup> *Idem*. p. 170.

Os planos urbanísticos executados na cidade foram causadores de vários problemas ambientais, criando um verdadeiro caos urbano, sendo levadas em consideração apenas às prioridades econômicas, o que teve como consequência as perdas dos valores ambientais. Faltou ao planejador uma visão globalizante da paisagem.<sup>136</sup>

### **1.9 Considerações finais**

Na província do Amazonas, culturas e sociedades nativas foram compreendidas como avessas aos valores da civilização, com enorme carga de preconceitos por estarem associadas ao mundo natural, por outro lado, a economia extrativista colocava em xeque preocupações com os abusos na lida com os recursos naturais com relação à extinção das espécies – uma questão moral, puramente econômica ou de consciência? – não há apenas um sentido, é o que a complexidade humana nos leva a deduzir, mesmo porque, as evidências do relacionamento do homem com o meio natural não é exclusividade de nenhuma cultura, estando todas elas inseridas, sem exceção.

Ao longo do processo histórico da província, foram evidentes os aspectos ambientais da região como barreiras de desenvolvimento econômico e indisponibilidade de mão de obra, esta, majoritariamente indígena, voltada ao mundo natural, contextualizaram o campo fértil para a oposição natureza/cultura ou civilização e barbárie, uma relação bastante questionável quanto ao lugar de seus agentes nessas denominações.

As queixas dos presidentes de província também se estendiam a falta de recursos da corte para o Amazonas, as dificuldades de implementação da agricultura no lugar do extrativismo, a falta de missionários e funcionários públicos que pudessem gerenciar regiões longínquas nos ermos da floresta. A fome e as epidemias tornavam um quadro geral ainda mais precário. Os desafios de implementar escolaridade e provimento técnico somado aos desafios de salubridade formavam uma composição mista de racismo, etnocentrismo, epidemias e falta de estruturas médico-sanitárias.

Ao mesmo tempo em que há uma associação vista como negativa do nativo com o mundo natural, o relacionamento daqueles que com eles não se identificavam culturalmente, isto é, “os homens da província”, apresentaram evidências de conexão com a natureza de maneira distinta dos populares da região, porém – em seu paradoxo de exploração de recursos naturais ou mesmo de se renderem a certas “barreiras naturais”

---

<sup>136</sup> *Idem.* p. 173.

com as quais tinham que lidar de modo desafiador e a questão de responsabilizar o clima amazônico como agente de doenças e epidemias – foram capazes de encontrar soluções contra um sistema predatório em curso, que demonstraram além de aspectos econômicos, mas antecederam legislações modernas para conter os abusos e maus tratos à animais, que em definitivo, não permitiu aqui uma análise que considere apenas a escassez de espécies nativas com exclusiva preocupação econômica.

A partir da economia da borracha, sobre o aspecto ambiental predominou o modelo eurocêntrico de domínio da natureza selvagem, com uma estética comportada em jardins e pontes e uma arquitetura totalmente “importada” sobre a região selvagem, ocultando moradias e modos de vida que a tudo poderia lembrar o “caos” da selva (ou a ordem da vida).

### PERMANÊNCIAS E RUPTURAS NA AMAZÔNIA GOMÍFERA

#### 2.2 Considerações iniciais

Numa perspectiva de continuidade com o panorama da preocupação e das ações ambientais da Província, este segundo capítulo buscará obter respostas a partir de fontes documentais e bibliográficas, e eventualmente entre outras, quanto a mudanças e permanências na dinâmica das políticas ambientais contextualizando a cultura e sociedade amazonense a partir da mudança de regime político com a emergência da República. Trata-se de saber, antes de tudo se as posturas e ações dos governadores do Estado do Amazonas relacionadas ao meio ambiente se mantiveram semelhantes ou distintas daquela da fase anterior.

É preciso reconhecer que as precauções ambientais não são exatamente novas no universo da modernidade que assistiu a eclosão de movimentos sociais organizados, até porque isso implica em valores dos sujeitos que vão construindo a história humana ao longo do tempo. Por outro lado, é preciso admitir também que, com relação as preocupações dessa natureza, os posicionamentos assumidos, sendo plurais, estão, portanto, longe de significar um pensamento hegemônico. O cuidado do poder público com as tartarugas desde o período colonial e na Província deu lugar a outros debates e preocupações.

Décadas depois das leis primeiras provinciais, e mais precisamente em 1938, por exemplo, manifestações de protesto contra a agressão da fauna e flora amazônica propagaram-se por meio da Revista Agrônômica, por onde se manifestaram intelectuais como Agnello Bittencourt, autor de importante artigo – o já citado *Economia destrutiva* – por onde denunciava os efeitos satânicos da destruição das florestas e da aniquilação de animais, numa crítica aberta à letra morta das leis proibitivas que tentavam combater os excessos de tais práticas. Bittencourt também revela que a preocupação ambiental estava longe de compor as prioridades do poder público naquele contexto, o que não significa que não houvesse manifestações de preocupação e críticas vindas da sociedade.

Na perspectiva de contribuir com uma história ambiental cabe esclarecer que não se trata de uma especificidade de tema, mas de um esforço de avaliar a ação humana no mundo, que contraria a visão de uma sociedade “flutuante” como se não estivesse ligada aos fatores biofísicos e interagisse entre eles, percebendo-os como uma interação múltipla entre a “agência” não humana com os seres humanos, o que não pode ser equivocadamente colocado como um determinismo geográfico.

Na medida em que se incorpora os aspectos biofísicos nas análises da história, esclarecem-se as dimensões econômicas e culturais de uma sociedade de maneira muito mais completa. O trabalho de Victor Leonardi<sup>137</sup> na Amazônia é um bom exemplo dessa eficácia, afinal como desconsiderar os aspectos de uma região fundamentalmente voltada aos recursos naturais, ao extrativismo, ao transporte fluvial, sem evidenciar o solo, a floresta e os rios? Na Amazônia fica ainda mais difícil imaginar homens e mulheres "pairando acima da natureza e do meio ambiente, ou como se as populações ribeirinhas não tivessem nada a ver com as características físico-químicas do solo no qual trabalham e com a qualidade da água do rio às margens do qual habitam!"<sup>138</sup>

A própria natureza atua vetando caminhos e interferindo em outras escolhas da ação humana. Basta imaginar o que teria acontecido com a floresta Amazônica se a seringueira (*Hevea brasiliensis*) tivesse que ser totalmente sacrificada na produção da borracha. Foi nesse caso, a própria espécie que colocou não apenas ela mesma “em pé” como suas espécies vizinhas, para que essa produção fosse possível, uma vez que já se sabia que as seringueiras, mesmo cultivadas, dependeriam de sombra para a proteção de suas raízes, sobretudo na época de menos chuvas que coincide com o período de queda de suas folhas, deixando-as mais expostas aos raios solares.<sup>139</sup>

(...) a floresta foi salva exclusivamente por uma casualidade biológico tecnológica. A violência ecológica, sem dúvida alguma, teria acompanhado a violência social se assim fosse necessário. Mas devido ao delicado detalhe do valor da seringueira encontrar-se na circulação da sua seiva, e não nas entranhas do caule, a extração do látex não requeria a destruição da árvore que, ao contrário, precisava ser mantida o mais possível viva e saudável. Se preciso fosse, para não deixar de

---

<sup>137</sup> LEONARDI, Victor Paes de Barros. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia Brasileira*. Fotos: Juan Pratinestós. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999. 272 p.

<sup>138</sup> *Idem*, p. 15.

<sup>139</sup> CHAUVIN, Carlos Eugenio. *O plantio da borracha*. In: MIRANDA, Bertino (Org.). *Anais do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola (22 a 27 de fevereiro de 1910)* Manaus: Associação Comercial do Amazonas/Fundo Editorial, 1990. pp. 101-125.

aproveitar uma oportunidade de acumulação tão significativa, a racionalidade econômica daquele ciclo de exploração teria justificado o desaparecimento da floresta.<sup>140</sup>

De fato, a exploração do látex significou uma acumulação de capital no qual a região foi a menos beneficiada e esse propósito era a engrenagem macro do sistema que subjuguou homens e florestas e, sem sombra de dúvida, sacrificaria a ambos até o aniquilamento total da floresta, caso fosse necessário para a manutenção lucrativa da atividade.

A partir de uma perspectiva mais integrada da relação humano biofísica, isto é, na tentativa de superar “(...) uma visão passiva e fixa do mundo natural”<sup>141</sup>, busca-se aqui contextualizar a elaboração de medidas ambientais desde os primeiros anos da República, tomando como base os Códigos de Postura do município de Manaus, considerando que eles funcionavam como “(...) uma verdadeira cartilha para ‘civilizar’ os costumes, como um roteiro para transitar na vitrine”.<sup>142</sup>

O poder municipal utiliza-se de uma série de instrumentos para fazer funcionar sua política de espaço urbano saneado, impondo, por intermédio das posturas e decretos municipais, um conjunto de ações que disciplinam a vida do cidadão urbano. As proibições, com penas de multas e prisões, transformam-se em medidas eficazes, no processo “civilizatório”. Elas regulam estabelecimento de quiosques nas ruas, até punição para quem jogar entulhos nos igarapés; despejar lixo a céu aberto nas ruas; conservar águas estagnadas ou lixo nos quintais das casas, oficinas, tabernas, casas de pasto e hotéis; deixar gado vacum e cavalos vagando pelas ruas e praças, fazer de porco nas vias públicas; tomar banhos nos igarapés. Estas proibições figuram nos vários códigos que foram promulgados na época, sofrendo apenas algumas modificações quanto ao valor das multas e aplicações das penalidades, mas sempre evidenciando a preocupação do poder público com a higiene, saúde e segurança do conjunto da sociedade.<sup>143</sup>

---

<sup>140</sup> PÁDUA, José Augusto. *Biosfera, história e conjuntura na análise da questão amazônica*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, vol. VI (suplemento), 793-811, setembro 2000. p. 795-796.

<sup>141</sup> PÁDUA, José Augusto. CARVALHO, Alessandra Izabel de. *A construção de um país tropical: apresentação da historiografia ambiental sobre o Brasil*. História, ciências, saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, out.-dez. 2020, p. 1311-1340. p. 1315.

<sup>142</sup> MESQUITA, Otoni Moreira de. *Manaus: história e arquitetura (1669-1915)*. 4 ed. revisada e ampliada. Manaus: Editora Valer, 2019. 362p. p. 187.

<sup>143</sup> DIAS, Edinea Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto – Manaus 1890-1920*. 3 ed. Manaus: Editora Valer, 2019. 192p. p. 99.

No entanto, é possível perceber os avanços e as permanências de políticas ambientais, ainda que incipientes, na Manaus republicana, como na disputa desigual pelos espaços ambientalmente controlados, mas não necessariamente menos degradante, em contraponto às situações frequentemente associadas às condições de empobrecimento da população, onde a falta de uma conscientização ambiental estava presente independentemente das classes sociais, sobretudo, quando estava em jogo o poder econômico.

### **2.3 Códigos de Posturas do Município**

O período republicano acontece em plena economia gomífera na Amazônia. Sobretudo, a partir da Constituição de 1891, os governadores do Brasil experimentavam uma autonomia jamais vista, pois que uma das maiores dificuldades do período provincial era o poder centralizado nas mãos do imperador que frequentemente alegava possuir poucos recursos para atender às demandas dos governadores de província. Com a República era possível contar então com recursos do próprio estado, embora no Amazonas permanecesse alguns problemas como a escassez de mão de obra e a carência de transportes, indispensáveis para a exploração das riquezas naturais da região.<sup>144</sup>

Os problemas sociais e econômicos que afetavam os primeiros anos da República referiam-se à frequentes crises financeiras, instabilidade política, precárias condições de saneamento e higiene nos aglomerados urbanos o que deixava a imagem do Brasil muito comprometida em desorganização e insegurança repelindo investimentos estrangeiros. A opção foi a busca por “ordem e progresso” lema do positivismo. Essa era a situação geral do Brasil republicano, porém, os estados de São Paulo, com a exploração cafeeira, e do Pará e Amazonas, com a exploração do látex, conseguiam ser exceção pela prosperidade de suas riquezas naturais, ostentando progresso e contribuindo com a redução do déficit nacional na relação do câmbio.<sup>145</sup>

As transformações urbanas muito espelhadas numa europeização estavam veementes em algumas capitais, como no caso de Manaus. Se por um lado, tem-se o produto do látex oriundo da selva, fonte de riquezas para uma elite composta principalmente por latifundiários e comerciantes enriquecidos que dele se beneficiava,

---

<sup>144</sup> .MESQUITA, Otoni. *op. cit.* p.137-138.

<sup>145</sup> *Idem*, p. 138.

por outro, tem-se a rejeição ao “selvagem”, a tudo o que possa lembrar a vida simples das comunidades locais, majoritariamente indígenas, suas moradias, costumes, condutas e modos de vida em geral.

Nesse paradoxo entre “inferno verde” e paraíso de riquezas dos seringais, parecia ao mesmo tempo ratificar a vida explorada do seringueiro, isto é, das populações que seriam mão de obra na extração do látex, como indígenas, nordestinos, pretos, caboclos e cabrochas, iguais na jornada de proporcionar riquezas, mas aliados de quaisquer participações justas e equitativas dos benefícios. Embora os nordestinos tenham sido introduzidos na região por uma política que via como indomável e difícil de lidar a mão de obra indígena considerada hostil com muita frequência. Seja como for, “(...) os seringueiros – as ‘pobres almas’ – continuavam ‘penando’, perdidos na solidão do ‘inferno’ e raramente conseguiam ‘ascender’ ao paraíso criado pelo suor e sangue de seus trabalhos.”<sup>146</sup>

Na capital amazonense, onde o paraíso de riquezas proporcionado pelo sacrifício dos seringueiros aparecia para o usufruto de quem os explorava tratou-se de implementar o Código de Posturas do Município que disciplinaria a ação dos moradores. Cabe considerar, entretanto, que esse regulamento não necessariamente alcançava eficácia, pois “longe de tomar as Posturas como expressão do vivido/feito, elas devem ser abordadas no próprio contexto dos espaços de tensão em que foram gestadas”.<sup>147</sup>

Contudo, havia um sentido de organização do espaço urbano que curiosamente acabava por ter que respeitar alguns aspectos de proteção ambiental, uma vez que isso estava umbilicalmente ligado às questões de saúde pública e a região possuía um histórico significativo de doenças epidêmicas. Sendo o caso da segurança pública onde se destaca, por exemplo, a proibição nos subúrbios da cidade da queima do roçado sem a construção de aceiros, podendo o infrator ser multado em vinte mil réis ou quatro dias de prisão. Como também de não ser permitida a retirada de água do igarapé do Aterro para comercializá-la sob pena de multa de dez mil réis ou dois dias de prisão.<sup>148</sup>

---

<sup>146</sup> MESQUITA. *Op. Cit.*, p.131.

<sup>147</sup> SAMPAIO, Patrícia Melo (Org.). *Posturas Municipais, Amazonas. (1838-1967)*. Manaus: EDUA, 2016. 406p. p.12.

<sup>148</sup> *Idem*, p.82.

Conforme, Pinheiro<sup>149</sup>, Bento Aranha, intelectual e político paraense atuante na cidade de Manaus no auge da economia gomífera e crítico de viés nacionalista com relação à exploração de empresas estrangeiras – especialmente as inglesas, que detinham, o controle, dentre outros, dos negócios sobre abastecimento de água e esgoto – protesta contra a maneira arbitrária em que o serviço é prestado, com relação ao preço e tabelas que viria impactar aqueles habitantes, principalmente as pessoas mais empobrecidas. Esse aspecto certamente explica como a população carente muitas vezes recorria às águas de pureza duvidosa, tais quais as dos aterros, pois que como bem essencial, o acesso dificultado pela carestia, acabava sendo a única opção para o consumo.

Sobre a questão da água, Bento Aranha denunciava que, nos subúrbios, uma lata com 12 litros de água era vendida por 240 réis, um valor exorbitante e que impactava seriamente a economia popular. Para os populares, a alternativa mais comum era abastecer-se nos igarapés próximos e mesmo em córregos, onde a qualidade das águas era problemática e mesmo imprópria ao consumo. Neste sentido, o cronista lembrava que a água, além de ser um gênero vital à vida, era também fundamental para o sucesso das medidas sanitárias ‘postas em execução pelos médicos da junta de higiene, no intuito de saneá-la e de debelar as febres que flagelam os seus moradores.’<sup>150</sup>

O argumento de Bento Aranha, citado por Pinheiro<sup>151</sup>, chamava atenção, além do aspecto claramente humanista, para a questão da eficácia das medidas imperativas de saúde pública que ficavam comprometidas pelo problema de acesso à água de qualidade e a falta de encanamento nos subúrbios que levava ao armazenamento problemático, pois que tendia a aumentar os focos de mosquitos transmissores de doenças epidêmicas.

Esse contexto revela que legislações de viés ambientais, muito embora necessárias e fundamentais, que constam nos Códigos de Posturas do município, são impostas à população desconsiderando problemáticas sociais, além de comprometerem o próprio objetivo da higienização. Ao invés de reformular a maneira como serviços básicos e essenciais são prestados, com uma política de caráter mais nacionalista e menos colonialista, preferia-se simplesmente punir os empobrecidos. Assim, toda tentativa de

---

<sup>149</sup> PINHEIRO, L. B. S. P. “Bento Aranha e a cidade da borracha: Manaus, 1905-1910”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº 12, pp. 16-42. 2021. Disponível em <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>. Acesso em 26/12/2023. p. 32.

<sup>150</sup> *Idem*. p. 33-34.

<sup>151</sup> *Idem*. p. 39.

organizar o espaço urbano, através das leis nas quais se têm conhecimento, não pode deixar de nos lembrar da dimensão de luta dos sujeitos sociais em questão.

Numa cidade de “fausto”, a pobreza, a doença, a vagabundagem agrediam e, ao mesmo tempo, ameaçavam a ordem e a harmonia da cidade que se projetava na representação burguesa, como limpa, ordeira e sem problemas. Apesar de, num primeiro momento, esses segmentos pobres da população não participarem da vida da cidade de uma forma organizada, mesmo assim eles registram sua presença; manifestam sua insatisfação no cotidiano do espaço urbano, por meio de protestos e queixas contra toda uma estrutura que os exclui. Os jornais locais recebem os mais diferentes tipos de reclamações e denúncias de moradores que não são atendidos pelos serviços de abastecimento de água, pelo serviço de remoção de lixo, pelos serviços de transportes. A denúncias contra os altos preços dos produtos de primeira necessidade, expostos à venda no Mercado Municipal, ou contra a falta desses. Moradores dos subúrbios, frutos do crescimento da cidade, solicitam, pela imprensa, a extensão dos serviços de iluminação, de calçamento, limpeza de ruas etc.<sup>152</sup>

Com relação à limpeza pública, havia mecanismos de controle também no sentido de disciplinar um ambiente salubre, era proibido, por exemplo, os canos das moradias despejarem imundícies de qualquer natureza, só podendo aqueles servirem para o escoamento de águas pluviais. Podendo o infrator pagar multa de dez mil réis ou dois dias de prisão e o dobro no caso de sua reincidência. Vale destacar nesse mesmo sentido a proibição de revolver lama, jogar pedras, vidros, lixo ou outros elementos que pudessem comprometer a correnteza das águas no leito dos riachos e dos igarapés da cidade e contaminá-las, podendo o contraventor pagar multa de trinta mil réis ou seis dias de prisão.<sup>153</sup>

Ainda sobre salubridade pública, algumas práticas de contaminação eram proibidas. Destaca-se a proibição do uso de timbó assim como de demais ervas e leites venenosos que costumavam ser jogados nos lagos, riachos e rios para matar peixe. O infrator pagaria multa de vinte mil réis ou quatro dias de prisão e o dobro caso reincidisse na contravenção.<sup>154</sup>

---

<sup>152</sup> DIAS, Edinea Mascarenhas. *Op. Cit.*, p. 96.

<sup>153</sup> SAMPAIO, Patrícia Melo (Org.). *Op. Cit.*, p. 83.

<sup>154</sup> *Idem*, p. 85.

Aspectos interessantes são encontrados no quesito “trânsito de carros e carroças”. Tinha-se a proibição de carregar animais com excessivo peso, a multa era de dez mil réis ou dois dias de prisão para quem o fizesse. Da mesma forma, que não se podia espancar animais quer com carga ou sem ela sob mesmíssima penalidade.<sup>155</sup> Esse cuidado contra a violência de animais utilizados para carregamento de mercadorias já existia na época da província e isso é um aspecto relevante, sobretudo, quando somente em 1998, com a Lei 9605 de Crimes Ambientais, é que o estado brasileiro teve de fato uma penalidade mais rigorosa contra maus tratos a animais (domésticos ou silvestres).

Art.311 – A carga de cada veículo, na forma dos dispositivos do Cap. XIV, será sempre regulada em atenção ao declive ou rampa das ruas que o mesmo tiver de percorrer, de modo que não seja preciso exigir do animal esforços extraordinários, tratando-os asperamente, ou instigando-os por meio de berros ou vozerias para vencer o caminho.

Art.314 – É proibido atrelar a carros animais doentes, ou com eles trabalhar de qualquer modo, sob pena de multa de 50\$0000.

Art. 319 – É proibido abandonar animais na via pública, sob pena de multa de 20\$000.

Parágrafo Único – Não fica isento de pena quem entregar qualquer animal a outra pessoa e essa o abandonar.

Art.320 – É proibido andar montado em animais com carga, sob pena de multa de 10\$000.

Art.322 – É proibida a aglomeração de animais e mesmo de aves, em número tal que prejudique o fortalecimento e a vida dos mesmos.

Parágrafo único – Os vendedores que expuserem aves a oferta comercial, são obrigados a lavar diariamente as respectivas grades, gaiolas ou capoeiras, sob pena de multa de 30\$000.<sup>156</sup>

Nos artigos acima selecionados pode-se observar que naquele período, isto é, a primeira década do século XX, possuía não apenas uma preocupação com higienização e saúde pública, pois esse aspecto é protuberante em todos esses artigos, mas também demonstrava uma preocupação com o bem-estar animal, muito embora seja possível questionar algumas ausências nesse sentido, como por exemplo o fato de ser proibido

---

<sup>155</sup> *Idem*, p. 91; 92.

<sup>156</sup> SAMPAIO, Patrícia Melo (Org.) *Posturas Municipais, Amazonas (1838-1967)*. Manaus: EDUA, 2016. 406p. Lei nº639, de 13 de setembro de 1910 – Promulgação do Código de Posturas do Município de Manaus. p. 206-207.

abandonar animais em vias públicas deixa margem a pensar se aqueles animais não poderiam ser abandonados em lugares mais distantes.

Ainda sobre animais, era proibido matar urubus (*Coragyps atratus*), nesse caso, o infrator recebia uma multa de cinco mil réis ou um dia de prisão. Não era permitida a utilização de bombas de dinamite para pegar peixe, o infrator teria que pagar multa de vinte mil réis ou quatro dias de prisão.<sup>157</sup> Eram vedadas as tapagens nos lagos e igarapés e paraná-mirins para encurralar peixe-boi (*Thrichechus inunguis*), pirarucu (*Arapaima gigas*) ou tartarugas (*Podocnemis expansa*).<sup>158</sup>

Esse mecanismo de proteção ambiental, também abarcava a flora amazônica. Já naquele período e anterior ao primeiro Código Florestal Brasileiro de 1934, os primeiros anos da república, impunham a necessidade de licença da Municipalidade para o corte de árvores, frutíferas ou não, e de madeira de lei ou mesmo para construção em áreas de patrimônio público, com exceção das aforadas ou isentas de foro. A multa era de vinte mil réis ou quatro dias de prisão. A pena era maior, trinta mil réis de multa ou seis dias de prisão, para aqueles que cometiam o corte de árvores nas margens dos igarapés da Cachoeira grande e da Cachoeirinha, sobretudo nos lugares de logradouro público.<sup>159</sup> “Ao contraventor será imposta a multa de 5\$000 por cada árvore cortada, ou dois dias de prisão; excetuando-se desta proibição o proprietário particular das plantações ou matas.”<sup>160</sup>

A década de vinte manteve regulamentações que visavam toda uma estrutura ambientalmente controlada expressando conhecimento técnico, e não é demais repetir que essa legislação possuía não somente questões de salubridade pública como evidencia aspectos de proteção ambiental pura e simplesmente, uma vez que se compreende que a saúde pública não é separada da proteção ambiental.

Art. 38 – É proibido fazer despejo de qualquer natureza junto às pontes, cais e rampas, assim como nas margens dos rios, lagos, igarapés e furos que banham os povoados do interior do Município. Ao infrator multa de 30\$000.

---

<sup>157</sup> SAMPAIO, Patrícia Melo (Org.). *Op. cit.*, p. 93; 95.

<sup>158</sup> *Idem*, p. 113-114.

<sup>159</sup> *Idem*, p. 95.

<sup>160</sup> *Idem*, p. 113.

Art. 42 – Em toda a faixa do litoral do Município, onde houver habitações, não só na cidade, como nos povoados ou próximos deles, é proibido fazer escavações, assim como extrair pedras, sobretudo as que amparam os barrancos e impedem as erosões produzidas pelas águas pluviais. O infrator incorrerá na multa de 50\$000, ficando ainda obrigado a reparar à sua custa, no prazo que lhe for determinado, os prejuízos causados, sob pena de nova multa no dobro da primeira.

Art. 43 – Os moradores das margens dos rios, lagos, igarapés e furos são obrigados a conservá-los limpos de paus, aningais, canaranas ou mururés em frente às suas casas, até uma distância razoável, sob pena de multa de 30\$000.<sup>161</sup>

Naquele tempo, encontra-se cuidados com o período de defeso de algumas espécies, proibindo a pesca do pirarucu (*Arapaimas gigas*) e do tucunaré (*Cichla spp*) nos lagos, lagoas e igarapés entre dezembro e fevereiro<sup>162</sup>, embora o ciclo reprodutivo do pirarucu seja de dezembro a maio e atualmente proibida a pesca durante todo o ano, exceto em áreas manejadas com a autorização de órgão competente – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, e considerando que de modo geral no Amazonas, o defeso compreende os meses de novembro a março<sup>163</sup>, pode-se afirmar que nos primeiros anos da República já havia conhecimentos técnicos específicos para racionalizar a pesca em uma tentativa de reduzir os impactos negativos a sua procriação.

O mesmo acontecia no caso das tartarugas (*Podocnemis expansa*), que aliás foi bem observado desde os períodos coloniais e provinciais sobre os perigos de sua extinção uma vez que elas estavam sendo ampla e irracionalmente capturadas com prejuízos colossais e irrecuperáveis para a espécie, sem qualquer ideia de defeso, até então.

A legislação em vigor na década de 1920 respeitava a lei nº755 de 3 de setembro de 1914 que proibia a pega ou viração de tartarugas nas praias denominadas tabuleiros onde essas espécies realizavam a desovação. Em todo o município de Manaus era proibida a pesca de tartarugas com flechas ou redes de lancear durante o tempo de arribação quando elas iriam desovar nos remansos das praias entre junho e novembro de cada ano.

---

<sup>161</sup> SAMPAIO, Patrícia Melo (Org.). Op. cit. Lei nº 1059, de 22 de outubro de 1920 – Promulgação do Código de Posturas do Município de Manaus. p. 229.

<sup>162</sup> *Idem*. p. 258.

<sup>163</sup> SILVA, N. M. G. da; ADDOR, F.; LIANZA, S.; PEREIRA, H. dos S. *O debate sobre a tecnologia social na Amazônia: a experiência do manejo participativo do pirarucu*. Revista Terceira Margem Amazônia, v. 6, n.14, p. 79-91, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2020v6i14p79-91>. p. 88.

Do mesmo modo ficava proibida a pesca de batção para flechar ou lancear tartarugas nos lagos ou poços formados pelos diversos rios no município.<sup>164</sup>

Em alguns lugares a proibição era maior, sendo o caso do lago do Rei e adjacências, proibida a pesca de tartarugas por cinco anos, no lugar denominado Terra Nova.<sup>165</sup> Localizado no Careiro da Várzea, o lago do Rei, bastante piscoso, remete à história da pesca comercial na Amazônia iniciada no período colonial com os denominados ‘pesqueiros reais’. Trata-se de área demarcada pelas autoridades pela farta oferta do pescado nos quais indígenas eram obrigados a pescar para suprir militares, religiosos e funcionários da Fazenda Real.<sup>166</sup>

Cuidados com a caça regulamentavam a questão de segurança na prevenção a acidentes com seres humanos, como também evidenciava conhecimentos técnicos com relação ao ciclo reprodutivo de algumas espécies, sendo o caso de aves, proibindo a destruição de ninhos como a caça entre agosto e novembro, especialmente de garças (*Ardeidae*), marrecas, marrecões (*Spatula querquedula*), patos (*Anatidae*) e demais aves nos lagos Piranhas e Rei. A multa aos infratores era de 50 a 100 mil réis.<sup>167</sup>

Em 1938 é mantida regulamentação para proibir, sem licença da prefeitura, o corte de árvores frutíferas e madeira de lei ou de construção e já se tem explícito o nome de algumas espécies, como eucaliptos (*Eucalyptus*), castanheiras (*Bertholletia excelsa*), guaranáis (*Paullinia cupana*), baunilhas (*Vanilla planifolia*), cacauzeiros (*Theobroma cacao*), açazeiros (*Euterpe oleracea*), bacabeiras (*Oenocarpus mapora Karsten*), sorveiras (*Sorbus domestica*) e dendezeiros (*Elaeis guineensis Jacq*), proibidos cortes e derrubadas dentro do município, exceto quando estritamente necessário fazê-lo como na abertura de estradas ou edificações. O infrator era sujeito a multa de cinquenta mil réis por cada pé destruído.<sup>168</sup>

Sem ainda contar com uma pasta específica para lidar com a questão ambiental, a arborização de Manaus era atribuição exclusiva da Diretoria de Agricultura. Em casos em

---

<sup>164</sup> SAMPAIO, Patrícia Melo (Org.). *Op. cit.* Lei nº 1059, de 22 de outubro de 1920 – Promulgação do Código de Posturas do Município de Manaus. p. 259.

<sup>165</sup> *Idem.*

<sup>166</sup> SILVA, N. M. G. da; ADDOR, F.; LIANZA, S.; PEREIRA, H. dos S. *Op. cit.* p. 85.

<sup>167</sup> SAMPAIO, Patrícia Melo (Org.). *Op. cit.* Lei nº 1059, de 22 de outubro de 1920 – Promulgação do Código de Posturas do Município de Manaus. p. 260.

<sup>168</sup> *Idem.* Ato nº44, de 29 de julho de 1938. Código de Posturas do Município de Manaus. p. 326.

que o sacrifício das árvores era imprescindível por algum requerimento particular e sob análise da prefeitura, cabia indenização de duzentos mil réis a um conto de réis por cada árvore. Além disso, uma nova árvore teria de ser imediatamente plantada o mais proximamente possível do lugar onde a outra fora sacrificada, a fim de não prejudicar a arborização do logradouro.<sup>169</sup>

Algo como defesa florestal parece ser regulamentado em 1938, considerando o Decreto Federal nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934 que classificava as florestas de Manaus em protetoras, remanescentes e de rendimento. As florestas protetoras se caracterizavam por conservar o regime das águas, evitando a erosão das terras pela ação dos agentes naturais; asseguravam condições de salubridade pública; asilavam espécimes raros de conhecimento indígena. Quanto as florestas remanescentes correspondiam àquelas que já formavam ou eram reservadas para bosques ou parques onde era naturalmente abundante ou cultivada espécimes preciosos da floresta amazônica. As demais florestas eram consideradas de rendimento.<sup>170</sup>

Nos parques era totalmente proibido qualquer espécie de atividade contra a flora e a fauna<sup>171</sup> e esse aspecto parece anteceder as legislações posteriores de área de preservação permanente.

A questão da defesa florestal se configura aparentemente por uma tentativa de instituir uma polícia florestal, embora com as peculiaridades da época, visto que era exercida por vigias e guardas nomeados pela prefeitura dentre os habitantes do próprio local e ainda havia o caso de eventual recusa da nomeação ou mesmo que o indivíduo selecionado não possuísse os mínimos requisitos para o exercício do cargo, o que era resolvido simplesmente pela nomeação de pessoa idônea, moradora das proximidades. Além disso, as funções de guarda ou vigia florestal, que não estavam sujeitas a regime especial, seriam exercidas sem remuneração fixa.<sup>172</sup>

Tudo indica que não tenha se tratado de uma consolidação mais institucionalizada de defesa ou polícia florestal, visto que, conforme o Código de Posturas de Manaus de 1967, nada é citado com relação a uma continuidade desse tipo de mecanismo, cabendo

---

<sup>169</sup> *Idem.* p. 289.

<sup>170</sup> *Idem.* p. 372.

<sup>171</sup> *Idem.*

<sup>172</sup> *Idem.* p. 373.

diretamente à prefeitura todas as questões relativas a meio ambiente, isto é, sem a criação de uma pasta exclusiva para cuidar dessa questão ou algo equivalente.

Art.137 – A Prefeitura colaborará com o Estado e a União para evitar a devastação das florestas e estimular a plantação de árvores.

Art.138 – Para evitar a propagação de incêndios, observar-se-ão, nas queimadas, as medidas preventivas necessárias.

Art. 139 – A nenhum, é permitido atear fogo nos roçados, palhadas ou que limitem com terras de outrem, sem tomar as seguintes precauções; I – preparar aceiras de, no mínimo, sete metros de largura; II- mandar avisos aos confinantes, com antecedência mínima de 12 (doze) horas, arcando dia, hora e lugar para lançamento do fogo.

Art. 140 – A ninguém é permitido atear fogo em matas, capoeiras, lavouras ou campos alheios.

Art. 141 – A derrubada de mata dependerá de licença da Prefeitura.

Art. 142 – É expressamente proibido o corte ou danificação de árvores ou arbustos nos logradouros, jardins e parques públicos.

Art. 143 – Fica proibida a formação de pastagens na zona urbana e urbanizável do Município sem a prévia licença.<sup>173</sup>

Mas vale ressaltar que houve avanço com relação a uma legislação mais específica de combate às irregularidades que se tivessem sido levadas a sério, teriam talvez evitado perdas irreparáveis ao longo das décadas subsequentes, sendo o caso da exploração de pedreiras, cascalheiras, olarias e depósitos de areia e saibro.

Art.151 – Não será permitida a exploração de pedreiras na zona urbana.

Art. 152 – A exploração de pedreiras a fogo fica sujeita às seguintes condições: I – declaração expressa da qualidade do explosivo a empregar; II – intervalo mínimo de trinta minutos entre cada série de explosões; III – içamento, antes da explosão, de uma bandeira a altura conveniente para ser vista à distância; IV – toque por três vezes, com intervalos de dois minutos, de uma sineta e o aviso brado prolongado, dando sinal de fogo.

Art. 153 – A instalação de olarias nas zonas urbana e suburbana do Município, deve obedecer às seguintes prestações: I – as chaminés serão construídas de modo a não incomodar os moradores vizinhos pela fumaça emanações nocivas; II – quando as escavações facilitarem a

---

<sup>173</sup> SAMPAIO, Patrícia Melo (Org.). *Op. cit.* Lei Ordinária de Manaus-AM, nº 988 de 17 de novembro de 1967 – Código de Posturas do Município de Manaus. p. 395-396.

formação de depósitos de águas, será o explorador obrigado a fazer o devido escoamento ou aterrar as cavidades à medida que for retirado o barro.

Art. 155 – É proibido a extração de areia em todos os cursos de água do Município: I – a jusante do local em que recebem contribuições de esgotos; II – quando modifiquem o leito ou as margens dos mesmos; III – quando possibilitem a formação de locais ou causem, por qualquer forma, a estagnação das águas; quando de algum modo possam oferecer perigo a pontes, muralhas ou qualquer obra construída nas margens ou sobre os leitos dos rios.<sup>174</sup>

O Código de Posturas de 1967 também evidencia uma atenção maior para com o sofrimento animal, embora não haja uma penalidade de prisão para os infratores como se tinha anteriormente, mesmo por pouquíssimo tempo (alguns dias de cárcere se não pagasse multa). Nesse aspecto, a legislação ao invés de avançar, retrocedeu.

Art. 110 – É expressamente proibido a qualquer pessoa maltratar animais ou praticar ato de crueldade contra os mesmos tais como: I – transportar, nos veículos de tração animal, carga ou passageiros de pesos superior às suas forças; II – carregar animais com peso superior a 150 quilos; III – montar animais que já tenham a carga permitida; IV – fazer trabalhar animais doentes, feridos, extenuados, aleijados, enfraquecidos ou extremamente magros; V – obrigar qualquer animal a trabalhar mais de oito (oito) horas contínuas sem descanso e mais de 6 (seis) horas, sem água e alimento apropriado; VI – martirizar animais para deles alcançar esforços excessivos; VII – castigar de qualquer modo animal caído, com ou sem veículo, fazendo-o levantar à custa de castigo e sofrimento; VIII – castigar com rancor e excesso qualquer animal; IX – conduzir animais com a cabeça baixa, suspenso pelos pés ou asas, ou em qualquer posição anormal, que lhes possa ocasionar sofrimentos; X – transportar animais amarrados à traseira de veículos, ou atados um ao outro pela cauda; XI – abandonar, em qualquer ponto animais doentes, extenuados, enfraquecidos ou feridos; XII – amontoar animais em depósitos insuficientes ou sem água, ar, luz e alimentos; XIII – usar de instrumento diferente do chicote leve, para estímulo e correção de animais; XIV – empregar arreios que possam constranger, ferir ou magoar o animal; XVI – praticar todo e qualquer ato, mesmo não especificado neste Código, que venha acarretar violência e sofrimento para o animal.

Art. 111 – Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa variável entre dez (10) a sessenta (60) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional. (Redação dada pela Lei nº 1700 de 20/12/1983).

---

<sup>174</sup> *Idem.* p. 397.

Parágrafo Único – qualquer pessoa do povo poderá autuar os infratores, devendo o auto respectivo, que será assinado por duas testemunhas, ser enviado à Prefeitura, para os fins de direito.<sup>175</sup>

A legislação dos códigos de posturas até então aqui abordada não é o único meio de tentarmos avaliar um pouco sobre a sociedade amazonense com relação a essa questão ambiental no período republicano, mas certamente, contribui significativamente para essa elucidação, isto é, que esse quesito teve a sua importância, muito embora não tenha representado necessariamente avanços na prática. Sobretudo quando se localiza manifestações críticas de agressão à natureza, apesar das leis. Foi o caso da Revista Agrônômica através do artigo do Prof. Agnello Bittencourt intitulado "Economia destructiva" que em 1938 dizia:

E, no meio dos prodigios naturaes, não deixa de apparecer o homem, como usufructuario de uma estupenda fortuna, que não creou e que procurou destruir, atravez dos tempos. Na ancia de enriquecer, o extractor vae devastando e annullando as fontes da producção. Abatem-se as florestas e matam-se os animais, sem se imaginar os efeitos dessa attitude satanica. Todas as leis prohibitivas têm sido letra morta, por falta de uma educação economica, isto é, de um sentido utilitario e humano dos beneficios da natureza. Ha mais de meio seculo, os Poderes publicos trataram de defender as praias em que as tartarugas faziam seus 'taboleiros'. A industria da manteiga de ovos, cuja exportação, em pótes de barro, figura nas estatisticas de outr'ora, motivava o assalto áquelles centros de creação, dando em resultado o desapparecimento dos grandes viveiros de Kelonios do Solimões, Purus, Madeira e outros rios do Estado.<sup>176</sup>

Neste mesmo periódico chama atenção também a nota - "A 'Revista Agronomica' está num lugar de destaque preenchendo enormissima lacuna; e embora, infelizmente, ainda mal compreendida, ha de ser em breve, uma realidade"<sup>177</sup>-, pois que revela que a preocupação ambiental estava longe de compor as prioridades do poder público em 1938, o que não impediu que houvesse manifestação da sociedade.

---

<sup>175</sup> *Idem.* p. 391.

<sup>176</sup> Revista Agrônômica Nº12, set. 1938, Manaus. Economia destructiva. Prof. Agnello Bittencourt (Membro do Conselho Technico de Economia e Finanças). Artigo dedicado à edição especial de aniversario da "Revista Agronomica". p. 33-34.

<sup>177</sup> *Idem,* p. 34.

Desse modo temos como dimensionar, com menos chance de errar, o lugar de décadas de construção de uma legislação que tentava conter as ações criminosas de agressão ambiental, sem supervalorizar e nem menosprezar algum esforço nesse sentido. Fato é, que a partir de todo esse contexto não é difícil compreender que ainda eram muito incipientes em termos de eficácia no combate aos danos ambientais.

A própria construção do espaço urbano que inaugura os primeiros anos da república, ao estilo europeu, pela atividade lucrativa do látex, evidencia uma série de contradições. Em uma cidade entrecortada de igarapés, onde muitos deles sofreram aterramento desde o período provincial, é possível perceber escolhas lamentavelmente equivocadas com relação ao meio ambiente a partir da imposição de uma arquitetura que não condizia com os aspectos naturais da região tanto em termos de espaço físico como de costumes da sociedade, pois que tinha como regra o desprezo pela história e a cultura do lugar.<sup>178</sup>

A capital do látex adquire nova fisionomia, corrigem-se acidentes de terrenos, organiza-se o diagrama de nivelamento da cidade, a fim de estabelecer normas aos novos projetos de construção: aterram-se os igarapés, estes muitas vezes usado como via de comunicação, fonte de abastecimento d'água e local de lazer. (...) O poder do capital determinou uma nova concepção de cidade, sendo, portanto, o grande responsável pelo estabelecimento de conflitos impostos pelas contradições econômicas, sociais e políticas que se constituem a partir daí. O capital se apressa em engrandecer a capital do Amazonas, consolidando a demolição da antiga aldeia e da velha cidade colonial, não levando em conta nesse projeto civilizatório os impactos sociais e ambientais negativos.<sup>179</sup>

Uma cidade sombreada por belas mangueiras, de praças e jardins bem cuidados<sup>180</sup> era artificialmente uma cidade sem problemas exibindo uma harmonia aparente para o conforto das elites.

É a Manaus das avenidas, dos cafés, do teatro, dos palacetes, de um urbanismo higienizado e organicista, fruto de uma racionalidade que se estabelece a partir da abertura de ruas e de aterro de igarapés. Um

---

<sup>178</sup> OLIVEIRA, José Aldemir de. *Espaço-tempo de Manaus: a natureza das águas na produção do espaço urbano*. ESPAÇO E CULTURA, UERJ, RJ, N. 23, P. 33-41, JAN./JUN. DE 2008. p. 34.

<sup>179</sup> DIAS, Edinea Mascarenhas. *Op. cit.* p. 37.

<sup>180</sup> LOUREIRO, Antonio José Souto. *A grande crise (1908-1916)*. Manaus: Edição do Autor, 1986. p. 33.

urbanismo cuja finalidade era a busca, por meio da construção de equipamentos urbanos e de infra-estrutura, de soluções para alguns dos problemas de uma cidade e para dar conta de suas novas funções urbanas. Esta Manaus, mais que uma cidade real, fazia parte do imaginário da elite extrativista.<sup>181</sup>

Nesse sentido, os Códigos de Postura do município de Manaus certamente estavam comprometidos com esse urbanismo higienizado que tinha, admitamos, seus aspectos de proteção ambiental, mesmo que erigido sobre contradições na medida em que por outros tantos lados, a preservação da natureza não era a questão mais importante, no lugar dela a urbanização, feito pontes e aterros transformando e deformando a cidade.

Buscava-se padronizar o aspecto visual da cidade e afastar da área urbana construções de aspecto pouco cuidado ou o uso de materiais frágeis, o que se pode interpretar como uma preocupação com a segurança pública, no sentido de evitar frequentes incêndios, que ganhavam proporção em consequência da fragilidade dos materiais empregados nas construções, tais como madeira e palha. Ao mesmo tempo, o mesmo Código revelava-se hipócrita, ao permitir recursos cenográficos como as fachadas camuflando construções pouco cuidadas. Evidencia-se, portanto, o uso do Código como um recurso para retirar da cidade sua marca indígena e pobre, buscando afastar do Centro as populações carentes e eliminar as construções de aspecto popular e que revelavam uma tradição nativa.<sup>182</sup>

Como os pobres da cidade, invisibilizados, esquecidos, isolados, tão mais assemelha-se a natureza do município de Manaus que não dava lucro dispensar atenção ou proteção.

Os melhoramentos de infra-estrutura urbana quase sempre excluía as periferias onde proliferavam os casebres de palha e os flutuantes às margens do rio Negro, reatualizados pelas ocupações urbanas às margens dos igarapés, produzindo uma verdadeira alienação do morador pobre em relação à cidade. A cidade das obras suntuosas do início do século XX e dos altos índices de produção do início do século XXI só foi possível numa sociedade marcada por um processo de construção do espaço cuja principal característica foi a destruição da natureza e da cultura local.<sup>183</sup>

---

<sup>181</sup> OLIVEIRA, José Aldemir de. *Op. cit.*, p. 36.

<sup>182</sup> MESQUITA, Otoni Moreira de. *Op. cit.*, p.187.

<sup>183</sup> *Idem.*

Na Amazônia homem e natureza se confundem no mesmo barco dos “vencidos” a partir de contradições e conflitos. “Surge pelas mãos dos moradores das margens dos igarapés e do outro lado dos rios e emerge das águas como local do vivido. (...) as vozes dos simples e os conflitos são abafados”<sup>184</sup>

A espacialização construída convive com reações dos sujeitos sociais que corresponde a resistência coletiva à tendência homogeneizante que se lhes impõe, reagindo aos conflitos relacionados à cultura e memória.<sup>185</sup> Não é diferente com os agentes não humanos que possuem sua forma de resistir reagindo às consequências de mau uso e afetando vários aspectos da vida humana, onde os danos são sempre repartidos entre homem e natureza, enriquecidos e empobrecidos, guardadas as proporções.

Não sendo diferente em Manaus, pode-se dizer que – na construção das cidades que em qualquer lugar causou impacto ambiental e começou a contar a história das divisões entre ricos e pobres no Brasil, e nas doenças que atingiam a todos, mesmo os mais abastados – observa-se o aspecto dessas desigualdades sociais, na medida em que se evidencia qual grupo morria menos por ser melhor assistido ao viver em áreas mais ambientalmente controladas, a exemplo do que aborda o historiador Janes Jorge<sup>186</sup> acerca do rio Tietê. O autor consegue evidenciar, por exemplo, que uma abordagem histórica sobre a divisão entre classes sociais na sociedade paulistana jamais seria completa desconsiderando uma análise da relação homem/natureza como pode ser observado no trecho a seguir:

Em 1898, para fazer frente a tal situação [de suprimento da rede de abastecimento de água], a Repartição de Águas e Esgoto excluiu as localidades proletárias do Brás, Bom Retiro, Belenzinho, Ponte Grande e Cambuci do sistema Cantareira, que tinha uma água de excelente qualidade para garantir o suprimento constante e seguro da parte alta da cidade. Excluídos do sistema Cantareira esses bairros passaram a ser abastecidos com água captada no rio Tietê [aquela altura já muito comprometida bacteriologicamente], um volume que chegou a 6 milhões de litro por dia. [...] Entre 1914 e 1915, São Paulo conheceria uma epidemia de febre tifóide, doença de veiculação hídrica e

---

<sup>184</sup> *Idem*. p. 37.

<sup>185</sup> *Idem*, p.

<sup>186</sup> JORGE, Janes. *Tietê, o rio que a cidade perdeu: o Tietê em São Paulo 1890-1940*. São Paulo: Alameda, 2006.

alimentar, que assolou principalmente os moradores da parte baixa da cidade, justamente aquela abastecida pelo Tietê.<sup>187</sup>

Embora toda prosperidade advinda da economia gomífera tivesse proporcionado uma urbanização na cidade de Manaus ao estilo europeu – que mesmo depois da grande crise (1907-1916)<sup>188</sup> se manteve no intuito de alcançar melhorias<sup>189</sup> e colocar a cidade de Manaus em um patamar diferenciado, isto é, como uma das cidades mais “civilizadas” do Brasil – os problemas de infraestrutura que envolviam sobretudo saneamento e por conseguinte higienização eram prolongados por falta de recursos conforme os administradores da época, ficando claro que se tratava de uma cidade maquiada, “para inglês ver”, isto é, que priorizava atender às demandas de uma elite.

Contudo, sem que a questão da insalubridade deixasse de preocupar as autoridades, o que pode ser observado nos próprios Códigos de Posturas do município e nas políticas para o serviço sanitário do estado do Amazonas, a exemplo do decreto<sup>190</sup> do governador Eduardo Ribeiro que regulamentava a higiene pública, criando um conselho de saúde com sede em Manaus intitulado *Inspectoria de Hygiene* a fim de executar o regulamento, realizar estudos, propor medidas ao governo e cumprir as ordens que dele receber.

Essa inspetoria de higiene era composta por um inspetor e três auxiliares, onde um deles (que devia ser médico ou farmacêutico ou qualquer profissão desde que fosse químico) ficava responsável pelo laboratório de análises químicas e bromatológicas. Além disso, a instituição também contava com um secretário, um amanuense (escrevente), um porteiro, um continuo (*office-boy*) e um delegado de higiene em cada município, desde que havendo médicos para essas funções, remunerados pelas respectivas intendências.

Dentre os numerosos encargos da Inspetoria de Higiene registra-se que em situações de epidemias, os estabelecimentos ou casas particulares recebiam medidas

---

<sup>187</sup> *Idem*, p. 190-191.

<sup>188</sup> LOUREIRO. *op. cit.*

<sup>189</sup> BENTES, Dorinethe. *Outras faces da história: Manaus: 1910-1940*. Manaus: Reggo Edições, 2012. 192p. p. 133.

<sup>190</sup> *Decreto nº44 de 30 de dezembro de 1893 para o serviço sanitário do Estado do Amazonas*. Eduardo Gonçalves Ribeiro, Bacharel em Mathematica e Sciencias Physicas, Capitão do Estado-Maior de 1ª Classe e Governador do Estado do Amazonas, etc. Manáos: Typografia do Diario Official – Rua Municipal, 1893.

urgentes de acordo com o inspetor de higiene para desinfecionar o ambiente e os pertences do doente ou falecido, devendo o enfermo ser removido para hospital ou lugar adequado. Por ordem da autoridade sanitária, ninguém poderia eximir-se de consenti-la e as despesas ficavam por conta do morador da casa ou do dono do estabelecimento, porém, em caso de reconhecida pobreza o Estado assumia as despesas. As moléstias transmissíveis eram: febre amarela, cólera morbus, peste, sarampo, escarlatina, varíola, difteria e tifo etc.

A vacinação era obrigatória em todo o estado do Amazonas e revacinação – também obrigatória – ocorria de 10 em 10 anos. Em desobediência o infrator teria que pagar multa e era preso de 2 a 5 dias sem direito a recurso. Os delegados de higiene eram responsáveis pelas vacinações em suas circunscrições, na falta de um médico, atuava o farmacêutico e na falta deste, a câmara municipal escolhia pessoa habilitada para tal serviço.

Embora o governador Eduardo Ribeiro tenha administrado no auge da economia gomífera, seu legado indica que as políticas sanitaristas pertenceram ao contexto da administração de Manaus nos períodos subsequentes que continuavam a enfrentar os impactos ambientais de uma cidade totalmente forçada a se adaptar a uma arquitetura estrangeira e que demandava permanentes recursos públicos, nem sempre viáveis.

A partir da análise do problema do lixo urbano, evidencia-se alguns aspectos como a falta de ruas adequadas para o trânsito dos carros de coleta alcançarem os subúrbios de Manaus e a priorização de bairros mais centrais com uma regularidade maior de usufruto desse serviço essencial.

No final dos anos 40 do século passado, precisamente em 1948, o Poder Público destacou que o serviço de limpeza da cidade, na sua parte urbana, estava sendo realizado sob contrato por meio de concorrência pública, e a limpeza dos bairros estava sendo feita administrativamente e atendendo apenas aos bairros de São Raimundo, Constantinópolis, Adrianópolis, Cachoeirinha, Boulevard Amazonas e Portugal. Isso significa que a maioria dos bairros suburbanos não tinha coleta de resíduos sólidos regular; apenas em momentos esporádicos.<sup>191</sup>

---

<sup>191</sup> BENTES, Dorinethe. *op. cit.*, p. 134.

Foi instalado em Manaus o primeiro incinerador de lixo do Brasil, vinte e dois anos depois do mais antigo do mundo, implantado na Inglaterra, em 1874.<sup>192</sup>

No governo de Ramalho Júnior, o secretário Anísio de Carvalho Palhano, atendendo há tempos a recomendação do Diretor de Higiene Pública, assinou um contrato com David Mac-Farlane, que recebeu um terreno para seu usufruto na execução do serviço pela duração do contrato. O forno geraria um sistema de energia para vários prédios públicos pelo vapor da queima dos resíduos sólidos.<sup>193</sup>

O forno tinha como função a oxidação de resíduos a partir da combustão da matéria orgânica nele presente, reduzindo e/ou eliminando seus aspectos de periculosidade.<sup>194</sup> A questão do controle do lixo não era restrita à resolução de um problema local, mas atendia à política de higienização em curso em várias capitais do mundo num sentido de “sociedades ditas ‘civilizadas’”.<sup>195</sup>

Em 1911, foi inaugurado o forno Horsfall de incineração – autorizado pela Lei nº 614 de 26 de agosto de 1910 – localizado no bairro São José, no lado sul da rua Ramos Ferreira, o forno crematório provocou a insatisfação de alguns moradores, especialmente do senhor Simplício Coelho Rezende que procedeu a uma ação judicial contrária a construção do forno no centro da cidade, alegando que a vasta fumaça gerada prejudicava a saúde dos moradores.<sup>196</sup>

O município visava, em caso de perda na justiça, um novo local, considerando que o afastamento do lugar implementado certamente prejudicaria a logística da coleta, uma vez que as ruas dos subúrbios estavam em péssimas condições e não seria possível mais de uma viagem por dia o que comprometeria toda a coleta diária que deveria ser feita. A questão do saneamento e limpeza pública – problema que permanecia sem solução a meio século – prosseguia pelas décadas de 1920 e 1930 como um dos grandes desafios do poder público especialmente com relação à limpeza e coleta dos resíduos sólidos nos bairros de Manaus.<sup>197</sup>

---

<sup>192</sup> SÁ, Jorge Franco de. *Manaus: Higiene, meio ambiente e segurança do trabalho na época áurea da borracha*. Manaus: EDUA, Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012. 255p. p. 146.

<sup>193</sup> *Idem*. p. 144.

<sup>194</sup> *Idem*. p. 146.

<sup>195</sup> BENTES, Dorinethe. *op. cit.*, p. 133.

<sup>196</sup> *Idem*, p. 134.

<sup>197</sup> *Idem*.

No governo de Fileto Pires, essa questão dos destinos do lixo já preocupava as autoridades de higiene, pois a coleta era feita por meio de carroças e os resíduos eram lançados diretamente no rio Negro. A orientação de carros apropriados e a incineração do lixo já era requerida.<sup>198</sup> “O governador recrimina a remoção de lixo da cidade, que já não é mais jogado no litoral, mas colocado em uma balsa e jogado no meio do rio. Diz que a Intendência havia providenciado a compra de forno crematório para a incineração do lixo.”<sup>199</sup> Fileto Pires também se preocupou com a limpeza dos igarapés que cortam a cidade, sobretudo, o da Cachoeira Grande, justamente o que abastecia a cidade, criando uma lei onde a Intendência passou a ter essa limpeza como obrigação.<sup>200</sup>

Mas, só no governo de Ramalho Júnior foi promulgada uma lei para obrigar o governo a realizar a limpeza nos igarapés, que até então jamais haviam sido limpos.<sup>201</sup>

O Secretário da Indústria, Anísio de Carvalho Palhano assinou um contrato para limpeza do igarapé da Cachoeira Grande, de onde se retirava a água para abastecer a cidade. Estava sendo feito um paliativo para resolver o problema da água, que no início da distribuição era pura, mas que começava a se poluir. Começavam construções perto do manancial e o Governo se rescindia de não haver proibido construção na área.<sup>202</sup>

Além disso, o secretário Anísio Carvalho Palhano, preocupado com a qualidade da água destinada à população, sugere que se encontrem outros mananciais ou que fossem implementados filtros para a resolução do problema de insalubridade da água, pois o governo de Fileto Pires não havia tido bom êxito nessa tentativa. A mesma preocupação também se dava com relação aos esgotos na cidade, sempre reclamado pelos Diretores de Higiene Pública, que também não havia sido resolvida. “O secretário ainda fala da fossa que se utilizava na cidade. Ainda hoje em Manaus tem mais fossa do que esgoto.”<sup>203</sup>

Os problemas da urbanização de Manaus certamente se agravaram por refletirem cada vez mais, dentre alguns elementos, a falta de recursos públicos decorridos pela crise

---

<sup>198</sup> SÁ, Jorge Franco de. *op. cit.*, p. 123.

<sup>199</sup> *Idem*, p. 127.

<sup>200</sup> *Idem*, p. 128.

<sup>201</sup> *Idem*, p. 147.

<sup>202</sup> *Idem*.

<sup>203</sup> *Idem*. p. 148.

na economia gomífera que se estendeu décadas a fio. Manter a “Paris dos Trópicos” não dependia exclusivamente de vontade política ou administração competente, as adversidades econômicas eram inegáveis e assim permaneceram pelas tardias tentativas de elaborar projetos realmente capazes de garantir os lucros da produção nacional da borracha frente à ameaça internacional que nos superava, sobretudo, com a produção asiática.

Conforme Samuel Benchimol<sup>204</sup>, certa filosofia imobilista predominou na região pela crença nas virtudes mágicas e insuperáveis da nossa borracha, ignorando as devidas preocupações com as plantações asiáticas. Para o autor, essa escolha certamente tendia a justificar de forma compensatória a frustração diante do desafio tecnológico que se impunha caracterizando a fuga da realidade pela ideia de borracha insuperável com atributos mágicos. Além disso, acabava por tentar acomodar a incapacidade técnica de uma economia empírica que fracassou na criação de uma estrutura social razoavelmente estável com recursos suficientes para organizar quadros técnicos com o propósito de criar soluções racionais para o problema.

A filosofia imobilista, por fim, abrigava o *status quo* do sistema num sentido de sobrevivência e preservação daquela tradição para lidar com o envelhecimento da estrutura dominante. “Essa crença mística nos poderes sobrenaturais da borracha amazônica constituía, pois, uma espécie de tábua de salvação, ou um acesso de ufanismo que permitia esconder, no fundo, a fatalidade e o pesadelo da crise.”<sup>205</sup>

#### **2.4 O que foi pensando como tentativa de conter a crise gomífera**

Diante do anúncio de crise que já havia sido instalada na Amazônia, a Associação Comercial do Amazonas promoveu nos dias 22 a 27 de fevereiro de 1910, o Congresso Comercial, Industrial e Agrícola com o objetivo de reunir soluções para conter a crise e reverter favoravelmente a ameaça da concorrência asiática na produção do látex. Um dos argumentos do Dr. Jaques Huber, botânico suíço e uma das pessoas a proferir discurso no citado congresso, apontava a situação do não cultivo das seringueiras na região o que colocava a produção local em franca desvantagem:

---

<sup>204</sup> BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: formação social e cultural*. Manaus: Editora Valer/Editora da Universidade do Amazonas, 1999. 480p. p. 213.

<sup>205</sup> *Idem*.

Em nenhuma parte do globo porém a lucta entre o homem e a natureza pujante é tão desigual como na Amazônia. Aqui o homem aproveita a natureza, é verdade, mas ainda não chegou a submettel-a á sua vontade. Mesmo a nossa arvore de ouro, de tão facil cultivo, é ainda procurada ansiosamente no meio das mattas pelo seringueiro, que quasi furtivamente lhe tira o seu precioso leite, submettendo-se ás privações sem numero que a vida nas mattas exige.<sup>206</sup>

Apesar de que a ideia da exploração extrativa da borracha alcançar o cultivo ordenado já ter sido pensada, mesmo antes de Henry Wickham cometer a biopirataria de fugir com 74000 sementes, sendo também anterior ao relatório de João Martins da Silva Coutinho de 1861.<sup>207</sup>

Gustavo Schuch de Capanema, seguido de muitos outros, teria sido o primeiro a fazer essa recomendação do cultivo da seringueira em uma conferência no Rio de Janeiro, em 1856 no Palestra Scientifica.<sup>208</sup>

Como membro da comissão brasileira à Exposição Universal de 1855, Capanema mostrou-se impressionado com relação aos esforços dos holandeses pelo cultivo da *cinchona*. Sua recomendação quanto ao plantio da seringueira foi registrada no relatório da comissão brasileira e, em 1858, publicada pelo seu presidente, Antônio Gonçalves Dias. Capanema apresentava uma preocupação que não tinha como foco o aspecto puramente econômico, mas social com a ideia de ‘civilizar’ os seringueiros em decorrência de plantações sedentárias.<sup>209</sup>

Em 1869, o relatório de Franz Keller-Leuzinger, engenheiro alemão incumbido de estudar a Amazônia, aconselhou o governo brasileiro a investir no plantio da seringueira. Na versão inglesa do seu relatório ele criticou a ‘indolência dos mestiços’ e a ‘estreiteza de visão’ do governo que não havia tomado iniciativa alguma a esse respeito.<sup>210</sup>

---

<sup>206</sup> MIRANDA, Bertino (Org.). *Anais do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola* (22 a 27 de fevereiro de 1910) Manaus: Associação Comercial do Amazonas/Fundo Editorial, 1990. 430p. Discurso do Dr. Jaques Huber, p. 34.

<sup>207</sup> DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. Traduzido por Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel, 1989. 296p. p. 74.

<sup>208</sup> *Idem.*

<sup>209</sup> *Idem.*

<sup>210</sup> *Idem.*

Robert Cross, biopirata inglês – tal como Henry Wickham a serviço do Kew Gardens – como respeitável veterano das expedições que havia contrabandeado de Belém sementes da cinchona Sul-americana, de alto valor medicinal, pouco tempo depois de Wickmam levar suas sementes para Londres<sup>211</sup>, também mostrou perplexidade e surpresa pelos nativos não terem notado o quanto poderia ser vantajoso o cultivo da borracha em torno de Belém.<sup>212</sup>

Pimenta Bueno, que chegou a ser governador do Amazonas, citou o esforço dos ingleses na obtenção de seringueiras datando de 1867 e reconheceu a transferência dessas sementes pelos britânicos, porém, ele não acreditava no sucesso dessa empreitada, recomendando que devesse ser feita a lavoura da seringa no Brasil a fim de melhorar a vida dos seringueiros. O empresário e estadista André Rebolças que havia proposto numerosas reformas agrícolas e conservacionistas, um ano depois de Pimenta Bueno, deu como sugestão a tentativa de aclimatar a seringueira na região da Província do Maranhão, experimentando um cultivo fora do habitat natural da espécie. Em torno de vinte anos depois, ao que parece, não houve mais manifestação pública sobre o cultivo da seringueira no Brasil.<sup>213</sup>

Já em 1900, foi a vez de João Barbosa Rodrigues, diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, manifestar-se defendendo a urgência do cultivo da seringueira na Amazônia. Como nativo da região, ex-diretor do Jardim Botânico de Belém, ele se mostrava horrorizado com a questão social que envolvia a extração da borracha. Assim como Pimenta Bueno, ele também não acreditava que a empreitada dos ingleses fosse ter êxito com as plantações no Ceilão. Barbosa Rodrigues se equivocara compreendendo que somente na Amazônia – o habitat natural da espécie – o cultivo daria certo, embora tivesse razão quanto ao plantio possivelmente beneficiar a reconstrução social de uma região que via em ruínas “povo errante, barbarizado, bêbado e indigente”.<sup>214</sup>

---

<sup>211</sup> DRUMMOND, José Augusto. *Aventuras e desventuras de um biopirata*. Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi Cienc. Hum., Belém, v. 4, n. 3, p. 549-552, dez. 2009. Disponível em: <[http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-81222009000300012&lng=pt&nrm=iso](http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222009000300012&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 15 abr. 2024.

<sup>212</sup> DEAN, Warren. *Op. cit.* p. 74.

<sup>213</sup> *Idem*, p. 74-75.

<sup>214</sup> *Idem*, p. 75.

Enfim, as plantações no Sudeste Asiático tiveram êxito e a notícia chegou na Câmara de Deputados. Estes consideravam que o governo devesse exercer o monopólio da extração da borracha a fim de baixar os preços, essa medida agradaria aos aviadores que se sentiam explorados pelas casas exportadoras que, na maioria das vezes, estava nas mãos dos estrangeiros. Porém, isso não resolvia o problema central dos custos da produção, uma vez que os investimentos malaios eram cerca de metade dos da Amazônia. Como medida, a Câmara dos Deputados providenciou uma comissão presidida por Miguel Calmon du Pin e Almeida, que já conhecia as plantações do Oriente, para investigar a questão dos rendimentos em potencial.<sup>215</sup>

Crítico do sistema explorador dos padrões, Calmon sugeriu o cultivo racional como substituição daquele regime, propondo uma lei em que a terra cultivada seria gratuita com cinquenta anos de isenção de impostos para a exportação aos agricultores da seringa onde deveria ser fundada uma estação agrícola experimental. Essa e outras propostas semelhantes foram debatidas pelo Congresso, mas não obteve continuidade nos seis anos seguintes. Entretanto, o relatório de Calmon contagiou além do recinto da Câmara dos Deputados, mobilizando uma campanha jornalística que tinha como lema: ‘Contra o mal do Ceilão, o plantio em larga escala’.<sup>216</sup>

Apesar de não haver uma plantação da seringa de maneira mais ampla e consolidada, comandada por administradores públicos e/ou privados que pudesse tentar se antecipar aos danos da concorrência estrangeira, não se pode dizer que não havia alguns seringais de dimensão comercial que foram cultivados antes da eclosão da crise, como revelou um relatório de 1899 indicando que em sete municípios do Pará havia plantações da Hevea e duas nas adjacências de Óbidos que haviam sido plantadas em 1908 sendo visitadas com certa frequência pelos viajantes. O mesmo aconteceu no estado do Amazonas, revelando a plantação de seringais na capital e em sete municípios em 1913. Lamentavelmente, nenhuma dessas árvores e os exemplares plantados experimentalmente nos seringais nativos revelaram uma boa produtividade.<sup>217</sup>

Em 1909, sob o comando de um novo governador, o Estado do Pará promulgou uma lei que concedia incentivos consideráveis aos

---

<sup>215</sup> *Idem*, p. 77.

<sup>216</sup> *Idem*.

<sup>217</sup> *Idem*. p. 78-79.

plantadores em potencial. O governo ofereceu uma diminuição de 50% nas taxas de exportação, tarifas ferroviárias reduzidas, garantia de 5% de lucro sobre a metade do capital aplicado e o arrendamento gratuito durante 99 anos de terras paraenses com até 20.000 hectares. Em troca o Estado exigia o plantio de 20.000 árvores por ano. As leis estaduais anteriores – de 1886 e 1896 –, garantiam preços aos cultivadores de vários produtos, inclusive a borracha, parecem ter sido administradas de maneira fraudulenta, tendo servido, na verdade, como um meio de recompensar a lealdade política. A lei de 1909 estimulava pedidos de concessão de terras, a fim de propiciar a plantação de seis milhões de pés; é duvidoso, porém, que mais de 340.000 espécimes tenham sido plantados mediante essa lei antes do colapso das finanças estaduais em 1911.<sup>218</sup>

A já referida conferência realizada em Manaus em 1910 que havia reunido em torno de setenta líderes do comércio da borracha concentrava seus esforços na urgente necessidade, sem mais perda de tempo, do cultivo de seringueiras.<sup>219</sup>

Embora o esforço dos senhores do comércio, indústria extrativa e agricultura não tenha conseguido “inverter o curso dos acontecimentos, impossíveis de serem alterados, diante de tão fortes adversários”<sup>220</sup>, isto é, a concorrência internacional asiática resultado do cultivo das sementes de seringueiras contrabandeadas da Amazônia, os anais do congresso traduzem as alternativas vislumbradas por aqueles sujeitos com relação aos assuntos da borracha revelando alguns aspectos interessantes sobre a forma de se pensar economia, sociedade e, conseqüentemente, ambiente amazônico.

Em linhas gerais, a categoria do comércio estava bastante preocupada com a questão do escoamento da mercadoria, a navegação, e requeriam opções por terras como ferrovias a fim de superar os trechos encachoeirados que inviabilizavam a rota fluvial. Para isso almejavam menores preços para os transportes, já que os valores dos fretes eram bastante onerosos e os seringueiros eram prejudicados sobretudo com os altos valores desses fretes para gêneros alimentícios, bem como a isenção de impostos das importações dos navios que atuavam na navegação amazônica. “Rebelava-se quanto aos abusos dos importadores, na classificação da nossa borracha, e, preocupava-se com a miserável situação dos seringueiros.”<sup>221</sup>

---

<sup>218</sup> *Idem*, p. 79.

<sup>219</sup> *Idem*.

<sup>220</sup> LOUREIRO, Antônio José Souto. *A grande crise (1908-1916)*. Capa: Rita Loureiro. Manaus, T. Loureiro & Cia., 1985. 282p. p. 71.

<sup>221</sup> *Idem*, p. 72.

Tal qual o grupo dos comerciantes, o pessoal das indústrias extrativas também se preocupava com o valor dos impostos, requerendo sua redução tanto em importação quanto em exportação, atraindo capitais estrangeiros, também a partir de cultivos conforme seringais-modelo com incentivos para essas plantações e o barateamento de terras. Além dos cuidados com a qualidade do produto, a partir de padrões no processo de defumação adotando leis rigorosas no combate à falsificação. Faziam coro a ideia relevante feita no Congresso de Sena Madureira que havia ocorrido no Acre, para o envio de alguém, um observador, a ser mandado ao Oriente a fim de realizar estudos dos novos seringais em produção.<sup>222</sup> Aqui há grande ênfase na “(...) urgente e inadiável necessidade do plantio da seringueira no valle do Amazonas.”<sup>223</sup>

Quanto à categoria dos agricultores, de certa forma, conflitava com os interesses dos comerciantes, já que requeriam menores preços para os alimentos importados.<sup>224</sup> Dentre suas reivindicações o grupo dos agricultores estava interessado em incentivos, em forma de prêmios, para um cultivo metódico da hevea e de cacauzeiros, assim como a redução de impostos e do valor dos fretes para esses produtos em exportação. Requeriam premiações também para agricultores que cultivassem cereais, algodão dentre outras plantações nos limites estabelecidos pelos governos por meio de leis ou regulamentos específicos. Fornecimento de sementes de forma gratuita, bem como materiais para a instrução como revistas e monografias a quem se interessasse pelo cultivo. Tudo no sentido de obter um apoio estatal amplo que movimentasse a produção agrícola.<sup>225</sup>

O Congresso Commercial, Industrial e Agrícola tinha como uma das preocupações centrais a questão dos impactos no progresso e na prosperidade do Amazonas causados pela febre amarela e pelo paludismo, chamando atenção das instâncias federal e estaduais – Pará e Amazonas – para uma necessária profilaxia a partir de comissões médicas permanentes com visitas sistemáticas aos seringais auxiliando os doentes e os indigentes conforme recomendações da ciência. Muito provavelmente, em decorrência dessa falta de assistência médica, eles se preocupavam com uma boa imagem da região no exterior e almejavam uma boa divulgação por meio da imprensa e livros

---

<sup>222</sup> *Idem*, p. 73.

<sup>223</sup> MIRANDA, Bertino (Org.). *Op. cit.* p. 5.

<sup>224</sup> LOUREIRO, Antônio José Souto. *Op. cit.* p. 73.

<sup>225</sup> MIRANDA, Bertino (Org.). *Op. cit.*, p. 8-9.

cabendo aos estados do Pará e Amazonas atuarem nesse propósito.<sup>226</sup> O combate a essa referência negativa do ambiente amazônico como insalubre divulgada no exterior por alguns viajantes e exploradores aparece como uma das maiores prioridades entre aqueles que tentavam encontrar soluções para assegurar um desenvolvimento econômico regional mais autônomo.

A partir de estudos requeridos pelo Congresso, presentes nos seus anais, que se pode encontrar as teses que buscavam diretrizes para conter a tão temida crise que refletiam questões fundamentais sobre como deveria ser a maneira de povoamento do solo amazônico; se a agricultura poderia alcançar bom êxito e em quais regiões isso seria mais propício; de que maneira auxiliar indústrias extrativas; quais seriam os melhores processos de extração e coagulação do látex; e como se poderia facilitar e desenvolver a marinha mercante no vale do Amazonas.

Com sua premiada tese, o antecessor de Eduardo Ribeiro, Augusto Ximeno de Villeroy, que havia sido o primeiro governador do Amazonas designado pelo governo provisório da República (4 de janeiro a 2 de novembro de 1890), faz várias considerações sobre como se deveria povoar o solo amazônico, partindo do princípio da crença que se tinha na época de um solo muito fértil, hoje se sabe que o húmus – camada superficial responsável pela manutenção da floresta – depende de um delicado equilíbrio para garantir a perpetuação da flora amazônica. Villeroy pontuava também sobre a propaganda negativa existente na Europa de adaptação de povos ao bioma amazônico insistindo em uma massa de trabalhadores que deveria vir do velho mundo para iniciar alguns núcleos coloniais, assegurando-lhes bem estar e favorecendo a fortuna dos mais aptos. Mas não quaisquer um desses povos.

Sua compreensão de povo brasileiro é de algo não formado, apesar de nascido no Brasil, no estado do Rio Grande do Sul. Esse é o seu ponto de partida, todos os que habitam essa parte Sul do equador ainda estar por ser algo que se chame de povo. Por essa razão, seu pensamento parece dar continuidade a um sentido colonialista em plena república e a Amazônia, nessa perspectiva, uma grande oportunidade de se explorar e obter riquezas. Eis que os povos ibéricos são os seus futuros colonos eleitos e era veementemente contrário a uma colonização asiática citando o estado de São Paulo como um exemplo a não ser seguido. De todo modo, ele acreditava ser mais fácil a adaptação

---

<sup>226</sup> *Idem*, p. 10-11.

pelos portugueses, por causa da língua e dos costumes, e, naturalmente, dando sequência a formação do povo brasileiro. Assim concluía:

“O portuguez é forte e empreendedor, adaptando-se facilmente a todos os climas; ele não teria feito as grandes cousas que fez no passado se não possuísse essas qualidades primordiaes: aproveitemos as energias innatas desta raça, que é a nossa (...).”<sup>227</sup>

A ocupação do solo amazônico defendida por Villeroy teria sucesso se a agricultura alcançasse tamanhos êxitos a ponto de se chegar a uma grande indústria.

O problema capital do povoamento do solo amazonense só comporta uma solução verdadeiramente racional – a fundação de colonias agrícolas por gente da nossa raça; porém como toda a industria que prospera dá sempre nascimento a uma outra, depois dos centros agrícolas virão os campos de criação, as fabricas de conservas alimenticias, etc.; paralelamente, surgirão as officinas necessarias, serrarias, fabricas de productos ceramicos, etc. sendo o momento oportuno para introdução de operarios especialistas, nacionais ou estrangeiros, cuja acclimação será muito mais facil, porque terão de exercer a sua actividade em centros já transformados pela industria, afeiçoados á vida civilisada. Tudo virá a seu tempo, naturalmente, cumprindo ao governo dar apenas o impulso inicial, sem nunca esquecer que nenhum povo póde viver sem lavrar a terra que habita, e que, por muitos annos, a nossa actividade terá de ser principalmente agrícola. Quando esta houver amontoado copiosos capitaes, quando a materia prima abundar por toda a parte, havendo um excedente de população além das necessidades da agricultura, então surgirá espontaneamente a grande indústria, que viverá dos seus recursos, dispensando a tutela official que, no fundo, só serve para entrar o verdadeiro progresso. Na vida industrial, como na vida animal, só triumpham os mais aptos, moral e intelectualmente fortes.<sup>228</sup>

O Dr. Benjamin de Araujo Lima – uma das mentes mais críticas entre os estudiosos daquele período – não deixava de apontar os problemas de uma infeliz propaganda sobre o suposto clima mortífero da Amazônia que acabava por ser bastante lamentável por deixar de oferecer uma alternativa à superpopulação europeia, ou seja, implicando em prejuízos que estavam longes de serem unilaterais.

---

<sup>227</sup> VILLEROY, Augusto Ximeno. *Como se deve povoar o solo amazônico*. In: MIRANDA, Bertino (Org.). *Anais do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola (22 a 27 de fevereiro de 1910)* Manaus: Associação Comercial do Amazonas/Fundo Editorial, 1990. pp. 19-26. P. 26.

<sup>228</sup> *Idem*, p. 22-23.

Falso humanitarismo é esse que, em vez de estimular, embaraça, contraria, desfaz a defluição d'aquela excesso de população, constituído em flagello para quasi todos os paizes europeus, e capaz, por seus efeitos calamitosos, de justificar as monstruosidades da theoria malthusiana, para estas terras ainda em parte despovoadas, onde o problema da immigração é o problema econômico por excellencia, e cujo desenvolvimento já se teria tornado com certeza maravilhoso, se já se houvessem conseguido conjugar aqui os dois precípuos factores do progresso, assignalados pelo professor René Worms: o territorio e a população.<sup>229</sup>

Por outro lado, ele não negava os problemas da insalubridade, porém, sem responsabilizar o clima da região. Pelo contrário, Araújo Lima denunciava as condições de trabalho nos seringais, a começar pela maneira atabalhoada com que foram feitas as imigrações dessa massa de trabalhadores a partir da cobiça e da irresponsabilidade dos padrões exploradores que subjugavam aqueles com absoluta privação de conforto, falta de higiene, má e parca alimentação, colocando-os como eterno devedores do padrão no sistema de aviamento escravizante, com trabalho árduo e pesado, sendo isso sim, a circunstância nefasta que resultava em significantes cifras de mortalidade.<sup>230</sup>

Para Araújo Lima cabia ao Estado intervir para fiscalizar a imigração no propósito de prover e encorajar, jamais para perturbar ou tolher, promovendo uma atenção humanitária e proveitosa. Reconhecia que em Manaus já se fazia bastante pelo saneamento e se dava assistência aos doentes empobrecidos, mas que nunca se havia pensado em instalar nos interiores, onde as endemias são mais intensas, missões médicas permanentes, com hospitais móveis promovendo além de tratamentos aos doentes, uma profilaxia de combate aos germes patogênicos. Araújo Lima tinha total discernimento quanto a questão da insalubridade não se tratar de uma virtualidade da região, portanto não era uma utopia se livrar do problema, bastando alcançar pontos salubres para conter os acidentais e extinguíveis elementos de propagação das enfermidades.<sup>231</sup>

Araújo Lima insistia em responsabilizar bem mais as condições impostas aos trabalhadores como fator de doenças do que propriamente a ausência do Estado em

---

<sup>229</sup> LIMA, Benjamin de Araújo. *Como se deve povoar o solo amazônico*. In: MIRANDA, Bertino (Org.). *Anais do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola* (22 a 27 de fevereiro de 1910) Manaus: Associação Comercial do Amazonas/Fundo Editorial, 1990. pp. 27-42. p. 35.

<sup>230</sup> *Idem*, p. 39.

<sup>231</sup> *Idem*, p. 40.

assistência médica. E esse era um ponto importante ao qual chamava atenção sobre o problema do povoamento na região.

Mas para que o interior do Amazonas chegue a povoar-se inteiramente, não basta que se lhe modifiquem as condições gerais de salubridade. É necessario mais que se modifiquem consideravelmente as condições economicas do trabalhador. A industria extractiva da borracha representa uma caudal de ouro. Raras parcelas, porém, desse ouro rolam para as mãos de quem palmilha as terras alagadiças, sofre o assalto das intempéries, se deixa intoxicar pelo processo rudimentar, estúpido, da defumação. Ha por todo este vasto sertão uma especie de feudalismo monstruoso e enfermigo capaz de justificar as mais repugnantes desforras, as mais perturbantes sedições.<sup>232</sup>

Para o povoamento completo do Amazonas, Araújo Lima indicava duas maiores e inadiáveis providências: caberia ao Estado resolver as questões do saneamento completo e definitivo do sertão; e aos que interessasse, organizar o trabalho de maneira mais inteligente e equitativa.<sup>233</sup>

Carlos Eugenio Chauvin, autor da tese sobre o plantio da seringueira, afirmava que o desenvolvimento agrícola havia sido retardado pelo sucesso da indústria extrativa da borracha e indicava os próprios seringais como os melhores locais para a lavoura no qual os proprietários deveriam preparar campos para o cultivo de produtos essenciais ao consumo regional, além das regiões de vazantes<sup>234</sup> que eram locais onde já se faziam ensaios agrícolas.

Chauvin propunha que eles deixassem de ser meramente ensaios a partir da abertura de campos que demandaria maiores recursos, e se consolidaria como exploração agrícola<sup>235</sup> colocando a Amazônia de acordo com a sua vocação de celeiro do mundo, pois que o autor acreditava que a região era um convite a “plantar e plantar.”<sup>236</sup>

---

<sup>232</sup> *Idem*, p. 40-41.

<sup>233</sup> *Idem*, p. 41-42.

<sup>234</sup> CHAUVIN, Carlos Eugenio. *Póde-se ensaiar com bom exito a agricultura no valle do Amazonas? No caso affirmativo, quaes as regiões mais aptas para isso, sem prejuizo e até como auxiliar das industrias extracrivas?* In: MIRANDA, Bertino (Org.). *Anais do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola (22 a 27 de fevereiro de 1910)* Manaus: Associação Comercial do Amazonas/Fundo Editorial, 1990. pp. 45-55. p. 47.

<sup>235</sup> *Idem*, p. 54.

<sup>236</sup> *Idem*, p. 47.

Alcançando o êxito de acordo com o aumento da população, o qual deveria ser estimulado quer pelo Estado, quer por sociedades intermediárias.<sup>237</sup>

O maior dispendio que exige portanto a lavoura regional é determinado pela espessura da matta a destruir. A abertura de campos, nas imediações dos barracões e barracas de seringueiros, é uma necessidade hygienica e o aproveitamento desses campos, tornados productivos pelo plantio, uma medida econômica de prudência.<sup>238</sup>

A partir do seu pensamento, a destruição da floresta nas adjacências dos barracões afastaria as endemias, pois há uma associação entre mata e higiene. Provavelmente, esse autor compactua com a ideia de que as doenças resultam muito mais de uma Amazônia mortífera que é insalubre por natureza.

O Dr. Esmeraldo Coelho que também via a fertilidade do solo Amazônico como uma vocação natural ao plantio, defende a ideia de promover o cultivo agrícola com ferramentas científicas, pois, mesmo que a região não fosse fértil, os conhecimentos técnicos tratariam de aproveitar a terra melhorando quimicamente o solo, como acontece em lugares do mundo onde há invernos rigorosos e desertos. Então o autor aborda a importância da agronomia aliada à agricultura.<sup>239</sup>

Sciencia, arte ou industria, como a queiram chamar ou considerar, a nossa Agricultura nunca se aperfeiçoará se continuar entregue á inconsciencia da funesta rotina, sem plano, sem methodo, sem orientação scientifica, porque pratica sem theoria é rotina funesta e cega. Sem ensino agrícola, campos de demonstração e de experiencia, estações agronomicas, escolas elementares ou praticas de agricultura, - nunca o Amazonas, outro Estado, ou qualquer outro paiz passará de ter uma decadente e improficua lavoura.<sup>240</sup>

---

<sup>237</sup> *Idem*, p. 52.

<sup>238</sup> *Idem*, p. 48-49.

<sup>239</sup> COELHO, Esmeraldo. *Póde-se ensaiar com bom exito a agricultura no valle do Amazonas? No caso affirmativo, quaes as regiões mais aptas para isso, sem prejuiso e até como auxiliar das industrias extracrivas?* In: MIRANDA, Bertino (Org.). *Anais do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola* (22 a 27 de fevereiro de 1910) Manaus: Associação Comercial do Amazonas/Fundo Editorial, 1990. pp. 101-125. pp. 57-82. p. 74.

<sup>240</sup> *Idem*, p. 70.

Coelho também indicava os próprios seringais como os melhores locais para que fossem feitos os cultivos agrícolas, “onde se destacam a super-abundância e a uberdade do solo privilegiado, ‘sem prejuízo e até como auxiliar das indústrias extractivas’.”<sup>241</sup>

Além dos próprios seringais serem indicados para o cultivo sistematizado da seringueira, todos pareciam concordar com a questão logística da coisa, isto é, que essas plantações não fossem tão distantes das vias fluviais de comunicação facilitando o transporte e a obtenção de trabalhadores, como sugere o Dr. H. C. Pearson<sup>242</sup> que acreditava ser possível a consolidação de uma indústria desenvolvida a partir do cultivo que despertaria o interesse internacional no fornecimento de mão de obra, além do capital europeu e americano na certeza de que China, Japão e Java forneceriam seus peões. O Dr. Pearson não via como um investimento extraordinário as técnicas de extração do látex, o sistema de corte, a defumação e mesmo os instrumentos, já que era da Amazônia a melhor borracha do mundo e tudo era feito de maneira bem simples pelos seringueiros.<sup>243</sup>

Entretanto, isso não significava dispensar o aperfeiçoamento dos métodos extrativos acompanhando inovações experimentadas no estrangeiro, conforme argumentou Carlos Eugenio Chauvin<sup>244</sup> que acreditava que o cultivo da borracha tornaria a fiscalização contra fraudes um problema a menos e se teria um investimento em um produto de qualidade, o qual, mesmo com eventuais flutuações de mercado, teria sua procura garantida. Além disso, a plantação acabaria por promover uma população mais compacta nas próprias colocações, onde deveria ser estimulada uma agricultura pelo menos para benefício interno dos seringais.<sup>245</sup>

O Dr. C. Cerqueira Pinto compreendia que o cultivo da *hevea brasiliensis* traria as facilidades que o estrangeiro possuía na produção da borracha, pois fundamentalmente,

---

<sup>241</sup> *Idem*, p. 82.

<sup>242</sup> PERARSON, H. C. *Quaes as vantagens do plantio da borracha nas regiões amazonicas e onde deve ser feito esse plantio. Acaso ele concorre para assegurar melhor a riqueza extractiva da borracha, tornando esta mais solida e ligando mais estreitamente os seus extractores ao sólo? Dos processos adoptados para a extracção e coagulação do leite da hevea brasiliensis, qual deve ser o preferido?* In: MIRANDA, Bertino (Org.). Anais do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola (22 a 27 de fevereiro de 1910) Manaus: Associação Comercial do Amazonas/Fundo Editorial, 1990. pp. 85-99. p. 98.

<sup>243</sup> *Idem*, p. 98-99.

<sup>244</sup> CHAUVIN, Carlos Eugenio. *O plantio da borracha*. In: MIRANDA, Bertino (Org.). Anais do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola (22 a 27 de fevereiro de 1910) Manaus: Associação Comercial do Amazonas/Fundo Editorial, 1990. pp. 103-125. p. 125.

<sup>245</sup> *Idem*.

diminuiria a distância entre as heveas, a partir da sistematização dos seringais que resultaria em melhor qualidade do produto, maior agilidade na produção com menor número de braços para a labuta, ou seja, os gastos não seriam superiores aos preços dos produtos.<sup>246</sup> Para Cerqueira Pinto as áreas de terreno baixos e húmidos eram mais propícias às plantações da seringueira, já que ao observar a própria natureza amazônica, eram os locais de maior concentração das heveas germinando rapidamente e gerando as melhores seringueiras, dando maior volume de látex do que outras encontradas em terrenos altos.<sup>247</sup>

É preciso esclarecer que a redução do número de trabalhadores para Cerqueira Pinto estava dentro de um contexto preocupante onde essa mão de obra além de muito sacrificada pelo trabalho árduo, percorrendo longas distâncias entre as seringueiras espalhadas naturalmente na região fazia com que esses indivíduos tivessem que carregar cargas pesadas do produto até chegarem às áreas fluviais. Suas condições de trabalho, portanto, eram totalmente precárias, sendo essas pessoas desprovidas de higiene, conforto, assistência médica, educação, possuindo parca alimentação.

Ou seja, Cerqueira Pinto acreditava que muito melhor seria investir em um seringal de plantação dando condições dignas aos trabalhadores, ainda que em menor número, até porque não seria necessário a quantidade de mão de obra que é implicada na extração que se tinha e que possuía todos esses elementos nefastos os quais corroboravam contra a prosperidade dos seringais.<sup>248</sup> Embora considerando as ideias preconceituosas da época com relação a essa gente do povo, o que pode ser observado nos registros desses doutores, havia uma preocupação genuína em promover melhor qualidade de vida e melhores condições de trabalho.

Nos seringais de plantação, a hygiene póde ser melhor observada; a vida mais confortável, pela melhor alimentação e pela proximidade de um centro mais ou menos populoso; isto, certamente, concorrerá para melhor fixar o trabalhador ao solo, além de outras vantagens que os

---

<sup>246</sup> PINTO, C. Cerqueira. *Quaes as vantagens do plantio da borracha nas regiões amazonicas e onde deve ser feito esse plantio. Acaso ele concorre para assegurar melhor a riqueza extractiva da borracha, tornando esta mais solida e ligando mais estreitamente os seus extractores ao sólo? Dos processos adoptados para a extracção e coagulação do leite da hevea brasiliensis, qual deve ser o preferido?* In: MIRANDA, Bertino (Org.). Anais do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola (22 a 27 de fevereiro de 1910) Manaus: Associação Comercial do Amazonas/Fundo Editorial, 1990. pp. 127-158. p.131;133.

<sup>247</sup> *Idem*, p. 134-135.

<sup>248</sup> *Idem*, p. 138.

proprietarios poderão offerecer aos seus aggregados, nos seringais de plantação. Estamos certos de que taes condições serão sufficientes para attrahir maior numero de trabalhadores e fixal-os aos seringaes. Os lucros maiores, pela maior producção obtida, desde que um homem, bom trabalhador, possa cortar de 300 a 400 arvores diariamente, ou mesmo menos; a possibilidade de facilmente constituir familia; de mandar seus filhos á escola, porque nos casos de seringaes de plantação, cada um poderá ter sua escola, subvencionada pelos proprios seringueiros, alli perto, á vista e sob a vigilância do proprietario; os recursos medicos mais promptos, nos casos de enfermidade; e a convivencia com gente mais educada, determinarão, não ha duvidar, o amor ao trabalho e á propriedade. Além disto, no caso de substituição do penoso processo da defumação por outro mais rapido, dando tempo aos seringueiros a fazerem suas plantações, tornalhes-ha a alimentação mais sadia, abundante e muito mais barata.<sup>249</sup>

Os resultados dessas questões em torno de conter a crise gomífera podem ser resumidos a partir das considerações de Carlos Eugenio Chauvin<sup>250</sup>, isto é:

- a) que o ideal do cultivo das seringueiras seria aproveitar as próprias áreas dos seringais, otimizando a produção;
- b) que essa plantação fosse realizada por todo o estado, a fim de verificar a melhor espécie, não apenas em produção, mas também com relação ao valor do produto;
- c) que houvesse um comprometimento em zelar por essa fonte de riqueza tanto dos poderes públicos quanto das sociedades intermediárias;
- d) que o cultivo facilitaria a fiscalização da pureza do produto garantindo a sua qualidade e conseqüentemente solidificando o retorno dos lucros;
- e) que o cultivo acabaria por gerar populações mais consistentes;
- f) que a agricultura floresceria abastecendo, pelo menos, os grupos estabelecidos dentro dos seringais;
- g) que os métodos extrativos deveriam ser persistentes e aperfeiçoados, considerando inclusive a realização de experiências à luz de inovações estrangeiras.

---

<sup>249</sup> *Idem.*

<sup>250</sup> CHAUVIN, Carlos Eugenio. *O plantio da borracha*. In: MIRANDA, Bertino (Org.). Anais do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola (22 a 27 de fevereiro de 1910) Manaus: Associação Comercial do Amazonas/Fundo Editorial, 1990. pp. 103-125. p. 125.

Apesar de vasta preocupação com questões como a coagulação do látex e seus métodos de extração, bem como as condições do solo amazônico aparecerem entre os temas presentes do Congresso de 1910, as recomendações dos congressistas quanto a tentativa de alcançar êxito de financiamento à heveicultura demonstravam entraves desde o início, pois o Plano de Defesa da Borracha de 1912, nascido dessas proposições, esbarrava em alguns aspectos como a situação precária do país, capital privado escasso e a inexistência de técnicas mais qualificadas. Além disso, a cultura predatória e o nomadismo impregnado na região assim como a ausência de um mercado interno para o desenvolvimento da borracha, foram fatores decisivos para que o Amazonas ingressasse na crise.<sup>251</sup>

Por outro prisma, o fracasso no cultivo da seringueira no Brasil foi colocado por Warren Dean<sup>252</sup>, como um problema ecológico, afinal, cabe considerar que os relatos históricos da agricultura tropical não deveriam ignorar que não se trata de uma questão puramente referente a um processo industrial, pois, conforme Dean, há o aspecto biológico inserido em condições ecológicas de produção que teriam de gerar alguma importância para os resultados históricos.

O cultivo da seringueira no Brasil sofreu, em diferentes lugares e tempos, a escassez de mão-de-obra, capital e técnica. Todavia, inclusive quando essas dificuldades eram superadas, as seringueiras apresentavam uma produtividade demasiado baixa para justificar seus custos. O problema, como bem sabem todos os especialistas da borracha, é essencialmente ecológico. Há um fungo que ataca a seringueira em seu habitat contra o qual até agora não foram inventadas defesas adequadas e econômicas.<sup>253</sup>

Não se trata, porém, de levantar a ideia de que um fungo foi capaz de mudar a história de uma nação, essa não é a tese defendida por Dean, mas que “foi a ignorância humana de descobrir um meio de prevenir ou atenuar os ataques do fungo que tornou a heveicultura antieconômica.”<sup>254</sup>

---

<sup>251</sup> SANTOS, Eloína Monteiro dos. *Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia*. Manaus: Ed. da Universidade do Amazonas, 1997. 170p. p. 15-16.

<sup>252</sup> DEAN, Warren. *Op. cit.* p. 27.

<sup>253</sup> *Idem*, p. 26.

<sup>254</sup> *Idem*, p. 225.

As tentativas de lavoura da seringueira na Amazônia – “o protótipo do regime de plantação tropical”<sup>255</sup> –, não foram exitosas, “as árvores plantadas raramente alcançavam a maturidade, raramente recebiam cuidados e mais raramente ainda eram exploradas.”<sup>256</sup>

## 2.5 A cidade flutuante

O movimento histórico dos acontecimentos pós derrota da economia gomífera na Amazônia, superada pela competição internacional, modificava ainda mais a face da cidade de Manaus. Afinal, para onde iria a massa de imigrantes em seringais falidos? As grandes cheias também acabavam por dificultar a vida sem trabalho nos interiores da região. Que restava àquela gente desprovida de maiores recursos para resolver o seu meio de vida?

A pressão de novas necessidades e demandas sociais propiciadas pelas imigrações dos anos quarenta, fruto da Segunda Batalha da Borracha e da Grande Enchente de 1953, fez-se sentir em todos os limites da cidade, estendidos sobre os terrenos de florestas ao Norte, ampliando antigos subúrbios e/ou criando outros, seguindo os cursos hídricos dos terrenos marginais ao Sul, na forma de palafitas e tapiris, e sobre as águas com moradias flutuantes.<sup>257</sup>

Os rumores de uma Zona Franca a ser instalada já animavam as expectativas de encontrar trabalho na capital. Iniciava-se o nascimento de uma Manaus paralela, na falta de terra – água em abundância – e foi ao abrigo dos rios que a cidade flutuante foi erigida a partir dos recursos caboclos, que implicava em conhecimentos dos mais adequados materiais para a construção de casebres flutuantes que se multiplicavam rapidamente, a partir dos anos finais da década de 1950.

Não era qualquer madeira ou palha que poderiam ser utilizadas, sendo imprescindível um saber/escolher dominado apenas pelos moradores do lugar, sobretudo ribeirinhos. (...) Enfim, um conjunto de materiais assume significados próprios na cultura do lugar: a madeira leve e

---

<sup>255</sup> *Idem*, p. 83.

<sup>256</sup> *Idem*.

<sup>257</sup> SOUZA, L. B. *Cidade Flutuante: uma Manaus sobre as águas*. URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, SP, v. 8, n. 2, p. 115–146, 2016. DOI: 10.20396/urbana.v8i2.8642607. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8642607>. Acesso em: 14 fev. 2024. p. 120.

resistente como o Açacu, que ainda ‘[...] engrossava dentro da água [...]’, para as boias; a pesada Acariquara para os parapeitos/varandas; as ‘moderadamente pesadas’ Louro Vermelho para o assoalho e paredes laterais; a Andiroba, com suas propriedades repelentes, compondo os caibros de sustentação das coberturas de palha Buçu ou zinco que viria em seguida.<sup>258</sup>

Talvez a época não dispusesse da ousadia de um projeto habitacional aproveitando os saberes caboclos para o uso sustentável daquele espaço sobre as águas, com mecanismos de controle sanitário, provavelmente bastante oneroso aos cofres públicos.

Quiçá a Veneza rústica, nunca tenha convencido o suficiente para uma cidade flutuante limpa, ordenada sem os problemas de salubridade que naturalmente aquelas construções populares – sem qualquer apoio governamental – eram erigidas pelas necessidades daqueles sujeitos. Afinal, tudo estava voltado para uma arquitetura que não podia fugir dos rumos da modernidade, de uma industrialização vindoura e, por melhor que fosse a Veneza amazônica, ainda teria as características amazônicas, isto é, rústica, selvagem, lembrando o tempo todo o indígena, o nordestino, os pobres e desvalidos: o estigma do atraso. O simples e o belo eram incompatíveis diante da nova ordem que aspirava prosperidade, ordem e progresso, não havendo espaço para acomodar outros modos de vida e outras estéticas. Nesse sentido, o popular era um problema a ser resolvido.

A cidade flutuante era “um complexo urbano, segundo os estudiosos, uma problemática social para as autoridades, um lugar para se viver, segundo seus moradores”<sup>259</sup>. Indubitavelmente faltou interesse em de fato resolver as condições de uma vida digna sobre uma cidade flutuante. O poder público não se deu ao trabalho de ocupar-se com um desafio que provavelmente teria respeitado a identidade cultural da região.

Mas, certamente, aquelas famílias não viviam junto a contaminação permanente dos rios pelos seus dejetos por acharem a mais maravilhosa das alternativas. Talvez tenha faltado a pergunta essencial a elas, no sentido de “se você tivesse tido escolha (recursos, dinheiro...) ainda teria vivido naquelas condições insalubres?” Em sã consciência, isto é, não massacrada pela miséria, qual deles viveria em um lugar fétido, vendo seus filhos adoecerem já que ao contrário do que poderia representar uma vida paradisíaca tendo os

---

<sup>258</sup> *Idem*, p. 134;136.

<sup>259</sup> *Idem*, p. 125.

rios como companheiros para o lazer, a saúde e o bem-estar, tentava-se protegê-los do contato com as águas poluídas? “[...] a minha casa, tinha uma sala, quarto e a cozinha e o corredor [...]’, além da varanda com o portão sempre fechado, enfatizou Francisca, para manter os filhos longe das águas do rio.”<sup>260</sup>

Muito dificilmente não aceitariam, de bom grado, uma proposta de mudança por melhores condições de vida. É romântico tentar imputar-lhes uma defesa por aquele espaço com unhas e dentes, como se eles não merecessem uma identidade longe daquelas condições desumanas. Ser solidário às lutas dos desamparados não significa depreciar as suas conquistas que de fato, são tudo o que possuem, mas discernir que essas lutas, quando giram em torno de necessidades fundamentais, podem ferir a dignidade humana.

Se por um lado havia motivos de sobra para a não permanência de uma habitação que ameaçava a saúde pública – porque a liberdade desses populares de disputar os espaços termina onde a saúde deles próprios e de toda a cidade fica comprometida – faltou, por outro lado, uma política mais sensível e empática além da qual os programas habitacionais do governo federal e estadual puderam alcançar, pois na prática, não contemplaram a maioria dessas famílias para resolver-lhes o problema da moradia.

Se a criação da “cidade flutuante” representou uma impactante transformação pela orla central de Manaus, seu desmantelamento, em 1967, não foi menos significativo para o reordenamento da urbe, na medida em que “produziu” milhares de desabrigados. Essas transformações, no entanto, eram toleráveis, posto que longe do Centro de Manaus, ponto de partida de outro projeto de modernização amazonense pretendido por Arthur Cezar Ferreira Reis, cujo carro chefe agora respondia pela Zona Franca de Manaus, o “grande projeto” industrial amazonense.<sup>261</sup>

O deslocamento forçado dos habitantes da cidade flutuante parecia resolver o cartão-postal de Manaus, varrendo para debaixo do tapete, os problemas de habitação da frente da cidade para as ocupações que iam além dos projetos habitacionais insuficientes e não acessíveis àquelas famílias que competiam com uma crescente classe média em melhores condições de se beneficiar dos conjuntos habitacionais.

---

<sup>260</sup> *Idem*, p. 130-131.

<sup>261</sup> *Idem*, p. 142.

João Pinheiro Salazar deixa evidente, tendo em vista ter pesquisado o processo de remoção, realojamento e seus respectivos impactos sociais, que os novos conjuntos não abrigaram prioritariamente os ex-moradores da cidade flutuante, e sim, uma classe média em ascensão, com poder de compra dos imóveis. No conjunto construído para abrigar os ‘deserdados’, havia menos da metade dos ex-moradores daquela ‘favela fluvial’, pouco mais de 3% deles.<sup>262</sup>

Com a perspectiva da Zona Franca, Manaus cresceu desordenadamente e em ritmo acelerado intensificando os problemas de infraestrutura que apenas mudava de lugar os impactos ambientais cada vez mais sobre os igarapés que iam morrendo pela contaminação o que se generalizou entre a periferia e o centro, entre os empobrecidos e os mais abastados. As áreas nobres não pouparam os cursos d’águas porque supostamente carregavam a bandeira da civilidade, não fez diferença ser desprovido de educação ou ser ilustrado. Quanto a lida com os aspectos da natureza de Manaus, não havia qualquer conscientização sobre a destruição ambiental avassaladora que tomava seu curso de cidade da Zona Franca.

## **2.5 Manaus sob nova urbanização**

O intenso fluxo migratório nordestino para os interiores do estado do Amazonas, como soldados da borracha, já no segundo ciclo da extração gomífera gerando muita propaganda do Estado e, na prática, muita desilusão aos trabalhadores, atendia à demanda internacional da fabricação de automóveis no início do século XX, referentes aos interesses comerciais dos Estados Unidos, que naquele período investiam na produção brasileira de borracha, e representava um último suspiro da economia que trouxera grandes oportunidades da região protagonizar uma significativa contribuição econômica inclusive em uma perspectiva nacional. Mas, logo inverteria seu curso na mudança de

---

<sup>262</sup> HEIMBECKER, Vlória Pinheiro Catanhede. *A promoção estatal da moradia em Manaus: os conjuntos habitacionais de Flores e da Raiz e o desmanche da cidade flutuante em 1967*. XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis, SC. 27 a 31 de julho de 2015. pp. 1-16. p. 10.

perspectiva que aconteceu após um período de marasmo econômico com o fim da Segunda Guerra Mundial.<sup>263</sup>

O referente período, isto é, do segundo ciclo econômico da borracha, correspondia ao plano de resolver os dois maiores problemas de desenvolvimento brasileiro na visão dos governantes, Nordeste e Amazônia, o primeiro por questões voltadas à seca e outras mazelas o segundo por ausência da formação de uma massa de trabalhadores, uma vez que a região era vista como despovoada provocando preocupações nas autoridades brasileiras com relação à segurança de suas fronteiras.

É verdade que sempre houve, na ideologia dos governantes, a ideia do ‘vazio demográfico’, ‘vazio econômico’ ou região a ser efetivamente ocupada pelo ‘poder nacional’. Sob o aspecto da geopolítica que fundamenta a doutrina de segurança e desenvolvimento, os indígenas, sitiantes, seringueiros e posseiros dispersos na Amazônia poderiam ser tentados por ‘inimigos da pátria’. [...] a solução mais cômoda para o governo nacional e as classes dominantes no Nordeste era transferir para a Amazônia as populações ‘famintas’, ‘angustiadas’, ‘desassistidas’, ‘flageladas’.<sup>264</sup>

De fato, embora as autoridades estivessem distantes de uma compreensão devida sobre a Amazônia e suas comunidades, uma vez que a região foi e é marcada pela “forte desigualdade na distribuição social de seus recursos naturais”<sup>265</sup> havia elementos concretos com relação à cobiça estrangeira em certas tentativas de gerência internacional sobre os destinos daquele território, os quais colocavam a soberania nacional em perigo.

A exemplo do *Hudson Institute* de Nova York, e de terceiras organizações; e do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, projeto da Academia de Ciências de *Washington* excluindo totalmente a participação brasileira. Todos com um aparente propósito altruístico operados por cientistas (e/ou homens de negócios) estrangeiros a fim

---

<sup>263</sup> Cf. SILVA, J. R. C. da; SCUDELLER, V. V. . The Amazon rubber booms and the Free Trade Zone of Manaus: urban expansion and watersheds degradation. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 6, p. e33611629103, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i6.29103. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/29103>. Acesso em: 31 mar. 2024.

<sup>264</sup> IANNI, Otávio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979. 140p. (Coleção Sociologia brasileira; v. 11). p. 48.

<sup>265</sup> FERREIRA, Antonia M.M.; SALATI, Enéas. *Forças de transformação do ecossistema amazônico*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados 19 (54), 2005. Dossiê Amazônia brasileira II. pp.25-44. p. 31.

de monitorar a Amazônia com elaborada tecnologia que resultariam em coletas de material herbário e outras séries de amostras a serem analisadas em laboratórios estrangeiros.<sup>266</sup>

Lamentavelmente, a extração gomífera não foi capaz de consolidar na região uma massa de trabalhadores com autonomia para se manterem, já que as riquezas geradas contemplavam, em termos locais, apenas uma elite perdulária, muito mais ocupada em esbanjar suas riquezas e contentes com os palacetes erguidos na capital com relativos benefícios de uma boa infraestrutura urbana. Esse deslumbramento comprometeria um futuro de prosperidade e somado ao aspecto do privilégio da economia cafeeira receber maior atenção do estado brasileiro, a região, muito mais voltada a um mercado internacional sem levar em conta as condições de trabalho dos extrativistas, ficou condenada à crise.

(...) a burguesia amazônica era incapaz de assumir a direção de um regime agrícola, porque seu papel econômico se restringira. As casas exportadoras, de propriedade estrangeira, limitavam sua capacidade de acumular capital, enquanto o regime de trabalho patrão-seringueiro não lhes permitia assumir o controle do processo produtivo. Os investidores estrangeiros eram incapazes de entrar nesse processo, porque estavam acostumados a tratar com trabalhadores assalariados e não tinham condições de entender as excentricidades dos seringueiros. Além disso, o papel intermediário a que a burguesia local era relegada acostumava-a a atividades especulativas; o fascínio de enriquecer rapidamente tornara-se mais atraente do que a perspectiva de lucros moderados, durante muito tempo. Com a queda nos preços da borracha, sua inclinação não foi retomar a agricultura, mas procurar algum comércio extrativo para monopolizar.<sup>267</sup>

Para os trabalhadores extrativistas, desprovidos de qualificação e meios de vida, restava poucas alternativas, basicamente a agricultura de subsistência, a caça e a pesca.

Logo, um intenso êxodo rural de trabalhadores da borracha e de outros grupos tradicionais da região a procura de melhores condições de vida, como também de populações oriundas de várias partes do país num crescente gradativo, embora acelerado, e desordenado encontrava a Manaus da Zona Franca. Novamente, um investimento sem

---

<sup>266</sup> Cf. REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. 2ª ed. Rio de Janeiro: EDINOVA LIMITADA, 1966. 216p.

<sup>267</sup> DEAN, Warren. *Op. cit.* p. 83.

qualquer comprometimento em democratizar a distribuição de riquezas de forma justa e equitativa e desenvolver a autonomia dos habitantes da região. Tampouco os privilégios de uma elite local eram os maiores beneficiados, exceto no caso de empresas locais associadas ao grande capital internacional. Tratava-se, portanto, dos maiores beneficiários serem as Estatais e as Multinacionais aos custos da sociedade em geral e da massa de trabalhadores super-explorados.<sup>268</sup>

Dentro de um contexto internacional, o Brasil figurava como um país periférico em busca de desenvolvimento, mas na prática funcionava como meros emissores de lucro, devedores de capitais cada vez mais crescentes e dependentes de tecnologias. A industrialização brasileira representou a acumulação do capital para o estrangeiro inserida em uma estrutura produtiva ampliada, com uma inserção muito limitada no mercado internacional. O que veio a resultar em sistemas sociais excludentes, uma vez que não gerou reais consumidores como nos países desenvolvidos.<sup>269</sup>

Na balança entre desenvolvimento e dependência, isto é, na aliança entre capital estrangeiro e industrialização incentivada no governo de Juscelino Kubitschek, pesou o ônus da inflação e dívida externa elevadas. Assim, da integração da Amazônia ao restante do estado brasileiro, esperava-se diminuir esse ônus na medida em que a nova forma de a explorar resultasse em lucros versos dividendos.<sup>270</sup>

A partir de meados da década de 60, os governos militares impuseram projetos autoritários para desenvolver a região e o resultado disso foram escolhas pensadas de fora para dentro, sem qualquer participação popular, isto é, das diversas comunidades amazônicas, visando apenas explorar mão de obra barata e não qualificada e sem qualquer preocupação com o ambiente natural, na medida em que aqueles pesados investimentos federais ocupavam-se somente com infraestrutura viária, construção de hidrelétricas, megaprogramas de exploração industrial de minérios, políticas de incentivos fiscais para

---

<sup>268</sup> LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia: estado, homem, natureza*. Belém: CEJUP, 1992. (Coleção Amazoniana, nº 1), 367p. p. 64-65.

<sup>269</sup> *Idem.*

<sup>270</sup> *Idem.*

atrair o investimento do capital privado na agropecuária que era baseada em latifúndio ou na exploração mineral em escala de indústria.<sup>271</sup>

Ora, esses incentivos fiscais, reorientados legalmente em 1967, sobretudo para a pecuária, a extração madeireira e a mineração, consistiam em atividades que necessariamente teriam de contar com grandes quantidades de terra. Eles resultaram na exploração de produtos primários ou semielaborados que geraram poucos empregos. Ou seja, os incentivos fiscais do governo ficavam bem longe de serem convertidos no devido retorno social, privilegiando grandes empresas e excluindo as atividades tradicionais dos pequenos e médios produtores da região, bem como nada foi direcionado à construção de escolas, hospitais e etc.<sup>272</sup>

Ou seja, as ameaças, virtuais ou concretas, de internacionalização da Amazônia, motivava o discurso de integração da região ao resto do Brasil, “pode-se dizer que a própria Zona Franca é um emblema dessas expectativas e ameaças.”<sup>273</sup> Assim justificada pela ditadura militar que requeria a necessária ocupação de uma região “despovoada” buscava-se dotar a região de ‘condições de meios de vida’ e infraestrutura capaz de gerar força de trabalho, atraindo o capital nacional e estrangeiro que eram vistos como indispensáveis para as forças produtivas locais que objetivavam instaurar na região ‘rentabilidade econômica global’. “De fato, sua criação e desenvolvimento sempre estiveram atrelados a circunstâncias político-econômicas locais, nacionais e mundiais.”<sup>274</sup>

Conforme Violeta R. Loureiro<sup>275</sup>, a integração da Amazônia ao resto do Brasil havia começado antes mesmo da ditadura militar, porém nela foi acentuada, ou seja, a partir da segunda metade da década de 60 com os seguintes objetivos:

- a) Abertura de novos mercados consumidores para produtos industrializados do Centro-Sul do país;

---

<sup>271</sup> LIMA D.; POZZOBON J. *Amazônia socioambiental*. Sustentabilidade ecológica e diversidade social. São Paulo: Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados 19 (54), 2005. Dossiê Amazônia brasileira II. pp. 45-76. p. 65.

<sup>272</sup> LOUREIRO, V. R.; PINTO, J. N. A. *A questão fundiária na Amazônia*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados 19 (54), 2005. Dossiê Amazônia brasileira II. pp. 77-98, p. 78.

<sup>273</sup> SERÁFICO, J.; SERÁFICO, M. *A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados 19 (54), 2005. Dossiê Amazônia brasileira II. pp. 99-113. p. 99.

<sup>274</sup> *Idem*. p. 99-100.

<sup>275</sup> LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Op. cit.*, 1992, p. 67-69.

- b) Expansão do mercado de trabalho visando os excludentes populacionais do Nordeste para atuarem na Amazônia como assalariados ou peões nos grandes projetos, ou ainda, como pequenos produtores rurais, tal como acontecia com os do Sul do país;
- c) Exploração do potencial mineral, madeireiro e pesqueiro da Amazônia para a exportação visando diminuir a dívida externa provocada pela industrialização da década de 50 com a siderúrgica de Volta Redonda para a fabricação de automóveis, a construção da rodovia Belém-Brasília e a própria construção de Brasília;
- d) Divisão das fatias de terras amazônicas – solo e subsolo – entre investidores estrangeiros e do Sul, isto é, entre o capital nacional e internacional;
- e) Negociações das terras para captação de rendas por meio de Incentivos Fiscais; como garantias de empréstimos bancários, como fonte de extração de madeira, castanha, dentre outros; ou para a venda da terra no mercado com ganhos especulativos extraordinários;
- f) Garantia da segurança nacional compreendida pelos setores militares a partir da exigência de ocupação da Amazônia pelo capital prevenindo que os segmentos populares do campo o fizessem, além dos estrangeiros que poderiam entrar pelas fronteiras políticas desaparecidas sob a unidade geográfica da Amazônia brasileira e a pan-amazônia que compreende aquela e a dos 6 países com que faz fronteira.<sup>276</sup>

Assim, a ocupação da Amazônia se deu por dois vetores, o econômico: que estabelece uma aliança e apoio ao capital, e o geopolítico: que cuida da defesa da fronteira para resolver o ‘vazio demográfico’ através do deslocamento de migrantes proveniente de outras partes do país resultando em “(...) formas autoritárias de administração da sociedade civil controladas pelo Estado”.<sup>277</sup>

Nacionalmente, a resolução das tensões relativas ao aprofundamento da democracia burguesa e, no limite, ao socialismo, deu-se nos termos do Golpe de Estado de 1964 e da implantação da ditadura militar, que

---

<sup>276</sup> *Idem.*

<sup>277</sup> *Idem.* p. 69;71.

conduziu a política econômica nacional de modo a privilegiar o capital estrangeiro no processo de apropriação e uso das forças produtivas do país. Localmente, mantinha-se a estagnação econômica legada pelo fim do ‘ciclo da borracha’ e apenas superada pelos Acordos de Washington, de 1942. É nesse contexto que a Operação Amazônia, de que a Zona Franca de Manaus é um capítulo, adquire sentido. Talvez se possa vê-la como uma espécie de síntese desse quadro global, na medida em que é ela que resolve, no plano nacional, o modo por meio do qual ocorreria a regionalização do desenvolvimento capitalista. Isto é, a Operação Amazônia compatibiliza o discurso nacionalista do militarismo com as reivindicações acerca do desenvolvimento regional da Amazônia e com o processo de transnacionalização do capital.<sup>278</sup>

A Operação Amazônia visava elaborar instrumentos de atração de capitais através de incentivos fiscais, acesso à terra e outros bens da natureza amazônica “garantindo-lhes recursos, subsídios e facilidades de várias ordens, no que concerne à apropriação privada da terra (ainda que com sua gente dentro, como a história começaria a registrar), matérias-primas e infra-estrutura.”<sup>279</sup>

Nesse sentido, o aparelhamento do Estado promoveu amplo apoio aos investidores reestruturando o Banco de Crédito da Amazônia-BCA que virou Banco da Amazônia pela Lei nº 5.172/66. Extinguindo a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia-SPVEA, que foi substituída pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM pela Lei nº 5.173/66.<sup>280</sup>

Para maior abrangência da acumulação de capital e o saque à natureza o conceito de Amazônia legal (Lei nº 1806, de 6 de janeiro de 1953) é territorialmente mais estendido pela Lei 5.173, apoiado em critérios geográficos e políticos. Originalmente correspondia ao Amazonas e Pará; aos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia ‘Guaporé’, Roraima ‘Rio Branco’ e; parte do estado do Mato Grosso ao Norte do paralelo, a parte de Goiás ao Norte do paralelo e a do Maranhão a Oeste do meridiano de 44°.<sup>281</sup>

Segundo a Constituição de 1946, a região deveria receber, para seu desenvolvimento, pelo menos 3% da receita tributária por um período de 20 anos. Mas, não obteve sequer 15% desse valor, pois alegavam não haver um órgão federal responsável para desenvolver a Amazônia. Em 1953 a SPVEA foi criada com esse

---

<sup>278</sup> SERÁFICO, J.; SERÁFICO, M. *op. cit.* p. 100.

<sup>279</sup> LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *op. cit.*, 1992, p.72-73.

<sup>280</sup> *Idem*, p. 79.

<sup>281</sup> *Idem*.

propósito, isto é, devendo executar o Plano de Valorização Econômica da Amazônia que conforme exigido na lei nº 1806, deveria ser quinquenal, embora executado em intervalos de tempo menores, devendo passar por reajustes a cada ano.<sup>282</sup> Porém,

O plano jamais foi aprovado, os recursos jamais se aproximaram dos 3% devidos e em 1966, após 20 anos de promulgada a Constituição Federal, o dispositivo legal caducou, tendo a SPVEA funcionado apenas com as disponibilidades orçamentárias e as dificuldades inerentes aos demais órgãos públicos em geral (...). Na época do surgimento da SPVEA, o termo valorização tinha uma conotação estratégica, dadas as primeiras denúncias de tentativas de internacionalização da Amazônia.<sup>283</sup>

Os momentos iniciais e decisivos em que o projeto de capitalismo nacional transitava para o capitalismo associado que resultaria em uma natureza transnacional, isto é, tendo o comando fora do país, são representados pela Operação Amazônica e a Zona Franca de Manaus.<sup>284</sup>

Todos os momentos em que a Amazônia passou por algum tipo de economia, os maiores beneficiados não estavam nem mesmo entre as elites locais, o estrangeiro apossou-se dela, sem precisar dela fazer parte como seu local de pertencimento. A tão temerosa internacionalização da Amazônia, de certa forma, foi desnecessária na saga da exploração de seus recursos naturais, desde a economia extrativista do colonizador; na economia gomífera que trouxe a ilusão da fortuna, figurada na Manaus de uma “Paris dos Trópicos”, mas que não se consolidou com a autonomia necessária para se manter ou saber o que fazer sem ter nas mãos o domínio dos meios de produção, parecendo colher tão rapidamente na crise, como foi no deslumbramento de riqueza fácil, os frutos do sistema de aviamento que massacrou a vida de trabalhadores.

Com os novos rumos do país, isto é, a industrialização, a região figurada na Zona Franca, dançou mais uma vez conforme a música, recolocando-se na posição de submissão, desta vez, aos blocos econômicos vigentes, com prejuízos para as mais diversas comunidades amazônicas e o meio natural, ambos super-explorados por concessões do Estado, falta de visão, dificuldade de promover uma economia que ao invés

---

<sup>282</sup> *Idem*, p. 79-80.

<sup>283</sup> *Idem*, p. 80.

<sup>284</sup> SERÁFICO, J.; SERÁFICO, M. *Op. cit.* p. 108.

de dependente de tecnologias do capital estrangeiro, conseguisse ser autossustentável, que soubesse repartir suas riquezas em favor do desenvolvimento e da prosperidade de seus moradores, aqueles os quais comungam do seu sentido de pertencimento e legitimam suas lutas contínuas na disputa pelos espaços que se dão em condições perversamente desiguais.

Os novos capitais alijam ou expropriam as classes sociais subordinadas da região e instituem novas formas de relações de trabalho fundadas na dominação, como a peonagem, o assalariamento aviltado e o trabalho escravo, que se estabelecem no circuito de influência desses capitais, em substituição às formas anteriores do trabalho.<sup>285</sup>

Manaus, a antiga Paris dos Trópicos, com nova roupagem a partir da Zona Franca, constituindo-se na metrópole da Amazônia Ocidental, passou a agregar um numeroso contingente populacional consolidando uma urbanização ainda mais danosa à natureza amazônica, especialmente sobre os recursos hídricos abundantes na cidade. Não houve qualquer tipo de planejamento dos governantes para gerenciar a vinda crescente desses novos habitantes que ocupavam desordenadamente as margens dos igarapés, removendo a mata ciliar e despejando todo tipo de resíduos, como os esgotos domésticos sem o devido tratamento, acontecendo do mesmo modo em áreas industriais e comerciais de ocupação. “A grande quantidade de resíduo produzido pela população que passaram a habitar as margens dos igarapés em Manaus converteu-se em impactos ambientais negativos ao meio ambiente urbano.”<sup>286</sup> Os impactos sobre as microbacias tomaram um curso de destruição crescente. O estado se manteve ausente na contenção desses danos e a ideia de progresso tornava o rumo de degradação ambiental muito natural.

O sinônimo de progresso fortemente presente no primeiro período da borracha no processo de transformação da cidade se mostrou incompatível com a qualidade socioambiental, privilegiou a economia concentrada nas mãos de poucos. O cenário da exploração da borracha em que o capital internacional controlava e determinava o avanço econômico e toda estrutura de trabalho, assim se processa no ambiente atual da ZFM(...).<sup>287</sup>

---

<sup>285</sup> LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Op. Cit.* 1992, p. 107.

<sup>286</sup> SILVA, J. R. C. da; SCUDELLER, V. V. *Op. cit.*, p. 23.

<sup>287</sup> *Idem*, p. 25.

Ou seja, as permanências das práticas econômicas que a Amazônia atravessou, comprometeram a qualidade socioambiental e resultaram em um crescente cada vez mais desafiador de destruição ambiental, sobretudo nas capitais. Mas também, acompanhando o processo global da industrialização que provocou em vários países os protestos de degradação ao mundo natural, o Brasil encontraria dispositivos para lidar com isso.

A partir de meados dos anos de 1980, esse modelo de ocupação capitalista forçada começa a ser questionado. Pressões internacionais, por meio das agências financiadoras de projetos de desenvolvimento, tais como o Banco Mundial, introduzem o conceito de desenvolvimento sustentável nos financiamentos e logram condicionar o desembolso de verbas para infraestrutura ao desembolso *pari passu* de verbas para a criação e proteção de áreas de preservação ambiental e terras indígenas. Reflexos desse redirecionamento se fizeram sentir nos procedimentos administrativos de autorização pelo Ibama e pela Funai para a implantação de projetos privados ou governamentais: impõem-se estudos de impacto ambiental (EIA-Rima) como condições prévias a todo o projeto de desenvolvimento em áreas de cobertura vegetal nativa ainda intacta ou nas proximidades de terras indígenas. Porém, esses avanços são desigualmente distribuídos no território nacional, variando não só de um estado a outro, como também segundo microrregiões do mesmo estado e até de município para município. Além disso, os grandes projetos, sobretudo os de âmbito federal, ainda preservam a herança autoritária do período militar.<sup>288</sup>

## 2.6 Considerações finais

Ao longo da economia gomífera e com o advento da Zona Franca de Manaus as posturas e ações dos governadores do estado do Amazonas com relação ao meio ambiente foram mantidas semelhantes na ausência de uma conscientização ambiental, exceto quando a agressão ao meio natural representasse desvantagens econômicas. A marcha contra homem e natureza na Amazônia fora implacável e crescente, sobretudo com os problemas decorrentes de uma urbanização descontrolada na Manaus da Zona Franca. A região e o país permaneceram subordinadas aos domínios do estrangeiro explorador, do capital internacional, ainda que eventualmente associado aos interesses de certos setores locais.

---

<sup>288</sup> LIMA D.; POZZOBON J. *Op. Cit.* p. 65-66.

Não houve repartição justa e equitativa de benefícios, mas prejuízos de todo tipo como na ausência do Estado com relação aos espaços legítimos das populações tradicionais da Amazônia, respeitando suas culturas, diversidades e terras. Homens e bioma permaneceram sob o jugo do explorador externo e interno, este, que ora vestia a farda representando os interesses da nação brasileira em uma postura muito equivocada e submissa às propensões da economia mundial, destinando às comunidades amazônicas o seu alijamento quanto aos seus territórios e recursos naturais e oportunidades de construir sua própria autonomia.

## CAPÍTULO 3

### A SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE:

#### ESTRUTURAÇÃO E PRIMEIROS EMBATES

Para todos, todos os dias  
Se não houver frutos  
Vale a beleza das flores  
Se não houver flores  
Vale a sombra das folhas  
Se não houver folhas  
Vale a intenção da semente  
(Henfil)<sup>289</sup>

#### 3.1. A Criação da SEDEMA como expressão da conscientização ambiental

O ano é o de 1989, e o recém-empossado prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto, teria em sua administração, pela primeira vez, uma secretaria dedicada ao meio ambiente e sua defesa. Enquanto instituição, surge acanhada, como “secretaria especial” que parecia ter finalidades modestas, como o de controlar o lixo da cidade e dinamizar algumas ações menores no horto municipal. Esta instituição seria a Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente (SEDEMA). “Como cheguei à Prefeitura, criei inicialmente a Secretaria Extraordinária de Defesa do Meio Ambiente, agora transformada, pelo projeto aprovado pela Câmara Municipal, em Secretaria Ordinária de Defesa do Meio Ambiente”<sup>290</sup>

O momento era singular, o mundo vinha passando por mudanças importantes depois da Segunda Guerra Mundial e a preocupação com a dimensão finita dos recursos naturais, percebida pela guerra, traria o ambientalismo para a ordem do dia do debate internacional, posição que, de resto, se mantêm até hoje. Termos como meio ambiente, ecologia, consciência ecológica, preservação ambiental e ambientalismo, vão aos poucos ganhando o circuito comunicacional, cada um deles em um tempo e momento próprio, mas sinalizando uma mudança de postura fundamental com relação à saúde do planeta em que vivemos.

---

<sup>289</sup> Os versos de Henfil foram encontrados na capa do Manual do Agente Ambiental elaborado pela primeira secretaria plena de defesa do meio ambiente no município de Manaus. Eles estão na epígrafe deste capítulo porque traduzem o sentido de toda a potencialidade e de todas as realizações do trabalho da gestão inicial da SEDEMA.

<sup>290</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, quarta-feira, 26 jul. 1989. Grande Manaus. Declaração do prefeito Arthur Neto.

Um movimento mais crítico e politizado sobre meio ambiente se manifestou na agenda internacional a partir do final da década de 1960 e começo dos anos 1970, cujo marco histórico foi a **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente** em Estocolmo (1972). Até então, os problemas ambientais recebiam atenção a partir de mecanismos de conservação e preservação de ecossistemas, tais como mares, subsolos, região da Antártica e zonas desnuclearizadas; além de preocupações com espécies ameaçadas de extinção, como aves migratórias e mamíferos aquáticos. Logo, com a conferência de Estocolmo, despontava uma agenda em comum entre natureza, ciência e política que colocava em xeque a questão do desenvolvimento econômico dos países sem a devida proteção ambiental.<sup>291</sup>

Nesse sentido, discursos institucionais que defendiam soberania incondicionada, princípios de não-ingerência e representação política formal; e discursos militantes marcados por denúncia e monitoramento diante de catástrofes ambientais, acidentes petroquímicos, *expertise* ambiental e produção de contrainformação, pautavam internacionalmente a questão ambiental. Com os anos de 1980, outras problemáticas como aquecimento global, proteção da camada de ozônio e da biodiversidade, desflorestamento e desertificação, ocupavam as negociações nas esferas política e econômica de maneira ampla e global no sentido de uma segurança coletiva.<sup>292</sup>

Com a **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento** – a **Eco 92** – que aconteceu no Rio de Janeiro (1992), foi consolidado o consenso, sobretudo pela *expertise* científica, que dizia que as intervenções humanas sobre a natureza atingiam dimensões de caráter irreversível para a estrutura e o funcionamento dos ecossistemas. Por essa razão, uma ação preventiva com base no princípio ético e político da precaução, assumia um caráter de urgência política.<sup>293</sup>

Conforme Oliveira<sup>294</sup>, desde os anos de 1980 o militantismo na defesa da questão ambiental apresentou transformações significativas que o diferencia do período

---

<sup>291</sup> MILANI, Carlos R. S. *Ecologia política, movimentos ambientalistas e contestação transnacional na América Latina*. Dossiê. CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 53, pp. 289-303, Maio/Ago. 2008. p. 289-290. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/Hw77F8Mqm7qCF9rRcZd3XLf/?lang=pt>. Acesso em: 05 set 2023.

<sup>292</sup> *Idem*.

<sup>293</sup> *Idem*.

<sup>294</sup> OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. *Gênese e Redefinições do Militantismo Ambientalista no Brasil*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 51, n. 3, 2008, pp. 751-777. p.

antecedente. É então esse movimento caracterizado pela “tendência geral de institucionalização da ação associativa a fim de regularizar seu acesso aos espaços e processos formais de produção de políticas públicas, além de profissionalizar seus integrantes e suas atividades.”<sup>295</sup>

Assim, as associações ambientalistas, atuando formalmente na proteção ambiental, são caracterizadas por militantes e administradores com elevada formação técnica e científica, com *expertise* oriunda de suas formações universitárias. Desse modo é dotado esse novo campo de exercício profissional, tanto no Brasil, como em outros países, não sendo esse tipo de *expertise* característica exclusiva da militância ambientalista, mas pareceu seguir a mesma trajetória daqueles que levantavam a bandeira da defesa dos direitos humanos, como das causas humanitárias de modo geral.<sup>296</sup>

De fato, a história contemporânea, especialmente a partir da década de 1970, tem testemunhado um dos mais significativos fenômenos sociológicos: os movimentos sociais ambientalistas. Apresentando-se como um 'ambientalismo complexo e multissetorial', "ele pode ser considerado como um movimento histórico, mais do que um movimento social, que repercutiu nos diferentes campos do saber"<sup>297</sup>.

Uma análise sobre os movimentos sociais ambientalistas merece primeiramente ser acompanhada do contexto histórico em que emergiu. Cabe antes considerar a compreensão dos sujeitos dentro da sociedade, ou seja, a de que "o sujeito só existe como movimento social, como contestação da lógica da ordem, tome esta uma forma utilitarista ou seja simplesmente a busca da integração social"<sup>298</sup>. No Brasil a tradição que implicou num cuidado com a natureza parece ter se delineado constantemente a partir de indivíduos (fazendo sua construção da experiência social<sup>299</sup>) majoritariamente cientistas ou técnicos com vínculos em instituições governamentais que foram articuladores de entidades civis exercendo pressão para que os governos se posicionassem mais concretamente a favor da preservação do mundo natural<sup>300</sup>.

---

<sup>295</sup> *Idem.*

<sup>296</sup> *Idem.*

<sup>297</sup> VIOLA&LEIS, 1991, apud PÁDUA, 2010, p. 24, op. cit.

<sup>298</sup> TOURAINE, Alain. *Crítica da Modernidade*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 249.

<sup>299</sup> *Idem.* p. 248.

<sup>300</sup> FRANCO; DRUMMOND. *op. cit.* p. 61.

Com relação à proteção da natureza, esses técnicos e cientistas que atuavam em órgãos do governo teriam de lidar com intensas oposições de interesses hegemônicos do poder. A dinâmica de fortalecimento das causas ambientais encontrar-se-ia no respaldo da própria sociedade civil, na medida em que eram criadas associações influentes no seu campo. Por outro lado, quando os governos se interessavam por políticas ambientais conservacionistas, buscavam assessoria em gente especializada que compunham essas associações, como se observou em situações de cooperação e conflitos inter burocráticos e interinstitucionais.<sup>301</sup>

Esse parece ser o perfil dos movimentos sociais ambientalistas no Brasil, isto é, ele tem se apresentado como uma aliança consistente entre técnicos e cientistas governamentais e membros de entidades civis, com relativa articulação com o poder público. E que se caracteriza, enquanto movimento ambientalista, exatamente na pressão exercida aos governos para que assumam o compromisso de proteção para com a natureza. Em outras palavras, o movimento sempre se fará num clima que presume antagonismos e seguirá na negociação, no embate, no conflito. Afinal, "uma sociedade moderna funciona em torno da luta dos dirigentes e dos dirigidos para a execução social da racionalização e da subjetivação. Nada deve separar valores culturais e conflito social."<sup>302</sup>

Especialmente quanto à questão ambiental, a "análise deve resistir às ideologias opostas, a dos senhores da sociedade que dissimulam seu poder identificando-se com a modernidade e apresentando seus adversários como simples obstáculos ao progresso"<sup>303</sup>. De todo modo, "há um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tanto para membros da sociedade civil, como para a sociedade mais geral, e para os órgãos públicos envolvidos - quando há negociações, diálogos ou confrontos".<sup>304</sup>

A partir do "projeto cultural"<sup>305</sup> do qual o movimento social, que também é "conflito social"<sup>306</sup>, é portador, o ambientalismo situou sua luta no interior da

---

<sup>301</sup> *Idem.* p. 62.

<sup>302</sup> TOURAINE. *op. cit.* p. 255.

<sup>303</sup> *Idem.*

<sup>304</sup> GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais na Contemporaneidade*. Revista Brasileira de Educação. vol. 16, n. 47. maio-ago 2011. p. 333.

<sup>305</sup> TOURAINE. *op. cit.* p. 254.

<sup>306</sup> *Idem.*

modernidade contra a tradição predatória, do embate artificial homem *versus* natureza, desencadeando confrontos que opõem a busca da produtividade na exploração ilimitada dos recursos naturais ao respeito pela biodiversidade dos ecossistemas na maioria das vezes tratados como objetos de pragmatismo utilitarista e simples recursos naturais.

A criação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza-FBCN em 1958 por um grupo de idealistas que se contrapunham às políticas econômicas desenvolvimentistas representou um marco de defesa do meio natural que a partir de então contaria com a criação de reservas biológicas e de parques nacionais, com atenção especial às espécies ameaçadas de extinção; com acordos de cooperação entre governos e organizações nacionais e internacionais; e com pesquisas científicas e divulgação de resultados interessantes sobre a conservação.<sup>307</sup>

Mas, só mais tarde, 1966-1989, a FBCN ganharia maior poder de ação com a gestão de José Cândido de Melo Carvalho. Em 1968, a FBCN apoiou o Simpósio sobre Conservação da Natureza e Restauração do Ambiente Natural onde se estabeleceu aliança com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal-IBDF passando a contar a FBCN com recursos para o desenvolvimento de projetos conservacionistas ficando então mais próxima das esferas do governo.<sup>308</sup>

Pode-se dizer que a FBCN exerceu um papel aglutinador do discurso conservacionista que já havia em muitas instituições científicas como o Museu Nacional do Rio de Janeiro e o Museu Paraense Emílio Goeldi, Universidade Federal do Rio de Janeiro, e instituições governamentais como o Serviço Florestal Federal, o próprio IBDF, depois Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, a Secretaria Especial do Meio Ambiente-SEMA que como o IBDF também incorporou o IBAMA; também algumas ONGs conservacionistas.<sup>309</sup>

Nesse sentido, o movimento ambientalista preservacionista/conservacionista que foi atacado tanto por grupos socio ambientalistas (estes defendendo a permanência de populações humanas em áreas protegidas brasileiras<sup>310</sup>) quanto pelo mundo capitalista, merece ser reconhecido como significativa ação coletiva da simples subjetivação de

---

<sup>307</sup> FRANCO; DRUMMOND. *op. cit.* p. 62-63.

<sup>308</sup> *Idem.* p. 65.

<sup>309</sup> *Idem.* p. 61.

<sup>310</sup> FRANCO; DRUMMOND. *op. cit.* p. 73.

proteção do mundo natural em um movimento social. Rompendo então com a "visão de mundo antropocêntrica, baseada na lógica do 'men first' (os humanos acima de tudo), que torna a questão da biodiversidade invisível"<sup>311</sup> e fez com que aparecessem os conflitos resultantes do "'desenvolvimento a qualquer custo' e foram habilidosos o suficiente [a exemplo da FBCN<sup>312</sup>] para conseguir espaços para a conservação da natureza em meio a governos e a uma sociedade predominantemente avessos a esse tipo de preocupação"<sup>313</sup>.

Ademais, cabe considerar que com relação ao discurso conservacionista os "processos de tomada de consciência dos dilemas ambientais no universo da modernidade"<sup>314</sup>, possuem raízes muito profundas. Não se trata de "uma resposta exógena, tardia e regressiva ao mundo moderno"<sup>48</sup>, supor isso seria ignorar não apenas o pensamento e as ideias dos críticos ambientais existentes desde o século XVIII como da própria dinâmica cultural e econômica em que a história brasileira caminhou, isto é, que a herança cultural de uma economia predatória, até hoje vigente, geraria uma contrapartida.

"A crítica ambiental desenvolveu-se, e continua a se desenvolver, como um questionamento endógeno ao universo da modernidade"<sup>315</sup>. A diferença é que saímos do somente mundo das ideias e baixíssima aplicabilidade de valiosas e relativamente avançadas concepções de preservação para posturas mais concretas a partir de políticas e instituições voltadas a gerenciar essa questão<sup>316</sup>, sendo o caso da criação das secretarias municipais de defesa do meio ambiente.

As regulamentações mais estatizantes e focadas na proteção do patrimônio e em recursos específicos da década de 1930 foram alteradas por leis, órgãos e políticas ambientais mais genéricas, mais integradas e mais sensíveis à questão da qualidade ambiental como direito social. Hoje o IBAMA centraliza um único órgão nacional

---

<sup>311</sup> *Idem.* p.77.

<sup>312</sup> Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza.

<sup>313</sup> FRANCO; DRUMMOND. *op. cit.* p. 77.

<sup>314</sup> PÁDUA, 2012.*op. cit.* p. 29-30.

<sup>315</sup> *Idem.*

<sup>316</sup> *Idem.* p. 31.

executivo, como também temos órgãos estaduais executivos, um ministério só para o meio ambiente.<sup>317</sup>

Apesar de tudo, especialmente nos trevosos quatro últimos anos de governo brasileiro (2019-2022), algumas conquistas significativas não foram eliminadas por completo. O país conta com secretarias estaduais e municipais do meio ambiente; nas universidades e institutos de pesquisas o interesse pelos estudos ambientais, de várias áreas do conhecimento, estão cada vez maiores; hoje as intervenções de grande amplitude na natureza (hidrelétricas, barragens, desmatamentos e outros) devem proceder ao estudo de impacto ambiental-EIA e relatório de impacto ambiental-RIMA; temos várias ONGs com status jurídico participando ativamente na defesa do patrimônio natural brasileiro; no Ministério Público há setores específicos para o meio ambiente; temos parques nacionais e unidades de conservação; há programas de espécies de animais raras como o TAMAR focalizado nas tartarugas marinhas (*Dermochelys Coriacea e Chelonia Mydas*) e outro programa voltado ao estudo do mico-leão dourado (*Leontopithecus Rosalia Rosalia*).<sup>52</sup>

Mas não necessariamente tais conquistas estão livres das constantes inquietações de colocar em prática as melhores decisões para uma intervenção (ou não intervenção) responsável para com o meio natural. Estudos acadêmicos<sup>318</sup> nessa conjuntura tendem a

---

<sup>317</sup> DRUMMOND, José Augusto. *Por que estudar a história ambiental do Brasil?* - ensaio temático. *Varia História*, n. 26, janeiro, 2002. p. 29.

<sup>318</sup> O trabalho de Victor Leonardi (1999) na Amazônia é um bom exemplo dessa eficácia, afinal como desconsiderar os aspectos de uma região fundamentalmente voltada aos recursos naturais, ao extrativismo, ao transporte fluvial, sem evidenciar o solo, a floresta e os rios? Na Amazônia fica ainda mais difícil imaginar homens e mulheres "pairando acima da natureza e do meio ambiente, ou como se as populações ribeirinhas não tivessem nada a ver com as características físico-químicas do solo no qual trabalham e com a qualidade da água do rio às margens do qual habitam!"

O historiador brasileiro americano, Warren Dean (OLIVEIRA, 2010), contribuiu significativamente quanto a trabalhos de história ambiental. No Brasil, ele se destacou mais amplamente com um estudo sobre a mata atlântica e outro sobre a seringueira na Amazônia, aplicando a evidência ecológica na análise da história econômica da região a fim de compreender historicamente os regimes agrícolas, dando a real importância ao aspecto biológico e as condições ecológicas de produção ao invés do, geralmente referido, processo industrial. Dean dessa maneira assumiu que as intervenções dos seres humanos na natureza não deixam de ser um acontecimento histórico juntamente com as mudanças sociopolíticas.

Janes Jorge (2006) abraçou com destemor a análise de uma história ambiental sobre o rio Tietê na cidade de São Paulo, e dentre muitos aspectos, conseguiu evidenciar, por exemplo, que uma abordagem histórica sobre a divisão entre classes sociais na sociedade paulistana jamais seria completa desconsiderando uma análise da relação homem/natureza. Sendo o caso da Repartição de Águas e Esgoto em 1898 que excluiu a parte proletária da cidade do sistema Cantareira, garantindo esse suprimento apenas para a parte alta.

exercer vital parceria, e mesmo ativismo, para defender o meio ambiente, uma vez que as agressões a ele costumam ser indissociáveis do avanço do grande capital aliado aos interesses da elite nacional com pleno apoio de governos e isto implica em mais exploração do homem que fica longe de uma participação justa e equitativa dos benefícios pela voracidade dos grandes empreendimentos que quase sempre alegam geração de trabalho e melhorias estruturais de produção e de deslocamento. O conto de fadas do progresso precisa ser desmitificado quando 'desenvolvimento a qualquer custo' é a opção.

A percepção humboldtiana da interdependência entre as espécies que formou a tão avançada concepção de ecologia, evidencia que a espécie humana só poderá se manter enquanto reprodutora de sua espécie, "os seus filhos sobrevivem ou morrem de acordo com a qualidade do alimento, do ar, da água e com a quantidade de micro-organismos que constantemente penetram seus corpos"<sup>319</sup>, sendo os seres humanos "parte inseparável da ordem ecológica do planeta"<sup>320</sup>. Assim, "qualquer reconstrução dos ambientes do passado tem que incluir não apenas florestas e desertos, jiboias e cascavéis, mas também o animal humano e o seu sucesso ou fracasso no ato de se reproduzir".<sup>321</sup>

E como grupos humanos, os movimentos sociais são flexibilizados numa uniformidade estratégica que embora pareceram diluídos, fortalecem-se a partir de vínculos solidários diante das situações de confronto que ameaçam os seus modos de vida. As especificidades dos movimentos sociais na Amazônia se caracterizam por esse tipo de aglutinação. Logo, povos indígenas, seringueiros, castanheiros, quilombolas, entre tantos outros, ora se denominam de acordo com o contexto, 'remanejados', 'deslocados',

---

Logo, aos bairros do Brás, Bom Retiro, Belenzinho, Ponte Grande e Cambuci restaram a obtenção de água através do rio Tietê, àquela altura já bastante comprometido bacteriologicamente. Como consequência, São Paulo foi abalada pela epidemia de febre tifoide, assolando, sobretudo, os moradores desses bairros periféricos, isto é, da parte baixa da cidade.

Certamente cabe aqui as considerações de outra referência notável no campo da história ambiental, Donald Worsten (1991) Em sua análise, uma vez que o domínio socioeconômico interage com o ambiente, as ferramentas de trabalho e suas relações sociais oriundas deste, demonstram as várias formas de produção de bens por meio dos recursos naturais, como também, advindos dos mais variados povos, soluções criativas para usufruírem desses recursos onde é possível analisar as configurações de poder de uma sociedade. Considerando as devidas diferenças de exploração desses recursos, conforme o meio natural, ele evidencia que as estruturas de significação que implicam em percepções, valores éticos, leis, mitos, dentre outros, dialogam entre indivíduo ou grupo e natureza.

<sup>319</sup> DRUMMOND, *op. cit.*, p. 206.

<sup>320</sup> *Idem.*

<sup>321</sup> *Idem.*

'assentados', etc., e ora se submetem às identidades mais genéricas como 'ribeirinhos' e 'povos da floresta'. Por outro lado, a fim de maior representatividade política, concentram-se em 'associações', 'comissões' e 'comunidades' como 'unidades de mobilização' constituindo-se em 'forças sociais'.<sup>322</sup>

"Nesta ordem elas não representam apenas simples respostas e problemas localizados. Suas práticas alteram padrões tradicionais de relação política com os centros do poder e com instâncias de intermediação"<sup>323</sup>, desse modo, "possibilitando a emergência de lideranças que prescindem dos que detêm o poder local"<sup>324</sup>. Não se trata, no entanto, da motivação de tomada do poder político, mas, camuflado numa generalização "o localismo de suas reivindicações e mediante estas práticas de mobilização aumentam seu poder de barganha face ao governo e ao Estado".<sup>66</sup>

No Estado Territorial Moderno impera a concepção de "Estado como escala única da vida política, uma só fonte de poder, uma só comunidade política, uma só possibilidade de organização da comunidade política, uma só unidade representativa do político".<sup>325</sup> Mas, a crise ambiental e a revolução tecnológica vêm afetando diretamente a integridade do Estado Territorial Moderno a partir de fatores sociais e de movimentos anti-sistêmicos. "Trata-se de projetos culturais, projetos alternativos, explorações culturais inovadoras que desafiam a dominância da civilização ocidental, da cultura ocidental"<sup>326</sup>, logo, "a diversidade cultural se desloca da unidade do Estado, as diferentes culturas reclamam seu direito à diferença e o direito a seu território dentro do território do Estado"<sup>69</sup>.

Apesar do Estado ter um papel fundamental na economia e no meio ambiente frente aos problemas gravíssimos demonstrados por dados alarmantes que a atualidade apresenta - como elevados índices de desmatamento que afetando o clima causam o efeito estufa; o altíssimo grau de poluição planetária advindas do Brasil como um dos principais países responsáveis por emissões de CO<sup>2</sup>; o problema do agronegócio e da concentração

---

<sup>322</sup> ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia*. In: D'INCAO, Maria Angela; SILVEIRA, Isolda Maciel (orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p. 521.

<sup>323</sup> *Idem.* p. 524.

<sup>324</sup> *Idem.*

<sup>325</sup> BECKER, Bertha K. *Estado, nação e região no final do século XX*. In: D'INCAO, Maria Angela; SILVEIRA, Isolda Maciel (orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994p. 105.

<sup>326</sup> *Idem.*

fundiária, - não são apenas suas políticas governamentais que garantirão a floresta em pé, reprimindo os desmatamentos, mas o "fortalecimento de associações e formas organizativas comunitárias e aos meios de consolidação dos conhecimentos e saberes práticos dos povos e comunidades tradicionais que mais conservam os recursos florestais e hídricos",<sup>327</sup> uma vez que são esses povos que possuem "um conhecimento profundo dos ecossistemas dos biomas, enfim, e da biodiversidade. Este conhecimento, mesmo sob as pressões constantes dos que devastam, persiste sendo um fator essencial de preservação".<sup>328</sup>

Uma sociedade que possui uma economia extremamente dependente dos seus recursos naturais não poderá escrever a sua própria história desconsiderando que está umbilicalmente ligada às riquezas da terra que despertam interferências "na vida humana, estimulando algumas reações, algumas defesas, algumas ambições"<sup>329</sup>.

Seja como for é possível pensarmos na criação da SEDEMA como expressão dessas novas reocupações e desse novo momento de preocupação com o ambientalismo no que diz respeito ao estado do Amazonas. Marco Antônio Vaz de Lima, um integrante do corpo administrativo da nova secretaria, relembra o momento de sua criação e das limitações de ser ela, inicialmente, pensada como um órgão especial:

Porque anteriormente, existia uma secretaria de meio ambiente na prefeitura... que era a SEMA.... Secretaria de Meio Ambiente... Secretaria Municipal de Meio Ambiente... é... mas que só trabalhava com lixo. Só se preocupava com lixo na cidade de Manaus. E... e tinha dentro dessa secretaria uma divisão de parques e jardins, onde o Horto estava vinculado.<sup>330</sup>

Com a Constituição Federal de 1988, vários avanços haviam sido alcançados em termos legais com relação ao meio ambiente, em sua maioria nos dispositivos do Art. 225 que consta

---

<sup>327</sup> ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; NAKAZONO, Érica; MARIN, Rosa E. Acevedo; FARIAS JR. Emmanuel de Almeida. *Mapeamento social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação*: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais. p. 125-126. In: Cadernos de debates Nova Cartografia Social: conhecimentos tradicionais na Pan-Amazônia. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (orgs)... {et al}. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010. 171 p. Vol 01. n. 01.

<sup>328</sup> *Idem*.

<sup>329</sup> WORSTER, Donald. *op. cit.* p. 201.

<sup>330</sup> Marco Antônio Vaz de Lima. Funcionário da Prefeitura de Manaus, tecnólogo florestal. Entrevista realizada pela autora em 26 de março de 2021.

no capítulo sobre a proteção ambiental. Para colocar em prática as conquistas constitucionais havia uma dinâmica de discussões e propostas, sobretudo na Amazônia, possuindo como foco principal a ampla proteção do ambiente da floresta mais cobiçada do mundo. Apesar do município de Manaus, àquela altura, não estar exatamente em fase de elaboração de sua nova Lei Orgânica, já demonstrava, com a administração do prefeito Arthur Neto, um claro objetivo com relação à proteção ambiental, a partir de uma conduta que se programava para combater a todo custo as agressões ambientais no âmbito do município<sup>331</sup>

Este trabalho iniciou sua execução a partir de janeiro de 1989, no âmbito da Secretaria Extraordinária de Defesa do Meio Ambiente, evidenciando que, por conta de sua complexa missão, possuía desafios que demandavam urgentemente uma estrutura organizacional e operacional adequada frente a maior sensibilidade por parte da sociedade e dos meios de comunicação com as questões ecológicas. O assunto foi debatido na Câmara Municipal a fim de que a SEDEMA obtivesse as armas legais para cumprir sua missão além da “força de vontade descomunal dos seus servidores sob a orientação de Frederico Arruda”, como sugere uma matéria da imprensa amazonense<sup>332</sup>. Logo, com uma secretaria com plenos poderes, e não apenas extraordinária, portanto, teria todas as condições para cumprir com a agenda da pasta, implementando o projeto da Constituição Federal de 1988 sobre proteção ambiental.<sup>333</sup>

O processo de criação da SEDEMA foi-me relatado pelo seu primeiro secretário, o professor Frederico Arruda<sup>334</sup>, responsável pela idealização da nova secretaria.

Com a concordância prévia do prefeito Arthur Neto, Arruda procedeu a execução de um projeto para essa finalidade, isto é, implementar a nova secretaria, a partir de uma equipe técnica que contou com a participação dos advogados Dra. Ana Aleixo e Dr. Feitoza Barbosa, que, enfim, foi submetido à Câmara Municipal e aprovado por

---

<sup>331</sup> *Diário do Amazonas*. Manaus, 19 abril 1989. Caderno 1º, p. 2. *Sedema ganha força para melhor agir*. José Feitoza. Ecologia.

<sup>332</sup> *Idem*.

<sup>333</sup> *Idem*.

<sup>334</sup> Cf. Anexo 3.

unanimidade pelos vereadores. O desafio inicial era transformar a Secretaria Especial em uma secretaria de caráter “pleno” na defesa do meio ambiente.

Eu tinha muita clareza de que como uma Secretaria Especial não ia dar para fazer nada. Porque uma Secretaria Especial ela não tem fiscalização, ela não tem fiscais devidamente homologados, digamos assim. Ela não pode exercer determinados tipos de fiscalização, ela não tem... prerrogativas além do planejamento, da realização de eventos, de projetos educacionais etc., e etc. Ela fica muito restrita. Então a ideia era transformar a Secretaria Especial de Meio Ambiente em uma Secretaria plena. E aí foi quando chegou a Ana Aleixo, advogada também, que a partir daí passou a ser uma parceira de todas as horas. E a gente começou a... inclusive a Ana Aleixo tem um papel importante nisso, infelizmente faleceu também, mas... no sentido de costurar na Câmara Municipal um acordo para que os vereadores aprovassem o projeto de uma nova Secretaria que seria essa Secretaria de Defesa do Meio Ambiente. Então, poucos meses depois ainda... eu assumi em janeiro e... poucos meses depois, não me lembro exatamente o mês, a gente já estava com o projeto de criação da Secretaria, minucioso. Então mandamos para o Arthur que o encaminhou para a Câmara Municipal. E na Câmara Municipal a proposta foi aprovada por unanimidade. Inclusive a... uma das vereadoras, que era a Aleixo, mãe da Ana Aleixo, ela exerceu um papel muito importante nisso. Então, a partir daí, a gente começou a trabalhar com uma outra estrutura.<sup>335</sup>

Com a implementação de uma secretaria plena de defesa do meio ambiente no município de Manaus, dava-se início a uma jornada desafiadora, própria do pioneirismo, que exigiria muito trabalho. Para a jornalista Terezinha Patrícia Viana de Souza, que viria posteriormente a integrar àquela equipe,

a secretaria representava o coroamento de um ideal de uma parcela da sociedade que começava a se preocupar com questões ambientais. E o Prof. Frederico Arruda, ele é conhecido por sua luta em defesa do meio ambiente, daquele tempo do Projeto Jaraqui. Ele seguiu com aquele espírito frente à Secretaria.<sup>336</sup>

O Projeto Jaraqui, criado por Frederico Arruda, surgiu nos anos 80 e marcou o debate público entre universidade e comunidade em geral, reunindo intelectuais,

---

<sup>335</sup> Luiz Frederico Mendes dos Reis Arruda. Secretário municipal da Secretaria de Defesa do Meio Ambiente -SEDEMA (1989). Entrevista realizada pela autora em 10 de abril de 2022.

<sup>336</sup> Terezinha Patrícia Viana de Souza. Jornalista que pertenceu ao quadro da Secretaria de Defesa do Meio Ambiente-SEDEMA. Entrevista realizada pela autora em 11 de novembro de 2021.

estudantes e demais setores da sociedade amazonense. O objetivo era promover uma maior conscientização da questão ambiental, tendo como tema central a defesa da Amazônia. As discussões ambientais antecederam a instrumentalização, a institucionalização, sendo o caso da Secretaria, para que comunidade e poder público pudessem realmente ter a oportunidade de intervir favoravelmente numa política ambiental comprometida com a preservação e a defesa da natureza.

O fórum de debates da Amazônia, realizado todos os sábados na praça Heliodoro Balbi, em frente do quartel do comando geral da Polícia Militar, dará continuidade hoje, quando diversos assuntos de interesse da nossa região serão debatidos, tendo como principal tema a ‘Defesa da Floresta Amazônica’, para que a mesma não seja devastada. O coordenador desta instituição, professor Frederico Arruda, através do Jornal do Comércio, convida todas as pessoas para participarem dos debates, pois o órgão não tem nenhuma vinculação política, e visa somente unir forças para defender o homem, base social para conscientizar o povo sobre as grandes necessidades. Dessa forma, estudantes universitários e secundaristas, operários, funcionários públicos e autoridades, sem qualquer distinção, estão convidados para a partir das 9:00 horas, estarem presentes na Praça da Polícia.<sup>337</sup>

A criação da SEDEMA<sup>338</sup> em 1989 pode amparar-se em uma legislação que viria desde a Política Nacional de Meio Ambiente<sup>339</sup>, de 1981, que já previa a municipalização da gestão ambiental de caráter descentralizado, instituindo a participação popular, aspectos que foram consagrados pela Constituição Federal de 1988.<sup>340</sup> “No entanto, dos mais de cinco mil municípios brasileiros, poucos foram os que tomaram caminhos sustentáveis e consolidados de gestão ambiental e trataram a questão com o devido empenho.”<sup>341</sup>

Aqui está, portanto, a razão pela qual a experiência da primeira Secretaria de Defesa do Meio Ambiente no município de Manaus, SEDEMA, chamar atenção,

---

<sup>337</sup> *Jornal do Comércio*. Cad.1, Política. Sábado, 12 de abril de 1980, p. 5. “Novos debates sobre defesa da floresta”.

<sup>338</sup> Criada nos termos da Lei nº 2021 em 12 de julho de 1989.

<sup>339</sup> Lei Ordinária 6.938. Brasil, 1981. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.938%2C%20DE%2031%20DE%20AGOSTO%20DE%201981&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional,aplica%C3%A7%C3%A3o%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.938%2C%20DE%2031%20DE%20AGOSTO%20DE%201981&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional,aplica%C3%A7%C3%A3o%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias). Acesso em: 17 set 2021.

<sup>340</sup> *Saúde Sociedade*. ÁVILA; Malheiros. O sistema municipal de meio ambiente no Brasil: avanços e desafios. São Paulo, v.21, supl.3, p.33-47, 2012 3.

<sup>341</sup> *Idem*.

justamente por se tratar de um trabalho empenhado que acontecia num momento histórico de intensos debates, de caráter mais amplo, com a participação de toda comunidade, visando a tomada de decisões políticas especialmente legitimadas por certo clamor popular forjado e por uma conscientização da questão ambiental entre os mais diversos sujeitos históricos: estudantes, universitários, intelectuais, autoridades, funcionários públicos de instituições públicas ligadas ao meio ambiente, etc. Todos esses fatores de uma conjuntura social e política em apelo às questões ambientais foram refletidos na primeira gestão do prefeito Arthur Neto, como comentou o Dr. Félix Valois, vice-prefeito de Manaus à época:

É... deixa eu lhe dizer, tanto o prefeito Arthur Neto, como eu, nós éramos assim, eu diria quase amadores em matéria de gestão pública, mas evidente que sempre tivemos muita preocupação com a preservação do meio já àquela altura, o que que é? Faz 30 anos... pouco mais do que isso, já àquela altura o clamor pela preservação do meio ambiente era muito grande, né? Havia já órgãos federais para isso e a intenção foi fortalecer no município essa ideia de preservação do ambiente que já àquela altura era um clamor popular, né?... Não sabiam que depois vinha o Bolsonaro! (...)É como eu disse, nós não tínhamos experiência, né? Fizemos o que nos parecia melhor com certeza, demos o melhor de nós. Houve falhas na administração? Claro que houve, deve ter havido até mais do que a gente imagina, mas com certeza foi uma administração feita com muito amor pela terra, né? Com muito amor pela cidade, isso com certeza foi!<sup>342</sup>

A experiência SEDEMA refletia, portanto, esse contexto histórico e sua formação aconteceu arregimentando forças empenhadas naquela realização. A pedido do secretário Arruda, o prefeito Arthur Neto permitiu que a sede da nova secretaria funcionasse no Horto Municipal de Manaus, em um local bastante acanhado, “uma casinha”, logo, em um “chapéu de palha”, na Av. André Araújo, (hoje funciona a Cidade da Criança naquele local) acreditando ser ali a melhor localização para aquele órgão, “(...) porque aí ela passaria a ter existência. O secretário da Secretaria de Limpeza Urbana não gostou da ideia, mas o Arthur autorizou”.<sup>343</sup> Os recursos eram poucos e a equipe foi aos poucos se formando.

---

<sup>342</sup> Félix Valois. Vice-prefeito de Manaus (1989). Entrevista realizada pela autora em 19 de abril de 2023.

<sup>343</sup> Luiz Frederico Mendes dos Reis Arruda. Secretário municipal da Secretaria de Defesa do Meio Ambiente -SEDEMA (1989). Entrevista realizada pela autora em 10 de abril de 2022.

O professor Arruda, ele como primeiro secretário, teve a missão de formar a sua equipe, mas não podia realizar concurso público porque era uma época de... que os concursos públicos estavam suspensos, então como formar a sua equipe? Ele foi pinçando funcionários dos vários... de várias secretarias e de vários órgãos da prefeitura que se dispunham a ceder os servidores. E eu acho que um grande número veio da Guarda Municipal. Foi preciso treinamento, palestra, treinamento nas práticas ambientais, porque eram pessoas que estavam acostumadas com outro tipo de trabalho. Eles eram guardas da Prefeitura, de andar pela cidade, de observar camelôs... e a partir daquele momento eles tinham outra... tinham que mudar a sua percepção, né? (...) Eu também queria destacar que a... que o trabalho do professor Frederico Arruda em trazer gente jovem para lá. Ele se valeu de estagiários, de várias áreas, e muitos... e levou para lá muitos jovens que tinham uma visão nova e levaram sangue novo... sangue novo, entusiasmo para a equipe. Eram pessoas muito... que queriam aprender, entusiasmadas. E eu também gostaria de destacar que muitos guardas municipais... eles... com o tempo eles foram gostando do status de “Agentes Ambientais”. Eles não eram mais “guardas”, “guardas municipais”, eles se transformaram em agentes ambientais. (...) Eles ficavam tão envolvidos no trabalho, queriam fazer mais e melhor.<sup>344</sup>

Este é um ponto sensível no processo de criação da secretaria, pois nasciam os agentes ambientais.

O agente ambiental deve possuir as virtudes necessárias para torná-lo um homem bom, útil, honesto, justo, obediente, enfim um homem que modele a sua conduta para um objetivo – O Bem.

É preciso que o agente cultive as qualidades morais que constituem o conjunto das virtudes como: Dignidade pessoal, lealdade, sinceridade, franqueza, honestidade e obediência.<sup>345</sup>

Essas pessoas que não costumavam ter qualquer orgulho com relação às tarefas anteriores na Guarda Municipal, passaram a ter não apenas sua autoestima elevada com a nova missão de defensores da natureza, como benefícios (gratificações) com os quais refletiriam posteriormente em suas aposentadorias.

---

<sup>344</sup> Terezinha Patrícia Viana de Souza. Jornalista que pertenceu ao quadro da Secretaria de Defesa do Meio Ambiente-SEDEMA. Entrevista realizada pela autora em 11 de novembro de 2021.

<sup>345</sup> Manual do Agente Ambiental. SEDEMA, Capítulo II – Educação Moral do Agente de Defesa Ambiental. Prefeitura Municipal de Manaus. Secretaria de Defesa do Meio Ambiente, 1989.

(...)porque toda a Guarda Municipal, toda ela, eu consegui puxar da Guarda... quer dizer, todo esse pessoal que veio para a SEDEMA, antes era aquele pessoal que saía batendo e tomando coisas do (à mando dos superiores) dos vendedores ambulantes. E a vida deles mudou completamente. Eles assumiram de uma maneira brilhante, comovente até, a responsabilidade de tomar conta do meio ambiente. Eles me diziam que se algum dia eles tivessem que voltar para Guarda Municipal eles pediriam para sair da prefeitura, porque jamais iriam aceitar a condição de pessoal que tomava as coisas dos feirantes, dos ambulantes etc.<sup>346</sup>

A secretaria tinha a sua frente, além do aspecto ativista de Arruda, um técnico com visão técnica e que demonstrava ter sensibilidade suficiente para montar uma equipe extraordinária, feita a muitas mãos. A formação da SEDEMA, portanto, foi resultado de uma ampla parceria que aos poucos ia alcançando êxito.

A partir da implementação da SEDEMA no Horto Municipal, Arruda iniciou a sua equipe com dois funcionários da prefeitura, a senhora Nazaré Reis, logo, sua primeira secretária, e o diretor do Horto, Marco Antônio Vaz de Lima.

O advogado José Barbosa Feitoza, referido por Arruda como um especialista muito competente em legislação da administração pública, passou também a compor o quadro da nova secretaria.

Então ele [José Barbosa Feitoza] ... foi a primeira pessoa que na verdade [que] foi pra SEDEMA. Não era SEDEMA ainda, mas ele foi... o Marquinho [Marco Antônio Vaz de Lima] estava lá e o Barbosa foi comigo. Então, ele foi também extraordinário. Essas três pessoas no início foram três pessoas absolutamente essenciais para fazer o planejamento. Eu explicando o que eu queria e etc. e aos poucos... depois um motorista se transferiu pra lá. Acho que o Marquinhos até sugeriu e ele saiu da Secretaria de Obras e foi para lá, que era o Borges [José Borges]. (...) Fomos conseguindo com que servidores de outras Secretarias, alguns deles inclusive encostados sem fazer nada, não porque eles não quisessem trabalhar, inclusive aquele grande arquiteto, o José Henrique, que não se dava nada para ele fazer. Esse motorista, o Borges, passa a ter um papel cada vez mais relevante porque conhecia todo mundo. E aí ele chegava comigo e dizia... e o Marquinhos quase sempre (...). “Olha fulano de tal tá querendo vir pra cá, fulano de tal é gente boa”. “É gente boa”, todos os que ele indicou com essa

---

<sup>346</sup> Luiz Frederico Mendes dos Reis Arruda. Secretário municipal da Secretaria de Defesa do Meio Ambiente -SEDEMA (1989). Entrevista realizada pela autora em 10 de abril de 2022.

“adjetivação”, digamos assim, nenhum me frustrou, pelo contrário. E alguns chegaram lá porque pediram mesmo e o Arthur perguntou se eu aceitava... e aí eu passei a ter agrônomo, eu tinha dois agrônomos, eu tinha geólogo – isso é extremamente importante. Tinha o arquiteto, que ajudava muito nessa questão da percepção ambiental das coisas – que era o José Henrique. E era um senhor arquiteto, não era qualquer um. Um dos caras mais bem quistos pelo Oscar Niemayer. Então não era pouca coisa, mesmo. Era uma pessoa de uma lucidez enorme. Então aí eu passei exatamente esse respaldo, essa... esse apoio dessa equipe... que passou não apenas... eles tinham toda a liberdade para fazer alguma crítica ou alguma sugestão, mas eles criaram realmente um cinturão de proteção em torno da Secretaria.<sup>347</sup>

“Ge nte boa” também iria significar preparo e qualidade técnica. O bombeiro militar, Cel. Jorge Levy Marques Sobreira, já com uma grande experiência na questão do controle do fogo na mata, de proteção com os aceiros etc., também seria uma aquisição muito importante para tornar a SEDEMA, enquanto projeto, em realidade de fato, como uma secretaria de defesa do meio ambiente.

Porque a Secretaria não surge no momento... quer dizer, ‘do nada’... aí a Câmara Municipal aprova... ‘bom, agora você já é Secretário do Meio Ambiente, da Secretaria de Defesa do Meio Ambiente.’ Então você tinha que, mais do que nunca, ter equipe, ter planejamento, ter objetivos muito claros e pessoal de muito boa qualidade, que nunca me faltou.<sup>348</sup>

O projeto SEDEMA que foi para a Câmara Municipal previa a institucionalização de um grupo específico da Secretaria responsável por atuar no setor de defesa, controle e fiscalização. O pessoal da Guarda Municipal (ver figura A) inserido na SEDEMA receberia treinamento do Cel. Levy Sobreira, juntamente com Manuel Guedes Tinoco, pernambucano, militar que atuou na guerrilha do Paraguai. A guarda de defesa do meio ambiente também seria organizada pelo funcionário, Severino Procópio de Oliveira.

Segundo o Cel. Levy Sobreira, os agentes ambientais da SEDEMA possuíam uma farda camuflada, tendo um torçal sobre o ombro com a imagem de um tucano como símbolo da fauna. A guarda ambiental era composta por dezessete homens oriundos da

---

<sup>347</sup> Luiz Frederico Mendes dos Reis Arruda. Secretário municipal da Secretaria de Defesa do Meio Ambiente -SEDEMA (1989). Entrevista realizada pela autora em 10 de abril de 2022.

<sup>348</sup> *Idem.*

Guarda Municipal de Manaus. “Foram doutrinados sobretudo relacionado ao meio ambiente, ou seja: ética profissional, proteção a fauna, código florestal, constituição federal e estadual, criação da Sedema e sua finalidade.”<sup>349</sup>

O Tinoco fazia um trabalho muito especial que é um trabalho mais arriscado por razões óbvias, inclusive. O nosso pessoal, o pessoal da nossa guarda municipal ambiental eles fizeram inclusive um curso no corpo de bombeiros, né, para operações especiais inclusive rapel, houve uma solenidade da polícia militar E o meu querido, inesquecível, sempre lembrado, que graças a Deus continua vivo, que é o coronel Levy, ele até como coronel bombeiro deu uma força muito grande e o pessoal foi pro corpo de bombeiros, para o quartel lá e de lá foram fazer todos os treinamentos. Houve uma solenidade em frente ao quartel da polícia militar e eles foram, fizeram a parte deles subiram escada, giro, desceram e subiram de rapel, enfim tudo aquilo que eles tinham aprendido, fizeram uma demonstração pública da melhor qualidade. (...) E nisso eu volto a dizer que o coronel Levy e o seu Severino e o Tinoco eles exerceram de maneira preciosa o trabalho deles de orientação de proteção daqueles guardas de treinamento, inclusive físicos. Às vezes o Tinoco era meio malvado, mandava o pessoal, para manter a forma, subir e descer com peso a escadaria que vinha desde lá de baixo do horto municipal até lá em cima. E lá vinham eles subindo e descendo na escala porque eles tinham que manter a forma e como o Tinoco, ele tinha uma academia de artes marciais, ele também deu o treinamento para esse pessoal e isso não é coisa que se faça por dinheiro, é coisa que se faz quando há empenho quando a pessoa tem é clareza sobre a importância do que ela está fazendo, não uma importância para si próprio, mas importância para a comunidade e perceberem como eles percebiam o que de fato estava errado e por isso é que a gente atuava fiscalizando e bloqueando essas coisas tão sérias aqui no município de Manaus.<sup>350</sup>

Conforme relatou Arruda, a primeira Guarda Florestal, sob a supervisão do capitão Levy e coordenação do inspetor da antiga Guarda Municipal, Severino Procópio de Oliveira que preparava um forte contingente para atuar na defesa do meio ambiente, havia começado apenas com seus homens e dentro de três meses já eram vinte e um integrantes que foram escolhidos a dedo, sem qualquer vício, todos de elite, bem treinados, dispostos a executarem o trabalho em defesa do meio ambiente, preparados

---

<sup>349</sup> Cel. Jorge Levy Marques Sobreira. Informações obtidas em 11 de novembro de 2021.

<sup>350</sup> Luiz Frederico Mendes dos Reis Arruda. Secretário municipal da Secretaria de Defesa do Meio Ambiente -SEDEMA (1989). Entrevista realizada pela autora em 10 de abril de 2022.

tanto teórica quanto praticamente para combater, sobretudo, a poluição urbana e incêndios em áreas rurais.<sup>351</sup>

Um convênio com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal -IBDF, também havia sido feito e três técnicos daquele instituto contribuíram na preparação da Guarda Florestal (ver figura B) para atuarem em quaisquer desmatamentos ilegais entre outras atividades de defesa das áreas verdes do município de Manaus.<sup>352</sup>

Logo, Manuel Guedes Tinoco ficaria responsável por ações na área rural de Manaus, a partir do Km 23 da BR-174; e Severino Procópio de Oliveira comandaria as ações da guarda de defesa e fiscalização, dentre outras atribuições, na área urbana do município.

Isso era importante, você tinha uma equipe preparada, treinada para enfrentar a área rural. De entrar na mata, tudo o que fosse necessário. E a outra que atuava na área urbana, não podia ser o mesmo pessoal. Isso a gente também conseguiu. Então eu fiquei com duas equipes, uma na área urbana... isso eu vou... repito... isso não é trivial, isso muda tudo. Você passa a ter condições muito melhores para você tornar realidade a sua proposta, o seu projeto.<sup>353</sup>

As

duas equipes atuavam conforme o *Manual do Agente Ambiental* (ver figura C) elaborado pelo Cel. Levy Sobreira.

Quanto as tarefas de segurança e proteção de áreas verdes do município de Manaus cabia aos agentes ambientais da SEDEMA, dentre outras coisas, ação fiscalizadora conforme legislação pertinente, coibindo atos de destruição ambiental, ataques à animais silvestres e sua comercialização irregular, através da aplicação de sanções previstas em Lei. A fim de impedir a ação devastadora de praças, jardins e logradouros urbanos, a instituição também buscou manter vigilância regular nesta área.<sup>354</sup>

---

<sup>351</sup> *Jornal Diário do Amazonas*. Forte esquema garante a defesa da natureza., Manaus, maio de 1989.

<sup>352</sup> *Idem*.

<sup>353</sup> Luiz Frederico Mendes dos Reis Arruda. Secretário municipal da Secretaria de Defesa do Meio Ambiente -SEDEMA (1989). Entrevista realizada pela autora em 10 de abril de 2022.

<sup>354</sup> *Manual do Agente Ambiental*. SEDEMA, Capítulo II – Finalidade. Prefeitura Municipal de Manaus. Secretaria de Defesa do Meio Ambiente, 1989.

Quanto à coordenadoria de agentes de defesa ambiental rural, esta tinha por finalidade, dentre outras atribuições, as tarefas de segurança, defesa e proteção de parques e reservas biológicas do município, exercendo ação coercitiva no que se referia ao cumprimento rigoroso das normas contidas na legislação ambiental em vigor, sobretudo, com relação aos animais silvestres e a correta utilização dos parques e reservas municipais. Além disso, cabia aos agentes promover levantamentos de situações potencialmente perigosas para os parques e as reservas, principalmente aos animais silvestres, exercendo medidas profiláticas impeditivas de danos ambientais.<sup>355</sup>

O *Manual do Agente de Defesa Ambiental* chama atenção nas linhas e entrelinhas da forma como foi elaborado. Não se trata de um mero ordenamento objetivo de aplicação das leis de proteção ambiental, ao lado disto, o agente teria uma postura e uma conduta rigorosamente ética não apenas no exercício de suas funções, como na sua vida particular. Não é exagero dizer que ele era moldado para ser e dar o melhor de si. Uma fórmula que resultou em sucesso para a Secretaria.

Manterei de forma imaculada minha vida privada, como um exemplo para os demais: mantereí a calma corajosamente em qualquer situação de perigo, desprezo ou ridículo. Desenvolverei o autodomínio e estarei constantemente vigilante pelo bem-estar dos demais. Honrado em pensamento e ação, tanto na vida privada como no exercício da função, serei exemplar na obediência às leis do País, do Estado e do Município, e aos regulamentos de minha Secretaria, tudo em prol da Ecologia.<sup>356</sup>

Pode-se dizer que esse manual buscava traduzir a moral de toda equipe da secretaria, em outras palavras, todo o espírito que os envolvia. A defesa do meio ambiente com ardor, a honra que naturalmente se impunha nas missões e o orgulho da realização de um bom serviço prestado norteavam os agentes. Todos esses elementos pareciam ter pautado a missão que a Secretaria se atribuiu. Por óbvio, a secretaria tinha várias demandas e precisava de recursos da prefeitura para melhor se desenvolver, mas nem por isso parece ter se desencorajado da vontade de concretizar seus objetivos, revestindo-se em uma conquista

---

<sup>355</sup> *Idem.*

<sup>356</sup> *Manual do Agente Ambiental*. SEDEMA, Capítulo I – Ética Profissional. Prefeitura Municipal de Manaus. Secretaria de Defesa do Meio Ambiente, 1989.

que traduzia os anseios, as aspirações e as lutas pela defesa do meio ambiente, pela primeira vez institucionalizada no município de Manaus.

### 3.2. Ambientação da SEDEMA

O aspecto peculiar da nova secretaria, instalada onde funcionava o Horto Municipal de Manaus, além da presença da natureza que a cercava, incorporou uma representação simbólica de uma secretaria como uma comunidade, uma coletividade, um compartilhamento de ideais a partir da construção coletiva, sintetizada na circunferência de um “chapéu de palha”, onde se trabalharia em conjunto e com transparência, o que também queria indicar – numa época sempre conturbada por denúncias de corrupção e desmandos nos serviços públicos – a lisura dos processos que ali se desenvolviam. Diz Arruda:

(...) eu mandei construir um chapéu de palha que não tinha parede, não tinha janela, não tinha porta... era como se fosse um coreto. Então quem entrava lá ficava assustado, porque ia conversar com o secretário e às vezes alguns até perguntavam: ‘Mas, secretário, onde é o seu gabinete?’ ‘Você já está no meu gabinete’. E essa forma completamente diferente fez até que a BBC viesse a fazer uma reportagem sobre esta Secretaria de Defesa do Meio Ambiente, onde não tinha paredes, onde não tinha portas, onde... é... desculpe... (*emoção*). E as pessoas ficavam assustadas, impressionadas. Quem levou a BBC lá, inclusive, foi um cara extraordinário, um pesquisador extraordinário, que era muito amigo do Evandro Carrera, inclusive... e ele quando soube que a Secretaria estava funcionando naquelas condições, era pesquisador do INPA [não entendi o nome]. Ele levou a equipe da BBC para fazer o documentário.<sup>357</sup>

Conforme a jornalista Terezinha Patrícia Viana de Souza, a Secretaria funcionava numa área muito grande, onde, debaixo de um chapéu de palha foram colocadas algumas mesas a fim de que os funcionários ali se instalassem. O terreno foi descrito contendo uma área mais alta com árvores e vento e outra mais baixa, onde se localizava o chapéu de palha:

---

<sup>357</sup> Luiz Frederico Mendes dos Reis Arruda. Secretário municipal da Secretaria de Defesa do Meio Ambiente -SEDEMA (1989). Entrevista realizada pela autora em 10 de abril de 2022.

A brisa, o vento, ele passava aqui e aqui embaixo era um forno. Era muito quente. Eu trabalhava lá de tarde e a gente suava apesar de não ter paredes. Mas ninguém se importava não, porque estava todo mundo... ninguém reclamava, nunca ouvi reclamação, porque a equipe estava motivada pelo secretário. Havia interação, companheirismo e motivação, compromisso, de todo mundo. Nunca... não lembro de ter ouvido alguém reclamar das condições de trabalho, né? E para mim foi uma coisa muito... que marcou... foi o desempenho das pessoas, mesmo em condições que não eram propícias para o trabalho. Imagina, às vezes a gente reclama em uma sala com ar-condicionado, reclama do trabalho, imagina trabalhar naquelas condições. Eu acho que aquilo integrava ao trabalho que estava sendo iniciado.<sup>358</sup>

Para a secretária da instituição, Linderjane Lima, a estrutura do chapéu de palha foi marcante por dois principais aspectos: de um lado, deixava tudo às claras, isto é, todo mundo via o trabalho de todo mundo, inclusive a atuação do secretário, sem margem à favores políticos para quem quer que fosse; de outro lado, havia uma atuação motivada, tanto da parte do secretário quanto dos funcionários, que assim, impunham seriedade e respeito no disciplinamento perante os crimes ambientais cometidos no município. A secretaria, de fato, contava com poucos recursos:

(...) porque as verbas são administrativas, então não tinha nada de gabinete. O secretário, ele era aberto se quisesse falar com o secretário, ou ligava, era só um único telefone e ele conseguia, como era um chapéu de palha, ver todos os que estavam trabalhando. Tinha Dona Lourdes, era eu como secretária. na época; Dona Nazaré foi se afastando que já era mais senhora e eu fiquei. Aí, vamos ver, ele dizia assim: não tem agenda aqui, se quiser falar comigo eu tô aqui. E num chapéu de palha, que quando vinha um temporal a gente segurava os papéis para não voarem (risos). Mas é, foi muito construtivo, foi muito construtivo que isso aí fica na nossa memória. Que hoje, hoje, o que eu vejo, que foi um esforço que se fez que hoje se tem todos os recursos e não vejo fazerem muito. E naquela época com tão pouco recurso, todo mundo colaborando. O secretário quando pedia: “Vamos fiscalizar tal lugar?” “Vamos!” – Saía os agentes com ele e não tinham hora para voltar. E ele estava ali, engajado, junto aos seus funcionários, aos seus colaboradores lá. Então isso aí, as pessoas acreditavam no meio ambiente, nas fiscalizações, nas multas que, quando foram criadas... nas coisas que... que... nas ilegalidades na cidade que foram muitas coisas mostradas. Que hoje existe, mas algumas são camufladas. Infelizmente.<sup>359</sup>

---

<sup>358</sup> Terezinha Patrícia Viana de Souza. Jornalista que pertenceu ao quadro da Secretaria de Defesa do Meio Ambiente-SEDEMA. Entrevista realizada pela autora em 11 de novembro de 2021.

<sup>359</sup> Linderjane Maria de Oliveira Marques Lima. Funcionária da prefeitura. Entrevista realizada pela autora em 26 de março de 2021.

O professor Frederico Arruda também registrou que a experiência administrativa na SEDEMA foi uma época de ouro, pois o local não contava com paredes, nem ar-condicionado e toda audiência era pública, sendo uma excelente forma de evitar corrupção.

Não existiam conversas reservadas. Inclusive, tivemos ajuda de uma cobra jiboia, de quatro metros ‘encontrada’ por um infeliz casal no apartamento de um dos motéis da cidade, encenando assim o gênese, e que, levada para nossa Secretaria, resolveu alojar-se exatamente embaixo de minha mesa. Isso foi um ‘santo remédio’ para afugentar os ‘chatos’ que iam lá somente para pedir favores irregulares. Quando saí da Secretaria, levei a cobra comigo e soltei-a no campus universitário.<sup>360</sup>

A jornalista Terezinha Patrícia Viana de Souza, também relata que havia uma espécie de *blindagem moral* do secretário diante da tentativa de favorecimento político, por parte daqueles que eventualmente achavam que podiam transgredir as leis e, a partir de apadrinhamentos e expedientes diversos, poderiam conseguir algum tipo de vantagem junto à Arruda.

(...) a SEDEMA, na atuação dela, ela incomodava, né? Incomodava muita gente, muito mesmo. Muitos eram notificados e muita gente era notificada por desrespeito ambiental. Aí eles se valiam de apadrinhamentos, conhecidos, amigos, para se livrar da obrigação de se adequar às normas. Aí o que que havia?!, ia lá com o padrinho, pegava os “bilhetinhos”: “Leve esse bilhetinho pro secretário, pra ele lhe liberar do que foi apreendido”, ou algum aviso de que deveria ser... de adequação. Então o secretário para acabar... e era um assédio muito grande para o secretário, para acabar com esse assédio, e se firmar na posição intransigente de defesa do meio ambiente, o secretário teve a ideia. Fez um aviso e afixou em vários... vários pontos da secretária, assim, locais bem visíveis... dizia mais ou menos que ele não atendia bilhetinhos, pedidos de quem quer que fosse. Quem quer que tivesse sido mandado, ele não atendia. Deixou lá bem... as pessoas chegavam lá com os bilhetinhos e já tinham o aviso. Isso foi diminuindo o assédio, mas também aumentaram as reclamações, né?... (Risos)... junto aos seus padrinhos. Então pelas atitudes como essa, de marcar posição de

---

<sup>360</sup> *Vida. Revista de Cultura, Saúde e Qualidade de Vida*. Unimed Manaus. Ano 2, n. 3, janeiro de 2005. Fred e suas histórias quixotadas – entrevista.

não transigir, eu observava que o secretário incomodava muito, muito. E foi indo, foi indo, até que ele foi exonerado.<sup>361</sup>

O

professor Frederico Arruda também se recorda de outro episódio, envolvendo um cidadão que passava em frente à Secretaria com duas gaiolas repletas de pássaros, e que foram na mesma hora apreendidas pelos funcionários da SEDEMA.

O cidadão reclamou bastante se dizendo amigo de uma autoridade. Horas depois, recebi o cartão de um vereador dizendo: ‘O portador deste é meu irmão de criação. Favor liberar os passarinhos’. Respondi no verso do cartão: ‘Seu pedido foi atendido. Os pássaros foram liberados. Pode vir buscar as gaiolas’. Eu não podia durar muito como secretário, não acha?!<sup>362</sup>

### 3.3. A questão da cachoeira alta do Tarumã

Desde o final do século XIX, o balneário da Cachoeira do Tarumã havia se constituído em área de piqueniques e lazer das famílias manauaras, com água pura e cristalina, sendo um local muito frequentado. Isso mudou bastante com o passar do tempo. A área foi sendo degradada e as pedreiras contribuíram muito para isso.

Conforme o Cel. Levy Sobreira<sup>363</sup>, um dos maiores problemas ambientais de Manaus era a poluição dos igarapés causada por pedreiras clandestinas. Na área do Tarumã a exploração ilegal das jazidas de pedras, localizadas no subsolo, eram explodidas com dinamites causando várias crateras que com as chuvas escorriam para os igarapés água poluída e barrenta danificando o ecossistema. Além disso, tais crateras acabavam por servir de criatório para vários tipos de insetos causando doenças para as pessoas residentes na área.

Conforme o próprio secretário da SEDEMA afirmou à imprensa, dentre os danos ambientais causados pelas pedreiras estavam o assoreamento dos igarapés, o

---

<sup>361</sup> Terezinha Patrícia Viana de Souza. Jornalista que pertenceu ao quadro da Secretaria de Defesa do Meio Ambiente-SEDEMA. Entrevista realizada pela autora em 11 de novembro de 2021.

<sup>362</sup> *Vida. Revista de Cultura, Saúde e Qualidade de Vida*. Unimed Manaus. Ano 2, n. 3, janeiro de 2005. Fred e suas histórias quixotadas – entrevista.

<sup>363</sup> Informações do Cel. Jorge Levy Marques Sobreira, em 11 de novembro de 2021.

comprometimento do lençol freático, os danos à bacia hidrográfica, o desvio dos cursos naturais de igarapés e a eliminação de camadas originais do terreno.<sup>364</sup>

Além do mais, havia outros problemas: Com a exploração das pedreiras, menores eram utilizados em trabalhos pesados e arriscados mediante a manipulação de dinamite na explosão das minas de pedras. Senhoras também eram exploradas quebrando pedras para formarem britas utilizando marretas pesadas sob sol forte sem quaisquer equipamentos de segurança e carteira assinada. Diante de denúncias, a SEDEMA verificou que se tratava de pedreiras clandestinas em sua maioria, lacrando várias delas e notificando outras.

Conforme o Art. 151, do Código de Posturas do Município, de 1967, não era permitida a exploração de pedreiras na zona urbana, porém, cerca de 80% das pedreiras funcionavam, clandestinamente, na área urbana do município de Manaus. Quando a recém-criada secretaria iniciou os embargos no Tarumã – local de exploração das pedreiras – os danos ambientais não eram mais reversíveis, uma vez que essa prática depredava aquela região havia vários anos. Ao proceder aos embargos das pedreiras, a SEDEMA encaminhou os processos à Curadoria do Meio Ambiente do Ministério Público para que as providências devidas fossem tomadas. Tal medida era fundamental para que a Secretaria não fosse responsabilizada por crime de omissão, conforme esclareceu à imprensa a advogada Ana Aleixo, assessora jurídica da instituição.<sup>365</sup>

No entanto, as atividades nas pedreiras permaneciam, apesar dos embargos. Diante da desobediência, a SEDEMA apreendeu vários equipamentos como bombas, mangueiras, marretas, pás, garfos alavancas, enxadecos, pólvora com rastilho, além de 500 gramas de enxofre. A partir de então, a instituição passou a realizar laudos para que o Ministério Público processasse os infratores, exigindo ação de indenização por danos ambientais.<sup>366</sup>

Desde o ano anterior, 1988, o Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM não havia expedido qualquer alvará de funcionamento de pedreiras, calculando que das 46 existentes, somente 20% delas estariam legalizadas. No entanto, esse alvará

---

<sup>364</sup> *Jornal A Crítica*. Pedreiras só têm prazo de 90 dias. Manaus, 13 dez 1989, p. 7, caderno 1.

<sup>365</sup> *Jornal A Notícia*. Manaus, 8 dez 1989, p. 8, caderno 1. Matéria de Cleoberto Castro: Mais pedreiras atuadas.

<sup>366</sup> *Idem*.

só poderia ser expedido pelo DNPM a partir de um licenciamento na prefeitura denominado assentamento. Com relação aos explosivos, só poderiam ser comprados mediante autorização do Exército, o que necessariamente precedia à documentação legal emitida pela prefeitura e pelo DNPM. A compra clandestina de explosivos utilizados era uma prática totalmente desordenada, sem quaisquer medidas de segurança e colocava em perigo a vida dos trabalhadores, que frequentemente se acidentavam de maneira fatal.<sup>367</sup>

Os danos, portanto, eram ambientais e sociais, não apenas porque havia sido usurpado o balneário do Tarumã das famílias de Manaus, logo, privando-as de um bem social, como também pelas enormes ilegalidades trabalhistas cometidas pelos empresários. Estes, além de não pagarem impostos ou terem quaisquer encargos sociais, superexploravam os trabalhadores – quase nenhum com carteira assinada –, utilizando homens, e não raro, senhoras e crianças, no trabalho pesado em regime de semiescavidão, para usar uma terminologia que se mostrou usual à época. É o que se pode constatar, por exemplo, em uma das muitas matérias que foram veiculadas pela imprensa:

Dona Maria Matos da Silva, 53 anos, é um retrato da semiescavidão das pedreiras. Para conseguir ganhar NCz\$30,00 [trinta Cruzeiros Novos] por dia ela trabalha desde o nascer do sol até a noitinha quebrando pedras com os três filhos de 9, 11 e 14 anos, ‘Se a pedra for boa dá pra fazer um metro e meio de brita’, conta ela. Isso lhe rende um pouco mais: NCz\$45,00, o que nem sempre acontece. Ela veio do município de Tefé (no Solimões), há três anos, e como não conseguiu outro emprego é britadora. Mora num casebre ao lado da pedreira, o que representa economia de tempo e dinheiro com o transporte. Dona Maria não sabe que o preço cobrado pela pedra que ela brita, quando o material chega ao consumidor final. Ontem, a única preocupação dela era saber quando voltaria a britar, já que a pedreira no Tarumã-Açu e que funciona clandestinamente, está interdita. As crianças de dona Maria não estudam, porque isso seria menos mão-de-obra a contribuir na renda familiar. Ela não tem carteira assinada e não sabe dizer quais são os seus direitos como trabalhadora. Mas tem certeza que se sofrer um acidente ninguém se responsabilizará, como sempre acontece. Muitos já perderam a vida em acidentes com explosivos e nunca ninguém foi punido. É a lei das pedreiras.<sup>368</sup>

---

<sup>367</sup> *Idem.*

<sup>368</sup> *Jornal A Notícia*. Manaus, 9 dez 1989, p. 8, caderno 1. Matéria de Cleoberto Castro: Exploração é clandestina.

O Tarumã e adjacências possuía cerca de mil pessoas, e muitas delas ficaram revoltadas com o fechamento das pedreiras, demonstrando preocupação em como sobreviver a partir da nova situação. Eventualmente, podiam elas até ter consciência do quanto eram exploradas, já que vendiam o m<sup>3</sup> de pedra a 140 cruzados novos<sup>369</sup> para os donos de caçamba, enquanto estes a revendiam por uma média de 700,00. Ainda assim, esses trabalhadores alegavam preferir se submeter a essa exploração do que não ter nem o suficiente para o pão de cada dia.<sup>370</sup>

Essas pessoas desenvolviam diversas atividades no ambiente das pedreiras, podendo ser buraqueiras (extratores de pedras do solo), britadeiras (quebradores de pedras para a obtenção de brita), carregadoras (responsáveis pelo enchimento dos produtos das pedreiras nos caminhões), e contavam ainda com os cantineiros (que preparavam comida para vender aos demais). Possuíam a preocupação legítima com seus destinos e criticavam a prefeitura cobrando uma solução para o problema, ignorando, muitos deles, a exploração de suas misérias. Porém, dentre os queixosos, havia quem relatasse as péssimas condições de vida nas pedreiras, sendo o caso do carregador Joaquim Ferreira de Moura que, apoiado por muitos de seus companheiros, denunciava os maltratos praticados pelos donos das pedreiras:

Ele diz que além de não terem carteiras assinadas ou qualquer outra garantia trabalhista, ainda são ameaçados de demissão, espancamentos e até mesmo pelos ‘capatazes’ das pedreiras, citando como exemplo um caso ocorrido na semana passada na pedreira do empresário Milton Cordeiro onde o ‘Jailmizinho’ deu um tiro nos pés de um carregador, só porque ele se negou a encher uma caçamba. Outro empresário denunciado foi Walter Moura da Silva, filho do dono da pedreira Mário Viana, ‘que não presta socorro aos cantareiros’ quando estes se acidentam.<sup>371</sup>

À época dos acontecimentos, o geólogo da SEDEMA, Eliezer Paiva disse à imprensa que após uma reunião com o 1º Distrito do Departamento Nacional de Produção

---

<sup>369</sup> Cruzado Novo foi a moeda criada para conter a inflação elevada que alterava a moeda antecessora, a cruzado, com o corte de três zeros. A cruzado novo entrou em circulação em 16 de janeiro de 1989, voltando a ser cruzeiro em 16 de março de 1990, período do governo Collor de Melo, ocorrendo sem o corte de zeros. FABER, Marcos. História do dinheiro no Brasil. p. 40. Disponível em: <<https://financeiro.iqsc.usp.br/files/2015/09/hist%C3%B3ria-do-dinheiro.pdf>>. Acesso em: 25 out 2023.

<sup>370</sup> *Jornal O Povo*. Manaus, 14 dez 1989, p. 6, caderno 1. Prejuízo à natureza decorre das pedreiras – Cachoeira Alta do Tarumã.

<sup>371</sup> *Idem*.

Mineral-DNPM e com a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais-CPRM, uma área alternativa foi identificada<sup>372</sup>, com presença de rocha sedimentar. A ideia era encontrar outro local, fora do perímetro urbano do município, onde fosse viável o processo de extração racional do recurso a partir do cumprimento da legislação ambiental, conforme exigiria a SEDEMA, solucionando-se, assim, o problema dos trabalhadores que poderiam então se organizar em cooperativas, sem gerar impacto descontrolado e irreversível ao meio ambiente. A nova área era superior a 62 mil hectares e ficava a 47 quilômetros do centro da cidade, entre a rodovia BR-174 (Manaus-Caracaraí) e AM-010 (Manaus-Itacoatiara).<sup>373</sup>

Estava assim decretada a luta entre a SEDEMA e os empresários das pedreiras que, obviamente, não ficaram nada satisfeitos com a intervenção. No dia 14 de dezembro de 1989, o prefeito Arthur Neto, os representantes da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, do Ministério Público, do DNPM, da CPRM, e os empresários reuniram-se para discutir sobre a exploração das pedreiras na área do Tarumã.<sup>374</sup>

A desativação das pedreiras num prazo de 90 dias, sugerida pela SEDEMA, estava baseada em dados técnicos e na Constituição Federal, considerando os graves danos causados à natureza e às famílias dos moradores do Tarumã. A Secretaria também denunciou ao prefeito as irregularidades dos empresários na questão trabalhista, já que os operários sequer possuíam carteira assinada. De acordo com a imprensa, o órgão insistiu junto ao prefeito sobre a urgente necessidade de a prefeitura vetar a área, acabando de vez com a exploração de pedras brita e em bloco, então vastamente comercializadas pelos donos e arrendatários de pedreiras.<sup>375</sup>

Na primeira fase do plano de desativação, 12 pedreiras foram embargadas. A preocupação com os danos causados pela exploração das pedreiras era de uma extensão significativa, sendo o caso da pedreira do Km 35 que havia deixado um grande rastro de destruição à natureza e à comunidade. Naquela localidade se havia feito o desvio dos

---

<sup>372</sup> *Jornal A Notícia*. Manaus, 09 dez 1989, p. 8, caderno 1. Matéria de Cleoberto Castro: Empresários serão ouvidos.

<sup>373</sup> *Jornal A Crítica*. Manaus, 13 dez 1989, p. 7, caderno 1. Pedreiras só têm prazo de 90 dias.

<sup>374</sup> *Jornal do Comércio*. Manaus, 13 dez 1989, p. 11, caderno 1. Prefeito discute exploração de pedreiras com empresários.

<sup>375</sup> *Idem*.

igarapés, empurrando os materiais descartáveis para as suas margens, o que deixou o local completamente descaracterizado.<sup>376</sup>

As fontes da pesquisa são claras em asseverar que a SEDEMA trabalhou de forma criteriosa sobre o caso das pedreiras, envolvendo diversos órgãos competentes<sup>377</sup> para corrigir práticas não apenas clandestinas, mas também danosas à natureza e à comunidade amazonense em geral, no esforço de recuperação de áreas degradadas. Naquela ocasião, a preocupação da SEDEMA parece ter visado, sobretudo, as áreas do Tarumã-Açu, Tarumã-Mirim e Tupé, além dos rios Cuieiras e Apuaú, que estavam perdendo todo seu curso em decorrência daquelas explorações.<sup>378</sup>

A prefeitura não podia permitir que o município continuasse sendo vilipendiado tanto em termos de agressão ao meio ambiente, quanto na questão econômica. Assim, para a execução desses projetos de intervenção, a Prefeitura Municipal de Manaus-PMM buscou o apoio da Delegacia Regional do Trabalho-DRT, para que fosse cobrado dos empresários a regularização da situação trabalhista. Além disso, o Ministério Público, a partir de um levantamento sobre os danos causados à área da Cachoeira Alta do Tarumã, responsabilizava os donos das pedreiras para que arcassem financeiramente com os prejuízos causados pela degradação, integrados ao plano de recuperação das áreas.<sup>379</sup>

Os empresários reagiam às determinações da SEDEMA, alegando que no Sul do país havia explorações em zonas urbanas e, ancorando-se em argumentos como este, se mostravam contrários à ideia de serem removidos do Tarumã para o espaço sugerido pelo CPRM; espaço esse considerado pelo órgão como de fácil acesso e não comprometedor da vegetação. Essa área correspondia ao igarapé do Tarumãzinho, indo até a foz do rio Puraquequara (sentido Norte-Sul) e da margem esquerda do Tarumã até a foz do igarapé

---

<sup>376</sup> *Idem.*

<sup>377</sup> Tais como CPRM, IBAMA, DRT, Exército, UA (UFAM), entre outras. Além de engenheiros florestais, advogados, agrônomos e geólogos.

<sup>378</sup> *Jornal A Crítica*. Manaus, 15 dez 1989. p.3, Caderno 1. Sedema quer uma ação criteriosa sobre as pedreiras.

<sup>379</sup> *Jornal O Povo*. Manaus, 15 dez 1989. p. 6, caderno 1. Irreversível decisão da PMM de retirar pedreiras – Pedreiras no Tarumã.

X<sup>380</sup> (sentido Leste-Oeste). Para os empresários esse território era inviável e poderia comprometer o mercado das pedreiras.<sup>381</sup>

O objetivo dos empresários regularizados era negociar diretamente com o prefeito Arthur Neto, uma vez que conheciam a posição irredutível da SEDEMA, absolutamente contrária a permanência deles no local, ainda que, naquele momento, se comprometessem – como se não fosse a obrigação de todos os donos de pedreiras –, com a responsabilidade financeira e executiva da recuperação da Cachoeira Alta. Além do mais, a Secretaria havia considerado a proposta dos empresários como um contrassenso e agressiva à população manauara que, segundo alegava, havia anos reclamava a reutilização da cachoeira como um balneário.<sup>382</sup>

Para que a atividade de extração nas pedreiras permanecesse até o prazo de desativação total do Tarumã, estipulado em 90 dias (de 1º janeiro a 31 de março de 1990) pela Secretaria, esta exigiu alguns critérios, a começar por um termo de compromisso assinado pelos empresários junto à ela comprometendo-se a recuperar a área degradada, além da contratação de um geólogo pelo dono da pedreira. A SEDEMA tratava a questão das pedreiras além do prisma ambiental, abordando também a dimensão trabalhista, geológica e de segurança; e havia uma consciência de que agir com a devida atenção às leis e ao bom senso, iria contrariar interesses. O posicionamento da instituição, de fato, buscou manter coerência e, dessa forma, não renunciou a pontos considerados inegociáveis, como a recuperação das áreas degradadas e a contratação de um técnico para efetivar um plano de manejo.<sup>383</sup>

A ação da SEDEMA em operação conjunta com a Polícia Militar-PM, a Delegacia Regional do Trabalho-DRT e a Secretaria Municipal de Finanças-SEMEF, para aplicação da Lei 988/67 sobre as empresas J. Cordeiro e Britex, na área do Tarumã, causou a interdição dessas duas empresas e a terceira empresa a ser lacrada foi a Concrettec. Todas elas se recusaram a assinar o termo de compromisso para a recuperação da área devastada

---

<sup>380</sup> Encontrado exatamente com essa denominação, “X”, na fonte impressa: *Jornal O Povo*. Manaus, 15 dez 1989. p. 6, caderno 1. Irreversível decisão da PMM de retirar pedreiras – Pedreiras no Tarumã.

<sup>381</sup> *Jornal O Povo*. Manaus, 15 dez 1989. p. 6, caderno 1. Irreversível decisão da PMM de retirar pedreiras – Pedreiras no Tarumã.

<sup>382</sup> *Idem*.

<sup>383</sup> *Jornal A Notícia*. Manaus, 16 dez 1989. p. 8, caderno 1. Sedema apresenta área a 47Km para as pedreiras.

e foram punidas por continuarem funcionando, tendo então sido embargadas<sup>384</sup> (ver figura D).

No entanto, os embargos impostos não foram suficientes para conter a exploração ilegal que no Tarumã insistia em ser feita, desobedecendo a lei. Diante dessa situação, acionou-se a Procuradoria Geral do Município contra os violadores dos lacres. Até aquele momento, doze empresas haviam sido notificadas e apenas seis concordaram em assinar o documento em que poderiam permanecer na atividade pedreira até o encerramento do prazo determinado pela prefeitura (90 dias, a contar de 1º de janeiro de 1990), desde que obedecendo a critérios específicos de exploração e, sobretudo, comprometendo-se a recuperar as áreas degradadas.<sup>385</sup>

Entre outras coisas, os critérios técnicos ali exigidos para o funcionamento das pedreiras passavam pela construção de lagos que processariam a decantação dos resíduos – tanto da própria pedra quanto da pólvora empregada –, além do reflorestamento do território. Havia muita resistência dos empresários para cumprir a lei, mas a Secretaria prosseguiu lacrando as pedreiras. Além da J. A. Cordeiro, Britex e Concretex, aquela instituição lacrou também a Micad, além de outras mais. Por outro lado, a SEDEMA tentou estimular a exploração na nova área, situada fora do perímetro urbano, na forma de cooperativa, o que poderia baratear as despesas próprias da construção de lagos de decantação e demais procedimentos que iam desde a disciplina na remoção do solo até o reflorestamento do local para uma exploração racional do recurso.<sup>386</sup>

A secretaria tinha informações sobre a existência de mais de 30 explorações clandestinas, as quais burlavam os cofres municipais, já que não possuíam firma registrada e não pagavam impostos, fora as ilegalidades trabalhistas, pois que também não assinavam a carteira dos seus empregados. Outro fator gravíssimo era o rastro de destruição, muitas vezes irreparáveis, causados à natureza, e que foi transformando criminosamente a beleza natural do Tarumã em quilômetros de enormes crateras.<sup>387</sup>

---

<sup>384</sup> *Idem.*

<sup>385</sup> *Jornal A Notícia*. Manaus, 07 jan 1990. p. 7, caderno 1. Matéria de Cleoberto Castro: Sedema quer a Justiça na luta contra as pedreiras.

<sup>386</sup> *Jornal O Povo*. Manaus, 16 jan 1990. Sedema lacra seis pedreiras no Tarumã. Operação de controle da exploração.

<sup>387</sup> *Jornal A Notícia*. Manaus, 07 jan. 1990. p. 7, caderno 1. Matéria de Cleoberto Castro: Sedema quer a Justiça na luta contra as pedreiras.

A exploração ilegal das pedreiras teimava na desobediência as leis, e desrespeitava os embargos da prefeitura, como foi o caso da J. A. Cordeiro que no dia seguinte ao lacre da SEMEF, que, em operação conjunta com a SEDEMA, lacrou o local com base no Código de Posturas do Município (Lei nº 988/67). Mas a SEDEMA deu o flagrante dias depois, ao apreender um caminhão que saía da empresa levando cinco metros cúbicos de pedra em bloco.<sup>388</sup>

Os meios de comunicação também chegaram a se manifestar contrários à destruição do Tarumã e adjacências.

As Pedreiras estão a todo vapor, ameaçadas que estão de serem desativadas, descaracterizando toda área do Tarumã e Tarumãzinho, e até na área da Vivenda Verde. As autoridades municipais precisam proibir, impedir e já esta destruição. Como proteção ao meio ambiente e a à natureza. Até cassar as licenças de exploração das Pedreiras. O povo aplaudirá.

A Sedema tem que observar urgentemente a celeridade em que as Pedreiras mergulharam para a retirada de pedras, deixando crateras nos locais da exploração, descaracterizando ainda mais para o Tarumã, Tarumãzinho e áreas circunvizinhas. Até na base da dinamite, lançando pedras à distância.<sup>389</sup>

Essa manifestação da imprensa contextualiza muito bem o embate travado entre a SEDEMA e os empresários durante praticamente todo o período de 90 dias determinado pela secretaria para a desativação total das atividades com as pedreiras em perímetro urbano, que como já citado, em obediência às leis não era permitido, sendo o caso da região do Tarumã.

No processo de desativação e recuperação de áreas urbanas degradadas pelas pedreiras, a secretaria tentava chamar atenção dos trabalhadores para se organizarem em cooperativas anunciando que havia pessoas experientes, como as do Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa (CEAG-Amazonas), interessadas em

---

<sup>388</sup> *Jornal A Notícia*. Manaus, 21 jan. 1990. p. 6, caderno 1. Matéria de Cleoberto Castro: Sedema mantém vigília – secretaria apreende pedras saindo de empresa já lacrada.

<sup>389</sup> *Jornal A Crítica*. Manaus 11 e 23 de fev. 1990. p. 4, caderno 1. Sim e Não – Pedreiras.

organizar esse novo regime de trabalho, que beneficiaria a todos na nova área, isto é, na BR-174 (Manaus-Boa Vista).<sup>390</sup>

Os trabalhadores vislumbraram a oportunidade de não mais trabalhar como empregados e concordaram com a ajuda da prefeitura para se organizarem nessas cooperativas. Além disso, grandes empresas já se mostravam interessadas em explorar a nova área, uma vez que o prazo para a desativação total de atividades no Tarumã estava se aproximando, pois a partir do mês de abril daquele ano (1990), deveriam estar totalmente extintas as atividades pedreiras daquele território.<sup>391</sup>

A Prefeitura Municipal de Manaus-PMM garantiu aos trabalhadores todo apoio para que saíssem da condição de empregados explorados para a de donos do negócio com a ideia da cooperativa. No salão nobre da Prefeitura, o vice-prefeito Félix Valois recebeu 17 trabalhadores, junto com o secretário Frederico Arruda para formalizar a nova situação. A ajuda da PMM compreendia basicamente em máquinas para a limpeza do território. A SEDEMA também havia convidado o gerente de Assistência Creditícia e Gerencial do CEAG-AM, Ivaldo Bezerra, e o gerente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo-BNCC, Raimundo Carlos Damasceno Filho, para iniciarem os trabalhos da organização da então intitulada *Cooperação de Exploração Mineral da Zona Rural do Município de Manaus*, que atuaria na nova área para a exploração de pedreiras.<sup>392</sup>

Esse território compreendia 62 mil hectares e iniciava no quilômetro 12 da BR-174 (Manaus-Boa Vista). A estimativa era de que cerca de 500 pessoas iriam fazer parte da cooperativa e a SEDEMA elaborou um guia de exploração das pedras de forma racional e sem prejuízos ao meio ambiente para que não se repetisse o que aconteceu no Tarumã. Esse guia continha orientações que iam desde como obter o licenciamento até a exploração propriamente dita, a qual teria que ser dentro das normas e técnicas ambientais, sendo proibido o trabalho nas margens dos igarapés e exigindo-se que toda matéria orgânica fosse empilhada em outro local para reaproveitamento futuro. A

---

<sup>390</sup> *Jornal A Notícia*. Manaus 03 mar 1990. p. 7, caderno 1. Matéria de Plutarco Botelho: Pedreiras são suspensas – Exploração no Tarumã acaba dia 321, garante a Sedema.

<sup>391</sup> *Idem*.

<sup>392</sup> *Jornal Diário do Amazonas*. Manaus, 09 mar 1990. p. 5, caderno 1. Incentivo cooperativista – Prefeito encerrou a exploração das pedreiras da área: Tarumã.

secretaria também exigiu de todas as empresas um projeto de exploração da área e, sobretudo, o cumprimento das normas técnicas.<sup>393</sup>

A Cooperativa de Exploração Mineral da Zona Rural do Município de Manaus-COOMIRAL concretizava expectativas de trabalho digno para trabalhadores explorados por toda uma vida. Com o apoio da PMM no início de suas atividades –máquinas para melhoramento do ramal e um veículo para transporte –, a cooperativa também contaria com assessoria técnica para a obtenção da documentação obrigatória junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral, sem a qual não se implementaria qualquer projeto de exploração mineral. No projeto da SEDEMA também constava a construção de escola e de um posto médico, como parte da infraestrutura oferecida à cooperativa.<sup>394</sup>

Não satisfeitos com a desativação do Tarumã, empresários tentavam permanecer além do prazo de desocupação das pedreiras, mas sem obter sucesso. Passaram então a boicotar a cooperativa, tentando infiltrar alguns de seus empregados para uma exploração indireta do trabalho dos ‘marrueiros’, que agora encontravam-se pela primeira vez livres da exploração praticada pelos donos de pedreiras. “Tudo em vão”, dizia o secretário, ao anunciar a disposição para tomar medidas “desagradáveis” contra aqueles que tentassem desmoralizar o nome da SEDEMA, da PMM e do projeto de recuperação ambiental que a secretaria vinha desenvolvendo.<sup>395</sup>

Fatos muito graves nesse processo da desativação das pedreiras foram relatados por Arruda, oportunidade em que destacou a habilidade, inteligência, e técnica dos chefes de operações e dos agentes da instituição, no sentido de combater a resistência daqueles empresários que insistiam em se manter no lugar.

O seu Severino que comandou a retirada das pedreiras do Tarumã. [Os patrões] começaram a colocar os extratores de pedra que eram extremamente massacrados por eles, escravizados por eles, para fazer arruaça, para não deixar a SEDEMA expulsar tudo de lá. Foram 23 Pedreiras grandes, tiramos todas e aí eles começaram a cercar o pessoal da SEDEMA, todos tinham armas. Eles queriam resistir, aí o seu Severino, numa jogada de mestre, que o Tinoco também era impecável nisso, ele pegou disfarçadamente que ele estava um pouquinho mais

---

<sup>393</sup> *Idem.*

<sup>394</sup> *Jornal A Notícia*. Manaus, 15 mar 1990. p. 8, caderno 1. Matéria de Cleoberto Castro: Cooperativa sai no dia 19.

<sup>395</sup> *Jornal Diário do Amazonas*. Manaus, mar 1990. p. 3, caderno 1. Prazo para as pedreiras não muda.

para trás, disfarçadamente ele pegou o revólver dele e deu um tiro bem perto do da perna dele: ‘Pá!’ Quando ele deu o tiro e se jogou no chão gritando: ‘Atiraram em mim, atiraram em mim, atiraram em mim!’ Ele já tinha combinado com os guardas, quando ele gritou que tinham atirado nele, um desses marrueiros ele estava com um revólver que provavelmente foi o patrão que deu e podia ser que outros tivessem armados para não sair de lá e tal, quando seu Severino se jogou no chão: ‘Ai ai deram tiro, deram um tiro!’ Ai os guardas, e foi fantástico aquilo, eles pularam em cima dos marrueiros tomaram as armas e levaram tudo pra delegacia rapidinho, aí acabou a resistência. Nós arranjamos uma outra área para eles só para tirarem pedras de maneira correta, fora de lá. A gente conseguiu a doação de uma área, a cessão de uma área da prefeitura já na BR 174 onde esses marrueiros pudessem trabalhar por conta própria e nós fundamos a associação deles.<sup>396</sup>

A intimidação daqueles empresários inconformados sobre a SEDEMA não parou por aí. Arruda recorda, inclusive, de um deles ter lhe mandado uma ameaça de morte.

O Tinoco tinha ido na frente pra ver a situação e quando chegou lá ele estava olhando pra ver como é que estava o movimento e aí veio um caminhão com os filhos, com dois filhos eu acho desse bandido, esse velhote bandido, e aí o Tinoco se jogou no chão e começou a gritar. Eles acharam que eles tinham atropelado o Tinoco. Quando eles saíram do caminhão o Tinoco já estava com o revólver na mão. Aí já botou as algemas neles, pessoal estava todo pronto para isso e antes disso o velho já tinha dito: ‘não vou mudar nada!’ Pegava tudo que era babugem, tudo era resto de comida que ele dava para os porcos que ele criava dentro de uma área já urbana, dentro de um conjunto, ninguém aguentava mais, os moradores diziam que era insuportável o cheiro e aí ele disse: ‘diga pro seu secretário que se ele vier aqui eu vou fazer ele de ralo de banheiro.’ Aí foi quando eu fui, o Levy foi também, foi uma operação grande. O cara tentou correr e ele disse: ‘não, o senhor vai lá com o secretário.’ Eu disse: ‘olha eu vim aqui porque eu soube que disse que se eu aparecesse aqui o senhor ia me transformar em ralo de banheiro, o senhor tem uma espingarda 12... não sei o quê. ‘Não, não, eu não falei não!’ ‘O senhor falou sim!’ Disse: ‘olha é melhor sua entregar essa arma voluntariamente.’ A espingarda acho que era uma espingarda 12, uma coisa assim, metido a grande coisa, o cara ficou mansinho que é uma beleza e o Levy foi fundamental para isso. O Levy, ele tinha muito cuidado para nenhuma operação... quando era assim uma coisa de mais risco o Levy comandava e como o Tinoco era militar, tinha sido militar antes, aí ele mesmo sendo coronel da polícia militar, Tinoco acho que era sargento chegou a sargento, ele seguia as ordens, obedecia a

---

<sup>396</sup> Luiz Frederico Mendes dos Reis Arruda. Secretário municipal da Secretaria de Defesa do Meio Ambiente -SEDEMA (1989). Entrevista realizada pela autora em 10 de abril de 2022.

hierarquia e realmente o Levy era o chefe dos dois, do Tinoco e do Severino.<sup>397</sup>

Enfim, com a desativação das pedreiras do Tarumã, a área seria transformada em um parque de lazer e o patrimônio público do balneário voltaria para as mãos da população de Manaus.

(...) a recuperação da Cachoeira Alta do Tarumã foi outra batalha da SEDEMA contra o poder econômico e as velhas práticas do setor da construção civil. Oh, eram práticas de décadas, né? E a Cachoeira Alta era um dos mais belos cartões postais da cidade. As pessoas iam lá, mas isso antigamente, iam lá fazer foto, que era linda. Mas devido à extração de pedreiras... e eles utilizavam explosivos... e foram danificando as correntes de água, os igarapés. (...) Foi um embate difícil, mas que foi resolvido e quando a atividade da extração foi reduzindo, foi reduzindo... a gente notava que os cursos d'água, os igarapés, começaram a reviver. E num tempo mais ou menos curto, a área foi se recuperando e havia água para derramar, dando vida àquela... ao que se chamavam “véu de noiva”. Então no início era lindo, porque ela ia aos poucos revivendo, revivendo, até que transformou-se numa cachoeira. Eu não sei se ela conseguiu atingir o mesmo volume do... de quando havia cachoeira sem a atividade de extração de pedra lá.<sup>398</sup>

A cachoeira jamais conseguiu atingir o volume original, mas ainda assim, todo aquele esforço de recuperação do Tarumã a fez reviver (ver figura E). Foi um processo demorado, por etapas, mas que deu resultado, embora anos de degradação tivessem consequências, já que transformavam a água, outrora cristalina, em poças de lama (ver figura F), com resíduos poluentes, comprometendo todo leito do igarapé.

O trabalho de recuperação da área passava pela retirada do entulho (ver figura G) deixado pelos exploradores das pedreiras para que o igarapé voltasse a correr livremente por ali. Além de remover os estragos, era preciso garantir a proteção do curso d'água para o não assoreamento do rio. Nesse sentido, após a preparação do terreno (ver figura H), seria necessário promover uma vegetação ciliar que protegeria o curso d'água. Para isso,

---

<sup>397</sup> Luiz Frederico Mendes do Reis Arruda. Secretário municipal da Secretaria de Defesa do Meio Ambiente -SEDEMA (1989). Entrevista realizada pela autora em 10 de abril de 2022.

<sup>398</sup> Terezinha Patrícia Viana de Souza. Jornalista que pertenceu ao quadro da Secretaria de Defesa do Meio Ambiente-SEDEMA. Entrevista realizada pela autora em 11 de novembro de 2021.

fez-se um replantio (ver figura I) de vegetação rasteira, visando acompanhar e proteger a margem do igarapé.

A partir desse replantio, foi construída uma estrutura de amparo (ver figura J) daquela vegetação nascente com o propósito de proteger as margens.

Logo, aquela vegetação começava a brotar. Ao recordar desse processo de recuperação da área, Arruda comentou sobre uns meninos que já usufruíam do banho no igarapé e brincou dizendo a eles que a secretaria precisava de ajuda para manter aquela vegetação protegendo as águas. Naquele momento, os meninos embarcaram na brincadeira, molhando com as próprias mãos o verde que fora plantado em torno do igarapé, o que fez questão de registrar em fotografia (ver figura K).

Além da vegetação rasteira, centenas de espécies nativas foram sendo replantadas ao longo de todo o curso do igarapé (ver figura L e M). Segundo relato de Arruda, o resultado foi mais precisamente a plantação de mais de 3 mil mudas nativas, feitas por um terceiro contingente que já existia antes da equipe da SEDEMA, que era o pessoal (ver figura N) da Secretaria Municipal de Limpeza Urbana-SEMULSP, que passou a atuar na parte de jardinagem e recuperação de áreas trabalhando boa parte do tempo com água pela cintura, nas margens, para recuperar tudo com buritizeiros e palmeiras de vários tipos.

Foi um pessoal sem o qual eu não teria dado um único passo. Então eu queria deixar muito claro que o que nós construímos em dois anos não foi uma construção do Frederico Arruda, foi uma construção coletiva de gente da melhor qualidade que se dedicava muito, mas dedicava mesmo, noite e dia, que eram fiéis todos, com duas exceções que eu botei para fora, eram fiéis, eram competentes.<sup>399</sup>

O funcionário da prefeitura, Marco Antônio Vaz de Lima também lembra desse período de recuperação da área do Tarumã.

Teve um trabalho de contenção daquela... daquela área das margens né, trabalhando assim bem manualmente, né? Com saco de areia, aquela coisa toda, colocando porque tinha umas áreas lá que estavam caindo e

---

<sup>399</sup> Luiz Frederico Mendes dos Reis Arruda. Secretário municipal da Secretaria de Defesa do Meio Ambiente -SEDEMA (1989). Entrevista realizada pela autora em 10 de abril de 2022.

tudo. A limpeza né, tirando bastante lixo da área. A questão do... como eu falei pra você... do... da verificação da poluição da onde estaria vindo a poluição pras nascentes lá do igarapé. E o professor também na época dizia que ali era um trabalho interessante, pouca gente lembra...<sup>400</sup>

Após o processo de recuperação da área do Tarumã que implicou o desentulhamento do leito do igarapé cheio de pedras e de tudo o que ali não deveria estar, a água começou a fluir novamente (ver figura O).

A queda d'água que ainda poderia ter sido mais caudalosa se em suas laterais não tivessem sido dinamitadas pelos exploradores que outrora destruíam o ambiente. “Eles tinham feito, esses bandidos, até um desvio. Nós limpamos todo esse igarapé, até 500 metros depois da Cachoeira Alta, desde as nascentes. (...)Ninguém precisou anunciar isso, a coisa foi de boca em boca.”<sup>401</sup> Logo a comunidade manauara voltou a usufruir daquele espaço de lazer (ver figura Q e R) pós-recuperação da Cachoeira Alta do Tarumã.

Um evento de comemoração foi realizado e o poeta amazonense Tiago de Melo, convidado pela secretaria, presidiu a solenidade de recuperação da Cachoeira Alta do Tarumã.

E eu convidei...[diz Arruda] como aquilo era um centro cerimonial da umbanda... eu inclusive conversei com uma grande amiga, sábia, dona Albertina, em cujo centro de umbanda eu me batizei... e eu gostaria de levar todos os centros de umbanda que existiam em Manaus para que eles retomassem esse lado da Cachoeira, que era um lado muito místico. Das oferendas, tudo... dos despachos e tudo... e a Dona Albertina disse: “olha, eu acho que é uma ideia muito boa. Eu não vou participar porque eu preciso manter as coisas do jeito que elas estão aqui, já por causa da idade também, mas acho que é muito bom”. Então, foi feita uma solenidade em que todos esses representantes da umbanda aqui no Amazonas... eles foram pra lá pra essa cerimônia, o Tiago de Melo presidiu a cerimônia, o prefeito também apareceu lá.<sup>402</sup>

A ideia era criar ali o *Parque dos Orixás e das Entidades Indígenas*. A secretaria visava estimular o turismo e a visitação pública da população local em uma área que compreendia a cachoeira e junto a ela, em um local que já havia sofrido desmatamento,

---

<sup>400</sup> Marco Antônio Vaz de Lima. Funcionário da Prefeitura de Manaus, tecnólogo florestal. Entrevista realizada pela autora em 26 de março de 2021.

<sup>401</sup> Luiz Frederico Mendes dos Reis Arruda. Secretário municipal da Secretaria de Defesa do Meio Ambiente -SEDEMA (1989). Entrevista realizada pela autora em 10 de abril de 2022.

<sup>402</sup> *Idem*.

mas que era cercado de vegetação, a construção de várias cabanas para a representação de cada orixá e entidade indígena.

A área correspondia a 48.785 hectares e custaria cerca de 3.018.000 BTNS (Bônus do Tesouro Nacional). Em uma primeira parte, na Cachoeira das Almas, o local contaria com restaurantes e um local destinado às oferendas dos umbantistas. O “*Panteão dos Orixás*”, planejado com o apoio da Federação Amazonense de Umbanda, teria cerca de 30 metros de diâmetro com as estátuas dos orixás esculpidas em madeira.<sup>403</sup> “Todas as nascentes serão aproveitadas e o projeto prevê também uma lagoa. Tudo será bem rústico para não quebrar a harmonia do ambiente”.<sup>404</sup>

Eu tenho até hoje o projeto, que foi feito pelo José Henrique e o desenho feito por um grande desenhista, meu amigo pessoal, que eu consegui que fosse contratado pra fazer esse tipo de serviço, o Júnior. E então ficou lindo o projeto. (...) De modo que você poderia chegar lá para interagir com os centros de umbanda que utilizariam coletivamente esses locais e ao mesmo tempo você poderia... porque também estava no projeto, cada orixá, cada entidade indígena, teria representada... haveria na frente da... na frente você iria olhar, ver, aquela choupana, aquela cabana e a estátua do Orixá ou da Entidade Indígena esculpida. A ideia era esculpir inclusive... nós temos algumas madeiras muito boas para isso. Então era o *Parque dos Orixás e das Entidades Indígenas*. Infelizmente esse projeto foi para o espaço. (...) A animosidade era tão grande que qualquer projeto que eu tenha deixado lá ou para começar a ser feito ou para concluir foi extinto, com raríssimas exceções, né? E foi uma pena, porque ali você poderia ter um dos maiores centros de captação de recursos para a prefeitura, para o município, por conta do turismo, não apenas do turismo religioso, mas o turismo ambiental.<sup>405</sup>

A secretaria estava criada. Pela frente o desafio de se começar do zero em um município que pela primeira vez adquiria uma secretaria plena voltada à defesa do meio ambiente dentro de um contexto em que tudo se fazia da maneira que quisesse como “terra sem lei”, sem limites ou “entraves” em um processo desenvolvimentista que não tinha qualquer preocupação com suas consequências nefastas ao ambiente. Disciplinar naquele momento era manter a firmeza dos rigores da lei e naturalmente não foi tarefa fácil.

---

<sup>403</sup> . *Jornal A Notícia*. Manaus, 23 jul 1989. p. 5, caderno 1. Parque Municipal já tem todo o seu projeto pronto.

<sup>404</sup> *Idem*.

<sup>405</sup> Luiz Frederico Mendes dos Reis Arruda. Secretário municipal da Secretaria de Defesa do Meio Ambiente -SEDEMA (1989). Entrevista realizada pela autora em 10 de abril de 2022.

### O IDEAL DESENVOLVIMENTISTA E OS LIMITES DA ATUAÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO

#### 4.1. Tempestade em copo d'água?

Onde quer que tenha tentado se firmar, o ambientalismo teve que enfrentar adversários poderosos e persuasivos, e que produziam discursos tão potentes quanto os de defesa e proteção do meio ambiente. O caso das pedreiras do Tarumã já os fizera mostrar as garras e perceber suas estratégias: Trata-se aqui, de reconhecer o peso do poder econômico sobre o debate ambiental, e o quanto o ideário do progresso e do desenvolvimento econômico era capaz de, pela imprensa, mobilizar corações e mentes, em detrimento da causa ambiental e também das agências públicas e privadas que a esboçavam.

Assim como no caso das pedreiras, A SEDEMA encontraria outro forte obstáculo a consecução dos seus objetivos e à sua legitimidade e existência quando da implantação daquele que seria o primeiro *Shopping Center* da cidade, Com efeito, a partir do decreto municipal nº 6.503 de 6 de março de 1989, qualquer obra ou atividade potencialmente responsável por causar degradação no meio ambiente, teria de ser submetida à análise da SEDEMA para requerer sua autorização, pois competia a Secretaria realizar o estudo de impacto ambiental (EIA) da área em questão no município de Manaus.<sup>406</sup> Esse decreto era posterior a uma legislação estadual, a Lei nº 1.532 de 6 de julho de 1982, sobre licenciamentos, e atendia a uma política de descentralização das leis estaduais, portanto, visando melhorar a eficácia do respeito e aplicação das leis de proteção ao meio ambiente nas esferas municipais, uma vez que cada município possui suas próprias especificidades.

O *Amazonas Shopping Center* começou a ser construído pelo grupo paulista Servedasse e a construtora baiana OAS, que iniciaram a obra colocando abaixo centenas de árvores, como castanheiras e seringueiras, sem qualquer respeito à legislação vigente, e na total inexistência de consulta ao órgão ambiental competente, isto é, à SEDEMA. Apenas a Empresa Municipal de Urbanização de Manaus-URBAM, enquanto órgão subordinado à prefeitura, dispunha do projeto da construção do *shopping*, que apresentava investimentos de 35 milhões de dólares para que fosse erguido em um terreno situado na

---

<sup>406</sup> *Jornal A Crítica*. Manaus, 22 jul. 1989. Caderno Cidade, p. 5. Não ouvida, Sedema para shopping.

esquina da Av. Djalma Batista com a Av. Darcy Vargas, no bairro Chapada, ocupando uma área de 38 mil metros quadrados.<sup>407</sup>

O secretário da SEDEMA, Frederico Arruda, alegava não querer causar obstáculos à realização do empreendimento, desde que fossem garantidos o cumprimento do que diz o código sanitário do município, assim como respeitados outros instrumentos legais que proíbem a derrubada de espécies como a seringueira e a castanheira. Afinal, caberia à SEDEMA analisar uma obra que produziria lixo, construiria sanitários, banheiros, esgotos e derrubava árvores, ou seja, o projeto apresentava-se potencialmente danoso ao meio ambiente. O secretário afirmava que não é o meio ambiente que deve ser adaptado a projetos, mas projetos ao meio ambiente.<sup>408</sup> Essa concepção invertia a maneira tradicional de agir dos empreendedores que aqui chegavam, como comenta o funcionário da prefeitura, Marco Antônio Vaz de Lima:

(...) quando aconteceu o episódio do *Amazonas Shopping* foi... acho que o professor deu dois recados muito claros assim para a sociedade, que ali tinha uma Secretaria que as pessoas começariam a ter cuidados, os empresários, os... pessoas que fazem suas intervenções aqui na cidade, que... teria que ter um cuidado com a questão dos licenciamentos, né? Você não podia chegar em um lugar e fazer o que você bem queria. Tinha um Órgão a quem você teria que recorrer e o... acho que o primeiro recado foi esse, da questão do licenciamento, mesmo na época o professor tendo uma equipe bem pequena, né? (...) Mas ali o recado começou a ser dado. (...) E um recado que ele deu bem claro foi esse, e o outro recado foi a questão das árvores. Que até então, quando você ia fazer um empreendimento aqui em Manaus, o cara entrava e derrubava tudo. E não tinha o cuidado de “ah, eu vou ter que derrubar uma árvore aqui, mas eu vou plantar quatro, cinco no lugar dela”. Fazia e acabava, acontecia e ficava por isso mesmo. E o professor Frederico disse “Não!”. Como a Linda [Linderjane Lima] falou: “Eu quero saber onde é que vão ficar as árvores, primeiro manter algumas árvores que já estão lá e na eventualidade de você ter que cortar alguma árvore você vai ter que repor essas árvores”.<sup>409</sup>

---

<sup>407</sup> *Idem.*

<sup>408</sup> *Idem.*

<sup>409</sup> Marco Antônio Vaz de Lima. Funcionário da Prefeitura de Manaus, tecnólogo florestal. Entrevista realizada pela autora em 26 de março de 2021.

O Conselho Diretor da Associação dos Pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, também se pronunciou com relação à construção do *Amazonas Shopping Center* por meio de carta aberta ao prefeito de Manaus:

(...) Ficamos preocupados porque aquela esquina possui numerosas fruteiras e outras árvores de grande porte, mangueiras, jaqueiras, castanheiras, etc; que levam cem ou mais anos para chegar a seu estado natural de tamanho e beleza. Infelizmente é comum que as construtoras de obras públicas e privadas em Manaus comecem derrubando todas as árvores no lote onde vão levantar um novo prédio, para depois plantar novas árvores.

A história manauara em relação às suas árvores é triste. Todos pelo nós lembramos a derrubada das mangueiras da avenida Constantino Nery prefeito Jorge Teixeira, contra a vontade da população e da distribuição de motosserras pelo atual governador sem ter uma política agrícola definida para o Estado. Todas estas árvores derrubadas contribuem para elevar a temperatura de nossa cidade e Estado, tornando cada vez menos agradável. Como Samuel Benchimol vem enfatizando, a Floresta e, portanto, as árvores são os condicionadores do ar que respiramos e ajudam a regular a temperatura de nossa região.

Solicitamos, portanto, que o senhor interceda junto aos proprietários do novo shopping center no sentido de garantir a preservação de pelo menos uma parte deste patrimônio verde de nossa cidade. Além de agradável ao novo prédio.

Acreditamos que será perfeitamente viável manter um grande número destas árvores sem prejudicar o projeto arquitetônico e funcional do *shopping center*. Se planejamos agora, dará para conservar um pouco de verde.

Contamos com seu apoio.<sup>410</sup>

A construção do *Amazonas Shopping Center* realmente chamou atenção da comunidade manauara. Em opinião divergente da dos cientistas, o jornal *A Notícia* criticou o embargo, ignorando que lei não se discute, se cumpre. Na verdade, a polêmica gerada por aquela construção refletia boa parte da mentalidade de alguns (ou provavelmente de muitos) sobre a visão que se tinha (e que ainda se tem, infelizmente, sobretudo quando se trata de altas cifras), da importância da preservação do meio ambiente. Dizia o jornal:

Os ecologistas estão brigando porque no local que será erguido o *Amazonas Shopping Center*, na avenida Djalma Batista com a Darcy Vargas existem quatro ou cinco árvores e a empresa construtora terá que cortar as mesmas para poder levantar o projeto no valor de 30 milhões de dólares.

Claro que eu também não queria que as árvores fossem cortadas, mas se é preciso, fazer o quê? Mas logicamente, quando as obras terminarem, jardins e outras árvores serão plantadas em lugares que além de darem visual ao prédio, muito breve também farão sombra a quem precisar. Corta-se uma, planta-se 10, e assim por diante.

---

<sup>410</sup>. *Jornal A Crítica*. Manaus, 22 jul. 1989. Caderno Cidade, p. 5. Não ouvida, Sedema para *shopping*: Construção do *shopping* preocupa pesquisadores.

Agora eu pergunto: estão fazendo tempestade em copo d'água. Quando a SHAM – Sociedade de Habitação do Amazonas resolveu lotear uma gleba de terra situada na estrada da Ponta Negra, ao lado do Jardim Europa, a primeira coisa que fizeram foi arrancar todas as árvores, passar a máquina e depois vender os lotes, nus como uma criança que vem ao mundo, e nenhum ecologista reclamou; ficou a falar pelos quatro cantos da cidade.

Realmente não dá para entender tal coisa. Fica o registro, em tempo preservar a Amazônia é muito importante. Arborizar a cidade também, mas deixar de ajudar no seu desenvolvimento é uma burrice.

Fica o registro.<sup>411</sup>

Um embate entre o diretor-técnico da URBAM, Mário Toledo, e o secretário da SEDEMA, Frederico Arruda, chamou atenção a partir do momento em que a àquela instituição desautorizava a Secretaria de Defesa do Meio Ambiente, permitindo o início das obras do *shopping center*. Irritado com a reportagem de *A Notícia*, Mário Toledo ironizava o secretário Frederico Arruda dizendo: ‘Ele vai olhar o projeto e achar bonito’. O secretário, por sua vez, já havia protocolado dois ofícios para a obtenção do projeto que, sem o aval da SEDEMA, teve que ser suspenso.<sup>412</sup> O funcionário da prefeitura, Marco Antônio Lima, comenta sobre a intervenção da secretaria na paralisação da obra:

Eu lembro que na época a gente apreendeu escadas, as coisas do pessoal que estava cortando as árvores. Levamos tudo lá para a Secretaria e os caras ficaram super chateados e tiveram que ir lá pedir para liberar o material. E no final das contas o projeto foi implementado, todos nós sabemos disso, com muitas coisas conforme as recomendações da Secretaria, conforme o professor Frederico tinha pensado. Então essas obras, se você perguntar hoje para um jovem, sobre essa questão do *Amazonas Shopping*, pouca gente vai lembrar, né? Mas a gente que estava lá escrevendo um pouco essa história, a gente lembra de tudo isso. E a partir daí pelo menos, se não é feito na sua essência, na sua integralidade, mas pelo menos existe legislações, existe um código ambiental preocupado com essa questão dos licenciamentos, dos monitoramentos, essa coisa toda. Eu acho que o grande marco de tudo isso é o início da SEDEMA, né? O trabalho do professor.<sup>413</sup>

A descortesia do diretor-técnico da URBAM, Mário Toledo, para com o secretário Frederico Arruda, repercutiu significativamente, a começar por uma nota do jornal *A Notícia*, intitulada “O irritado”:

---

<sup>411</sup> *Jornal A Notícia*. Manaus, 26 jul. 1989. Caderno 3, p. 7. Tempestade em copo d'água.

<sup>412</sup> *Idem*.

<sup>413</sup> Marco Antônio Vaz de Lima. Funcionário da Prefeitura de Manaus, tecnólogo florestal. Entrevista realizada pela autora em 26 de março de 2021.

Não havia nenhuma razão para que o diretor-técnico da URBAM, Mário Toledo, se irritasse tanto assim com a reportagem de *A Notícia* que apenas queria informações sobre o projeto do “*Amazonas Shopping Center*”. A menos que ele saiba de coisas que o público não possa saber. E nem precisava ser tão deselegante como fez com [o] secretário Frederico Arruda (SEDEMA) e, por isso, soltar as suas farpas. A menos que o projeto já tenha criado, anteriormente, algum atrito entre os dois; de qualquer forma, a volta do prefeito Arthur Neto poderá dirimir qualquer dúvida e colocar o trem sobre os trilhos. Outra coisa que ele também não pode propor de público é pura e simplesmente a destruição de árvores. Aliás, foi por dentro dessa ótica que Europa, Estados Unidos e alguns estados do Sul brasileiro puseram abaixo as suas florestas, e hoje entram de cabeça na luta pela preservação da natureza em terreno alheio.<sup>414</sup>

Diante do incidente, ocorreu uma importante intervenção do vice-prefeito, Félix Valois, feita a partir do Ofício nº 203/89, do dia 21 de julho de 1989, endereçado à URBAM:

Senhor Presidente – Os jornais de hoje publicam entrevista que teria sido concedida pelo doutor Mário Toledo, Diretor Técnico dessa empresa, versando a questão do *Shopping* a céu aberto.

Respeitadas convicções pessoais, peço-lhe fazer sentir ao ilustre diretor profundo desagrado desta administração pela matéria, no que contém evidente descortesia para com o doutor Frederico Arruda, titular da Sedema.

É dever nosso – e cumpri-lo-emos rigorosamente, - velar pela harmonia entre os diversos segmentos da pública administração municipal e, nesse sentido, é imperioso fazer sentir ao doutor Toledo que a representação da URBAM cabe exclusivamente a Vossa Excelência, como seu presidente.

Finalmente, cabe lembrar que Decreto deste Executivo impõe necessidade de audiência em todos os projetos vinculados ao meio ambiente.

Confio no alto espírito público de Vossa excelência e lhe reitero protestos de subida consideração.

Félix Valois - Prefeito em exercício.<sup>415</sup>

A resistência de Mário Toledo em compartilhar com a SEDEMA o documento de autorização da URBAM para a instalação do *Amazonas Shopping Center* refletia totalmente o confronto entre ele e o Secretário. Para Mário Toledo, não havia necessidade da Secretaria do Meio Ambiente dar seu parecer, o que não tinha a menor condição de ser aceito por Arruda, que havia assumido a pasta, onde logo a SEDEMA teria adquirido plenos poderes para cuidar do meio ambiente, a partir da sua transformação em

---

<sup>414</sup> *Jornal A Notícia*. Manaus, 22 jul. 1989. O irritado.

<sup>415</sup> *Jornal A Notícia*. Manaus, 26 jul. 1989. Caderno 1, p. 7. Matéria de Francisco Lucena e Plutarco Botelho: Shopping deve respeitar natureza, diz prefeito.

“Secretaria Ordinária”, na Câmara Municipal, com a Lei nº 2.021; além do já citado Decreto nº 6.503, de março de 1989, que colocava sob a responsabilidade da SEDEMA todos os projetos que pudessem causar danos ao meio ambiente<sup>416</sup>, como pedreiras, indústrias, condomínios, lavanderias, projetos de loteamento, entre outros.<sup>417</sup>

Para Mário Toledo ecologia não passava de modismo e a lei de preservação da flora deveria ser aplicada somente em área rural, chegando o mesmo a afirmar que “a lei veio para proteger castanhais no mato”; compreendendo até isso como uma moda passageira, já que, em sua visão, a cidade crescia e as árvores seriam derrubadas de qualquer jeito. Também afirmou que “o terreno vale muito mais do que as árvores que estão lá”, acreditando que o *shopping* traria “melhorias de costumes para o povo”.<sup>418</sup>

Esse discurso reflete necessariamente a dicotomia natureza *versus* cultura, onde a referência à natureza é sempre negativa, e onde os ‘costumes’ referidos sobre o povo supostamente melhorariam ao torná-lo mais urbano (consumidor), dentro de uma perspectiva de desenvolvimento que tem total aversão ao verde e, sem erro, a tudo o que faz lembrar o nativo (originário). A legislação vigente, na prática, nada é, quando não há pessoas (servidores públicos, em especial pelo ofício e, portanto, pela obrigação) com a devida coragem para fazê-las valer de fato.

Tratava-se, portanto, a área onde fora construído o *Amazonas Shopping Center*, algo muito simbólico nesse sentido e o trabalho para disciplinar aquela construção representou, no dizer da jornalista Terezinha Patrícia Viana de Souza, uma verdadeira queda de braço entre SEDEMA e URBAM.

Naquela história do... das castanheiras do *Amazonas Shopping*. Eu não estava ainda lá, como... na assessoria, mas eu acompanhei a queda de braço como repórter de um jornal que eu trabalhava. E eu lembro que a secretaria tava nessa queda de braço com o órgão municipal de urbanização, que era responsável pelo licenciamento de empreendimentos. Só para contextualizar, o *Amazonas Shopping*, que foi o primeiro *shopping center* da cidade, foi construído em um terreno de uma imensa chácara. E eu passei antes da construção, como eu moro mais ou menos perto, era caminho de eu fazer umas visitas a meus familiares. Eu passava por aquela chácara linda, com passarinhos... tinha jaqueiras, mangueiras, castanheiras... coisa muito bela... mas que foi vendido e foi autorizada a construção. Eu tenho impressão que nessa época ainda não havia...

---

<sup>416</sup> *Jornal A Notícia*. Manaus 22 jul 1989. Matéria de Plutarco Botelho: Reunião é necessária.

<sup>417</sup> *Jornal A Notícia*. Manaus, 1989. Preservação de árvores pode bloquear *shopping*.

<sup>418</sup> *Jornal A Notícia*. Manaus 22 jul. 1989. Matéria de Plutarco Botelho: Preservação de árvores pode bloquear *shopping*.

a SEDEMA não tinha sido implantada, porque foi autorizado. Mas a SEDEMA já existia na época em que o *Amazonas Shopping* foi fazer a construção do estacionamento daquela área do... da Darcy Vargas. Lá tinha muitas castanheiras. E castanheira é uma árvore de... ela tem... ela é preservada por lei, né? Ela não pode ser abatida.<sup>419</sup>

Em oposição total ao pensamento de Mário Toledo (URBAM) estava Frederico Arruda (SEDEMA) que criticava a posição de uma arquitetura onde as árvores teriam que se adaptar aos projetos: “Quem está errada não é a árvore, mas o arquiteto que não leva em conta o patrimônio da coletividade”.<sup>420</sup>

O prefeito Arthur Neto também se posicionou com relação a construção do *Amazonas Shopping Center*, exigindo que o projeto passasse pelo crivo da SEDEMA para somente assim obter sua realização. Ele afirmou que sua administração tinha como objetivo a compatibilização do desenvolvimento econômico com o meio ambiente, “é preciso defender a qualidade de vida do povo a todo custo contra os processos de depredação”.<sup>421</sup>

Assim, todas as atividades que interferissem no meio ambiente teriam que necessariamente passar pela aprovação da SEDEMA, uma vez que aquela secretaria havia sido criada com esse propósito, isto é, garantir a defesa do meio ambiente. A atuação da secretaria, portanto, teria de ser respeitada por todos, inclusive pela URBAM que já havia sido contactada pelo prefeito a fim de não permitir que o órgão comprometesse o programa ambiental de Manaus.<sup>422</sup>

A funcionária da prefeitura, Linderjane Maria de Oliveira Marques Lima relembra a indignação do secretário Frederico Arruda no enfrentamento da construtora OAS:

Até hoje eu vejo algumas árvores ainda com aquele cinturão verde, marcadas. Que aquelas não seriam derrubadas. Tinha uma reunião quando ele [o secretário Frederico Arruda] chegou lá, o *layout* lá do *shopping*, a planta, não ia ficar nenhuma árvore. Ele disse: “O quê?” Ele voltou e disse: “Isso não vai ficar assim não!”. Aí veio com a equipe

---

<sup>419</sup> Terezinha Patrícia Viana de Souza. Jornalista que pertenceu ao quadro da Secretaria de Defesa do Meio Ambiente-SEDEMA. Entrevista realizada pela autora em 11 de novembro de 2021.

<sup>420</sup> *Jornal A Notícia*. Manaus, 22 jul 1989. Matéria de Plutarco Botelho: Preservação de árvores pode bloquear *shopping*.

<sup>421</sup> *Jornal A Notícia*. Manaus, 26 jul 1989. p. 1, caderno 1º. Matéria de Francisco Lucena e Plutarco Botelho: *Shopping* deve respeitar natureza, diz prefeito.

<sup>422</sup> *Idem*.

de técnicos... “Vamos ver, vamos pra lá, vamos (...)”. Que ele demarcou né. Eles não iam deixar, acho que iam deixar só uma coisinha de paisagismo, bem pouco. Ele disse: “Não vai ficar assim não!” E foi uma briga, eu acho que foi mais de uma semana para eles aceitarem a OAS. “Não, não tem condição, vai precisar...” e a secretaria foi, foi acho que uma das grandes vitórias. Começou-se por aí. Uma das grandes vitórias, assim, do *shopping* não fazer, de uma construtora como a OAS não fazer o que queria fazer no ambiente, dela derrubar aquelas árvores. Isso aí foi uma luta né, foi uma luta com um ganho, uma conquista.<sup>423</sup>

Mário Toledo acabou sendo demitido da URBAM e a obra *Amazonas Shopping Center* seria totalmente embargada pela SEDEMA. Mas a OAS enviou de São Paulo um técnico para se apresentar à Secretaria seu projeto. O secretário exigiu que os técnicos da OAS acompanhassem a equipe da SEDEMA para avaliar as condições da construção, ou era isso, as exigências da Secretaria respeitadas e cumpridas, ou o embargo total da obra. Durante muito tempo, foi possível visualizar os resquícios dessa ação da Secretaria, pois ainda era possível perceber um cinturão pintado de verde em volta de cada árvore do estacionamento do *Amazonas Shopping Center* das espécies protegidas. Além disso, a Secretaria, prevendo eventual sabotagem, exigia que caso alguma árvore porventura manifestasse qualquer praga, outra, daquela mesma espécie, teria que ser plantada no lugar.

#### **4.2. Os desafios de uma coleta de lixo responsável**

Naquele período, década de 1980, Manaus possuía um sistema de coleta, mas não de tratamento dos resíduos sólidos, o que resultava em um lixão a céu aberto. A empresa coletora de lixo não trabalhava com qualquer tipo de aterro sanitário e o descuido com os resíduos sólidos gerava chorume (ver figura A) que ia contaminando o solo e os cursos d’água. Além disso, várias famílias ficavam aguardando o descarregamento do lixo para tentar obter alimentos, uma situação crítica que realmente precisava da intervenção do poder público.

Santos (2001), fazendo um histórico da vida do Aterro Sanitário de Manaus (ASM), afirma que (..) foi implantado, inicialmente como lixeira a céu-aberto, no final da década de 80. Segundo esse autor, desde sua implantação, o ASM passou por períodos distintos, condicionados

---

<sup>423</sup> Linderjane Maria de Oliveira Marques Lima. Funcionária da prefeitura. Entrevista realizada pela autora em 26 de março de 2021.

à maior ou menor preocupação, dos governantes municipais que se sucederam, com cuidados ambientais.<sup>424</sup>

A jornalista Terezinha Patrícia Viana de Souza comenta sobre a situação do lixo em Manaus e os desafios da SEDEMA para lidar com a empresa coletora, pois além de degradar o meio ambiente, contribuía para uma grave questão de saúde pública diante de várias famílias (ver figura B e C) em situação de miséria que procuravam alimentos no seu descarregamento diário.

Eu também destaco o projeto de transformação daquele lixão, aquela lixeira lá no KM 19 da Torquato Tapajós, em um aterro sanitário. Foi uma luta difícil do secretário, ele foi... acho que foi um dos trabalhos mais difíceis, mas mais importantes da SEDEMA. Agora, o engraçado... o engraçado não, o importante, é que o secretário fazia com que toda a equipe se envolvesse nos trabalhos que estavam sendo realizados. Isso era muito legal. Ele nos levava seguidamente na lixeira, fazíamos vigília à noite, na hora que os carros da empresa coletora, coletora do lixo, eles chegavam para a pesagem, descarregamento. Não raras vezes a gente fazia essa vigília até perto de meia noite. Para uns era... a equipe... ele levava a equipe, para perceber e ver como era feito esse trabalho. E naquele tempo estava havendo uma mudança de paradigma. Não se poderia mais admitir por exemplo a presença de catadores, catadores na lixeira. Tinham famílias que viviam no lixo e do lixo, era uma questão, uma forma degradante de vida que, naquele momento, a partir daquele momento, precisava mudar, né? Foi uma luta muito titânica, mas que foi aos poucos... foi vencendo. Depois descobriu-se uma ideia do reaproveitamento dos resíduos por meio de coleta seletiva para que aquelas pessoas que viviam ali garantissem uma renda familiar.<sup>425</sup>

A SEDEMA trabalhou intensamente na resolução do problema do lixo em Manaus, visando eliminar as consequências da poluição que ele causava. Logo, os trabalhos de aterramento foram providenciados, assim como uma cooperativa de coleta seletiva foi organizada para garantir alguma renda para as pessoas que até então buscavam alimentos no lixo. Logo, deu-se o início das técnicas de compactação do lixo pelas máquinas (ver figura D). Além disso, foram construídos canais alternativos (ver figura E e F) para o escoamento das águas pluviais que até então arrastavam o chorume da lixeira para os igarapés.

---

<sup>424</sup> C. J. B. AGUIAR et al. *Diagnóstico e avaliação da contaminação dos recursos hídricos na área do entorno do aterro sanitário de Manaus (AM)*. Manaus: CPRM, 2006. p. 4.

<sup>425</sup> Terezinha Patrícia Viana de Souza. Jornalista que pertenceu ao quadro da Secretaria de Defesa do Meio Ambiente-SEDEMA. Entrevista realizada pela autora em 11 de novembro de 2021.

A empresa que fazia o recolhimento do lixo de Manaus era fonte permanente de problemas. Segundo o relato de Arruda<sup>426</sup>, essa empresa era incompetente, agia despreocupadamente com relação aos aspectos éticos e legais, mas possuía apoio de certas ‘figuras’ que as mantinham atuando de maneira irresponsável. O local destinado ao lixo também não era adequado, pois contaminava igarapés, já que ficava abaixo de uma nascente de igarapé que era todos os dias soterrado por lixo. Tratava-se de um igarapé que desaguava no igarapé da Matrinxã, que é, na verdade, o mesmo igarapé do Tarumã que desagua no rio Tarumã-Açu. A empresa coletora não respeitava sequer o contrato que dizia que eles tinham que fazer a deposição, o espalhamento e a compactação do lixo, coisas que nunca eram feitas, apenas depositavam montanhas de tamanho incalculável de lixo sem fazer aterramento algum.

O funcionário da prefeitura, Marco Antônio Lima, comenta sobre esse período.

O professor Frederico foi, como falei, muitas coisas que começaram a acontecer nessa época da questão ambiental foram iniciadas a partir dele, e essa questão do aterro, é... foi uma também. Porque até então, como eu falei anteriormente, um aterro ao lado era como se fosse um lixão. E a empresa lá, ela fazia o que bem entendia. E quando o professor Frederico assume ele tenta começar a disciplinar isso aí. Tanto é que ele começou a colocar... os meninos irem para lá, os agentes... ficavam lá de plantão... tinha uma turma que ficava durante o dia, tinha uma turma que ficava à noite... com toda a dificuldade. Como a Linda [Linderjane Maria de Oliveira Marques Lima] falou, a gente tinha dois carros na época, um jipe Toyota que era um... o secretário fazia os trabalhos dele... e o outro Toyota... com todas essas dificuldades a gente foi conseguindo, porque a partir da vinda do pessoal lá controlar, ficar monitorando tudo isso, a coisa começou a mudar... é... o que se queria na época era ter mais controle e ele começou a ter, com todas essas dificuldades mas ele começou a ter. Apesar de que, como a gente tá falando, a gestão do professor Frederico... eu acho que ela não completa nem dois anos e ele conseguiu fazer tudo isso. E se esperava que muitas coisas tivessem continuidade.<sup>427</sup>

A SEDEMA breiou essa situação de descontrole da lixeira, especialmente com o apoio do vice-prefeito, o Dr. Félix Valois, que atuou rigorosamente no cumprimento da lei garantindo todo respaldo que a SEDEMA precisava para atuar. A secretaria conseguiu uma recuperação parcial, o lixo não era mais exposto, pois passou a ser feito o espalhamento e compactação com argila para uma decomposição natural do lixo, sem os riscos de drenar para áreas mais profundas, contaminando o lençol freático. Esse trabalho

---

<sup>426</sup> Luiz Frederico Mendes dos Reis Arruda. Secretário municipal da Secretaria de Defesa do Meio Ambiente -SEDEMA (1989). Entrevista realizada pela autora em 10 de abril de 2022.

<sup>427</sup> Marco Antônio Vaz de Lima. Funcionário da Prefeitura de Manaus, tecnólogo florestal. Entrevista realizada pela autora em 26 de março de 2021.

de compactação do lixo possibilitaria inclusive uma renovação da vegetação em áreas onde o solo já estaria esgotado para a lixeira.

Foi um longo esforço da secretaria para transformar a área, de “lixão” em aterro controlado, porque um aterro sanitário verdadeiro não era mais possível ser feito. A ideia era escolher três localidades em Manaus para convergir o lixo e não fazer isso apenas em uma única área, diluindo o risco de poluição. Esses três lugares então foram selecionados com a ajuda de um grande sanitarista no Brasil, o Dr. Constantino Pessoa, que veio à Manaus algumas vezes colaborar com a secretaria, fazendo esse acompanhamento, como especialista que era em lagoas de estabilização e aterro sanitário, e as coisas ficaram bem encaminhadas para que acontecessem. A ideia era que aquela lixeira fosse desativada em no máximo dois anos. Enquanto a SEDEMA estivesse preparando os três pontos estratégicos para a realização de aterros sanitários de fato.

Sobre a contribuição do sanitarista, Dr. Constantino Pessoa, comenta o funcionário Marco Antônio Vaz de Lima:

A gente fala em aterro sanitário quando se imagina que é um aterro que funcione tecnicamente com todas as suas funções funcionando. Mas o que a gente tem hoje é o que se chamam um aterro controlado, mais ou menos, que como eu lhe falei acaba jogando poluição para a natureza, acaba jogando poluição pros... pros mananciais. E isso é muito, muito grave. Mas o professor Frederico na época com a visão que ele tem das coisas, ele queria... ele começou a fazer esse controle, como eu falei para você lá, uma coisa com muita dificuldade, mas ele conseguiu e ele trouxe o Dr. Constantino que inclusive acho que é primo dele, na época que era engenheiro sanitarista. E o Dr. Constantino na época deu várias sugestões de como se poderia melhorar na época, você sabe, né? Tem toda a questão... a Linda enfatizou muito bem, tem toda uma questão política da coisa que muitas vezes é melhor você pagar uma... uma empresa, uma “consultoria”, dar um grande valor em dinheiro para eles e... do que você trazer... na época o professor Frederico talvez ele tenha conseguido com a prefeitura pagamento das passagens do doutor Constantino de ida e volta, do Rio de Janeiro. O resto ficou por conta do Prof. Frederico. Deu todas as dicas que ele podia dar, ajudar, e tudo... como consultor particular. Não cobrou nada. E muitas dessas coisas não foram levadas adiante pela prefeitura.<sup>428</sup>

De todo modo, o trabalho de pavimentação do lixo foi executado pela SEDEMA (ver figura G, H e I). Marco Antônio Lima lamenta muito que todo aquele trabalho responsável em controlar o lixo não teve a continuidade, nem foi levado a sério como deveria, com a interrupção da gestão de Arruda (exonerado pelo prefeito Arthur Neto), que embora tivesse durado em torno de dois anos, disciplinou muitas atividades danosas ao ambiente, utilizando-se

---

<sup>428</sup> *Idem.*

de conhecimentos técnicos e, sobretudo, fazendo respeitar, com o devido rigor, a lei orgânica do município e a própria legislação ambiental vigente com a devida firmeza e coragem que um servidor público precisa ter para cumprir o seu dever, pois que, não raro, recebia ameaças de morte em vários momentos de sua atuação na SEDEMA e em outras experiências de gestão ambiental que veio a passar (IBAMA).

O aterro, em relação ao que era na época e o que é hoje, mudou um bocado de coisa mas eu acho que a essência da coisa não mudou, tem muitas coisas erradas... a questão de controle de fluentes e chorume indo pros igarapés daquela região continua... não tenho certeza se tá controlado... e isso você imagina quantos anos se passaram... é... e isso continuou acontecendo. Esses mananciais, essas nascentes, esses igarapés... todos estão recebendo essa carga de efluentes e de poluição... certamente alguns deles talvez não tenham mais nem condições de serem despoluídos. E a prefeitura ao longo dos anos acaba sendo muito condescendente que, como você falou, na época tinha uma empresa hoje tem outra. Que hoje é... pessoal da limpeza é a *Pampex*, é a *Marquise*... e a gente não sabe muito bem como é que tá isso, a gente já ouviu falar lá várias vezes que o aterro praticamente já esgotou seu período de vida útil mas até hoje não resolveram, [nem] conseguiram localizar uma outra área que possa ser realmente... implantar um outro aterro.<sup>429</sup>

Para Marco Antônio Vaz de Lima, é muito triste que Manaus ainda não consiga tratar essa questão do lixo como deveria, com o problema da poluição que prejudica a saúde das pessoas e compromete os recursos hídricos causando a destruição desse patrimônio que é de toda a coletividade.

A questão da reciclagem é praticamente incipiente. Acho que a gente deveria ter avançado muito mais nessa questão da reciclagem, da educação ambiental, com esse controle que o Prof. Frederico fez na época a gente conseguiu controlar melhor a situação dos catadores, né? Porque são pessoas que você tem que ver a questão social dessas pessoas, se elas estão ali catando lixo é porque elas estão em uma situação de miserabilidade, elas estão abaixo da linha de pobreza, é uma coisa assim muito séria... e isso precisaria ser investido mais, você incentivar criação de cooperativas de catadores. Que essas pessoas pudessem a partir do trabalho, mas um trabalho profissional, com equipamento... essa coisa toda... essas pessoas pudessem retirar do lixo esse sustento que eles tiram, mas de uma forma humanizada. Hoje... eu acho que hoje está controlado, a questão dos catadores eles não entram mais lá. Mas de alguma forma não é feito um trabalho para ajudar essas pessoas que vivem hoje da reciclagem. Eu, por exemplo, se eu tomo uma cerveja aqui em casa, uma latinha de cerveja, eu não joga no lixo. Eu amasso e coloco lá na grade daqui do nosso muro que eu sei que uma pessoa vai passar para pegar. E tem pessoas que sobrevivem hoje catando latinha de alumínio, vendendo garrafa pet. As garrafas pet que a gente... pouco refrigerante que a gente toma aqui em casa... coloco lá fora. Antes do lixo coletar, geralmente passa uma pessoa e pega. Quer dizer, essa pessoa faz isso porque ela está... ela vende isso e isso ajuda a sobrevivência dela. Infelizmente, o que você vê hoje nos igarapés, uma das coisas que mais tem, uma das maiores poluições dos igarapés é garrafa pet. E não se faz um trabalho mais incisivo em relação a isso, a questão da educação

---

<sup>429</sup> Marco Antônio Vaz de Lima. Funcionário da Prefeitura de Manaus, tecnólogo florestal. Entrevista realizada pela autora em 26 de março de 2021.

ambiental é pouco trabalhada, enfim... eu acho que Manaus, com toda a sua pungência, mais de 2 milhões de habitantes, essa coisa toda... uma região metropolitana, podia tratar melhor essa questão do lixo.<sup>430</sup>

Naquela primeira gestão da SEDEMA houve uma tentativa de vencer o desafio de um uma coleta e de um tratamento responsável do lixo no município de Manaus, apesar da pouca estrutura que se tinha e de poucos recursos que foram destinados àquela secretaria especialmente. Assim revelaram vários de nossos colaboradores, sempre fazendo referência a essas limitações materiais que tornavam o trabalho a ser feito absolutamente crucial, sobretudo, diante do enfrentamento ainda mais devastador que o pouco ou nenhum conhecimento técnico e científico é capaz de causar por aqueles que influenciam e para aqueles que simplesmente não se favorecem em conhecer.

Desse modo, questões definitivamente prioritárias costumam ser negligenciadas ao enxergar os alertas importantes como exagero, “tempestade em copo d’água”, entraves enfim ao desenvolvimento urbano, convivendo sem maiores problemas – desde que sejam atendidos interesses imediatos – com as consequências de uma urbanização sem conhecimento técnico e científico os quais poderiam oferecer atenuantes aos impactos comumente gerados.

### **4.3 A criação do Parque do Mindu**

Conforme refere Arruda, a SEDEMA chegava no final do seu primeiro ano de atuação, 1989, realmente funcionando como uma secretaria plena, fiscalizando, agindo com decência, sem perseguir as pessoas mais humildes, dando chance a elas diante de infrações para se adequarem, pois havia uma compreensão de que o cidadão comum não tinha noção dos danos ambientais que estava cometendo, sendo esse o caso na maior parte das vezes.

Deu mais trabalho foram outros que se achavam grandes poderosos com ameaça de morte eu sofri várias vezes ameaça de morte e eles não se conformavam. Um madeireiro, um bandido que era uma mistura de madeireiro e grileiro muito conhecido aqui que mandou ameaças de morte para mim e por aí ia, então uma pessoa com antecedentes muito perigosos, não era nem daqui do Amazonas e se tornou o rei das invasões na área urbana, depois foi para Rio Preto da Eva invadiu várias áreas lá, fazia o que ele queria e entendia. Houve momentos que eu achei até que ele tinha algum passe livre na prefeitura, porque umas duas vezes eu o vi andando por lá bem serelepe. Então são assim

---

<sup>430</sup> *Idem.*

desabafos para mostrar o quanto essa gente pode prejudicar você, seu trabalho, o trabalho dos que estão com você.<sup>431</sup>

Segundo relato do funcionário da prefeitura, Manoel Guedes Tinoco<sup>432</sup>, o local em que hoje é o Parque Municipal do Mindu, havia sido tomado por um famoso grileiro da região, o senhor Paulo Farias, que sinalizou o terreno pertencente à união utilizando-se de várias placas, como se se tratasse de patrimônio particular. A SEDEMA então se mobilizou para resgatar aquela área. Tinoco relata que recebeu a missão para proceder naquela operação, o que envolvia também, como parte logística da coisa, o apoio de outros setores da prefeitura, como a equipe da Secretaria Municipal de Limpeza Urbana– (SEMULSP), pois era necessário autuar e garantir o esvaziamento da grilagem.

Lá encontraram uma casa em estilo colonial construída pelo senhor Paulo Farias. A operação teve início às 7h da noite. Ao chegarem até a casa avistaram os capangas do grileiro jogando dominó que se surpreenderam com os avisos da polícia: “No chão, polícia, polícia, polícia!” Foram então algemados, pois a SEDEMA tinha poder de polícia, inclusive usando lei federal, em convênio com o IBAMA, sendo ali apreendidas 12 armas de grosso calibre. A secretaria era municipal, mas as leis aplicadas eram federais. Trabalharam a noite toda, tirando a casa, a cerca, derrubando madeira, enquanto os capangas ficaram algemados nos troncos das árvores para que não criassem mais problemas, até a equipe terminar o serviço. Ficaram lá até em torno das 7h da manhã. As armas apreendidas foram encaminhadas para a secretaria, num primeiro momento. Posteriormente o grileiro tentou resgatá-las.

O Paulo Farias chegou lá [na Secretaria], como eu era o coordenador de defesa ambiental a minha mesa ficava na frente da mesa do Fred, ele chegou lá comigo:

– Eu vim buscar minhas armas!

Eu disse: o senhor, por favor, me dê o registro de suas armas.

Ele disse: – eu não tenho.

Então nada feito.

Ele olhou para mim, apontou o dedo na minha cara assim: –eu vou lhe mostrar que eu vou pegar minhas armas.

– Tudo bem

Aí ele saiu, foi embora. Eu chamei uma menina que trabalhava comigo, minha secretária, chamei ela e disse me bata um ofício, pega o número dessas armas todinhas, o calibre todinho e faça um ofício encaminhando essas armas para o Centro de Controle de Armas do Exército em nome do Capitão Medeiros. Ela preparou tudinho direitinho, peguei, meti no carro, fui lá com Medeiros e

---

<sup>431</sup> Luiz Frederico Mendes dos Reis Arruda. Secretário municipal da Secretaria de Defesa do Meio Ambiente -SEDEMA (1989). Entrevista realizada pela autora em 10 de abril de 2022.

<sup>432</sup> Manoel Guedes Tinoco. Funcionário da prefeitura de Manaus. Entrevista realizada pela autora em 1º de junho de 2022.

entreguei para ele, que assinou. Peguei, xeroquei um bocado de vias e guardei na minha gaveta. Aí no outro dia de manhã ele chegou lá com a ordem do prefeito do Arthur Neto para entregar as armas para ele. O prefeito autorizou sem respaldo nenhum. O prefeito não podia fazer isso, ele como prefeito não tinha autoridade para fazer isso. Aí eu puxei a gaveta, peguei uma cópia e entreguei para ele:

-- Tá aqui, vai pegar suas armas, está neste endereço aqui, vai lá pegar.<sup>433</sup>

A história da criação do Parque do Mindu envolveu esforços que, de certa forma, ficaram no silêncio e no anonimato, o que é legitimamente reivindicado na fala de Tinoco:

O Parque do Mindu hoje em dia, se existe, nós fomos os fundadores daquilo ali, não tem uma placa ali no Mindu com o nome do secretário, dos coordenadores, dos agentes, não tem nada! Tanto é que um tempo desse, já faz tempo, eu fui lá fazer uma visita no parque, aí o guarda ficou... não queria deixar eu entrar porque... criei um monte de problema. Aí eu olhei pra ele e disse: Você sabe aquela música *O Cidadão*<sup>434</sup>? Não, não sei. Olha isso aqui existe... eu sou o fundador disso tudo, eu fui um dos caras que atuou aqui dentro... Mas é aquele negócio, você constrói e depois é proibido entrar.<sup>435</sup>

Relembrando o episódio, Arruda argumenta que “um ponto alto, eu diria altíssimo, foi tirar das garras desse bandido, grileiro que existia aqui em Manaus mais uma área que ele tinha grilado sem nenhuma preocupação de ser punido, que foi o Parque do Mindu.”<sup>436</sup> Arruda explica que o território do parque era da prefeitura, era do poder municipal e havia sido doado pelo prefeito Paulo Pinto Nery para os padres redentoristas americanos com o compromisso de que eles construíssem lá uma escola agrícola.

Na época em que ela foi doada, toda aquela área ali era desabitada, só posteriormente essa habitação começou, até de maneira súbita, na direção do bairro

---

<sup>433</sup> Manoel Guedes Tinoco. Funcionário da prefeitura de Manaus. Entrevista realizada pela autora em 1º de junho de 2022.

<sup>434</sup> *Cidadão* (Zé Geraldo). Tá vendo aquele edifício moço? Ajudei a levantar. Foi um tempo de aflição. Eram quatro condução. Duas pra ir, duas pra voltar. Hoje depois dele pronto. Olho pra cima e fico tonto. Mas me chega um cidadão. E me diz desconfiado, tu tá aí admirado. Ou tá querendo roubar? Meu domingo tá perdido. Vou pra casa entristecido. Dá vontade de beber. E pra aumentar o meu tédio. Eu nem posso olhar pro prédio. Que eu ajudei a fazer. Tá vendo aquele colégio moço? Eu também trabalhei lá. Lá eu quase me arrependo. Pus a massa fiz cimento. Ajudei a rebocar. Minha filha inocente. Vem pra mim toda contente. Pai vou me matricular. Mas me diz um cidadão. Criança de pé no chão. Aqui não pode estudar. Esta dor doeu mais forte. Por que que eu deixei o Norte. Eu me pus a me dizer. Lá a seca castigava, mas o pouco que eu plantava. Tinha direito a comer. Tá vendo aquela igreja moço? Onde o padre diz amém. Pus o sino e o badalo. Enchi minha mão de calo. Lá eu trabalhei também. Lá sim valeu a pena. Tem quermesse, tem novena. E o padre me deixa entrar. Foi lá que cristo me disse. Rapaz deixe de tolice. Não se deixe amedrontar. Fui eu quem criou a terra. Enchi o rio fiz a serra. Não deixei nada faltar. Hoje o homem criou asas. E na maioria das casas. Eu também não posso entrar. Fui eu quem criou a terra. Enchi o rio fiz a serra. Não deixei nada faltar. Hoje o homem criou asas. E na maioria das casas. Eu também não posso entrar. (Letra de Música. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/ze-geraldo/68686/> Acesso em: 01/06/2023).

<sup>435</sup> Manoel Guedes Tinoco. Funcionário da prefeitura de Manaus. Entrevista realizada pela autora em 1º de junho de 2022.

<sup>436</sup> Luiz Frederico Mendes dos Reis Arruda. Secretário municipal da Secretaria de Defesa do Meio Ambiente -SEDEMA (1989). Entrevista realizada pela autora em 10 de abril de 2022.

Parque Dez de Novembro. Mas os padres redentoristas prometeram então que ali seria construído o colégio agrícola, constituindo uma área destinada a demonstrações, experimentações e cultivos. Mas eles não fizeram isso e o Ministério da Fazenda, assim chamado na época, comprou o território.

O secretário havia feito essa descoberta devido a um levantamento da situação sobre a posse já que a prefeitura não era mais dona daquele local. Assim, ficaram sabendo que aquela terra tinha sido comprada, embora isso não pudesse ter acontecido pelo fato de existir uma cláusula no contrato de doação aos padres redentoristas em que eles se comprometiam em não vender, alugar ou emprestar a área para coisa alguma. Eles eram responsáveis por aquilo e não havia a menor possibilidade legal deles transferirem a posse, mas o Ministério da Fazenda simplesmente conseguiu comprá-la dos padres.

Foi então que o secretário da SEDEMA entrou em contato com o ministro da fazenda na época, acordando com ele fazer uma cessão em comodato, o que significa que você cede, renuncia àquela área, a prefeitura seria aquinhoadada pelo retorno daquele território como se fosse dela, mas não como proprietária, mantendo-o provisoriamente sob responsabilidade do Ministério da Fazenda e num determinado momento se faria a transferência oficial do patrimônio ao município. Essa medida garantiria que aquela área não continuasse a ser destruída pelo grileiro Paulo Farias.

Tal solução havia sido pensada pelo advogado José Barbosa Feitoza e endossado por Arruda e foi a proposta do próprio ministro, pois, este também poderia resolver essa situação solicitando uma sessão no legislativo para a devolução da área para a prefeitura de Manaus, e teria que ser aprovada a decisão pelo congresso, só que isso demoraria. Então a proposta da cessão em comodato foi a melhor saída.

O grileiro Paulo Farias intencionava construir ali um conjunto residencial ecológico. Arruda comenta sobre como aconteceu o resgate da área que lhe rendeu um processo na justiça como “ladrão de placas”:

A retirada dele [Paulo Faria] com os quadrilheiros dele foi feita a duras penas, com ameaças de morte, foi a retirada de lá. Tiramos três mil e poucas placas de propriedade privada que ele mandou colocar no entorno, depois eu fui acusado de ser ladrão de placa, esse processo foi infelizmente aceito, foi acatado por um promotor muito esquisito e valeu depois a mim uma declaração pública do procurador-chefe do Ministério Público Estadual que em uma solenidade eles me outorgaram um prêmio e ele fez questão que, no discurso dele dizer (...) ‘minha alma se ajoelha perante você professor Arruda e pede

perdão por um colega nosso ter feito o que fez contra você.’ Então foi assim uma coisa que me surpreendeu completamente, nunca imaginei que... era um encontro nacional, mas aqui em Manaus das procuradorias estaduais, municipais nessa área de meio ambiente. Ele era o principal responsável por essa procuradoria aqui pelo ministério público estadual, ele fez questão de apresentar essa monção e me surpreendeu mesmo, muitíssimo, eu fiquei realmente perplexo.<sup>437</sup>

Enfim, o Parque do Mindu foi criado e aberto ao público (ver figura J) com várias modificações iniciadas pela SEDEMA e outras que foram feitas depois da exoneração de Arruda. A estratégia original era recuperar todas as áreas degradadas dentro daquele parque enorme, então a equipe da Secretaria fez todo mapeamento do território com o propósito de construir e implementar ali áreas destinadas a palestras, seminários, aulas, como se fossem projetos de extensão, com dois setores de cultivo para distribuição de mudas formando um banco de sementes, como também contaria com a parte de diversão para crianças e adultos.

Lamenta Arruda que ali, infelizmente, deixaram a conservação do parque em si, da natureza do parque, do número pequeno de fontes de água, que ali existe, isso tudo foi deixado em segundo plano e se trabalhou mais com a aparência.

De qualquer maneira o Mindu está lá. Espero que continue existindo, mas infelizmente se passou por cima dessa primeira etapa que seria decisiva porque até traria muito dinheiro para a prefeitura se o projeto tivesse sido executado, muito dinheiro! Tinha gente da Noruega, gente de vários países que já tinham acenado com a possibilidade e conversas evidentemente informais, mas a gente sabia que essa possibilidade era concreta de várias instituições, entidades internacionais que estavam dando esse tipo de apoio e o Parque Municipal do Mindu poderia ter sido uma unidade municipal de conservação com tudo aquilo que uma unidade de conservação pode e deve ter.<sup>438</sup>

O Dr. Félix Valois, que na época era o vice-prefeito, também comenta sobre o Parque Municipal do Mindu:

O Parque do Mindu eu sempre imaginei fazer um parque urbano em que as pessoas pudessem atravessar livremente o parque, mas não se chegou a isso, não tinha dinheiro para isso. Então fica aquela coisa que o cidadão vai só visitar lá muito precariamente, mas com certeza foi uma ideia pioneira mesmo. (...) Vou lhe dizer uma coisa, eu hoje acho assim, não é fatalismo não, acho que isso é inevitável, né? Porque Manaus foi construída no meio da Floresta isso é que me...eu estranho não ter um parque urbano em Manaus, né? Construída no

---

<sup>437</sup> Luiz Frederico Mendes dos Reis Arruda. Secretário municipal da Secretaria de Defesa do Meio Ambiente -SEDEMA (1989). Entrevista realizada pela autora em 10 de abril de 2022.

<sup>438</sup> *Idem*.

meio da Floresta não tem um parque onde você tenha árvores... o Mindu, o Mindu não é passagem de ninguém, né? Tem que ir lá passear.<sup>439</sup>

Segundo relato do funcionário da prefeitura, Marco Antônio Vaz de Lima<sup>440</sup>, os moradores do bairro Parque Dez de Novembro na época procuraram a SEDEMA para relatar sobre o que estava acontecendo naquela área. Uma moradora que se destacou muito foi a professora Luciomena<sup>441</sup>, já falecida, sendo uma das pessoas que liderou esse grupo de moradores para reivindicar a situação, pedindo uma providência da prefeitura como da própria secretaria para livrar aquela área da invasão promovida por Paulo Farias.

“E o professor Frederico certamente uma pessoa muito... todos nós conhecemos... com toda a sua sensibilidade comprou essa briga e nós começamos o trabalho lá.”<sup>442</sup> Marco Antônio recorda que o território estava todo cercado com pau roliço e arame farpado, mas o trabalho da secretaria desmontou tudo aquilo, pois entraram em campo os agentes ambientais que tiraram o arame farpado e arrancaram, um a um, todos os paus roliços que estavam cercado aquela área. A atuação da secretaria foi muito significativa, esse trabalho disciplinava a questão da grilagem e dizia que a partir de então, a SEDEMA não permitiria essa questão da invasão.

E aí o Paulo Farias ele viu que na época ele não tinha condições de medir força com a Prefeitura. Porque se a Prefeitura não fizesse nada naquele momento e a SEDEMA não tomasse a frente no processo ele ia invadir mais uma área como ele invadiu várias áreas aqui em Manaus. Inclusive o Shangri-lá ali é uma área que o Paulo Farias invadiu faz tempo, que tá ali colada no Parque do Mindu. E ficou por isso, acabou ganhando a área.<sup>443</sup>

Mas quanto ao território do Parque do Mindu, essa invasão foi definitivamente freada. Marco Antônio relata que diante da questão do que fazer com aquela área, Arruda então teve a ideia da criação do parque, um exemplo que deveria ter sido seguido e Manaus poderia ter continuado com esse tipo de iniciativa.

---

<sup>439</sup> Félix Valois. Vice-Prefeito de Manaus (1989). Entrevista realizada pela autora em 19 de abril de 2023.

<sup>440</sup> Marco Antônio Vaz de Lima. Funcionário da Prefeitura de Manaus, tecnólogo florestal. Entrevista realizada pela autora em 26 de março de 2021.

<sup>441</sup> Infelizmente não foi possível obter maiores informações sobre a professora Luciomena, sequer seu sobrenome.

<sup>442</sup> Marco Antônio Vaz de Lima. Funcionário da Prefeitura de Manaus, tecnólogo florestal. Entrevista realizada pela autora em 26 de março de 2021.

<sup>443</sup> *Idem*.

A área do Parque do Mindu tem em torno de 40 a 44 hectares, incluindo as margens do igarapé de mesmo nome; sua estruturação somou-se à questão da preservação do sauí-de-coleira, uma espécie em extinção. O parque seria uma área de proteção permanente, pensando como um corredor ecológico para o macaquinho poder circular, tendo sido a área um pouco expandida por causa desses propósitos. Então, a Receita Federal cedeu para a Prefeitura para que a área fosse utilizada como parque. Marco Antônio Vaz de Lima explica sobre essa importância:

Uma área de proteção, de preservação. E ela é bem clara, se um dia mudar a finalidade, imediatamente, imediatamente... o Governo Federal, a Receita Federal toma da Prefeitura de volta. Isso é interessante porque isso dá a garantia que se de repente aparece um prefeito maluco... a gente infelizmente está sujeito a tudo né, e diz 'não a gente não quer mais que isso aqui seja o Parque do Mindu, eu vou vender... eu vou lotear... eu vou fazer alguma coisa', imediatamente a Receita Federal entra, o Governo Federal entra e toma de volta da prefeitura.<sup>444</sup>

Para Marco Antonio Vaz de Lima, as opções de políticas ambientais, como a criação de parques, não foi a escolha dos gestores que se sucederam na cidade de Manaus que conta com, apenas, 5% de áreas preservadas, sendo o Parque do Mindu, portanto, uma conquista que pertenceu a um tempo histórico que correspondeu aos clamores da própria comunidade, (no caso, os moradores do bairro Parque Dez de Novembro), preocupada em preservar áreas verdes, mas infelizmente o crescimento desordenado da cidade não priorizou essa questão, como comenta Marco Antonio, desta vez com relação à área do Tupé:

Eu vou lhe dizer uma coisa, hoje eu sou o gestor lá da RDS [Reserva de Desenvolvimento Sustentável] do Tupé e lhe digo uma coisa, a RDS do Tupé ainda não foi tomada porque... ainda não foi invadida totalmente porque não tem estrada. Eu lhe digo que se tiver uma estrada ela vai desaparecer. Porque nada é feito para conter toda essa expansão desordenada, especulação imobiliária e tudo mais. É... mas enfim, o Paulo Farias hoje inclusive já é falecido. Mas ele foi responsável por muitas invasões em Manaus, mas ele quebrou a cara quando ele teve que deparar com o professor Frederico e a equipe da SEDEMA que conseguiu breçar. (...) Mas enfim... só a possibilidade de a gente ter conseguido na época breçar todo aquele movimento de invasão e ter se transformado numa área verde, numa área protegida, num parque municipal, foi um grande ganho.<sup>445</sup>

Marco Antonio analisa que apesar da conquista da criação do Parque do Mindu, muito mais poderia se fazer em termos de interação da comunidade com o parque, como

---

<sup>444</sup> Marco Antônio Vaz de Lima. Funcionário da Prefeitura de Manaus, tecnólogo florestal. Entrevista realizada pela autora em 26 de março de 2021.

<sup>445</sup> *Idem*.

a promoção de eventos destinados à educação ambiental que atendessem desde as crianças na educação básica até os universitários, além da própria comunidade em geral que poderia ser envolvida em trabalhos dessa natureza. Ele pode acompanhar a experiência do café regional oferecido dentro do parque e avalia como positiva porque atrai muita gente para convivência dentro do parque.

Mas o Parque do Mindu é uma grande vitória, eu vejo que o prefeito, eu vi que o prefeito Arthur Neto agora nesse segundo mandato que ele teve que terminou ano passado... ele vivia se vangloriando de que foi ele que criou o Parque do Mindu. Realmente ele era o prefeito, né? Na administração dele é um marco, mas o grande responsável por tudo aquilo foi o professor Frederico que comprou aquela briga junto com os moradores da comunidade, a professora Luciomena... e outras pessoas que estavam a frente desse movimento. E o professor Frederico com a ajuda dos funcionários e dos servidores, dos agentes ambientais, de todo o corpo da SEDEMA na época, foi conseguindo segurar a situação e os secretários que vieram posteriormente foram fazendo alguma coisa para tornar o Parque do Mindu o que ele é hoje, né? Poderia ser melhor? Com certeza, mas... o que nós temos para mim já é um grande ganho.<sup>446</sup>

#### **4. 4. Árvores centenárias e a passarela do prefeito**

A gestão do primeiro secretário municipal da SEDEMA durou em torno de dois anos, abreviada por entrar em conflito com os interesses do prefeito Arthur Neto. Este intencionava construir uma passarela na Av. Getúlio Vargas esquina com a Av. Sete de Setembro, na calçada do Colégio Estadual Dom Pedro II, Centro de Manaus, mas isso sacrificaria quatro árvores centenárias e a obra não foi autorizada pela SEDEMA que sugeriu a construção da passarela em outro lugar, isto é, da Praça da Polícia – Heliodoro Balbi até a Av. Sete de Setembro, cruzando, portanto, a Av. Getúlio Vargas, não tendo necessidade alguma sacrificar as quatro árvores.

A questão parecia longe de simplesmente resolver um obstáculo para o pedestre, visto que um semáforo foi a saída para o problema como até hoje permanece solucionado com essa opção. Porém, a passarela foi mesmo construída no local sugerido na época do conflito pela secretaria, mas na prática era bem pouco utilizada pelos transeuntes e acabou sendo desativada na posterioridade.

Tratava-se, portanto, de um posicionamento emblemático nessa questão ambiental de Manaus, pois a SEDEMA havia sido gerida sob propósitos de defesa do meio ambiente e era sua obrigação cumprir esse princípio doesse a quem doesse. O prefeito Arthur Neto

---

<sup>446</sup> *Idem.*

não estava acima da lei e a Secretaria soube enquadrá-lo naquele momento, embora isso tenha causado a exoneração do secretário da pasta (ver figura K).

O Frederico era um homem inteiramente dedicado a isso quase um fanático. Eu me lembro que ele se abraçou com uma árvore maior para evitar que a destruíssem, que a derrubassem e era natural isso, que ele entrasse em conflito, porque afinal de contas o prefeito acaba tendo que atender os interesses de alguns que conflitavam com os propósitos dos ambientalistas, é inevitável, isso vai continuar acontecendo, mas espero que em bem menor escala.<sup>447</sup>

Seja como for, o embate entre secretário e prefeito acabou mesmo pondo fim aquela primeira experiência administrativa da SEDEMA. Linderjane Lima, diz recordar plenamente desse episódio que hoje avalia como uma questão de perseguição política contra Arruda, já que a passarela acabou sendo construída no local sugerido pela SEDEMA.

Eles não queriam mais o secretário, era assim... ganhou muita [visibilidade]... ele tinha muita coisa na imprensa, tinha a colega Terezinha, que fazia o... que preparava a história. Então isso aí, vamos dizer, eu acho assim um pouco de ciúme [inveja]. Isso eu posso dizer, hoje a gente avalia assim.<sup>448</sup>

Linderjane Lima comenta como tudo aconteceu. O secretário pegou os agentes e mais um responsável e ficaram inicialmente quase doze horas de plantão no local onde o prefeito intencionava construir a passarela, tudo para que as árvores não fossem derrubadas, e esse período aumentou para uns dois dias. Depois disso, o secretário tomou a decisão de escrever uma carta ao prefeito que foi inclusive repercutida nos principais jornais da cidade onde o secretário rebatia as acusações de Arthur Neto por tê-lo chamado de indisciplinado. Arruda dizia à imprensa: “Indisciplinado é o prefeito que não respeita a lei...”

Ele começou... chegou na secretaria... aí sim, a gente já estava no chapéu de palha... nós já tínhamos uma máquina elétrica, que no princípio era uma máquina comum de datilografia... e ele chegou com as laudas. Me lembro que eu... acho que eu datilografei umas cinco laudas da carta dele para o prefeito. Eu lembro muito bem quando eu datilografei, umas cinco já, quase quatro horas da tarde, ele tinha uma audiência com prefeito às dezoito horas, se não me engano, no final da tarde. Eu falei ‘secretário!’... Eu datilografando, eu fui lendo, fui vendo o que estava acontecendo... eu disse ‘não faça isso’. Eu lembro

---

<sup>447</sup> Félix Valois. Vice-Prefeito de Manaus (1989). Entrevista realizada pela autora em 19 de abril de 2023.

<sup>448</sup> Linderjane Maria de Oliveira Marques Lima. Funcionária da Prefeitura Municipal de Manaus. Entrevista realizada pela autora em 26 de março de 2021.

muito bem que eu disse para ele ‘professor, não faça isso, não lhe deixo... Nós temos o que fazer, não faça isso.’ Eu senti, Angela, que ele não ia ficar. Tanto que eu cheguei em casa... eu cheguei em casa que nós saímos de lá, tinha condução para a gente, tinha ônibus na época... assim, um ônibus muito precário, mas ajudava a nos trazer. Eu falei para o meu...eu disse pro Marco Antônio, disse assim ‘o secretário, talvez não amanheça’. Aí não deu outra, ele foi seis horas da manhã... seis e meia, que nós chegávamos seis, sete horas, me ligaram e disseram assim: ‘Linderjane, arruma os... O professor pediu para você juntar os funcionários. Organizar os funcionários, que ele quer falar com os funcionários’. Aí eu disse ‘meu Deus, aconteceu’, só comigo assim né, aí eu fui organizar os... chamei todos os que estavam lá do Horto, o secretário... eles foram chegando, eu disse ‘vamos esperar o secretário, que ele está vindo’. Aí oito e pouco ele chegou, que ele chegava cedo, foi reunir já estava na imprensa. Hoje, analisando o que acontece no nosso país, foi uma questão política. Porque ele... ele ia causar muita, vamos dizer... o que eu digo, Angela... questão dos empresários, tá entendendo? Então arrumaram um meio para tirá-lo. E como é uma pessoa íntegra, tá entendendo? É uma pessoa íntegra. Não ia aceitar certas coisas que hoje acontecem por aí, né?<sup>449</sup>

Pode-se dizer que na cidade de Manaus, em termos de pioneirismo ambiental a SEDEMA teve um marco inicial que cumpriu com os propósitos que toda secretaria realmente de defesa do meio ambiente deveria ter. As experiências administrativas nem sempre serão fiéis aos princípios para o qual a pasta foi criada, sobretudo, onde valores e interesses os mais diversos tendem a competir com o compromisso originalmente assumido, sobretudo, com o ideal desenvolvimentista que a todo instante desafia a proteção ambiental na tentativa ininterrupta de limitar as suas ações.

A questão do comprometimento, da seriedade e do desapego a cargos traçou aqui uma história em muitos momentos dramática, perigosa, arriscada, e, por que não dizer, corajosa, daqueles que legitimados por fazerem “a coisa certa”, isto é, cumprirem seu dever respeitando as leis, agiram com retidão e deixaram um legado do quanto é necessário e vital se comprometer com a questão ambiental, com a defesa da natureza como única chance de vencer a tantos desafios colocados por uma disputa de poder desigual que vem refletindo na perda de patrimônios naturais e, conseqüentemente, de benefícios para uma população cada vez mais alijada de saúde e qualidade de vida, um pouco do que cidades como Manaus têm testemunhado num crescente absurdo.

A história da SEDEMA é aqui um resgate, na tentativa de desvelar histórias reivindicadas pela legitimidade daqueles que realmente a fazem e que muitas vezes estão perdidas no anonimato. Mas que inspiram lições de como os sujeitos históricos lidam

---

<sup>449</sup> Linderjane Maria de Oliveira Marques Lima. Funcionária da Prefeitura Municipal de Manaus. Entrevista realizada pela autora em 26 de março de 2021.

com os problemas de seu tempo, com muitas e lamentáveis derrotas certamente, mas com vitórias significativas potencialmente capazes de semear uma nova alvorada.

## Considerações finais

Espero ter conseguido realizar com esta pesquisa a perspectiva da análise histórico-ambiental de maneira a contribuir com uma compreensão que demanda maior atenção sobre a relação homem-natureza na Amazônia, evidenciando a trajetória de decisões e políticas ambientais entranhada em economia e sociedade em momentos decisivos.

Espero também que o recorte temporal, embora alongado, tenha se justificado na compreensão da forma como a questão ambiental foi tradicionalmente enfrentada no estado do Amazonas, especialmente com relação à urbanização da cidade de Manaus, onde a história sobre a primeira experiência de uma secretaria de defesa do meio ambiente com plenos poderes, pode ser capaz de iluminar algumas respostas a partir da riqueza de memórias tão generosamente compartilhadas pelos seus colaboradores e pelos registros da imprensa daquele período, sendo possível os resultados aqui encontrados, isto é, uma história de lutas, de enfrentamentos, de pessoas que fizeram a diferença na atuação da defesa intransigente da natureza, o que se entranha com sua própria história.

Certamente, há vários caminhos para que se tente elucidar a relação homem-natureza na Amazônia, a escolha da história de uma secretaria é apenas um, o qual considerei relevante por tudo o que significou em termos de pioneirismo para instaurar o devido disciplinamento em uma cidade onde tudo era permitido e tudo era feito de qualquer jeito. A secretaria foi um ícone de resistência contra um desenvolvimentismo em curso extremamente predatório e refletir sobre sua história, a partir dos sujeitos históricos ali envolvidos, trazem lições valiosas para que mais resgates vitais sejam possíveis num futuro nem tão distante pelas exigências das gravidades do imediato.

Da mesma forma, espero que o trabalho aqui realizado possa contribuir com outras pesquisas, especialmente as que privilegiem o campo da história ambiental estimulando novos e profícuos questionamentos. Certamente, os colaboradores desta pesquisa são especialmente responsáveis por oferecer uma contribuição inédita nessa área.

Talvez todos levem algumas frustrações ao finalizar uma pesquisa, reconheço os limites do tempo disponível que pude contar para a execução do plano inicial do projeto,

onde queremos abraçar o mundo e ao longo do percurso temos que fazer escolhas mais pragmáticas.

Por outro lado, ficam evidentes possibilidades de novos estudos para os que desejam dar continuidade ao tema ou nele se inspirem para algum ponto de partida. Certamente, eu mesma colherei alguns frutos do amadurecimento que a pesquisa começa a ressoar em mim e quem sabe revisité-la um dia e seguir em frente com novas contribuições, sobretudo, por ser um tema que merece ser cada vez mais explorado e que relativamente ainda se fez muito pouco dentro dele.

Houve muita perda antes que se elaborasse mecanismos de proteção ambiental em todo lugar do mundo, e não foi diferente no Amazonas. Para revelar um pouco da história da criação da primeira secretaria de defesa do meio ambiente na capital do estado, foi preciso seguir o rastro de decisões políticas longínquas, ao longo de vários períodos históricos, quando a região enfrentava ambientalmente momentos críticos, seja na ameaça de extinção de algumas espécies, seja na perda econômica por uso irracional dos recursos naturais. Esses dois aspectos, isto é, o dano ambiental e o prejuízo econômico pertencem a uma dualidade que se confundem de modo complexo, da maneira como se possa notar a face da mesma moeda. Mas trata-se de uma análise que corresponde muito mais a tão somente ideia de recurso natural.

Enxergar o mundo natural numa postura negacionista, onde não há o reconhecimento do direito de coexistência da agência não humana, é adotar a canoa furada do antropocentrismo, que em todo lugar mal poderá remediar os impactos ambientais, pois é como medicar, ainda que com os melhores remédios, para o problema de saúde errado. O que infelicitou a Amazônia foi uma incompreensão secular que permanece sobre seu mundo natural e suas gentes. O Brasil virou as costas para os povos originários ao invés de fazer deles seus mestres e com muita luta, eles resistem e conquistam seus direitos que a duras penas são mantidos, muito mais desrespeitados. Embora eventualmente possamos respirar um pouco mais aliviados em períodos de governança progressista, como nos dias de hoje (2024), mas os desafios são enormes e muito lentos para serem superados e a questão está além de um governo, mas de toda a sociedade estruturada em preconceitos e construções equivocadas.

Não somente os povos originários deveriam ser mais ouvidos, mas todas as comunidades amazônicas ali formadas, como ribeirinhos e seringueiros não foram ainda valorizadas em seus saberes para talvez nos tirar da enrascada de tantas derrotas. A perda com a qual a sociedade nacional, o mundo “civilizado” costuma se preocupar é somente a perda econômica e, o dano ambiental, costuma importar quando entra nessa equação.

Felizmente, houve quem despertasse para uma consciência mais biocêntrica compreendendo uma interdependência entre homem e natureza e pôs-se a dedicar sua vida e seu trabalho nessa luta desigual entre interesses os mais poderosos e massacrantes, talvez por inspiração Davi *versus* Golias, que permanecem entre os homens que empenham a bandeira da esperança contra o desespero, que sem a qual deixa-se de ser o que já descobriram que são, a si próprios. Pois é alienação do homem e a transformação pela inversão de valores vida-mercado, natureza-recursos naturais, gente-consumidores que os fazem esquecer de si mesmos e lhes resta apenas um projeto, que vem sempre de fora, e que alimenta as suas misérias.

Foi assim com o extrativismo, a economia gomífera, o desenvolvimentismo, todos projetos de cima para baixo e de fora para dentro explorando bioma e gente, fragilizando mesmo aqueles que usufruíam das riquezas, já que subordinados às políticas e as decisões da economia global sem investir em autonomia regional ou nacional que pudesse oferecer a segurança de sermos competitivos e não subjugados e vulneráveis aos rumos do mercado internacional.

Espero que ciência e tecnologia se agigantem para combater decisões obscurantistas e que estejam voltadas para a felicidade e a prosperidade dos povos e biomas e que as lições do passado possam diminuir os equívocos. Certamente, as experiências dos sujeitos históricos são decisivas para passos mais afortunados que não signifique homem dominando natureza, mas compreendendo definitivamente a fortuna de sua coexistência.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

#### 1. Documentação oficial

Decreto nº44 de 30 de dezembro de 1893 para o serviço sanitário do Estado do Amazonas. Eduardo Gonçalves Ribeiro, Bacharel em Mathematica e Sciencias Physicas, Capitão do Estado-Maior de 1ª Classe e Governador do Estado do Amazonas, etc. Manaus: Typografia do Diario Official – Rua Municipal, 1893.

Exposição do Dr. João Pedro Dias feita ao Exmº SNR. 1º Vice-Presidente da Provincia do Amazonas o Dr. Manoel Gomes Corrêa de Miranda. Manaus, 27 de fevereiro de 1857. Typ. de Francisco José da Silva Ramos. p. 4-5.

Fala do presidente José Jansen Ferreira à assembleia legislativa provincial. Instalação da 2º sessão da 17ª legislatura. Manaus, 25 de março de 1885. p. 4; 6.

Fala do presidente Manoel Clementino Carneiro da Cunha à assembleia legislativa provincial. Na abertura da 2ª sessão ordinária da 5ª legislatura. Manaus, 03 de maio de 1861. Typ. de Francisco José da Silva Ramos. p. 21.

Lei Ordinária 6.938. Brasil, 1981. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16938.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.938%2C%20DE%2031%20DE%20AGOSTO%20DE%201981&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Pol%C3%A Dica%20Nacional,aplica%C3%A7%C3%A3o%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A Ancias](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.938%2C%20DE%2031%20DE%20AGOSTO%20DE%201981&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Pol%C3%A Dica%20Nacional,aplica%C3%A7%C3%A3o%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A Ancias). Acesso em: 17 set 2021.

Relatório Provincial de Francisco José Furtado de 1858, p. 6; 17.

Relatório Provincial de José Jansen Ferreira de 1885, p. 4.

Relatório Provincial do Dr. João Pedro Dias Vieira de 1856, p. 8-7; e 1857, p. 15.

Relatório Provincial do Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha de 1861, p. 21; 26.

Relatório do Presidente de Província do Dr. João Pedro Dias Vieira. Barra do Rio Negro, 1856. p. 15-17.

#### 2. Jornais

*Jornal A Crítica*. Manaus, 22 jul. 1989. Caderno Cidade, p. 5. Não ouvida, Sedema para shopping.

\_\_\_\_\_. Manaus, 13 dez 1989, p. 7, caderno 1. Pedreiras só têm prazo de 90 dias.

\_\_\_\_\_. Manaus, 15 dez 1989. p.3, Caderno 1. Sedema quer uma ação criteriosa sobre as pedreiras.

\_\_\_\_\_. Manaus 11 e 23 de fev. 1990. p. 4, caderno 1. Sim e Não – Pedreiras.

*Jornal Amazonas em Tempo*. Manaus, 05 de janeiro de 1990. p. 1, caderno 1. Prefeitura fecha duas pedreiras no Tarumã.

*Jornal A Notícia*. Manaus, 15 mar 1990. p. 8, caderno 1. Cooperativa sai no dia 19. Matéria de Cleoberto Castro.

\_\_\_\_\_. Manaus, 09 dez 1989, p. 8, caderno 1. Empresários serão ouvidos. Matéria de Cleoberto Castro.

\_\_\_\_\_. Manaus, 9 dez 1989, p. 8, caderno 1. Exploração é clandestina. Matéria de Cleoberto Castro.

\_\_\_\_\_. Manaus, 8 dez 1989, p. 8, caderno 1. Mais pedreiras autuadas. Matéria de Cleoberto Castro.

\_\_\_\_\_. Manaus, 22 jul. 1989. O irritado.

\_\_\_\_\_. Manaus, 23 jul 1989. p. 5, caderno 1. Parque Municipal já tem todo o seu projeto pronto.

\_\_\_\_\_. Manaus 03 mar 1990. p. 7, caderno 1. Pedreiras são suspensas – Exploração no Tarumã acaba dia 31, garante a Sedema. Matéria de Plutarco Botelho.

\_\_\_\_\_. Manaus 22 jul. 1989. Preservação de árvores pode bloquear *shopping*. Matéria de Plutarco Botelho.

\_\_\_\_\_. Manaus 22 jul 1989. Reunião é necessária. Matéria de Plutarco Botelho.

\_\_\_\_\_. Manaus, 16 dez 1989. p. 8, caderno 1. Sedema apresenta área a 47Km para as pedreiras.

\_\_\_\_\_. Manaus, 21 jan 1990. p. 6, caderno 1. Sedema mantém vigília – secretaria apreende pedras saindo de empresa já lacrada. Matéria de Cleoberto Castro.

\_\_\_\_\_. Manaus, 07 jan 1990. p. 7, caderno 1. Sedema quer a Justiça na luta contra as pedreiras. Matéria de Cleoberto Castro.

\_\_\_\_\_. Manaus, 26 jul. 1989. Caderno 1, p. 7. Matéria de Francisco Lucena e Plutarco Botelho: Shopping deve respeitar natureza, diz prefeito.

\_\_\_\_\_. Manaus, 26 jul. 1989. Caderno 3, p. 7. Tempestade em copo d'água.

*Jornal do Comércio*. Manaus, quarta-feira, 26 jul. 1989. Caderno Grande Manaus. Declaração do prefeito Arthur Neto.

\_\_\_\_\_. Manaus, sábado, 12 de abril de 1980, p. 5Cad.1, Política. Novos debates sobre defesa da floresta.

\_\_\_\_\_. Prefeito discute exploração de pedreiras com empresários. Manaus, 13 dez 1989, p. 11, caderno 1.

*Jornal Diário do Amazonas*. Manaus, maio de 1989. Forte esquema garante a defesa da natureza.

\_\_\_\_\_. Manaus, 09 mar 1990. p. 5, caderno 1. Incentivo cooperativista – Prefeito encerrou a exploração das pedreiras da área: Tarumã.

\_\_\_\_\_. Manaus, mar 1990. p. 3, caderno 1. Prazo para as pedreiras não muda.

\_\_\_\_\_. Manaus, 19 abri 1989. Caderno 1º, p. 2. Sedema ganha força para melhor agir. José Feitoza. Ecologia.

*Jornal Estrella do Amazonas*. Sabbado 10 de setembro de 1859, 23.º trimestre. Parte Oficial.

\_\_\_\_\_. Quinta Feira 9 de agosto de 1855, 10.º trimestre. Parte Official. Resolução N.º54 de 4 de julho de 1855.

\_\_\_\_\_. Quinta Feira 9 de agosto de 1855, 10.º trimestre. Parte Official. Resolução N.º54 de 4 de julho de 1855.

\_\_\_\_\_. Sabbado 10 de setembro de 1859, 23.º trimestre. Parte Official.

*Jornal O Povo*. Manaus, 15 dez 1989. p. 6, caderno 1. Irreversível decisão da PMM de retirar pedreiras – Pedreiras no Tarumã.

\_\_\_\_\_. Manaus, 22 mar 1990. p. 1, caderno 1. Pedreiras vão mesmo desocupar o Tarumã.

\_\_\_\_\_. Manaus, 14 dez 1989, p. 6, caderno 1. Prejuízo à natureza decorre das pedreiras – Cachoeira Alta do Tarumã.

\_\_\_\_\_. Manaus, 16 jan 1990. Sedema lacra seis pedreiras no Tarumã. Operação de controle da exploração.

### 3. Fontes orais

Félix Valois, vice-prefeito de Manaus (1989). Manaus, 19 de abril de 2023.

Linderjane Maria de Oliveira Marques Lima. funcionária da Prefeitura Municipal de Manaus. Manaus, 26 de março de 2021.

Luiz Frederico Mendes dos Reis Arruda, primeiro secretário da Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente-SEDEMA Manaus, 10 de abril de 2022.

Manoel Guedes Tinoco, funcionário da Prefeitura Municipal de Manaus. Manaus, 1º de junho de 2022.

Marco Antônio Vaz de Lima. funcionário da Prefeitura Municipal de Manaus e tecnólogo florestal. Manaus, 26 de março de 2021.

Terezinha Patrícia Viana de Souza, jornalista que pertenceu ao quadro da Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente-SEDEMA. Manaus, 11 de novembro de 2021.

### 4. Outras fontes

Acervo particular Frederico Arruda.

Carta Aberta. WANDELLI, Elisa. Disponível em FREIRE, José Ribamar Bessa. Desculpas Manauaras: a questão ambiental. Taqui Pra Ti. 27 jan 2008. Acesso em: dez 2018.

Foto de Agentes Ambientais da SEDEMA gentilmente cedida pelo Cel. Jorge Levy Marques Sobreira, em 11 de novembro de 2021.

Informações do Cel. Jorge Levy Marques Sobreira, em 11 de novembro de 2021.

Letra de Música. *Cidadão* (Zé Geraldo). Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/ze-geraldo/68686/> Acesso em: 01/06/2023).

*Manual do Agente Ambiental*. SEDEMA, Capítulo I – Ética Profissional. Prefeitura Municipal de Manaus. Secretaria de Defesa do Meio Ambiente, 1989.

\_\_\_\_\_. SEDEMA, Capítulo II – Educação Moral do Agente de Defesa Ambiental. Prefeitura Municipal de Manaus. Secretaria de Defesa do Meio Ambiente, 1989.

\_\_\_\_\_. SEDEMA, Capítulo II – Finalidade. Prefeitura Municipal de Manaus. Secretaria de Defesa do Meio Ambiente, 1989.

Revista Agrônômica Nº12, set. 1938, Manaus. Economia destrutiva. Prof. Agnello Bittencourt (Membro do Conselho Técnico de Economia e Finanças). Artigo dedicado à edição especial de aniversário da "Revista Agrônômica". p. 33-34.

*Vida*. Revista de Cultura, Saúde e Qualidade de Vida. Unimed Manaus. Ano 2, n.3, janeiro, 2005. Fred e suas históricas quixotadas.

*Saúde Sociedade*. São Paulo, v.21, supl.3, p.33-47, 2012. ÁVILA; Malheiros. O sistema municipal de meio ambiente no Brasil: avanços e desafios.

##### 5. Obras citadas e consultadas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; NAKAZONO, Érica; MARIN, Rosa E. Acevedo; FARIAS JR. Emmanuel de Almeida. Mapeamento social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais. p. 125-126. In: Cadernos de debates Nova Cartografia Social: conhecimentos tradicionais na Pan-Amazônia. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (orgs)... {et al}. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010. 171 p. Vol 01. n. 01.

\_\_\_\_\_. Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: D'INCAO, Maria Angela; SILVEIRA, Isolda Maciel (orgs.). A Amazônia e a crise da modernização. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p. 521.

AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo e. *Dicionário Topográfico, Histórico, Descritivo do Alto Amazonas*. Manaus: GRAFIMA, 1984. 208p. Reprodução fac-similada da edição de 1852, impressa em Recife por Typografia Comercial de Meira Henriques.

ARRUDA, Angela Rebelo da Silva. *Alguns aspectos da questão indígena na cidade de Novo Airão*. 2005. 77p. Monografia (Conclusão do Curso de Licenciatura em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

\_\_\_\_\_. *Caminhos da Pesquisa: História ambiental do Amazonas: da província aos movimentos ambientalistas na contemporaneidade (1850-2018)*. Programa de Pós-Graduação em História. (Live). 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C4yI5ITyXyE&t=307s>. Acesso em 30 set 2022.

\_\_\_\_\_. *Experiências e lutas de homens e mulheres indígenas a partir de seus modos de vida (Novo Airão AM, 2004-2016)*. Dissertação de Mestrado, PPGH História Social UFAM. Manaus, 2016. 147p.

\_\_\_\_\_. *Em tempos de futuro: um estudo sobre povos indígenas na cidade de Novo Airão*. 2015. (Simpósio, Apresentação de Trabalho). *Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434339791\\_ARQUIVO\\_Emtemposdefuturo.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434339791_ARQUIVO_Emtemposdefuturo.pdf); Local: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA E*

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CATARINA; Cidade: Florianópolis/SC; Evento: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS; Inst. promotora/financiadora: Associação Nacional de História (ANPUH - BRASIL).

\_\_\_\_\_. *Maku Itá*: perspectivas de formação do movimento social indígena na cidade de Novo Airão. In: Isabel Saraiva Silva - Johmara Assis dos Santos (Orgs.). *FACES DA AMAZÔNIA: retratos da diversidade de um povo*. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2018. 198p .15-28pp.

\_\_\_\_\_; PEREIRA, N. C. G. Organização do Simpósio Temático - História Ambiental como participação no V Seminário do Programa de Pós-Graduação em História da UFAM, 2019.

\_\_\_\_\_. *O roçado como paisagem de um espaço historicamente construído: relações de solidariedade na pluralidade*. Revista de História Bilros. História(s), Sociedade(s) e Cultura(s)., v. 4, p. 97-120, 2016. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/bilros/article/view/7680>. Acesso em: 30 set. 2022.

\_\_\_\_\_. (2020). *Potencialidades de pesquisa em História Ambiental e a questão indígena*. *Oficina Do Historiador*, 13(2), e37796. <https://doi.org/10.15448/2178-3748.2020.2.37796>.

\_\_\_\_\_. “Que será de ti Amazônia? Agora são as aves de tuas matas que se desfazem na escuridão”. Em memória de Anacleto Baré. *Canoa do Tempo - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)*, v. 13, p. 1-14, 2021.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *No rio Amazonas (1859)*. Traduzido por Eduardo de Lima Castro. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. (Reconquista do Brasil; nova sér.; v. 20). 283p.

ÁVILA; MALHEIROS. *O Sistema Municipal de Meio Ambiente no Brasil: avanços e desafios*. *Saúde Soc.* São Paulo, v.21, supl.3, p.33-47, 2012 3.

BARROS, José D’assunção. *Seis desafios para a historiografia do novo milênio*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. 132 p.

BATES, Henry Walter. *Um naturalista no rio Amazonas. (1825-1892)*. Traduzido por: Regina Régis Junqueira; apresentado por: Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. (Reconquista do Brasil; v. 53). 300p.

BECKER, Bertha K. Estado, nação e região no final do século XX. In: D’INCAO, Maria Angela; SILVEIRA, Isolda Maciel (orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994p. 105.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: formação social e cultural*. Manaus: Editora Valer/Editora da Universidade do Amazonas, 1999. 480p.

BENTES, Dorinethe. *Outras faces da história: Manaus: 1910-1940*. Manaus: Reggo Edições, 2012. 192p.

BLOCH Marc. *Introdução à História (Apologie pour l’Histoire ou métier d’Historien)*. Edição revista, aumentada e criticada por Etienne Bloch. Tradução de Maria Manuel, Rui Grácio e Vitor Romaneiro. Mira Sintra: Publicações Europa-América, 1997.

CAMPOS, Hermenegildo Lopes de. *Climatologia médica do estado do Amazonas*. Manaus: Associação Comercial do Amazonas/ Fundo Editorial, 1988. (Coleção Hiléia Amazônica, v.7). 109p.

CARREIRA, Evandro. *Amazônia: food source for the third millenium = Amazônia: usina de alimentos para o terceiro milênio*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1985. p. 24.

\_\_\_\_\_. *Recado Amazônico 2*. Brasília: Senado Federal, 1976. p. 44.

C. J. B. AGUIAR et al. *Diagnóstico e avaliação da contaminação dos recursos hídricos na área do entorno do aterro sanitário de Manaus (AM)*. Manaus: CPRM, 2006.

CARR, David. A narrativa e o mundo real: um argumento a favor da continuidade. In: MALERBA, Jurandir (org.). *História e narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

CHAUVIN, Carlos Eugenio. *O plantio da borracha*. In: MIRANDA, Bertino (Org.). *Anais do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola (22 a 27 de fevereiro de 1910)* Manaus: Associação Comercial do Amazonas/Fundo Editorial, 1990. pp. 101-125.

\_\_\_\_\_. *Póde-se ensaiar com bom exito a agricultura no valle do Amazonas? No caso affirmativo, quaes as regiões mais aptas para isso, sem prejuiso e até como auxiliar das industrias extracrivas?* In: MIRANDA, Bertino (Org.). *Anais do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola (22 a 27 de fevereiro de 1910)* Manaus: Associação Comercial do Amazonas/Fundo Editorial, 1990. pp. 45-55.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Círculo. In: *Dicionário de Símbolos: (mitos, sonhos, gestos, formas, figuras, cores, números)*. Com a colaboração de: André Barbault... [et al.]; coordenação Carlos Sussekind; tradução Vera da Costa e Silva... [et al.]. 23ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009. p. 251.

COELHO, Esmeraldo. *Póde-se ensaiar com bom exito a agricultura no valle do Amazonas? No caso affirmativo, quaes as regiões mais aptas para isso, sem prejuiso e até como auxiliar das industrias extracrivas?* In: MIRANDA, Bertino (Org.). *Anais do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola (22 a 27 de fevereiro de 1910)* Manaus: Associação Comercial do Amazonas/Fundo Editorial, 1990. pp. 101-125.

COSTA, Cybele Morais da. *Socorros Públicos: as bases da Saúde Pública na Província do Amazonas (1852-1880)*. Dissertação de Mestrado, PPGH História Social UFAM. Manaus, 2008.

COSTA, Kelerson Semerene. *Homens e natureza na Amazônia brasileira: Dimensões (1616-1920)*. 2002. 292f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília.

COURTINE; PIOVEZANI. *Por uma arqueologia dos poderes e perigos da fala pública*. In: COURTINE; PIOVEZANI (orgs.). *História da fala pública: uma arqueologia dos poderes do discurso*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. pp. 7-22.

COUTINHO, Leopoldo Magno. *O conceito de bioma*. Acta bot. Bras. 20(1): 13-23. 2006.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Traduzido por Cid Knipel Moreira; revisão técnica por José Augusto Drummond. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 484p.

\_\_\_\_\_. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo da história ecológica*. Traduzido por Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel, 1989. 286p.

DIAS, Edinea Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto – Manaus 1890-1920*. 3. ed. Manaus: Editora Valer, 2019. 192p.

DRAY; SIMONETTI. *As trilhas interpretativas do Parque do Mindu em Manaus -AM: utilização e conservação*. Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Turismo e paisagem: relação complexa. 16 e 17 de novembro de 2012 – Universidade de Caxias do Sul – Mestrado em Turismo – Caxias do Sul (RS) Brasil.

DRUMMOND, José Augusto. *A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 177-197.

\_\_\_\_\_. *Aventuras e desventuras de um biopirata*. Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi Cienc. Hum., Belém, v. 4, n. 3, p. 549-552, dez. 2009. Disponível em: <[http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-81222009000300012&lng=pt&nrm=iso](http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222009000300012&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 15 abr. 2024.

\_\_\_\_\_. Por que estudar a história ambiental do Brasil? - ensaio temático. *Varia História*, n. 26, janeiro, 2002. p. 29.

FABER, Marcos. *História do dinheiro no Brasil*. p. 40. Disponível em: <<https://financeiro.iqsc.usp.br/files/2015/09/hist%C3%B3ria-do-dinheiro.pdf>>. Acesso em: 25 out 2023.

FERREIRA, Antonia M.M.; SALATI, Enéas. *Forças de transformação do ecossistema amazônico*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados 19 (54), 2005. Dossiê Amazônia brasileira II. pp.25-44.

FRANCO, José Luiz de Andrade et al. (orgs.). *História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. 392p.

\_\_\_\_\_; DRUMMOND, José Augusto. O cuidado da natureza: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958-1992. *Textos de História*, vol. 17, nº 1, 2009. p. 60.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais na Contemporaneidade*. *Revista Brasileira de Educação*. vol. 16, n. 47. maio-ago 2011.

GROBE, Cristiana Maria Petersen. *Manaus e seus igarapés: a construção da cidade e suas representações (1880-1915)*. Dissertação de Mestrado, PPGH História Social UFAM. Manaus, 2014. 159 p.

HEIMBECKER, Vlândia Pinheiro Catanhede. *A promoção estatal da moradia em Manaus: os conjuntos habitacionais de Flores e da Raiz e o desmanche da cidade flutuante em 1967*. XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis, SC. 27 a 31 de julho de 2015. pp. 1-16.

IANNI, Otávio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979. 140p. (Coleção Sociologia brasileira; v. 11).

JORGE, Janes. *Tietê, o rio que a cidade perdeu: o Tietê em São Paulo 1890-1940*. São Paulo: Alameda, 2006.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. *Documento e história: a memória evanescente*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania regina de. (orgs.). *O historiador e suas fontes*. 1 ed. 4º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015. p. 12.

KOHLHEPP, Gerd. *Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira*. Estudos Avançados. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados. 16 (45), 2002. pp. 37-61.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEONARDI, Victor Paes de Barros. *Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil*. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996. 431p.

\_\_\_\_\_. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia Brasileira*. Fotos: Juan Pratginestós. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999. 272 p.

LIMA, Benjamin de Araújo. *Como se deve povoar o solo amazônico*. In: MIRANDA, Bertino (Org.). *Anais do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola (22 a 27 de fevereiro de 1910)* Manaus: Associação Comercial do Amazonas/Fundo Editorial, 1990. pp. 27-42. p. 35.

LIMA, Carla Oliveira de. *Historiografia social da Amazônia e história ambiental: um breve balanço*. Revista do Lhiste, Porto Alegre, vol. 4, n. 6, jan/dez 2017. p. 93

LIMA D.; POZZOBON J. *Amazônia socioambiental*. Sustentabilidade ecológica e diversidade social. São Paulo: Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados 19 (54), 2005. Dossiê Amazônia brasileira II. pp. 45-76.

LOUREIRO, Antônio José Souto. *A grande crise (1908-1916)*. Capa: Rita Loureiro. Manaus, T. Loureiro & Cia., 1985. 282p.

\_\_\_\_\_. *O Amazonas na Época Imperial*. 2. ed. Manaus: Loureiro Ltda., 1990. 288p.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia: estado, homem, natureza*. Belém: CEJUP, 1992. (Coleção Amazoniana, nº 1), 367p.

\_\_\_\_\_; PINTO, J. N. A. *A questão fundiária na Amazônia*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados 19 (54), 2005. Dossiê Amazônia brasileira II. pp. 77-98.

MESQUITA, Otoni Moreira de. *Manaus: história e arquitetura (1669-1915)*. 4. ed. revisada e ampliada. Manaus: Editora Valer, 2019. 362p.

MILANI, Carlos R. S. *Ecologia política, movimentos ambientalistas e contestação transnacional na América Latina*. Dossiê. CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 53, pp. 289-303, Maio/Ago. 2008. p. 289-290. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/Hw77F8Mqm7qCF9rRcZd3XLf/?lang=pt>. Acesso em: 05 set 2023.

MIRANDA, Bertino (Org.). *Anais do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola (22 a 27 de fevereiro de 1910)* Manaus: Associação Comercial do Amazonas/Fundo Editorial, 1990. 430p. Discurso do Dr. Jaques Huber.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. *O tigreiro*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997. 143p.

MOREIRA NETO, Carlos Araújo. *Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850)*. Petrópolis: Vozes, 1988. 348p.

OLIVEIRA, João Rafael Moraes. *A luta pela borracha no Brasil e a história ecológica de Warren Dean*. Revista Territórios e Fronteiras. vol. 3. n.2, jul/dez 2010. Programa de Pós-Graduação - Mestrado em História do ICHS/UFMT. p. 114-115.

OLIVEIRA, José Aldemir de. *Espaço-tempo de Manaus: a natureza das águas na produção do espaço urbano*. ESPAÇO E CULTURA, UERJ, RJ, N. 23, P. 33-41, JAN./JUN. DE 2008. p. 34.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. *Gênese e Redefinições do Militantismo Ambientalista no Brasil*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 51, n. 3, 2008, pp. 751-777.

PÁDUA, José Augusto. *As bases teóricas da história ambiental*. Dossiê teorias socioambientais. Estudos Avançados, vol. 24, n. 68. São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_. CARVALHO, Alessandra Izabel de. *A construção de um país tropical: apresentação da historiografia ambiental sobre o Brasil*. História, ciências, saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, out.-dez. 2020, p. 1311-1340.

\_\_\_\_\_. *Biosfera, história e conjuntura na análise da questão amazônica*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, vol. VI (suplemento), 793-811, setembro 2000. p. 795-796.

\_\_\_\_\_. *Pensar a história em territórios cheios: a importância do conceito de biomas brasileiros*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol 36, nº 80, pp. 542-556, Setembro-Dezembro 2023.

\_\_\_\_\_. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. 318p.

PEREIRA, Ludimilla gomes. *Dilemas do abastecimento na Província do Amazonas (1852-1889)*. Dissertação de Mestrado, PPGH História Social UFAM. Manaus, 2018. 130p.

PEREIRA, Nasthya Cristina Garcia. *Civilizar homens e florestas: o discurso político sobre agricultura e extrativismo na Província do Amazonas (1852-1889)*. 1 ed. Jundiá-SP: Paco Editorial, 2019. 248p.

PERARSON, H. C. *Quaes as vantagens do plantio da borracha nas regiões amazonicas e onde deve ser feito esse plantio. Acaso ele concorre para assegurar melhor a riqueza extractiva da borracha, tornando esta mais solida e ligando mais estreitamente os seus extractores ao sólo? Dos processos adoptados para a extracção e coagulação do leite da hevea brasiliensis, qual deve ser o preferido?* In: MIRANDA, Bertino (Org.). Anais do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola (22 a 27 de fevereiro de 1910) Manaus: Associação Comercial do Amazonas/Fundo Editorial, 1990. pp. 85-99.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. “Bento Aranha e a cidade da borracha: Manaus, 1905-1910”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº 12, pp. 16-42. 2021. Disponível em <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>. Acesso em 26/12/2023. p. 32.

\_\_\_\_\_. *Visões da Cabanagem: uma revolta popular e suas representações na historiografia*. 2. ed. Manaus: Editora Valer, 2019. 130p.

PINTO, C. Cerqueira. *Quaes as vantagens do plantio da borracha nas regiões amazonicas e onde deve ser feito esse plantio. Acaso ele concorre para assegurar melhor a riqueza extractiva da borracha, tornando esta mais solida e ligando mais estreitamente os seus extractores ao sólo? Dos processos adoptados para a extracção e coagulação do leite da hevea brasiliensis, qual deve ser o preferido?* In: MIRANDA, Bertino (Org.). Anais do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola (22 a 27 de fevereiro de 1910) Manaus: Associação Comercial do Amazonas/Fundo Editorial, 1990. pp. 127-158.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando Aprender um pouquinho: Algumas reflexões sobre a ética na História Oral*. In: Projeto História, São Paulo, (15), abr. 1997.

POSEY, Darrell Addison. *Interpretando e utilizando a “realidade” dos conceitos indígenas: o que é preciso aprender dos nativos?* p. 4-5. Publicação original: Posey, D.

A. 1992. Interpreting and Applying the “Reality” of indigenous Concepts: what is necessary to learn from the natives? In: Redford, K. H. & Padoch, C. (eds.). Conservation of Neotropical Forests: working from traditional resource use. New York: Columbia University Press, pp. 21-24.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. 2ª ed. Rio de Janeiro: EDINOVA LIMITADA, 1966. 216p.

SÁ, Jorge Franco de. *Manaus: Higiene, meio ambiente e segurança do trabalho na época áurea da borracha*. Manaus: EDUA, Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012. 255p.

SAMPAIO, Patrícia Melo. *Nas teias da fortuna*. MNEME revista de humanidades. Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. V. 03. N. 06, out./nov. de 2002 – Semestral. Disponível em [www.cerescaico.ufrn.br/mneme](http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme). Acesso em 28 dez 2021. pp. 49-70.

\_\_\_\_\_. SAMPAIO, Patrícia Melo (org.). *Posturas Municipais, Amazonas (1838-1967)*. Manaus: EDUA, 2016. 406p.

SANTOS, Eloína Monteiro dos. *Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia*. Manaus: Ed. da Universidade do Amazonas, 1997. 170p.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 5. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 176p. (Coleção Milton Santos; 6).

SANTOS, Saint-Clair Honorato. *Mata Ciliar – fundamentos e importância*. Ministério Público do Paraná. Disponível em: <https://meioambiente.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=26>. Acesso em: 12 jan 2022.

SERÁFICO, J.; SERÁFICO, M. *A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados 19 (54), 2005. Dossiê Amazônia brasileira II. pp. 99-113.

SILVA, José Lopes da. *Amazonas: do extrativismo à industrialização*. Manaus: Editora Valer, 2011. 724p.

SILVA, J. R. C. da; SCUDELLER, V. V. . The Amazon rubber booms and the Free Trade Zone of Manaus: urban expansion and watersheds degradation. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 6, p. e33611629103, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i6.29103. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/29103>. Acesso em: 31 mar. 2024.

SILVA, N. M. G. da; ADDOR, F.; LIANZA, S.; PEREIRA, H. dos S. *O debate sobre a tecnologia social na Amazônia: a experiência do manejo participativo do pirarucu*. Revista Terceira Margem Amazônia, v. 6, n.14, p. 79-91, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2020v6i14p79-91>.

SOUZA, L. B. *Cidade Flutuante: uma Manaus sobre as águas*. URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, SP, v. 8, n. 2, p. 115–146, 2016. DOI: 10.20396/urbana.v8i2.8642607. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8642607>. Acesso em: 14 fev. 2024.

SOUZA, Roberto Acízelo. *A retórica no Brasil do século XIX dos anos de glória à perdição*. In: COURTINE; PIOVEZANI (orgs.). *História da fala pública: uma arqueologia dos poderes do discurso*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. pp. 185-201.

TERENA, Jorge Miles da Silva. *A biodiversidade do ponto de vista de um índio*. GTAA, 2003. p. 5. Disponível em: <https://documentação.socioambiental.org/documentos/L6D00027>. pdf. Acesso em: 8 ago. 2019.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. Traduzido por João Roberto Martins Filho; consultor desta edição Renato Janine Ribeiro; consultor de termos zoológicos Márcio Martins. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 18.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da Modernidade*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 249.

VALLE, Arthemisia de Souza; OLIVEIRA, José Aldemir de. *A cidade de Manaus: uma análise da produção do espaço urbano a partir dos igarapés*. In: *Cidade de Manaus: visões interdisciplinares*. Organizado por José Aldemir de Oliveira [et al.]. Manaus: EDUA, 2003. 295p.

WALLACE. Alfred Russel. *Viagens pelo rio Amazonas e Negro*. (1823-1913). Traduzido por: Eugênio Amado; apresentado por: Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. (Reconquista do Brasil; v. 50). 317p.

WATTS-POWLESS, Vanessa. *Lugar-Pensamento indígena e agência de humanos e não humanos (a primeira mulher e a mulher céu embarcam numa turnê pelo mundo europeu)*. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 11, nº 1, p. 250-272, jan./jun. 2017.

WERK, Alcides. *Urubu*. In: *In natura – poemas para a juventude*. Manaus: Editora Valer, 1999. p. 55.

VIEIRA, M. P. A.; PEIXOTO, M. R. C.; KHOURY, Y. M. A. *A pesquisa em história*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.

VILLEROY, Augusto Ximeno. *Como se deve povoar o solo amazônico*. In: MIRANDA, Bertino (Org.). *Anais do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola (22 a 27 de fevereiro de 1910)* Manaus: Associação Comercial do Amazonas/Fundo Editorial, 1990. pp. 19-26.

WORSTER, Donald. *Para Fazer História Ambiental*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, pp. 198-215. Traduzido por José Augusto Drummond.

## **ANEXOS**

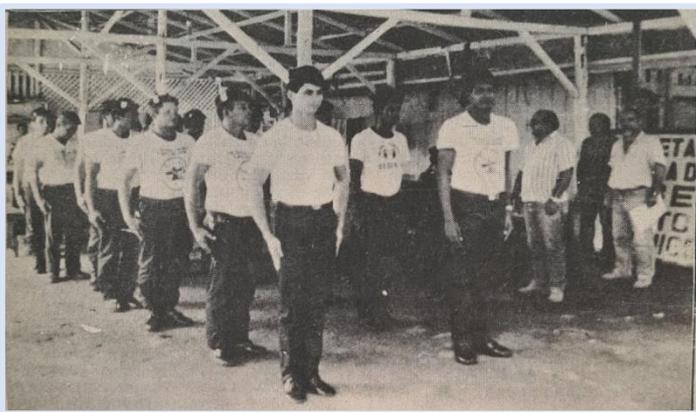
## ANEXO 1 ENCARTE FOTOGRÁFICO DO CAPÍTULO 3

Figura A: Guarda Municipal da SEDEMA



Fonte: Acervo particular Frederico Arruda

Figura B: Preparação da Guarda Municipal em convênio com o IBAMA



Fonte: Jornal Diário do Amazonas, Manaus, maio de 1989. (Recorte - Acervo particular Frederico Arruda).

Figura C: Capa do *Manual do Agente Ambiental*, 1989



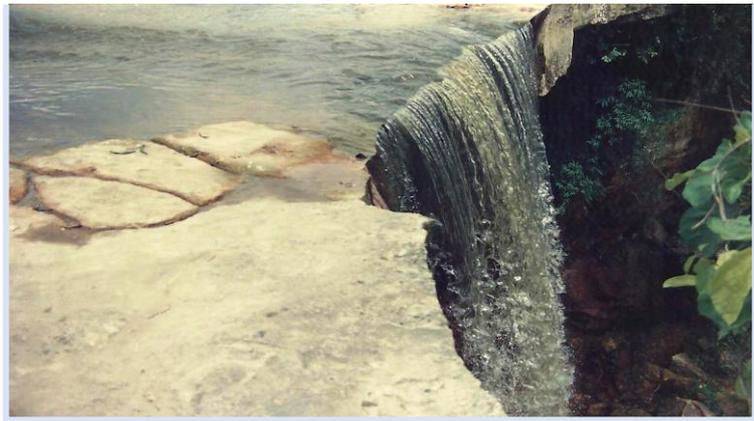
Fonte: Acervo particular Cel. Levy Sobreira

Figura D: Empresas interditadas pela SEDEMA



Fonte: *Jornal Amazonas em Tempo*. Manaus, 05 de janeiro de 1990. p. 1, caderno 1.

Figura E: A cachoeira voltando a jorrar



Fonte: Acervo particular Frederico Arruda.

Figura F: Resíduos poluentes pela extração das pedreiras



Fonte: Acervo particular Frederico Arruda

Figura G: Entulhos



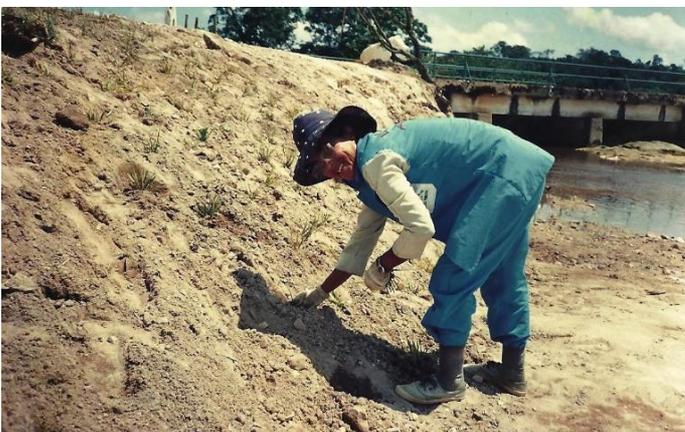
Fonte: Acervo particular Frederico Arruda.

Figura H: Máquinas desentulhando o leito do igarapé



Fonte: Acervo particular Frederico Arruda.

Figura I: Trabalhadora cuidando do replantio de vegetação rasteira



Fonte: Acervo particular Frederico Arruda.

Figura J: Estrutura de amparo da vegetação nascente



Fonte: Acervo particular Frederico Arruda.

Figura K: Meninos brincando de molhar a vegetação que crescia na beira do igarapé



Fonte: Acervo particular Frederico Arruda.

Figura L: Espécies nativas replantadas



Fonte: Acervo particular Frederico Arruda.

Figura M: Replântio de espécies nativas em torno do igarapé



Fonte: Acervo particular Frederico Arruda.

Figura N: Trabalhadores da SEMULSP atuando no replântio de espécies nativas



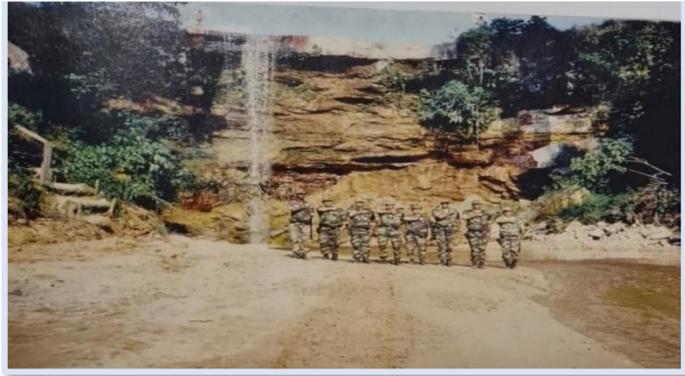
Fonte: Acervo particular Frederico Arruda

Figura O: A queda d'água após o trabalho de desentulhamento no leito do igarapé



Fonte: Acervo particular Frederico Arruda.

Figura P: Missão cumprida



Fonte: *Vida*. Revista de Cultura, Saúde e Qualidade de Vida. Unimed Manaus. Ano 2, n.3, janeiro, 2005. p. 9. Fred e suas históricas quixotadas.

Figura Q: A comunidade manauara de volta ao lazer nas águas do Tarumã



Fonte: Acervo particular Frederico Arruda.

Figura R: A comunidade manauara de volta ao lazer nas águas do Tarumã



Fonte: Acervo particular Frederico Arruda.

**ANEXO 2**  
**ENCARTE FOTOGRÁFICO DO CAPÍTULO 4**

Figura A: Chorume da lixeira



Fonte: Acervo particular Frederico Arruda.

Figura B: Pessoas em situação de miséria aguardando o descarregamento do lixo



Fonte: Acervo particular Frederico Arruda.

Figura C: Pessoas em situação de miséria aguardando o descarregamento do lixo



Fonte: Acervo particular Frederico Arruda.

Figura D: Máquinas realizando a compactação do lixo



Fonte: Acervo particular Frederico Arruda.

Figura E: Canais alternativos para escoamento das águas pluviais



Fonte: Acervo particular Frederico Arruda.

Figura F: Tubulação para escoamento das águas pluviais



Fonte: Acervo particular Frederico Arruda.

Figura G: Lixo não pavimentado



Fonte: Acervo particular Frederico Arruda.

Figura H: Detalhe do lixo não pavimentado



Fonte: Acervo particular Frederico Arruda.

Figura I: Lixo totalmente pavimentado



Fonte: Acervo particular Frederico Arruda.

Figura J: Mapa de situação do Parque Municipal do Mindu



Fonte: DRAY; SIMONETTI. *As trilhas interpretativas do Parque do Mindu em Manaus-AM: utilização e conservação*. Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Turismo e paisagem: relação complexa. 16 e 17 de novembro de 2012 – Universidade de Caxias do Sul – Mestrado em Turismo – Caxias do Sul (RS) Brasil. p. 7.

Figura K: Caricatura do secretário Arruda no episódio das árvores centenárias



Fonte: Acervo particular Frederico Arruda. A charge é de Mário Adolfo.

### ANEXO 3

#### PROFESSOR LUIZ FREDERICO MENDES DOS REIS ARRUDA

Formação Acadêmica, atividades que desenvolveu, funções que exerceu e comendas que recebeu no período de 1976 a 2018:

1. Docente Decano da Universidade Federal do Amazonas – Ufam.
2. Graduação em Farmácia na Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade do Amazonas (atual Universidade Federal do Amazonas);
3. Pós-Graduação (Mestre) em Farmacologia na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/USP;
4. Professor de Química Farmacêutica e de Farmacodinâmica no Curso de Farmácia/Ufam;
5. Professor Titular de Farmacologia – Depto de Ciências Fisiológicas-ICB/Ufam;
6. Professor de Etnobiologia Credenciado pelo Departamento de Biologia – ICB/Ufam;
7. Chefe do Departamento de Ciências Fisiológicas– DCF/ICB/Ufam;
8. Coordenador do Curso de Ciências Biológicas do ICB/Ufam;
9. Diretor do Centro de Ciências do Ambiente - CCA/ Ufam;
10. Presidente da Comissão Permanente de Política Institucional para Povos Indígenas/Ufam;
11. Pró-Reitor de Extensão/Ufam;
12. Membro titular do Conselho Universitário- CONSUNI/Ufam;
13. Membro Titular do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão- CONSEPE/Ufam;
14. Autor do Projeto Técnico de Implantação do Biotério Setorial do ICB, atual Biotério Central da Ufam, aprovado pelo Ministério da Educação;
15. Coordenador Acadêmico do II Programa de PósGraduação (PICD-II) NA Área de Ciências Biológicas – Ufam;
16. Coordenador do Projeto “I Encontro Estadual de Curadores - Raizeiros, Parteiras e Rezadores no Estado do Amazonas”/Ufam/Governo do Estado do Amazonas, realizado em Manaus (Km 28/Estrada AM-10, no Centro de Treinamento da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Amazonas-CENTRER);
17. Coordenador do Projeto “Pesquisa Etnofarmacológica de Plantas da Amazônia”. Instituição responsável: Universidade do Amazonas (atual Ufam). Institucionalizado pelo Conselho Universitário - CONSUNI/Ufam. Apoio: CNPq, BASA, SUDAM, FUNAI;
18. Coordenador do Convênio 006/85, celebrado entre a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, O Instituto de Medicina Tropical de Manaus – IMTM e a Fundação Universidade do Amazonas – FUA, (atual Ufam);

19. Coordenador do Acordo de Cooperação TécnicoCientífica entre a China Pharmaceutical University/Nanjing e a Universidade do Amazonas (atual Universidade Federal do Amazonas);

20. Pesquisador de Campo Convidado (Investigator of Field Research of the International Research Program by the Ministry of Education, Science and Culture/Shamanism and the Concept of Nature in Western Amazonia/National Museum of Ethnology/ Prof Assoc Hiroshika Nakamaki (Head Investigator), Osaka/Japan /Japan), como integrante da equipe técnico-científica na condição de responsável pelo planejamento e desenvolvimento de estudos em comunidades Indígenas do Vale do Javari – AM, especialmente Matis (Rio Ituí) e Kanamari (Igarapé do Irari/Rio Javari). Autorizações: Ministério da Ciência e Tecnologia: Portaria GB-MIN nº 157 de 10.09.1994/Informações científicas sem coleção da cultura material; Fundação Nacional do Índio – FUNAI - Processo 2136/94 de 05.09.94. Instituições responsáveis: National Museum of Ethnology – Japão; Universidade Federal do Amazonas; Universidade Federal do Acre; Universidade Católica de Brasília; Museu Paraense Emílio Goeldi;

21. Chefe do Serviço de Saúde da FUNAI / Superintendência Executiva Regional da 5ª Região – AM;

22. Secretário Municipal de Defesa do Meio Ambiente – Manaus/AM;

23. Gerente do Parque Nacional do Pico da Neblina/ IBAMA-AM;

24. Gerente da Estação Ecológica Anavilhanas (atual Parque Nacional Anavilhanas/IBAMA-AM;

25. Gerente do IBAMA –AM;

26. Representante Titular da Universidade do Amazonas (atual UFAM) no Conselho de Defesa do Meio Ambiente do Estado do Amazonas (Decreto Nº 4681, de 09.10.1979, do Governador do Estado do Amazonas);

27. Membro Titular da Comissão Interministerial Encarregada de Estudar e Propor Medidas para a Formulação de uma Política Florestal para a Amazônia Brasileira. Como representante da Universidade Federal do Amazonas (Decreto Nº 83.518, de 29/5/1979, do Presidente da República). Brasília;

28. Membro Efetivo do Grupo Consultor Técnico-Científico Incumbido de Estabelecer a Normatização e o Controle dos Serviços, da Produção, da Armazenagem e da Utilização de Substâncias e Produtos Naturais, na Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. Como Consultor Titular (Portaria Nº 546, de 21 de maio de 1993, do Ministro de Estado da Saúde). Brasília;

29. Membro-fundador do Grupo de Estudos Estratégicos Amazônicos – GEEA, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA;

30. Comendas recebidas:

1. Outorgadas pelo Conselho Universitário - CONSUNI/Ufam:

a. Medalha do Mérito Universitário (outorgada em 17 de janeiro de 2000);

- b. Prêmio de Proteção Ambiental “Roberto dos Santos Vieira” (outorgada em 30 de novembro de 2000);
- 2. Outorgada pelo Conselho Regional de Farmácia – CRF22:
  - a. Menção Honrosa. Manaus. 13.06.1991.
- 3. Outorgada pelo Comando Militar da Amazônia/Comandante General de Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas:
  - a. Diploma de Colaborador Emérito do Exército, Manaus.19 de abril de 2014.
- 4. Registro feito pelo Comando Aéreo Regional/Ministério da Aeronáutica. Maj. Brig. R/R José Alfredo Sobreira Sampaio, Comandante do Sétimo Manaus: a. Citação emitida na Ordem do Dia, em 27/08/1997.
- 5. Conselho Estadual de Cultura do Estado do Amazonas:
  - a. Diploma de Mérito Cultural
- 31. Sessenta e duas palestras realizadas em Manaus, Ouro Preto, Cuiabá/MT , Porto Velho/RO, Rio Branco/Acre, Boa Vista/RR, Belém/PA, Fortaleza/CE, Aracaju/SE, Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP, Rio Claro/SP, Foz do Iguaçu/PR e Brasília. Na maior parte dos casos, à convite de instituições federais e estaduais.